



ESTUDOS & PESQUISAS  
INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

32

# SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

## UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

### DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2013

Presidenta da República  
**Dilma Rousseff**

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Miriam Belchior**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidenta  
**Wasmália Bivar**

Diretor-Executivo  
**Fernando J. Abrantes**

### **ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas  
**Marcia Maria Melo Quintslr**

Diretoria de Geociências  
**Wadih João Scandar Neto**

Diretoria de Informática  
**Paulo César Moraes Simões**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Denise Britz do Nascimento Silva**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais  
**Claudio Dutra Crespo**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas  
Informação Demográfica e Socioeconômica  
número 32

## **Síntese de Indicadores Sociais**

**Uma análise das condições de vida  
da população brasileira  
2013**

Rio de Janeiro  
2013

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional.

A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

© IBGE. 2013

**Elaboração do arquivo PDF**

Roberto Cavararo

**Produção de multimídia**

Alberto Guedes da Fontoura Neto

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

**Capa**

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar- Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI



# Sumário

---

[Apresentação](#)

[Introdução](#)

[Aspectos demográficos](#)

[Famílias e domicílios](#)

[Educação](#)

[Trabalho](#)

[Padrão de vida e distribuição de renda](#)

[Saúde](#)

[Referências](#)

[Glossário](#)

**Lista de tabelas**

**1 Aspectos demográficos**

- 1.1 - Distribuição percentual da população residente, por sexo, razão de sexo e taxa de urbanização, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 1.2 - Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

- 1.3 - Razão de dependência, total, de jovens e de idosos segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 1.4 - Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2012
- 1.5 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por número de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2012
- 1.6 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2012
- 1.7 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por presença de cônjuge ou companheiro e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2012
- 1.8 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de anos de estudo e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2012
- 1.9 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de nascimento - 2012
- 1.10 - Distribuição percentual da população não natural, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões de residência - 2012
- 1.11 - Distribuição percentual da população não natural, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2012
- 1.12 - Distribuição percentual da população que residia há menos de 10 anos na Grande Região, por lugar de residência anterior, segundo as Grandes Regiões de residência atual - 2012
- 1.13 - Distribuição percentual da população que residia há menos de 10 anos na Grande Região, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de residência anterior - 2012
- 1.14 - Distribuição da população total projetada, por ano da projeção, segundo os grupos de idade, com indicação da razão de dependência total, de jovens e de idosos - Brasil - 2020/2060
- 1.15 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 1.16 - Proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes, sem abastecimento de água por rede geral, sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2012
- 1.17 - Taxa de ocupação de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 1.18 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

- 1.19 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 1.20 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 1.21 - Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, proporção que cuidava de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de idade e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 1.22 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 1.23 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.24 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.25 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.26 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.27 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade com indicação da média de anos de estudo e distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.28 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade com indicação da média de anos de estudo e distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.29 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.30 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.31 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.32 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2012

- 1.33 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.34 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.35 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.36 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.37 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.38 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.39 - Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 1.40 - Distribuição percentual dos rendimentos das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade, por fonte dos rendimentos, segundo as Grandes Regiões - 2012

## 2 Famílias e domicílios

- 2.1 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.2 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e por sexo da pessoa de referência dos arranjos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.3 - Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência dos arranjos unipessoais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.4 - Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.5 - Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.6 - Nível da ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por posição no arranjo familiar e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

- 2.7 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 2.8 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 2.9 - Casais em que a pessoa de referência e o cônjuge têm rendimento e sem filhos nascidos vivos, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 2.10 - Média do rendimento familiar *per capita*, em salários mínimos, dos casais em que a pessoa de referência e o cônjuge têm rendimento e sem filhos nascidos vivos, residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 2.11 - Domicílios particulares permanentes, por número de arranjos residentes e arranjos familiares conviventes com um arranjo familiar principal em domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por motivo para a convivência e número médio de pessoas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.12 - Arranjos familiares com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.13 - Arranjos familiares sem filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2012
- 2.15 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2012
- 2.16 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2012
- 2.17 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2012

- 2.18 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2012
- 2.19 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2012
- 2.20 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2012
- 2.21 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2012
- 2.22 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2012
- 2.23 - Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.24 - Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.25 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.26 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios com acesso a saneamento adequado, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 2.27 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, por tipo de serviço inexistente, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.28 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, por tipo de serviço inexistente, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 2.29 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

**2.30** - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total e proporção com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

**2.31** - Domicílios particulares permanentes por adequação da moradia, e proporção de domicílios por existência das características do entorno e adequação da moradia, segundo as características do entorno - Brasil - 2010

### **3 Educação**

**3.1** - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

**3.2** - Proporção de crianças de 2 e 3 anos de idade que frequentam creche, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2012

**3.3** - Proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino, segundo algumas características selecionadas - 2002/2012

**3.4** - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

**3.5** - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012

**3.6** - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012

**3.7** - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões - 2012

**3.8** - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012

**3.9** - Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2012

**3.10** - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012

**3.11** - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2002/2012

**3.12** - Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2012



- 3.13 - Pessoas de 20 a 24 anos de idade, total e com 11 anos ou mais de estudo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 3.14 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total e que frequentam escola, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 3.15 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 3.16 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2002/2012
- 3.17 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino, grupos de idade, cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012

#### 4 Trabalho

- 4.1 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 4.2 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 4.3 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.4 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.5 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 4.6 - Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.7 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.8 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.9 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012



- 4.10 - Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.11 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.12 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.13 - Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.14 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 4.15 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 4.16 - Rendimento-hora médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.17 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em cargos de direção ou gerência, e rendimento médio do trabalho principal, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 4.18 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em cargos de direção ou gerência, e rendimento médio no trabalho principal, por sexo, segundo os grupos de setor de atividade - Brasil - 2012

## 5 Padrão de vida e distribuição de renda

- 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 5.4 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* dos arranjos familiares com rendimento, em reais e em salários mínimos, dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, segundo as Grandes Regiões - 2012

- 5.5 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e fonte do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 5.6 - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 5.7 - Rendimento mensal familiar *per capita*, médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 5.8 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por cor ou raça e os estratos de rendimento mensal familiar *per capita* dos 10% mais pobres e do 1% mais rico, segundo as Grandes Regiões - 2012
- 5.9 - Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça, segundo os décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2012
- 5.10 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo, e com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 60% da mediana, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012
- 5.11 - Quantidade e distribuição percentual de benefícios concedidos, por clientela, segundo os grupos de espécies - Brasil - 2011
- 5.12 - Quantidade e valor médio de benefícios ativos, por clientela, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - dez. 2011
- 5.13 - Quantidade de amparos assistenciais ativos, por grupos de espécies, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - posição dez. 2011
- 5.14 - Famílias inscritas no Cadastro Único, total e proporção de famílias inscritas, por algumas características, segundo as Unidades da Federação - set. 2013

## 6 Saúde

- 6.1 - Taxa de mortalidade na infância e taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.2 - Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano, total e por componentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.3 - Mortalidade infantil, por grupos de causas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.4 - Proporção de nascidos vivos, por número de consultas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.5 - Taxa de mortalidade por câncer de mama e câncer de colo de útero entre mulheres de 30 a 69 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

- 6.6 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que tiveram relação sexual alguma vez, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões, os Municípios das Capitais e Distrito Federal - 2012
- 6.7 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, dentre os que já tiveram relações sexuais, que usaram preservativo na última relação sexual, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões, os Municípios das Capitais e Distrito Federal - 2012
- 6.8 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que receberam orientação na escola, sobre aquisição gratuita de preservativo e sobre AIDS ou outras doenças sexualmente transmissíveis, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões, os Municípios das Capitais e o Distrito Federal - 2012
- 6.9 - Novos casos de AIDS identificados no ano e taxa de incidência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.10 - Coeficiente de mortalidade específica por AIDS, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.11 - Taxa de mortalidade por malária, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.12 - Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado - DRSAI, total e por categorias de doenças, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.13 - Taxa de óbitos por agressão, por cor ou raça e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 6.14 - Número de médicos, de médicos especialistas, de médicos generalistas e razão de médico por habitantes e entre médicos especialistas e generalistas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2011

#### Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

## Apresentação

---

**A** *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013* tem como objetivo possibilitar um conhecimento mais amplo da realidade social do País através de indicadores atualizados.

A organização temática pretende articular os diversos aspectos da realidade social ao mesmo tempo que segue as recomendações internacionais. Os enfoques de gênero e cor ou raça foram abordados de forma transversal, na medida em que as informações estatísticas permitissem.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012, cuja cobertura abrange todo o Território Nacional. Tais informações da PNAD foram combinadas a outras fontes de dados existentes, pesquisas e registros administrativos. Utilizaram-se, ainda, outras pesquisas do IBGE, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2011, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2012 e a Pesquisa Mensal de Emprego - PME 2002-2012. As fontes externas analisadas contemplaram, entre outras, as bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, e do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC, do Ministério da Saúde, bem como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego.

O CD-ROM que acompanha a publicação contém, além das informações do volume impresso, em formato PDF, as tabelas em formato Excel.

**Marcia Maria Melo Quintslr**  
Diretora de Pesquisas

## Introdução

---

Com uma estrutura baseada em capítulos, os temas abordados neste volume da *Síntese de indicadores sociais* contemplam os aspectos demográficos da população brasileira (taxas de mortalidade, fecundidade, etc.), aspectos referentes a grupos populacionais específicos (crianças, jovens, idosos e mulheres), desigualdades raciais e de gênero, arranjos familiares, domicílios, educação, saúde, trabalho e rendimento.

O objetivo desse conjunto de indicadores é possibilitar o conhecimento da realidade brasileira, especialmente, para avaliar a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, as famílias e grupos sociais, a efetivação de direitos humanos e sociais, o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades.

Considera-se que as tendências observadas nas séries de indicadores utilizadas para medir as condições de vida da população brasileira são sensíveis ao comportamento da economia e ao desenho de políticas públicas. Com este olhar abrangente, a análise dos indicadores sociais ganha dimensão estrutural, viabilizando a realização de estudos que abordem as conexões com as dinâmicas econômica, social e política.

Entre 2002 e 2012, a sociedade brasileira passou por mudanças que produziram impactos significativos sobre as condições de vida da população. Por um lado, o dinamismo do mercado de trabalho se traduziu no crescimento da população ocupada e na formalização das relações de trabalho, onde um contingente maior de trabalhadores passou a contar com uma série de direitos e benefícios vinculados à posse da carteira de trabalho. Da mesma forma, o crescimento real do rendimento do trabalho ampliou não apenas o acesso de mais trabalhadores ao mercado de consumo, como também reduziu os diferenciais de rendimento de trabalho. Cabe ressaltar o papel desempenhado pelo salário mínimo, cuja valorização neste período permitiu a ampliação do poder de compra dos

trabalhadores com mais baixos rendimentos e dos beneficiários da Previdência Social, cujo piso equivale ao valor do mínimo vigente.

Em paralelo, a criação, ampliação e consolidação de um conjunto de políticas de transferência de renda voltadas para segmentos da população historicamente excluídos de medidas protetivas por parte do Estado, contribuiu também para a redução nos indicadores de desigualdade de rendimento, acesso a programas e serviços de saúde na área de atenção básica e frequência escolar. A ampliação do ensino obrigatório para crianças de 4 a 17 anos de idade, prevista na legislação vigente, renova os desafios de superação dos gargalos reconhecidos, como o acesso à educação infantil e ao ensino médio.

A multidimensionalidade da pobreza e da desigualdade leva, por sua vez, a premência de implementação de ações e políticas públicas que ampliem o acesso a áreas igualmente importantes na análise das condições de vida e bem-estar, muitas dessas refletidas nos indicadores propostos nessa publicação, relacionados a moradias com saneamento adequado; níveis de escolaridade e correção do fluxo escolar; incidência de doenças evitáveis diversas; condições de trabalho; entre outras.

Cabe ressaltar que na análise dos resultados do conjunto de indicadores selecionados foram levados em conta os eixos de condições de vida, desigualdade e exclusão social, assim como as dimensões espaço e tempo no tratamento de cada temática. Todavia, considera-se que esse conjunto de indicadores está sempre em construção e sujeito a aprimoramentos teóricos e metodológicos.

## Aspectos demográficos

---

Os aspectos populacionais de uma sociedade, incluindo a análise das componentes demográficas, tamanho da população, alterações no tempo, sua distribuição espacial e a composição segundo diferentes características, são essenciais em uma análise de indicadores sociais.

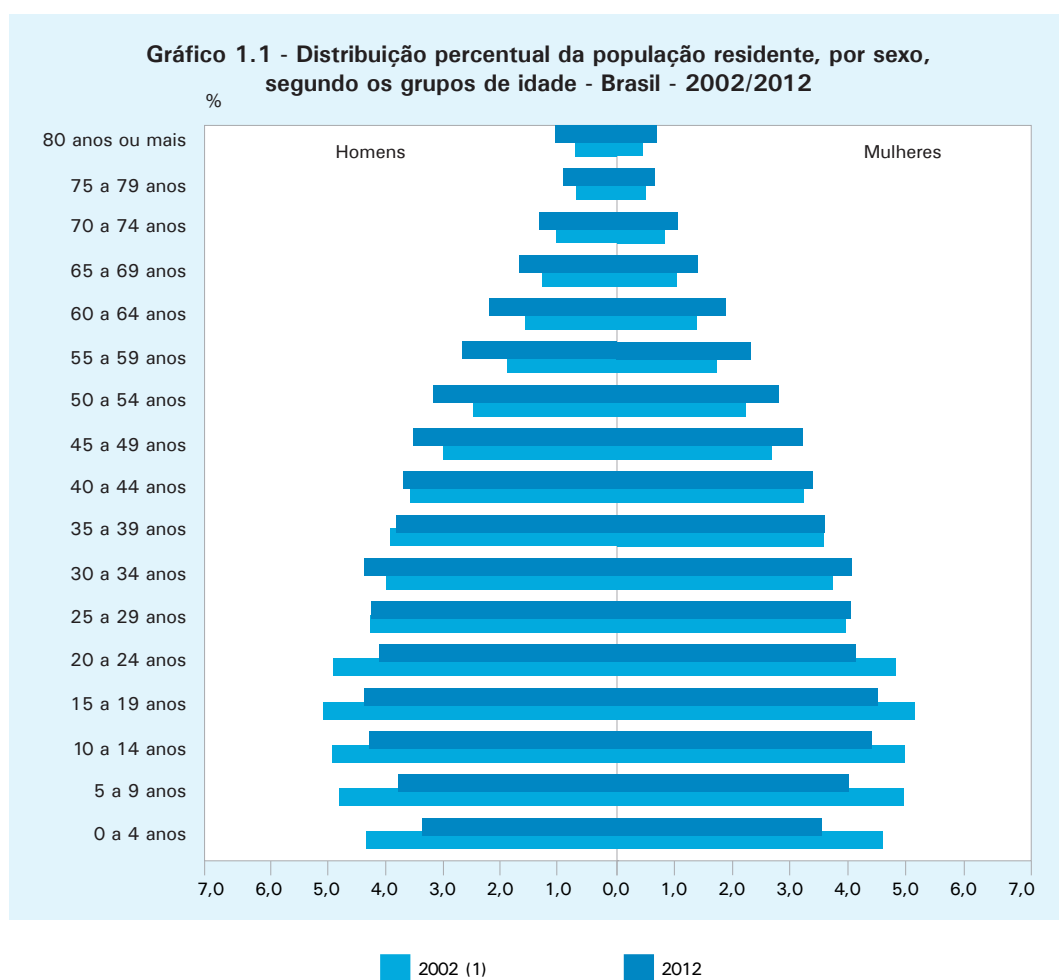
De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012, realizada pelo IBGE, expressiva parte da população brasileira (42,0%) vivia na Região Sudeste. Na Região Norte, que corresponde a 45,3% da área total do País, residia apenas 8,5% da população, enquanto as Regiões Nordeste e Centro-Oeste, que apresentam extensões semelhantes (18,3% e 18,9%), diferenciam-se pela concentração de população (27,8% e 7,5%, respectivamente). A Região Sul, a terceira maior em relação à participação da população com 14,2%, é a menor em relação à área (6,8% do território).

A razão de sexo, que corresponde à razão entre o número de pessoas do sexo masculino para 100 pessoas do sexo feminino, foi de 94,8 para o Brasil em 2012. A composição da população por sexo foi de 51,3% de mulheres e 48,7% de homens. Percebe-se que as Regiões Metropolitanas apresentam baixa razão de sexo, ou seja, maior concentração de mulheres. O Estado do Rio de Janeiro apresentou maior proporção de mulheres (52,5%) e menor razão de sexo (90,4) entre as Unidades da Federação. Os homens são maioria nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Acre, Roraima, Amazonas e Pará (Tabela 1.1).

A taxa de urbanização, que consiste na proporção da população residente em áreas urbanas, foi de 84,8% para o Brasil em 2012. A Região Nordeste foi a que apresentou menor taxa de urbanização, de 73,4%, sendo que Maranhão (58,9%) e Piauí (67,0%) foram os estados com menor taxa de urbanização. No outro extremo, Rio de Janeiro

(97,3%) e São Paulo (96,4%) concentraram quase a totalidade de sua população em áreas urbanas (Tabela 1.1).

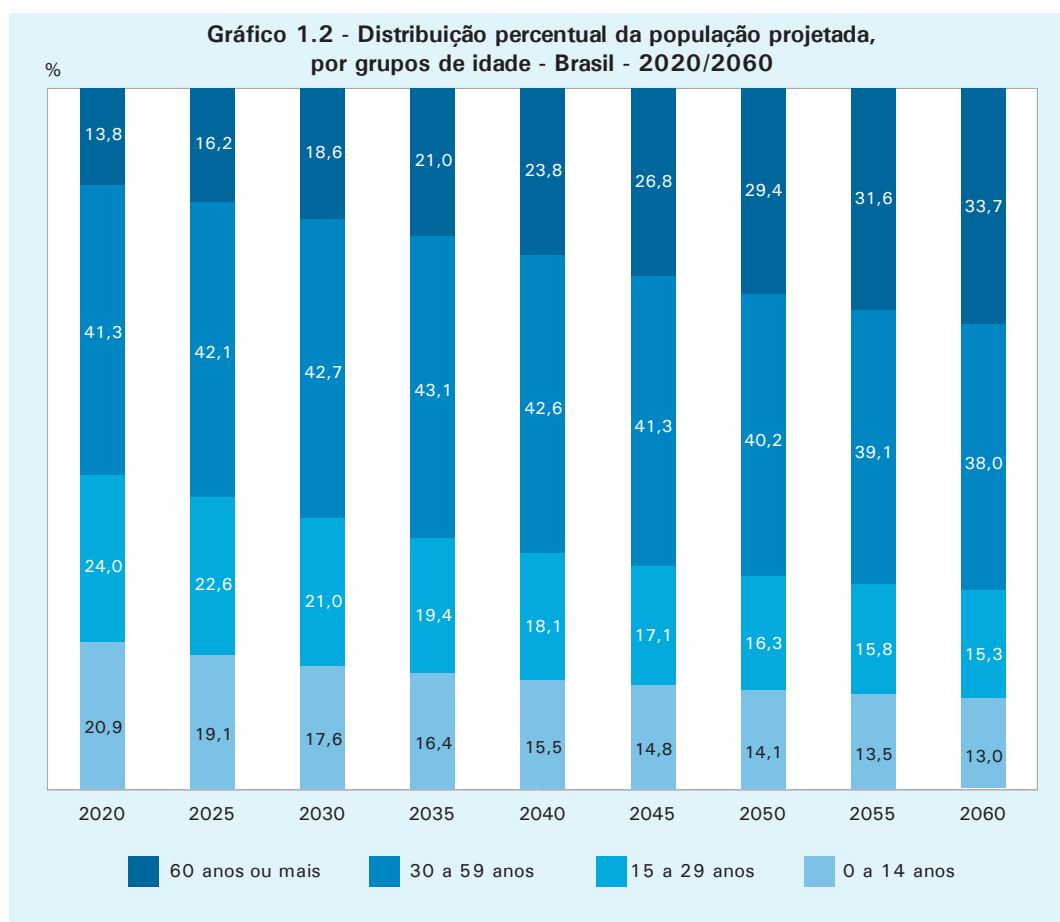
A distribuição populacional por idade e sexo segue apontando para a tendência de envelhecimento da estrutura etária no País. Em 2002, o estreitamento da base da pirâmide populacional já era um fenômeno presente, ou seja, a participação dos grupos de 0 a 4 e 5 a 9 anos de idade era inferior à do grupo de 10 a 14 anos de idade. Na estrutura etária populacional de 2012, observa-se que este estreitamento da base da pirâmide está ainda mais acentuado. Comparando os dois anos, verifica-se que a participação do grupo com até 24 anos de idade passa de 47,4%, em 2002, para 39,6%, em 2012. O aumento da participação do grupo com 45 anos ou mais de idade fica evidente: em 2002, era de 23,0%, atingindo 29,9%, em 2012 (Gráfico 1.1 e Tabela 1.2). Mais adiante será feita uma análise mais detalhada sobre crianças, adolescentes, jovens e idosos.



A tendência de envelhecimento populacional fica ainda mais clara ao se observar a distribuição da população projetada por grupos de idade. De acordo com a projeção de população mais recente, realizada pelo IBGE e divulgada em agosto de 2013, a proporção de jovens de 0 a 14 anos de idade diminui gradualmente e atingirá 13,0% da população brasileira em 2060 (PROJEÇÃO..., 2013). Especificamente para o grupo de até 5 anos de



idade, público-alvo da educação infantil, a proporção diminui de 7,9% para 4,9% entre 2020 e 2060. Para aqueles com 15 a 29 anos de idade a tendência de diminuição na participação também é observada, chegando a 15,3% no ano final da projeção. No grupo de 30 a 59 anos de idade percebe-se certa estabilidade da participação ao longo do tempo, variando de 41,3% em 2020 a 38,0% em 2060. Já para o grupo de idosos de 60 anos ou mais de idade o aumento na participação relativa é acentuado, passando de 13,8%, em 2020, para 33,7%, em 2060, ou seja, um aumento de 20 pontos percentuais. O grupo de idosos de 60 anos ou mais de idade será maior que o grupo de crianças com até 14 anos de idade após 2030, e em 2055 a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos de idade (Gráfico 1.2 e Tabela 1.12).



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000/2060, Revisão 2013 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000/2030, Revisão 2013.

A razão de dependência total é medida pelo quociente entre o número de pessoas economicamente dependentes e o de pessoas potencialmente ativas. Este indicador é separado em dois grupos etários, por hipótese, economicamente dependentes, sendo denominado razão de dependência de jovens e razão de dependência de idosos. O grupo de jovens utilizado neste indicador é aquele formado por pessoas com menos de 15 anos de idade. No caso do grupo de idosos, uma das definições tem como referência o Estatuto do Idoso, disposto na Lei nº 10.741 de 01.10.2003 (BRASIL, 2003) e a recomendação da Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) para países em desenvolvimento (HEALTH..., 2013), que considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais

de idade. A outra definição, bastante utilizada nas comparações internacionais, também tem como referência o valor estabelecido pela OMS (HEALTH..., 2013) para os países desenvolvidos e considera idosa a pessoa de 65 anos ou mais de idade<sup>1</sup>.

No Brasil, em 2002, a razão de dependência total foi de 59,3 pessoas economicamente dependentes para cada 100 pessoas em idade potencialmente ativa, passando para 55,0 em 2012, ao considerar que o grupo de idosos é composto pelas pessoas de 60 anos ou mais de idade. Assim, este indicador mostra que há uma diminuição do grupo que, em tese, é economicamente dependente em relação ao grupo de pessoas potencialmente ativas.

A informação da razão de dependência reflete o processo de estreitamento da base da pirâmide já citado: entre 2002 e 2012, diminui de 44,5 para 35,4 a razão de pessoas de 0 a 14 anos em relação a 100 pessoas com idade de 15 a 59 anos. No outro extremo, consistente com o processo de diminuição da fecundidade e de maior longevidade da população, aumenta de 14,9 para 19,6 a razão de pessoas de 60 anos ou mais de idade para cada grupo de 100 pessoas em idade potencialmente ativa (Tabela 1.3).

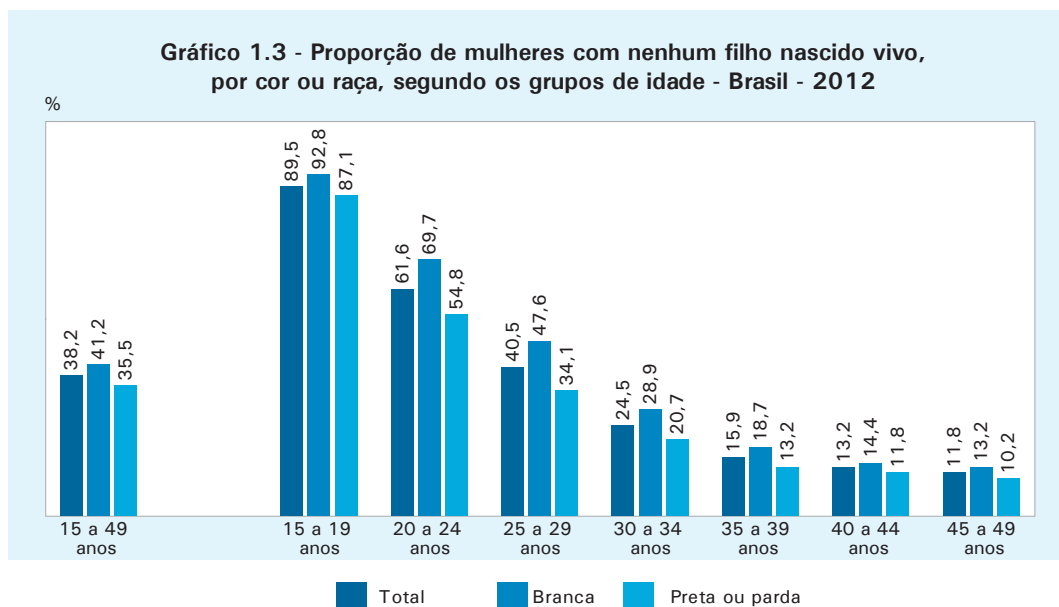
De acordo com a projeção da população brasileira efetuada pelo IBGE, a expectativa é que a razão de dependência de idosos chegue a 63,2 pessoas de 60 anos ou mais de idade para 100 pessoas de 15 a 59 anos em 2060 (PROJEÇÃO..., 2013). Mesmo considerando o grupo de idosos como aqueles com 65 anos ou mais de idade, o indicador seria de 44,4 idosos para cada 100 pessoas de 15 a 64 anos (Tabela 1.12). Uma informação interessante é que se estima que a razão de dependência de idosos, considerando o grupo de 65 anos ou mais de idade, para o Japão será de 43,6 em 2015, de acordo com as projeções da ONU (WORLD..., 2013), valor muito próximo ao que o Brasil experimentará somente em 2060, conforme estimado pelo IBGE (PROJEÇÃO..., 2013). Segundo a ONU, a estimativa da razão de dependência de idosos, para 2015, na América do Sul, é mais elevada para o Uruguai (22,3), enquanto na Europa o maior valor é para a Itália (33,8) (WORLD..., 2013).

A definição da estrutura etária é dada principalmente pelo comportamento da fecundidade, que, junto com mortalidade e migração, corresponde a uma das componentes demográficas. Entre os indicadores de fecundidade, destaca-se a taxa de fecundidade total, que mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo. Em 2012, a taxa de fecundidade total para o Brasil foi de 1,8 filho por mulher, segundo a projeção de população do IBGE divulgada em 2013 (PROJEÇÃO..., 2013). Os valores mais elevados foram observados para o Acre (2,7 filhos por mulher), Amapá (2,5), Amazonas e Roraima (2,4), Pará e Maranhão (2,3) com taxas acima do nível de reposição populacional. O menor valor neste indicador (1,6 filho por mulher) foi observado para o Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal (Tabela 1.4).

Um indicador relativo à fecundidade corresponde à proporção de mulheres, nos diferentes grupos etários, que não tiveram filhos nascidos vivos. Uma vez que o Brasil vem experimentando um processo de queda na fecundidade, observa-se também o aumento na proporção de mulheres que não tiveram filhos nascidos vivos. Em 2012, de acordo com dados da PNAD, 38,2% das mulheres de 15 a 49 anos de idade não tinham filho nascido vivo. No grupo de mulheres de 25 a 29 anos de idade, em 2002, 32,2% não tinham nenhum filho nascido vivo, enquanto em 2012 este indicador atinge 40,5% das mulheres de mesma idade. Entre as jovens de 15 a 19 anos, verifica-se que 89,5% delas não tinham filho; já no grupo final do período reprodutivo, formado pelas mulheres com 45 a 49 anos de idade, 11,8% não tiveram filho nascido vivo (Tabela 1.5 e Gráfico 1.3).

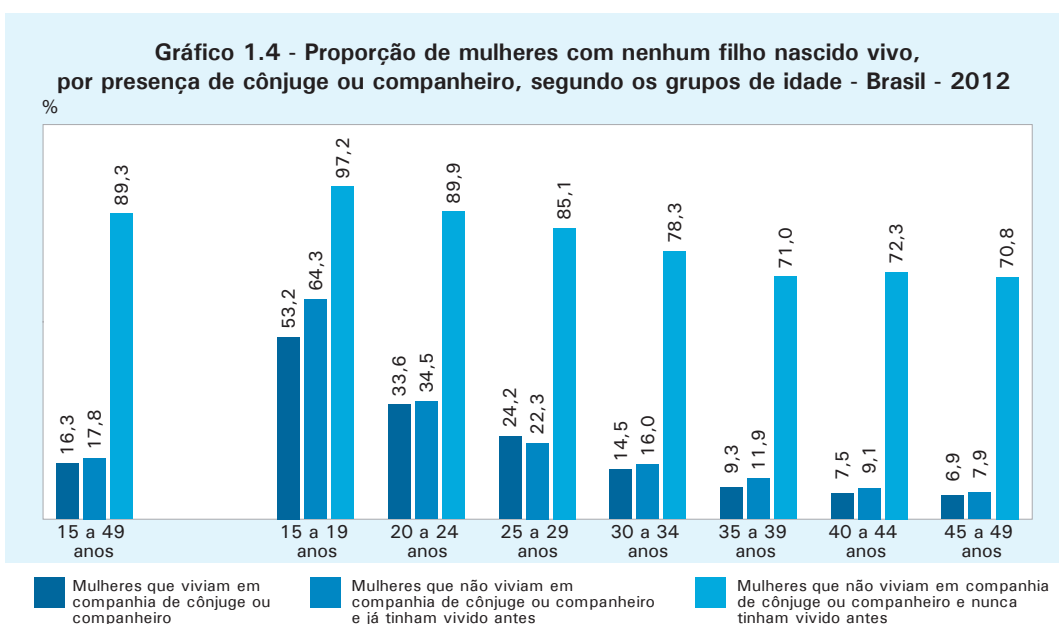
<sup>1</sup> Na revisão de 2012 das projeções populacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas - ONU (WORLD..., 2013), foram utilizados diferentes grupos etários para o cálculo da razão de dependência. Na definição do grupo de jovens, foram consideradas as pessoas de 0 a 14 anos, 0 a 19 anos ou 0 a 24 anos de idade. Para definição do grupo de idosos, foram consideradas as pessoas de 65 ou mais ou 70 ou mais anos de idade.

A proporção de mulheres que permanecem sem ter filhos é diferenciada pela cor ou raça da mulher. Em 2012, entre as mulheres brancas de 15 a 49 anos de idade 41,2% não tinham filhos, enquanto para as pretas ou pardas o percentual foi de 35,5%. Para as adolescentes (15 a 19 anos de idade) brancas, a proporção que não tiveram filho nascido vivo foi de 92,8% e para as pretas ou pardas de 87,1%. Observa-se para as mulheres de 20 a 24 anos de idade a maior diferença neste indicador (Gráfico 1.3 e Tabela 1.6).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Outro determinante na proporção de mulheres sem filho nascido vivo é o estado conjugal da mulher. Para as mulheres de 15 a 49 anos de idade, que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro, a proporção sem nenhum filho foi de 16,3%; para aquelas que nunca viveram em companhia de cônjuge ou companheiro esse indicador foi de 89,3% (Gráfico 1.4 e Tabela 1.7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Uma abordagem que também pode ser feita ao analisar a proporção de mulheres que não tiveram filhos refere-se à escolaridade da mulher. Em 2012, no caso das mulheres de 15 a 19 anos de idade com maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo), 7,7% tiveram filhos; enquanto para aquelas com até 7 anos de estudo, esta proporção foi de 18,4% (Tabela 1.8). Uma vez que a maternidade pode atrasar ou mesmo interromper o processo de escolarização da mulher, percebe-se a necessidade de políticas públicas relacionadas ao cuidado de crianças voltadas para essas jovens que já tinham filhos e desejavam retornar ou mesmo não interromper os estudos devido à maternidade.

É importante enfatizar a relação entre estudo e maternidade. Nota-se que, entre as mulheres de 15 a 17 anos de idade que não tinham filho, 88,1% estavam estudando; para aquelas que tinham um filho ou mais, somente 28,5% estudavam e 68,7% delas não estudavam e nem completaram o ensino médio, que seria o adequado para estarem cursando. No grupo de mulheres de 18 a 24 anos de idade, 40,9% daquelas que não tinham filho ainda estudavam, 13,4% não estudavam e tinham até o ensino médio incompleto, 45,6% não estudavam e tinham pelo menos o ensino médio completo. No mesmo grupo etário, entre aquelas que tinham filho, somente 10,0% estudavam, 56,7% não estudavam e tinham até o ensino médio incompleto, 33,3% não estudavam e tinham pelo menos o ensino médio completo (Tabela 1).

**Tabela 1 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo a frequência à escola e o nível de instrução mais elevado alcançado - Brasil - 2012**

Frequência à escola e nível de instrução mais elevado alcançado	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade e indicação de presença de filhos nascidos vivos (%)					
	Total		15 a 17 anos de idade		18 a 24 anos de idade	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Estuda	59,4	11,4	88,1	28,5	40,9	10,0
Não estuda, nível de ensino alcançado até médio incompleto	11,9	57,6	9,4	68,7	13,4	56,7
Não estuda, nível de ensino alcançado médio completo ou mais	28,8	31,0	2,5	2,8	45,6	33,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Um indicador clássico da dinâmica demográfica é a taxa de mortalidade infantil, que mede o quociente entre o número de mortes de crianças até 1 ano de idade e o número de nascidos vivos em determinado ano e local. A estimativa da mortalidade infantil no Brasil, em 2012, foi de 15,7 mortes para 1 000 nascidos vivos, segundo a estimativa de população mais recente realizada pelo IBGE (PROJEÇÃO..., 2013). Entretanto, observam-se expressivas desigualdades regionais neste indicador: Regiões Nordeste (20,5), Norte (19,8) e Centro-Oeste (16,0) com valores maiores do que a média nacional, enquanto o Sudeste (12,0) e Sul (10,8) apresentavam valores inferiores (Tabela 1.4).

É importante ressaltar que, apesar da redução que vem alcançando nos últimos anos, a taxa de mortalidade infantil do Brasil, se comparada àquelas dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for

Economic Co-Operation and Development - OECD), de 2011, ainda é muito mais elevada. Inclusive países da América Latina, como o Chile e México, apresentaram taxas bem mais reduzidas (Tabela 2).

**Tabela 2 - Taxa de mortalidade infantil nos países da OECD - 2011**

Países	Taxa de mortalidade infantil (por 1 000 nascidos vivos)	Países	Taxa de mortalidade infantil (por 1 000 nascidos vivos)
Alemanha	3,6	Irlanda	3,5
Austrália	3,8	Islândia	0,9
Áustria	3,6	Israel	3,5
Bélgica	3,3	Japão	2,3
Chile	7,7	Luxemburgo	4,3
Coreia	3,0	México	13,6
Dinamarca	3,6	Noruega	2,4
Espanha	3,2	Polónia	4,7
Estados Unidos	6,1	Portugal	3,1
Estônia	2,5	Reino Unido	4,3
Finlândia	2,4	República Checa	2,7
França	3,5	Suécia	2,1
Grécia	3,4	Suíça	3,8
Holanda	3,6	Turquia	7,7
Hungria	4,9		

Fonte: Infant mortality: deaths per 1 000 live births. In: Organisation for Economic Co-Operation and Development. Health: key tables from OECD. Paris: OECD, 2013. tab. 14. Disponível em: <[http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/health-key-tables-from-oecd\\_20758480](http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/health-key-tables-from-oecd_20758480)>. Acesso em: nov. 2013.

A esperança de vida ao nascer é um indicador sintético de mortalidade, que combina uma série de fatores que vão desde o *status* socioeconômico até o acesso a serviços de saúde. Expressa o número médio de anos de vida que se espera que um recém-nascido viva, ao manter o padrão de mortalidade observado no período. Em 2012, a esperança de vida ao nascer para o brasileiro, proveniente da projeção populacional divulgada pelo IBGE em 2013 foi de 74,5 anos, sendo que para as mulheres a estimativa foi de 78,2 anos e para os homens, de 70,9 anos (PROJEÇÃO..., 2013). A principal diferença entre homens e mulheres na esperança de vida ao nascer foi em Alagoas, de 9,5 anos, sendo neste estado onde os homens apresentaram a mais baixa esperança de vida ao nascer (65,4 anos) do País (Tabela 1.4).

O cruzamento da informação da população residente em determinada região com o quesito sobre Unidade da Federação ou país estrangeiro em que nasceu, disponível na base de dados da PNAD, permite verificar o resultado dos fluxos migratórios entre as regiões ao longo do tempo. Desta forma, com o dado sobre local de residência e local de nascimento, tem-se a informação sobre o estoque de pessoas naturais e não naturais em cada região, resultado da migração ocorrida no passado.

Na composição da população residente na Região Norte, em 2012, 15,4% não nasceu na região. Entre as pessoas que nasceram na Região Norte e eram não naturais em outras regiões, 41,5% residia na Região Centro-Oeste. A Região Nordeste foi a que apresentou menor participação (2,7%) de residentes não naturais da região. O principal local de residência dos migrantes nascidos no Nordeste foi a Região Sudeste (67,5% dos

migrantes do Nordeste). A Região Centro-Oeste contou com maior percentual (29,4%) de residentes que não eram nascidos na região. Para aqueles que nasceram na Região Centro-Oeste e residiam em outras regiões, praticamente a metade estava no Sudeste. A Região Sudeste também foi o local de residência da maioria das pessoas que nasceram em país estrangeiro (Tabelas 1.9 a 1.11).

A informação sobre local de nascimento e local de residência atual não especifica o tempo em que a migração ocorreu, nem se outros deslocamentos ocorreram entre o nascimento e o deslocamento para o atual local de residência. Sendo assim, uma forma de mensurar o movimento migratório mais recente, que descreve a última etapa migratória, pode ser obtida do cruzamento do quesito sobre a Unidade da Federação de residência atual e a Unidade da Federação que morava anteriormente.

Entre aqueles que passaram a residir na Região Sudeste na década anterior à pesquisa, 55,0% vieram da Região Nordeste, 14,6% da Sul, 12,0% da Centro-Oeste, 11,9% de país estrangeiro e 6,6% da Norte. Merece destaque também a proporção de pessoas (68,1%) que migraram para a Região Nordeste e moravam anteriormente na Região Sudeste (Tabelas 1.12 e 1.13).

Dada a relevância de grupos etários específicos na análise dos indicadores, devido a políticas e programas sociais, a próxima seção é dedicada ao conjunto das crianças, adolescentes e jovens, enquanto a seção seguinte é dedicada aos idosos.

## Crianças, adolescentes e jovens

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund – UNICEF) é a agência da ONU que tem como missão promover o direito de crianças, sua sobrevivência, desenvolvimento e proteção, guiada pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral da ONU de 20.11.1989. O plano estratégico preparado pelo UNICEF, para o período de 2014 a 2017, defende o avanço no direito de todas as crianças, especialmente aquelas com maiores desvantagens, estabelecendo as seguintes áreas prioritárias: saúde; acesso à água, esgotamento e higiene; proteção do HIV/AIDS; proteção contra violência, abuso e exploração; educação de qualidade; nutrição; redução da pobreza e da exclusão social de crianças (UNICEF, 2013).

Considerando a definição de crianças, adolescentes e jovens sob perspectiva da idade, diferenças podem ser notadas. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, definiu que o grupo de crianças era formado pelas pessoas com até 18 anos de idade. Em 1985, a ONU comemorou o primeiro Ano Internacional da Juventude, definindo como juventude o grupo de pessoas de 15 a 24 anos de idade. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, disposto na Lei nº 8.069, de 13.07.1990, define como criança a pessoa com até 12 anos de idade incompletos, e adolescente a pessoa com idade de 12 a 18 anos (BRASIL, 1990), enquanto o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 05.08.2013, considera jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade (BRASIL, 2013c).

Desta forma, nesta seção, os segmentos etários serão definidos de acordo com o tema abordado. Ao analisar dados sobre educação, buscou-se utilizar os limites etários relacionados aos níveis de ensino: educação infantil (creche para crianças de 0 a 3 anos de idade e pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade), ensino fundamental para pessoas de 6 a 14 anos de idade, ensino médio para pessoas de 15 a 17 anos, ensino superior para pessoas de 18 a 24 anos. Para análise de mercado de trabalho serão consideradas as limitações etárias estabelecidas por lei (BRASIL, 1998), que proíbe trabalho noturno,

perigoso ou insalubre a pessoa menor de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Aspectos relacionados à relação entre crianças, adolescentes e jovens e educação são abordados em maior profundidade no Capítulo 3, **Educação**, e questões relativas à saúde, no Capítulo 6, **Saúde**, sendo tratados aqui de forma contextual.

Ao considerar o limite etário estabelecido pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013c), observa-se que crianças, adolescentes e jovens de até 29 anos de idade correspondiam a 47,7% da população brasileira total, segundo a PNAD 2012 (Tabela 1.15). Este segmento está perdendo participação na população total, visto que em 2002 representava mais da metade da população (55,4%). Essa mudança na estrutura etária pode ser verificada também no aumento da idade mediana da população, que era de 26,0 anos, em 2002, e passa a 31,0 anos, em 2012. A idade média também se eleva no período, era de 29,4 anos e chega a 33,1 anos, em 2012.

A saúde da criança, uma das áreas prioritárias de acordo com o UNICEF, está relacionada à sobrevivência dos recém-nascidos durante o parto e no período neonatal. Um fator de risco associado à sobrevivência deste grupo refere-se ao baixo peso ao nascer. O baixo peso ao nascer é definido pela OMS, na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID 10, como aquele inferior a 2 500 gramas (INTERNATIONAL..., 2010). Dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, do Ministério da Saúde, revelam que, do total de 2,9 milhões de nascimentos ocorridos, em 2011, no País, a criança apresentou baixo peso ao nascer em 8,5% dos partos (Tabela 3).

**Tabela 3 - Crianças nascidas vivas, total e com baixo peso ao nascer, segundo as Grandes Regiões - 2011**

Grandes Regiões	Crianças nascidas vivas (1 000 crianças)		
	Total (1)	Com baixo peso ao nascer	
		Total	Proporção (%) (2)
<b>Brasil</b>	<b>2 913</b>	<b>248</b>	<b>8,5</b>
Norte	314	23	7,3
Nordeste	851	67	7,9
Sudeste	1 144	106	9,3
Sul	378	33	8,8
Centro-Oeste	227	19	8,3

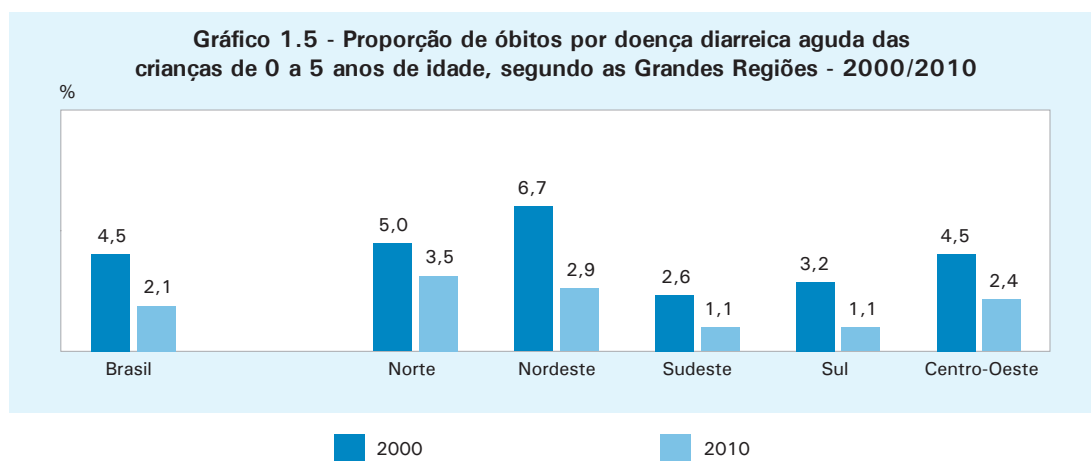
Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos 2011.

(1) No número total de crianças nascidas vivas foram incluídos os partos cuja informação sobre peso ao nascer era ignorada. (2) A proporção de nascidos vivos com baixo peso está calculada sobre o número de partos com declaração do peso ao nascer.

O acesso a serviços de saneamento básico é outro tema entre as áreas temáticas apontadas pelo UNICEF. Em 2012, 47,3% das crianças com até 14 anos de idade residiam em domicílios em que pelo menos um serviço de saneamento (água, esgoto ou lixo) não era adequado, isto é, ou não havia abastecimento de água por meio de rede geral, e/ou o esgotamento sanitário não se dava via rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, e/ou o lixo não era coletado. Quando as três formas inadequadas de saneamento existiam simultaneamente no domicílio, em 2002, 15,4% das crianças nesta faixa etária estavam seriamente expostas a riscos de doenças, sendo que em 2012 este indicador passou a ser de 10,2% das crianças na mesma faixa etária. Em contraste, esse indicador chegou a 22,1% das crianças nortistas e a 3,5% das crianças do Sudeste, em 2012 (Tabela 1.16).

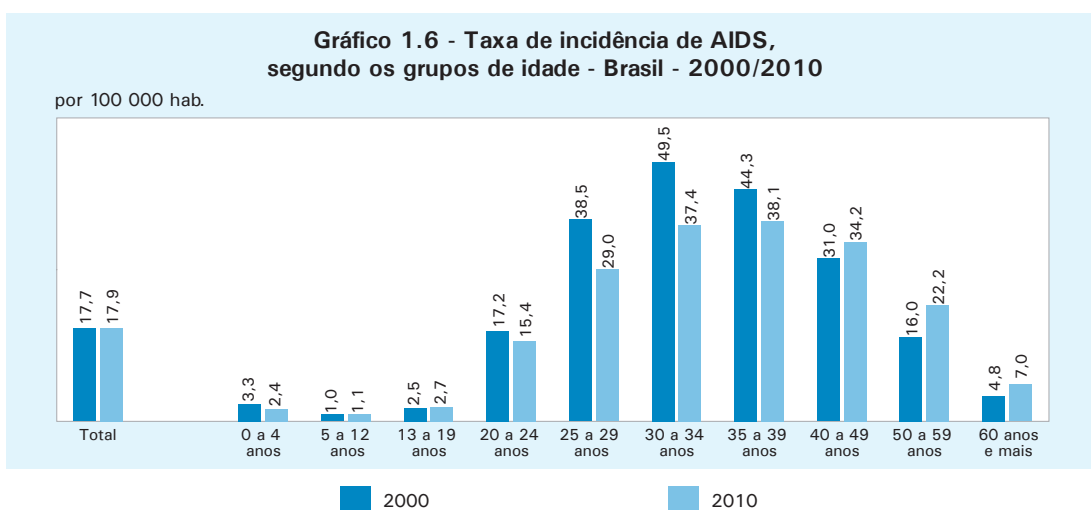


Um indicador que reflete as condições sanitárias da população é a proporção de óbitos por doença diarreica aguda nas crianças menores de 5 anos de idade. Pelos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, em 10 anos este indicador diminuiu pela metade, passando de 4,5% dos óbitos de crianças com menos de 5 anos, em 2000, para 2,1% em 2010. Merece destaque a Região Nordeste com queda mais acentuada, passando de 6,7% dos óbitos para 2,9% no mesmo período (Gráfico 1.5).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2000/2010.

Uma terceira área prioritária mencionada no documento do UNICEF foi a proteção do HIV/AIDS. A taxa de incidência, medida pela razão entre o número de casos por 100 mil habitantes, indica estabilidade neste indicador no período de 2000 a 2010 para o total da população, de acordo com dados do Programa Nacional de DST/AIDS, sistematizados pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde. No grupo de crianças de 0 a 4 anos de idade em que a transmissão do vírus ocorre essencialmente da mãe para seu filho (transmissão vertical) houve uma diminuição da taxa, que passou de 3,3 por 100 mil para 2,4 no mesmo período. Entre as pessoas de 5 a 19 anos de idade, o indicador apresenta estabilidade, havendo diminuição na taxa de incidência para os subgrupos de 20 a 39 anos de idade. Para pessoas de 40 anos ou mais de idade, em contraste, a taxa de incidência apresentou crescimento no mesmo período (Gráfico 1.6).

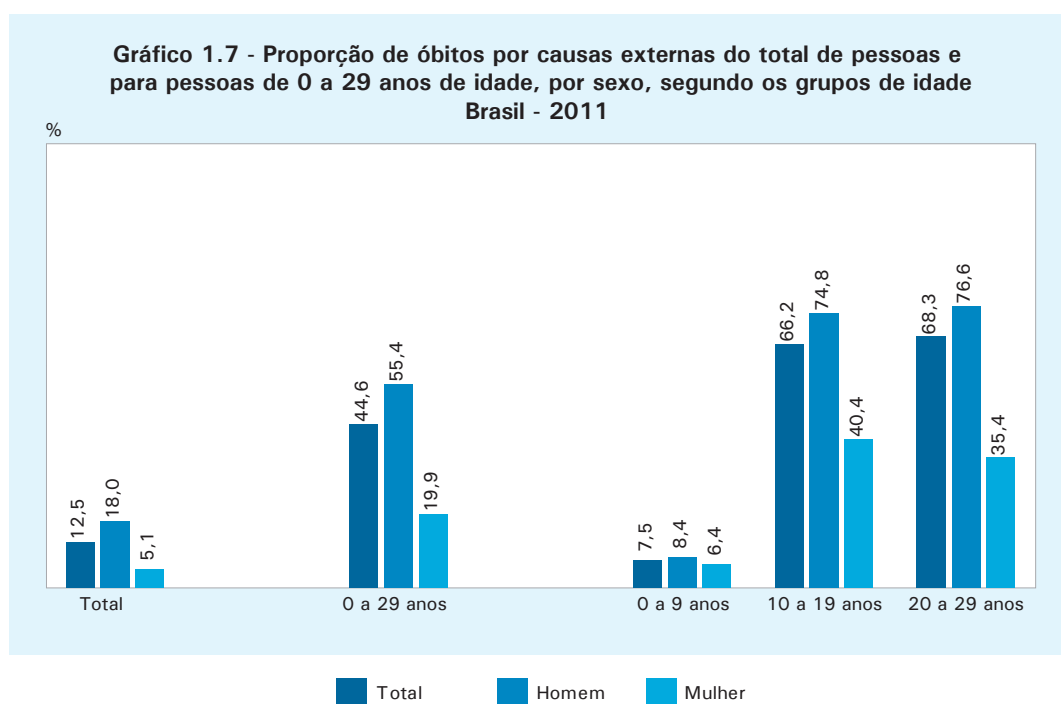


Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST/AIDS 2000/2010.



A quarta área destacada pelo UNICEF refere-se à proteção contra violência, abuso e exploração. Apesar da escassez de dados sobre violência, um indicador comumente utilizado para destacar a importância do impacto da violência e dos acidentes para a população jovem refere-se à mortalidade por causas externas.

Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, mostram que as causas externas foram a principal causa de morte da população com menos de 30 anos de idade. Do total de óbitos masculinos ocorridos em 2011, 18,0% foram devido a causas externas, enquanto para as mulheres 5,1% dos óbitos foram por esta causa. No grupo de 0 a 29 anos de idade, este indicador sobe para 55,4% das mortes masculinas, enquanto 19,9% das mortes de mulheres foram por causas externas, mostrando que os jovens do sexo masculino estão bem mais expostos às mortes violentas (Gráfico 1.7).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2011.

Um aspecto da proteção de crianças contra exploração está relacionado à inserção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no mundo do trabalho em atividades produtivas, pois isto geralmente dificulta ou impede sua frequência à escola, sendo este um fator limitador de seu desenvolvimento e aprendizado pleno. Segundo a PNAD 2012, no grupo de idade de 5 a 13 anos o nível de ocupação foi de 2,5%, para pessoas de 14 ou 15 anos de idade foi de 13,5% e para aqueles com 16 ou 17 anos de idade foi de 28,6%. O combate ao trabalho infantil é foco de políticas sociais e está entre as prioridades colocadas pelo UNICEF e pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos na Declaração do Milênio, aprovada pela ONU em 08.09.2000.

Outro aspecto relacionado ao trabalho de crianças está na dedicação destas aos afazeres domésticos. Assim, para o grupo de 10 a 15 anos de idade, 39,7% dos meninos e 71,4% das meninas declararam cuidar de afazeres domésticos na semana de referência, em 2012, sendo que o número de horas dedicadas a esta atividade também foi superior

para as meninas (em média, 12,6 horas semanais, contra 7,9 horas para os meninos) (Tabela 1.21).

A nutrição de crianças é o quinto tema prioritário estabelecido pelo UNICEF. A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009, realizada pelo IBGE, destaca que o déficit de peso<sup>2</sup> foi diagnosticado em 4,1% das crianças de 5 a 9 anos de idade, com pouca variação entre os sexos. Já o excesso de peso foi diagnosticado em 34,8% dos meninos e 32,0% das meninas. Quadros de obesidade corresponderam a cerca de  $\frac{1}{3}$  do total de casos de excesso de peso no sexo feminino e a quase metade no sexo masculino. No grupo de 10 a 19 anos de idade, o déficit de peso<sup>3</sup> foi de 3,4% das pessoas, sendo maior nos grupos de menor idade. O excesso de peso novamente apresentou valores mais elevados, atingindo 20,5% da população nesta faixa etária, sendo que a obesidade correspondia a  $\frac{1}{4}$  deste valor, segundo a POF 2008-2009 (PESQUISA..., 2010).

Dados sobre o consumo alimentar de alunos do 9º ano do ensino fundamental, na semana anterior à da pesquisa, provenientes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2012, realizada pelo IBGE, são apresentados no Capítulo 6, **Saúde**. No que se refere aos marcadores de alimentação saudável, verificou-se que, considerando a frequência de cinco dias ou mais na semana anterior à da pesquisa, 69,9% dos escolares consumiram feijão; 43,4%, hortaliças; 30,2%, frutas frescas; e 51,5%, leite. Com relação aos alimentos marcadores de alimentação não saudável, o consumo de guloseimas (doces, balas, chocolates, chicletes, bombons ou pirulitos), em cinco dias ou mais na semana, foi referido por 41,3% dos escolares. Em conjunto com o consumo de biscoitos salgados (35,1%) e de refrigerantes (33,2%), estes foram os marcadores de alimentação não saudável mais referidos pelos escolares. Os dados de 2012 reafirmam as conclusões da PeNSE 2009 sobre o padrão regular e elevado de consumo de alimentos não saudáveis por parcela significativa dos estudantes brasileiros (PESQUISA..., 2013).

Em relação aos jovens, grupo que consiste de pessoas de 15 a 29 anos de idade de acordo com o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013c), uma das metas nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio destaca a importância do trabalho produtivo e decente para este grupo populacional<sup>4</sup>. Em 2012, para os jovens de 15 a 17 anos de idade, a taxa de ocupação foi de 25,3%, de acordo com dados da PNAD. Nessa idade espera-se que o jovem ainda esteja frequentando a escola, assim 65,4% do total de pessoas neste grupo etário somente estudavam, 18,8% trabalhavam e estudavam, 6,5% somente trabalhavam e 9,4% não trabalhavam nem estudavam, o que será estudado com mais detalhe na sequência. Comparando estes valores com os de 2002, percebe-se que houve aumento da proporção de pessoas nesta faixa etária que somente estudavam (58,4%) e diminuiu a participação daqueles que trabalhavam e estudavam (23,1%) e daqueles que somente trabalhavam (8,7%) (Gráfico 1.8 e Tabelas 1.17 e 1.20).

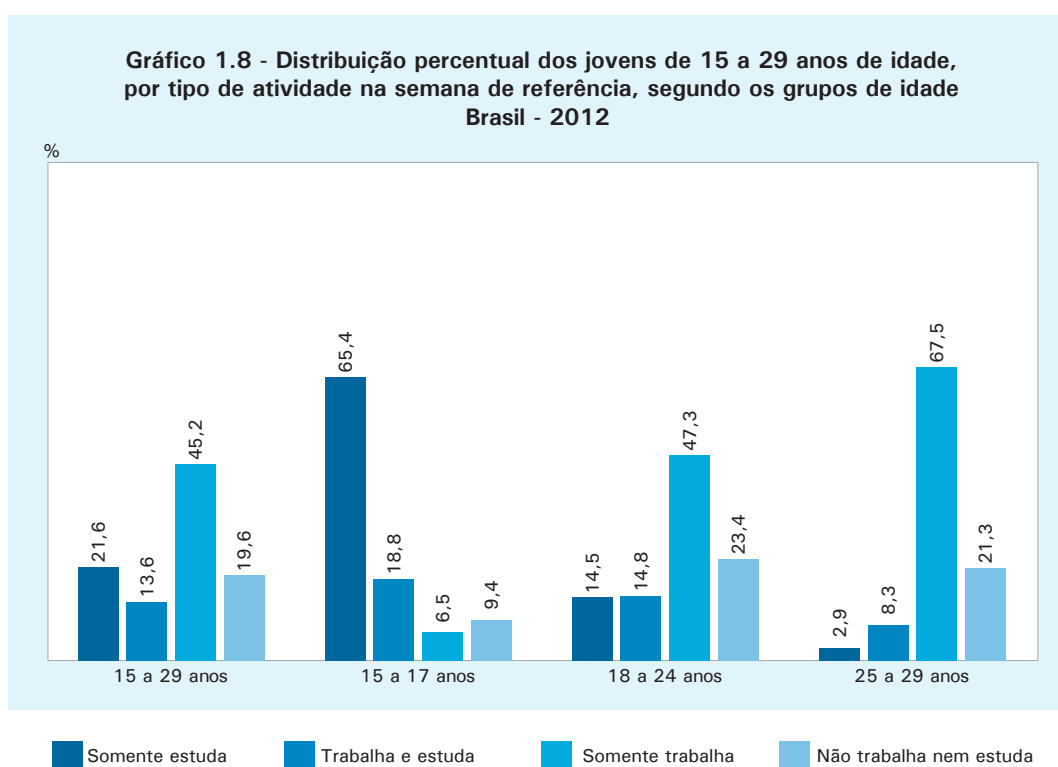
Ao analisar as taxas de ocupação e de escolaridade, constata-se a heterogeneidade do grupo formado pelos jovens. Para as pessoas de 18 a 24 anos de idade, a taxa de ocupação é bem mais elevada que aquela observada para o grupo de 15 a 17 anos,

<sup>2</sup> O déficit de peso em crianças de 5 a 9 anos de idade foi considerado para valores de Índice de Massa Corporal para idade – IMC-para-idade – menores que -2 escores z da distribuição de referência (PESQUISA..., 2010). Excesso de peso e obesidade, nesta faixa etária, foram considerados para valores do IMC-para-idade iguais ou maiores que 1 ou 2 escores z, respectivamente (PESQUISA..., 2010).

<sup>3</sup> Os valores de referência para crianças e adolescentes de 10 a 19 anos de idade foram os mesmos daqueles usados no caso das crianças de 5 a 9 anos de idade (PESQUISA..., 2010).

<sup>4</sup> Meta 1B: alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho **decente** para todos, incluindo mulheres e jovens.

com diferença principalmente na proporção daqueles que somente trabalham. A taxa de ocupação das pessoas de 18 a 24 anos apresentou ligeiro aumento, passando de 60,6% a 62,1%, no período de 2002 para 2012, acompanhada pela elevação da proporção dos jovens que somente trabalhavam, que passou de 43,1% para 47,3%, no mesmo período. A taxa de frequência à escola apresentou queda no mesmo período, de 33,9% para 29,4% deste segmento etário, fato relacionado tanto ao aumento da proporção desses jovens que somente trabalhavam quanto à redução do atraso escolar nessa faixa etária (Gráfico 1.8 e Tabelas 1.17 e 1.20). detalhes sobre este tema podem ser obtidos no Capítulo 3, **Educação**.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Para o grupo de 25 a 29 anos de idade, em 2012, observa-se que somente 11,2% estudavam, sendo que 8,8% do total cursavam ensino superior, mestrado ou doutorado. Cerca de  $\frac{3}{4}$  das pessoas neste grupo etário trabalhavam (Gráfico 1.8 e Tabelas 1.17 e 1.20).

Merece atenção analisar os jovens que não trabalhavam na semana de referência nem frequentavam escola, aqueles chamados de “nem-nem”, que representavam 19,6% dos jovens de 15 a 29 anos de idade, em 2012. No subgrupo de 15 a 17 anos, esta proporção foi de 9,4%, enquanto entre aqueles com 18 a 24 anos a incidência chegou a 23,4%. A proporção de mulheres entre os que não estudavam e não trabalhavam foi crescente com a idade, 59,6% entre aqueles com 15 a 17 anos de idade, atingindo 76,9% entre as pessoas de 25 a 29 anos de idade. Entre as mulheres que não trabalhavam nem estudavam destaca-se a proporção daquelas que tinham pelo menos um filho: 30,0% daquelas de idade entre 15 e 17 anos, 51,6% daquelas de 18 a 24 anos de idade e 74,1% daquelas de 25 a 29 anos de idade (Gráfico 1.8 e Tabelas 4 e 1.20).

**Tabela 4 - Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam na semana de referência, por grupos de idade, segundo algumas características selecionadas - Brasil - 2012**

Características selecionadas	Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam na semana de referência, por grupos de idade (%)			
	Total	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
<b>Sexo</b>				
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Homem	29,7	40,4	32,0	23,1
Mulher	70,3	59,6	68,0	76,9
<b>Nível de instrução mais elevado alcançado</b>				
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Ensino fundamental incompleto	32,4	56,7	28,4	31,5
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	23,4	31,0	24,1	20,0
Ensino médio completo	38,6	12,2	43,2	39,2
Ensino superior incompleto ou completo	5,6	0,1	4,2	9,3
<b>Indicação de presença de filhos nascidos vivos das mulheres</b>				
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Nenhum filho	41,0	69,9	48,0	25,0
1 ou mais filhos	58,4	30,0	51,6	74,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Para as pessoas de 15 a 17 anos de idade que não frequentavam escola e não trabalhavam, destaca-se que 56,7% não tinham nem ensino fundamental completo, sendo que com essa idade já deveriam estar cursando o ensino médio. Entre as pessoas de 18 a 24 anos, que já deveriam ter ao menos o ensino médio completo, somente 47,4% das que não trabalhavam e não estudavam tinham completado este nível de ensino, enquanto a maioria (52,6%) tinha até o ensino médio incompleto. A situação também é preocupante para as pessoas de 25 a 29 anos de idade que não trabalhavam e não estudavam, uma vez que 51,5% tinham até ensino médio incompleto, 39,2% tinham ensino médio completo e somente 9,3% tinham ensino superior incompleto ou completo (Gráfico 1.8 e Tabelas 4 e 1.20).

No Brasil, entre os adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade ocupados na semana de referência, 39,6% tinham rendimento de todos os trabalhos até 1 salário mínimo (R\$ 622,00) em 2012, e somente 18,2% deles tinham rendimento superior a dois salários mínimos. Observa-se que grande parte dos jovens tem baixo rendimento do trabalho, normalmente associado ao fato de essas pessoas estarem iniciando a carreira e se inserirem em trabalhos com menos garantias. Para 26,9% das pessoas ocupadas, a jornada de trabalho foi inferior a 40 horas semanais. No outro extremo estão os jovens que trabalharam 45 horas ou mais semanais, que correspondia a 26,3% dos ocupados neste grupo de idade (Tabelas 1.18 e 1.19).

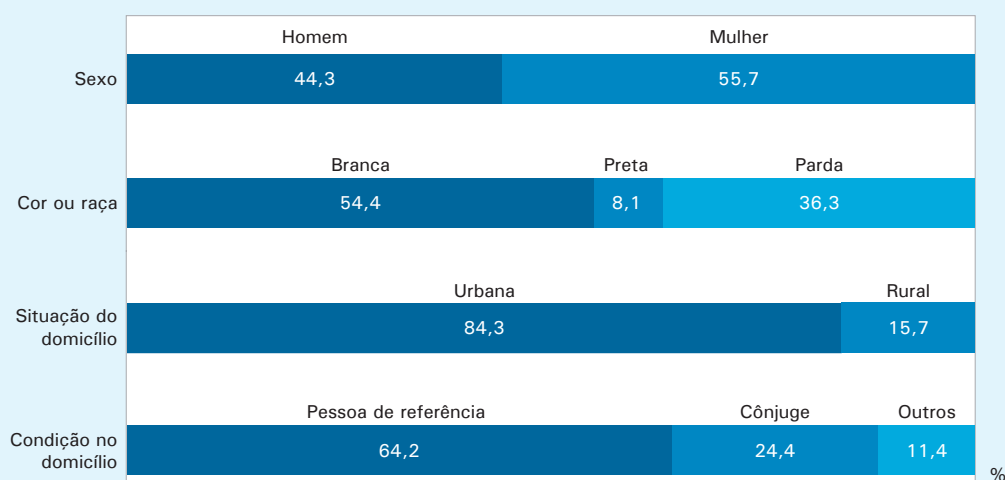
## Idosos

Os dados apresentados nesta seção foram preparados considerando idosos o grupo de pessoas com 60 anos ou mais de idade, levando em consideração o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), e também aqueles com 65 anos ou mais de idade, grupo utilizado quando são feitas comparações internacionais.

Em 2012, a participação relativa dos idosos de 60 anos ou mais de idade foi de 12,6% da população total. Para o grupo com 65 anos ou mais de idade, a participação foi de 8,6% (Tabela 1.22).

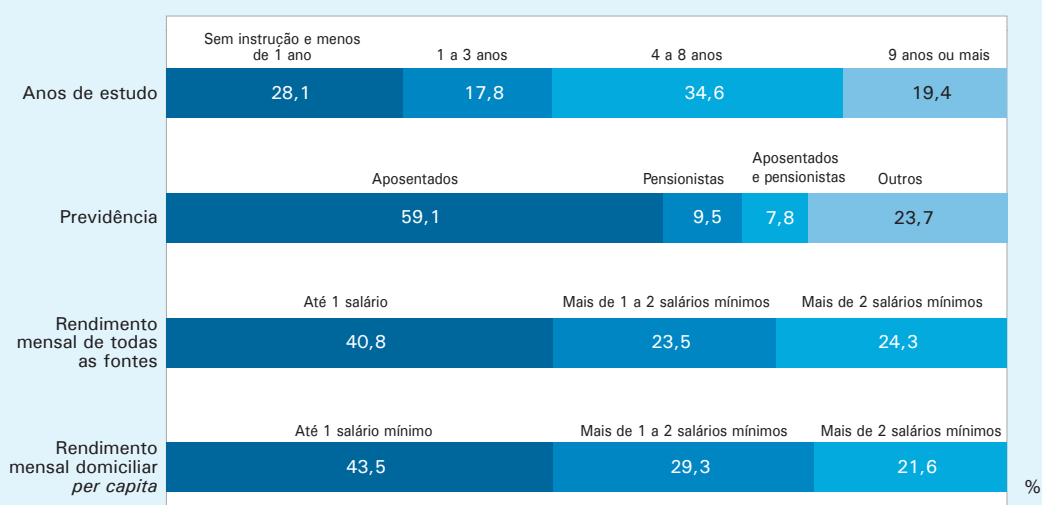
As características mais marcantes para os idosos de 60 anos ou mais de idade são que há maioria feminina (55,7%) e branca (54,5%); presença de 84,3% em áreas urbanas; inserção no domicílio como a pessoa de referência (64,2%), especialmente no caso dos homens (80,5%); média de 4,2 anos de estudo, sendo que 28,1% tinham menos de 1 ano de estudo e somente 7,2% tinham graduação completa ou mais; a grande maioria (76,3%) recebia algum benefício da previdência social, sendo que 76,2% dos homens e 59,4% das mulheres eram aposentados; 47,8% tinham rendimento de todas as fontes superior a 1 salário mínimo, mas cerca de 43,5% residiam em domicílios com rendimento mensal *per capita* igual ou inferior a 1 salário mínimo (Gráficos 1.9 e 1.10 e Tabelas 1.23 a 1.34).

**Gráfico 1.9 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, segundo o sexo, a cor ou raça, a situação do domicílio e a condição no domicílio - 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Gráfico 1.10 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, segundo os anos de estudo, a previdência, o rendimento mensal de todas as fontes e o rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Uma questão relevante ao tratar deste público se refere ao tipo de arranjo domiciliar no qual o idoso está inserido. Cerca de 1 em cada 4 idosos vivia em arranjo formado por casal sem filhos, outros parentes ou agregados. Outro arranjo comum (30,2%) entre os idosos foi aquele em que ele vivia com os filhos, sendo todos os filhos com 25 anos ou mais de idade, com ou sem presença de outro parente ou agregado. Por outro lado, 14,8% dos idosos viviam em domicílios unipessoais. Desta forma, 85,2% dos idosos estavam em arranjos em que havia presença de outra pessoa com quem estabelecesse alguma relação familiar, seja cônjuge, filho, outro parente ou agregado (Tabelas 1.35 e 1.36). Para os homens, 11,7% dos idosos viviam em domicílios unipessoais, 32,5% em domicílios formados por casal sem filhos e 26,7% em domicílio com todos os filhos maiores de 25 anos de idade. Para as mulheres essas proporções foram de 17,3% em domicílios unipessoais, 20,3% para arranjo de casal sem filhos e 32,9% em domicílio com filhos com 25 anos ou mais de idade.

Um ponto importante relacionado ao envelhecimento populacional diz respeito à previdência social. Para o grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade, 23,7% não recebiam aposentadoria ou pensão, enquanto 7,8% acumulavam aposentadoria e pensão (Tabelas 1.29 e 1.30). A proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade que acumulavam aposentadoria e pensão foi diferenciada por sexo, sendo de 2,8% entre os homens e 11,7% das mulheres idosas. A elevada proporção de idosos, desta faixa de idade, que não recebiam aposentadoria ou pensão pode estar relacionada à inserção no mercado de trabalho, em que a taxa de ocupação foi de 27,1% nesta faixa de idade, sendo que 15,3% das pessoas eram ocupadas e aposentadas, e o tempo médio semanal dedicado ao trabalho foi de 34,7 horas (Tabelas 1.37 a 1.39).

Para as pessoas de 65 anos ou mais de idade, a proporção que não recebia aposentadoria ou pensão foi de 15,0% das pessoas, enquanto a taxa de ocupação foi de 19,4%, diferenciado-se para homens (29,6%) e mulheres (11,6%). A principal fonte do rendimento de idosos de 60 anos ou mais de idade, na semana de referência, foi de aposentadoria ou pensão (66,2%) sendo que, para o grupo de 65 anos ou mais de idade, a participação desta fonte de rendimento fica mais importante (74,7%) (Tabela 1.40).

**Tabela 1.1 - Distribuição percentual da população residente, por sexo, razão de sexo e taxa de urbanização, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual da população residente, por sexo (%)		Razão de sexo (%)	Taxa de urbanização (%)
	Homens	Mulheres		
<b>Brasil</b>	<b>48,7</b>	<b>51,3</b>	<b>94,8</b>	<b>84,8</b>
<b>Norte</b>	<b>50,4</b>	<b>49,6</b>	<b>101,4</b>	<b>75,3</b>
Rondônia	50,8	49,2	103,2	73,6
Acre	50,5	49,5	102,1	73,2
Amazonas	50,5	49,5	101,9	83,8
Roraima	50,5	49,5	101,9	84,3
Pará	50,4	49,6	101,8	69,9
Região Metropolitana de Belém	48,0	52,0	92,5	97,3
Amapá	49,1	50,9	96,4	88,6
Tocantins	49,6	50,4	98,3	77,5
<b>Nordeste</b>	<b>48,5</b>	<b>51,5</b>	<b>94,1</b>	<b>73,4</b>
Maranhão	49,8	50,2	99,1	58,9
Piauí	47,9	52,1	91,8	67,0
Ceará	48,2	51,8	93,1	73,5
Região Metropolitana de Fortaleza	47,4	52,6	89,9	95,8
Rio Grande do Norte	49,3	50,7	97,3	79,6
Paraíba	47,5	52,5	90,6	80,6
Pernambuco	47,9	52,1	91,8	81,2
Região Metropolitana de Recife	47,0	53,0	88,7	97,5
Alagoas	48,3	51,7	93,5	71,4
Sergipe	47,8	52,2	91,7	73,4
Bahia	48,8	51,2	95,1	73,9
Região Metropolitana de Salvador	47,4	52,6	90,1	98,3
<b>Sudeste</b>	<b>48,3</b>	<b>51,7</b>	<b>93,4</b>	<b>93,2</b>
Minas Gerais	49,2	50,8	96,7	84,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	48,1	51,9	92,8	97,5
Espírito Santo	49,3	50,7	97,4	86,3
Rio de Janeiro	47,5	52,5	90,4	97,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	47,1	52,9	89,2	99,5
São Paulo	48,1	51,9	92,6	96,4
Região Metropolitana de São Paulo	47,4	52,6	90,0	98,9
<b>Sul</b>	<b>48,8</b>	<b>51,2</b>	<b>95,4</b>	<b>85,2</b>
Paraná	48,9	51,1	95,7	86,8
Região Metropolitana de Curitiba	48,0	52,0	92,3	92,5
Santa Catarina	48,9	51,1	95,7	84,2
Rio Grande do Sul	48,7	51,3	94,8	84,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	47,7	52,3	91,1	96,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>49,3</b>	<b>50,7</b>	<b>97,2</b>	<b>90,1</b>
Mato Grosso do Sul	49,7	50,3	98,8	89,0
Mato Grosso	50,5	49,5	102,2	83,5
Goiás	49,2	50,8	96,8	91,6
Distrito Federal	47,7	52,3	91,2	95,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.2 - Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade (%)						
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos
<b>Brasil</b>	<b>1,3</b>	<b>5,5</b>	<b>7,6</b>	<b>8,5</b>	<b>5,3</b>	<b>3,4</b>	<b>8,0</b>
<b>Norte</b>	<b>1,6</b>	<b>7,3</b>	<b>10,0</b>	<b>10,6</b>	<b>6,1</b>	<b>4,0</b>	<b>8,8</b>
Rondônia	1,6	6,5	8,5	9,2	6,1	3,5	9,3
Acre	1,9	8,0	10,4	11,6	6,4	4,4	9,3
Amazonas	1,7	8,0	10,8	10,9	6,2	4,1	8,4
Roraima	1,9	6,8	10,3	11,6	7,2	4,2	9,3
Pará	1,5	7,3	9,8	10,5	5,9	3,9	9,0
Região Metropolitana de Belém	1,2	5,6	7,6	8,9	5,4	3,7	9,0
Amapá	1,6	7,2	10,8	12,2	8,0	4,1	8,4
Tocantins	1,3	6,6	9,7	10,0	5,8	3,8	7,8
<b>Nordeste</b>	<b>1,3</b>	<b>6,1</b>	<b>8,4</b>	<b>9,4</b>	<b>5,9</b>	<b>3,6</b>	<b>8,3</b>
Maranhão	1,6	7,7	10,9	10,5	6,1	3,7	8,6
Piauí	1,5	6,3	8,2	8,9	6,5	3,5	8,5
Ceará	1,2	5,8	7,8	9,1	6,3	3,7	8,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1,2	5,5	7,1	8,3	5,6	3,8	9,6
Rio Grande do Norte	1,4	5,6	7,8	8,1	5,4	4,0	9,3
Paraíba	1,1	6,0	7,5	9,2	5,5	3,8	8,2
Pernambuco	1,2	5,8	7,9	9,5	5,6	3,2	7,9
Região Metropolitana de Recife	1,1	4,8	6,7	8,4	4,9	3,1	7,8
Alagoas	1,4	6,4	8,6	10,4	6,9	3,7	8,1
Sergipe	1,3	6,4	8,1	9,3	6,1	4,0	8,6
Bahia	1,3	5,6	8,2	9,3	5,7	3,7	7,9
Região Metropolitana de Salvador	1,1	5,1	7,0	8,2	5,0	3,5	7,9
<b>Sudeste</b>	<b>1,2</b>	<b>4,8</b>	<b>6,9</b>	<b>7,8</b>	<b>4,8</b>	<b>3,1</b>	<b>7,7</b>
Minas Gerais	1,3	4,8	7,1	8,4	5,3	3,3	8,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1,1	4,8	6,8	7,9	4,8	3,3	8,7
Espírito Santo	1,0	4,8	7,6	8,3	5,0	3,2	7,7
Rio de Janeiro	1,1	4,8	6,8	7,5	4,8	3,0	7,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1,1	4,8	6,7	7,1	4,6	2,8	7,2
São Paulo	1,3	4,8	6,9	7,5	4,5	3,0	7,8
Região Metropolitana de São Paulo	1,2	4,9	6,8	7,9	4,5	3,1	7,4
<b>Sul</b>	<b>1,1</b>	<b>4,9</b>	<b>6,6</b>	<b>7,8</b>	<b>5,1</b>	<b>3,3</b>	<b>8,0</b>
Paraná	1,3	5,1	7,2	7,7	5,1	3,3	8,2
Região Metropolitana de Curitiba	1,3	5,3	6,7	7,8	5,4	3,3	8,5
Santa Catarina	1,1	5,1	6,3	7,9	5,0	3,2	8,7
Rio Grande do Sul	1,0	4,6	6,2	7,8	5,1	3,3	7,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	1,2	4,7	6,5	7,8	5,3	3,2	7,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1,4</b>	<b>5,7</b>	<b>7,8</b>	<b>8,2</b>	<b>5,3</b>	<b>3,5</b>	<b>8,4</b>
Mato Grosso do Sul	1,5	6,0	7,1	7,7	5,5	3,6	8,3
Mato Grosso	1,4	6,0	8,5	9,3	5,5	3,6	8,3
Goiás	1,4	5,5	7,6	7,7	5,3	3,4	8,1
Distrito Federal	1,3	5,8	7,8	8,3	4,7	3,5	9,1



**Tabela 1.2 - Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade (%)						
	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>8,1</b>	<b>15,5</b>	<b>13,5</b>	<b>10,7</b>	<b>4,0</b>	<b>3,0</b>	<b>5,6</b>
<b>Norte</b>	<b>8,5</b>	<b>15,6</b>	<b>11,4</b>	<b>8,1</b>	<b>2,8</b>	<b>1,9</b>	<b>3,4</b>
Rondônia	8,5	16,4	12,8	9,8	2,8	1,8	3,2
Acre	8,8	14,6	10,4	6,8	2,8	1,4	3,1
Amazonas	8,5	15,3	10,7	7,7	2,4	1,9	3,3
Roraima	8,0	16,5	10,9	7,1	2,4	1,5	2,4
Pará	8,7	15,5	11,3	8,2	3,0	1,9	3,6
Região Metropolitana de Belém	8,2	16,7	13,9	9,9	3,3	2,5	4,3
Amapá	8,1	16,4	11,4	6,6	2,0	1,2	1,9
Tocantins	8,0	15,7	12,3	8,6	3,4	2,5	4,6
<b>Nordeste</b>	<b>8,2</b>	<b>14,8</b>	<b>12,6</b>	<b>9,4</b>	<b>3,5</b>	<b>2,7</b>	<b>5,6</b>
Maranhão	8,0	14,3	10,3	8,0	3,2	2,3	4,9
Piauí	8,7	14,4	11,9	9,3	3,8	2,7	5,7
Ceará	8,3	13,9	12,7	9,7	3,8	2,9	6,3
Região Metropolitana de Fortaleza	8,8	15,2	13,5	10,0	3,5	2,6	5,3
Rio Grande do Norte	8,9	14,7	13,4	9,9	3,3	2,6	5,8
Paraíba	8,3	14,6	13,4	9,5	3,6	3,0	6,3
Pernambuco	8,2	15,4	12,9	10,0	3,7	2,9	5,8
Região Metropolitana de Recife	8,2	16,0	14,1	11,8	4,1	3,0	5,9
Alagoas	8,2	14,3	12,0	9,5	3,3	2,7	4,5
Sergipe	8,8	15,1	13,2	8,8	3,2	2,3	4,8
Bahia	8,0	15,4	13,2	9,6	3,6	2,8	5,6
Região Metropolitana de Salvador	9,0	18,1	14,2	10,5	3,6	2,4	4,4
<b>Sudeste</b>	<b>8,0</b>	<b>16,0</b>	<b>14,1</b>	<b>11,7</b>	<b>4,4</b>	<b>3,3</b>	<b>6,2</b>
Minas Gerais	7,8	16,0	13,8	11,3	4,0	3,1	5,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,8	16,9	14,1	11,2	3,9	2,8	4,9
Espírito Santo	8,2	16,1	13,9	11,5	4,2	2,9	5,6
Rio de Janeiro	7,2	14,9	14,1	12,3	5,1	3,6	7,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7,4	14,9	14,2	12,6	5,1	3,7	7,7
São Paulo	8,5	16,4	14,2	11,7	4,3	3,2	5,9
Região Metropolitana de São Paulo	8,6	17,2	13,8	11,6	4,3	2,9	5,8
<b>Sul</b>	<b>7,3</b>	<b>14,8</b>	<b>14,7</b>	<b>12,2</b>	<b>4,7</b>	<b>3,6</b>	<b>5,9</b>
Paraná	7,4	15,4	14,7	11,7	4,4	3,2	5,3
Região Metropolitana de Curitiba	7,6	17,0	14,4	11,1	4,0	2,9	4,6
Santa Catarina	7,5	15,4	15,0	11,9	4,1	3,4	5,4
Rio Grande do Sul	7,1	14,0	14,5	12,7	5,2	4,1	6,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	7,6	15,4	14,2	12,3	4,7	3,6	5,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8,8</b>	<b>16,5</b>	<b>13,7</b>	<b>10,1</b>	<b>3,7</b>	<b>2,7</b>	<b>4,4</b>
Mato Grosso do Sul	9,3	15,6	13,5	10,9	4,0	2,5	4,7
Mato Grosso	8,2	16,2	13,2	9,9	3,7	2,5	3,7
Goiás	8,5	16,5	14,3	10,2	3,6	2,8	5,1
Distrito Federal	9,5	18,0	13,2	9,1	3,4	2,7	3,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.3 - Razão de dependência, total, de jovens e de idosos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Razão de dependência					
	Total (1)	Jovens (1)	Idosos (1)	Total (2)	Jovens (2)	Idosos (2)
<b>Brasil</b>	<b>55,0</b>	<b>35,4</b>	<b>19,6</b>	<b>52,3</b>	<b>42,5</b>	<b>9,8</b>
<b>Norte</b>	<b>60,2</b>	<b>47,1</b>	<b>13,0</b>	<b>61,5</b>	<b>54,9</b>	<b>6,6</b>
Rondônia	50,7	39,0	11,7	52,7	47,2	5,5
Acre	64,6	52,7	11,9	65,4	58,8	6,6
Amazonas	64,1	51,5	12,6	63,4	58,2	5,2
Roraima	58,4	48,4	10,0	66,9	61,7	5,2
Pará	60,0	46,5	13,6	60,5	53,3	7,2
Região Metropolitana de Belém	49,9	34,8	15,1	49,8	42,7	7,1
Amapá	58,7	50,6	8,1	68,2	63,1	5,1
Tocantins	61,5	44,5	16,9	64,0	55,0	9,0
<b>Nordeste</b>	<b>59,0</b>	<b>40,1</b>	<b>19,0</b>	<b>60,3</b>	<b>50,4</b>	<b>9,9</b>
Maranhão	69,7	52,0	17,7	66,0	57,0	9,0
Piauí	59,0	39,5	19,5	57,8	48,5	9,4
Ceará	58,5	37,9	20,6	64,1	53,4	10,7
Região Metropolitana de Fortaleza	50,4	33,3	17,1	53,0	44,8	8,2
Rio Grande do Norte	52,5	34,8	17,7	56,4	46,9	9,5
Paraíba	58,0	37,7	20,3	60,1	48,6	11,5
Pernambuco	58,5	38,8	19,8	58,4	47,9	10,5
Região Metropolitana de Recife	51,4	31,8	19,7	47,0	37,9	9,1
Alagoas	59,3	42,7	16,6	64,7	54,6	10,1
Sergipe	54,9	38,8	16,0	57,4	49,1	8,4
Bahia	57,3	38,5	18,8	57,9	48,4	9,5
Região Metropolitana de Salvador	46,5	31,3	15,2	44,3	37,9	6,4
<b>Sudeste</b>	<b>52,8</b>	<b>31,7</b>	<b>21,1</b>	<b>47,8</b>	<b>37,3</b>	<b>10,5</b>
Minas Gerais	52,8	32,9	19,9	51,1	40,5	10,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	47,5	30,4	17,1	44,9	36,6	8,3
Espírito Santo	52,5	33,1	19,4	49,6	40,5	9,1
Rio de Janeiro	57,2	31,9	25,3	46,8	33,7	13,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	56,9	30,9	26,0	46,4	32,9	13,5
São Paulo	51,1	30,9	20,2	46,5	37,0	9,5
Região Metropolitana de São Paulo	51,3	31,5	19,7	45,8	36,9	8,9
<b>Sul</b>	<b>53,0</b>	<b>31,3</b>	<b>21,7</b>	<b>49,2</b>	<b>39,0</b>	<b>10,2</b>
Paraná	52,2	32,5	19,7	49,2	39,9	9,3
Região Metropolitana de Curitiba	48,6	31,5	17,2	44,7	37,6	7,1
Santa Catarina	50,2	30,7	19,5	48,9	40,1	8,8
Rio Grande do Sul	55,7	30,6	25,1	49,4	37,4	11,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	52,2	30,7	21,5	46,9	37,3	9,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>51,0</b>	<b>34,7</b>	<b>16,3</b>	<b>49,8</b>	<b>42,9</b>	<b>6,9</b>
Mato Grosso do Sul	50,4	33,5	16,9	49,8	41,6	8,2
Mato Grosso	53,9	38,6	15,3	53,3	47,2	6,1
Goiás	50,6	33,4	17,2	49,6	42,0	7,7
Distrito Federal	49,0	34,5	14,5	46,2	41,6	4,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Razão de dependência calculada com base no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). A população considerada potencialmente ativa foi aquela composta por pessoas de 15 a 59 anos de idade e a população idosa composta pelas pessoas de 60 anos ou mais de idade.

(2) Razão de dependência calculada com base na referência internacional de comparação. A população considerada ativa foi aquela composta por pessoas de 15 a 64 anos de idade e a população idosa composta pelas pessoas de 65 anos ou mais de idade.

**Tabela 1.4 - Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2012**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de fecundidade total	Taxa de mortalidade infantil (‰)	Esperança de vida ao nascer		
			Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>1,8</b>	<b>15,7</b>	<b>74,5</b>	<b>70,9</b>	<b>78,2</b>
<b>Norte</b>	<b>2,3</b>	<b>19,8</b>	<b>71,3</b>	<b>68,0</b>	<b>75,0</b>
Rondônia	1,9	21,7	70,5	67,5	74,2
Acre	2,7	20,1	72,5	69,3	76,2
Amazonas	2,4	20,7	70,9	67,7	74,4
Roraima	2,4	18,0	70,2	67,7	73,1
Pará	2,3	18,9	71,3	67,8	75,3
Amapá	2,5	24,1	72,8	70,0	75,8
Tocantins	2,1	18,0	72,2	69,3	75,5
<b>Nordeste</b>	<b>1,9</b>	<b>20,5</b>	<b>71,9</b>	<b>67,8</b>	<b>76,1</b>
Maranhão	2,3	26,1	69,4	65,7	73,4
Piauí	1,9	21,8	70,3	66,4	74,4
Ceará	1,9	17,6	72,9	69,0	76,9
Rio Grande do Norte	1,8	18,1	74,7	70,7	78,7
Paraíba	1,9	20,2	71,9	68,1	75,8
Pernambuco	1,9	15,9	72,1	67,9	76,3
Alagoas	2,1	25,9	70,0	65,4	74,9
Sergipe	1,9	20,0	71,6	67,5	75,8
Bahia	1,8	20,9	72,5	68,2	77,1
<b>Sudeste</b>	<b>1,7</b>	<b>12,0</b>	<b>76,2</b>	<b>72,9</b>	<b>79,6</b>
Minas Gerais	1,7	13,2	76,1	73,1	79,2
Espírito Santo	1,7	10,7	76,8	72,8	81,0
Rio de Janeiro	1,6	13,1	74,9	71,1	78,5
São Paulo	1,6	11,2	76,8	73,5	80,1
<b>Sul</b>	<b>1,6</b>	<b>10,8</b>	<b>76,5</b>	<b>73,1</b>	<b>80,0</b>
Paraná	1,7	11,0	75,8	72,5	79,3
Santa Catarina	1,6	10,5	77,7	74,4	81,1
Rio Grande do Sul	1,6	10,8	76,6	73,1	80,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1,8</b>	<b>16,0</b>	<b>74,2</b>	<b>70,9</b>	<b>77,7</b>
Mato Grosso do Sul	2,0	15,9	74,4	71,0	78,2
Mato Grosso	1,9	18,6	73,2	70,1	76,9
Goiás	1,7	16,7	73,5	70,4	76,8
Distrito Federal	1,6	11,5	77,0	73,2	80,5

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000/2060, Revisão 2013 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000/2030, Revisão 2013.

**Tabela 1.5 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por número de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2012**

Grandes Regiões e grupos de idades	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por número de filhos nascidos vivos (%)		
	Nenhum filho	1 filho	2 filhos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>38,2</b>	<b>20,0</b>	<b>41,0</b>
15 a 19 anos	89,5	8,4	2,0
20 a 24 anos	61,6	23,8	14,3
25 a 29 anos	40,5	27,4	31,4
30 a 34 anos	24,5	26,4	48,1
35 a 39 anos	15,9	21,1	61,9
40 a 44 anos	13,2	16,9	68,7
45 a 49 anos	11,8	15,2	71,6
<b>Norte</b>	<b>32,8</b>	<b>17,4</b>	<b>49,1</b>
15 a 19 anos	84,8	11,6	3,5
20 a 24 anos	48,2	27,2	24,2
25 a 29 anos	28,2	24,8	46,4
30 a 34 anos	15,9	19,2	63,9
35 a 39 anos	10,0	13,4	75,6
40 a 44 anos	8,7	9,9	80,5
45 a 49 anos	6,9	10,9	80,4
<b>Nordeste</b>	<b>37,3</b>	<b>18,8</b>	<b>43,1</b>
15 a 19 anos	87,3	9,9	2,8
20 a 24 anos	57,5	25,3	17,0
25 a 29 anos	35,0	27,6	36,7
30 a 34 anos	21,8	23,6	53,6
35 a 39 anos	14,8	17,1	66,7
40 a 44 anos	12,4	13,8	72,5
45 a 49 anos	11,9	12,6	74,0
<b>Sudeste</b>	<b>40,0</b>	<b>21,0</b>	<b>38,1</b>
15 a 19 anos	91,9	6,8	1,2
20 a 24 anos	66,1	22,0	11,6
25 a 29 anos	46,7	27,0	25,7
30 a 34 anos	28,0	29,4	41,9
35 a 39 anos	18,4	24,0	56,4
40 a 44 anos	15,1	19,2	64,5
45 a 49 anos	12,8	17,1	68,7
<b>Sul</b>	<b>38,5</b>	<b>21,5</b>	<b>39,1</b>
15 a 19 anos	91,2	6,9	1,6
20 a 24 anos	66,7	22,6	10,2
25 a 29 anos	42,9	29,4	27,0
30 a 34 anos	24,8	28,6	45,4
35 a 39 anos	15,7	25,9	57,6
40 a 44 anos	11,8	20,3	66,6
45 a 49 anos	11,4	17,8	69,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>36,4</b>	<b>18,8</b>	<b>43,9</b>
15 a 19 anos	89,1	8,6	2,2
20 a 24 anos	60,9	25,1	13,8
25 a 29 anos	37,6	28,4	33,3
30 a 34 anos	23,6	23,9	51,4
35 a 39 anos	12,8	17,9	68,3
40 a 44 anos	11,9	14,3	72,3
45 a 49 anos	9,9	10,9	77,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.6 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2012**

Grandes Regiões e grupos de idade	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça (%)			
	Brancas com indicação de presença de filhos nascidos vivos		Pretas ou pardas com indicação de presença de filhos nascidos vivos	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
<b>Brasil</b>	<b>41,2</b>	<b>58,1</b>	<b>35,5</b>	<b>63,7</b>
15 a 19 anos	92,8	7,1	87,1	12,8
20 a 24 anos	69,7	30,0	54,8	44,9
25 a 29 anos	47,6	52,0	34,1	65,1
30 a 34 anos	28,9	70,2	20,7	78,4
35 a 39 anos	18,7	80,2	13,2	85,5
40 a 44 anos	14,4	84,5	11,8	87,0
45 a 49 anos	13,2	85,5	10,2	88,2
<b>Norte</b>	<b>36,5</b>	<b>63,0</b>	<b>31,6</b>	<b>67,5</b>
15 a 19 anos	86,7	13,1	84,4	15,5
20 a 24 anos	57,9	41,9	45,7	53,9
25 a 29 anos	36,1	63,5	25,6	73,8
30 a 34 anos	20,5	78,7	14,6	84,3
35 a 39 anos	13,3	86,1	8,9	89,9
40 a 44 anos	9,6	89,4	8,3	90,7
45 a 49 anos	9,5	89,8	6,0	91,9
<b>Nordeste</b>	<b>41,4</b>	<b>58,0</b>	<b>35,7</b>	<b>63,5</b>
15 a 19 anos	91,8	8,1	85,6	14,3
20 a 24 anos	67,7	32,1	53,4	46,4
25 a 29 anos	40,4	59,1	32,8	66,4
30 a 34 anos	26,6	72,5	20,0	79,1
35 a 39 anos	17,3	81,6	13,8	84,7
40 a 44 anos	12,4	86,6	12,2	86,4
45 a 49 anos	14,1	85,2	11,0	87,3
<b>Sudeste</b>	<b>42,4</b>	<b>56,9</b>	<b>37,1</b>	<b>62,0</b>
15 a 19 anos	94,1	5,9	89,7	10,2
20 a 24 anos	71,1	28,5	60,1	39,4
25 a 29 anos	52,4	47,3	39,2	59,9
30 a 34 anos	31,0	68,2	24,0	75,2
35 a 39 anos	21,2	77,6	14,7	84,2
40 a 44 anos	16,6	82,4	12,8	85,8
45 a 49 anos	14,6	84,3	10,4	87,9
<b>Sul</b>	<b>39,9</b>	<b>59,2</b>	<b>33,4</b>	<b>65,7</b>
15 a 19 anos	92,6	7,2	87,2	12,6
20 a 24 anos	71,5	28,1	49,7	49,5
25 a 29 anos	45,9	53,6	31,2	67,6
30 a 34 anos	26,9	71,8	17,1	82,1
35 a 39 anos	16,6	82,6	11,9	86,7
40 a 44 anos	12,3	86,4	9,8	89,1
45 a 49 anos	11,5	86,8	10,4	88,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>38,9</b>	<b>60,1</b>	<b>34,6</b>	<b>64,6</b>
15 a 19 anos	91,5	8,5	87,7	12,0
20 a 24 anos	66,3	33,7	56,5	43,2
25 a 29 anos	43,4	55,9	33,7	65,6
30 a 34 anos	29,4	69,7	19,6	79,1
35 a 39 anos	13,7	84,6	12,0	87,3
40 a 44 anos	12,5	85,2	11,1	88,2
45 a 49 anos	9,3	89,0	10,3	88,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.7 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por presença de cônjuge ou companheiro e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2012**

Grandes Regiões e grupos de idade	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por presença de cônjuge ou companheiro (%)					
	Que viviam em companhia de cônjuge ou companheiro com indicação de presença de filhos nascidos vivos		Que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro e já tinham vivido antes com indicação de presença de filhos nascidos vivos		Que não viviam em companhia de cônjuge ou companheiro e nunca tinham vivido antes com indicação de presença de filhos nascidos vivos	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
<b>Brasil</b>	<b>16,3</b>	<b>82,6</b>	<b>17,8</b>	<b>81,1</b>	<b>89,3</b>	<b>10,6</b>
15 a 19 anos	53,2	46,3	64,3	35,6	97,2	2,8
20 a 24 anos	33,6	65,9	34,5	64,9	89,9	10,0
25 a 29 anos	24,2	74,9	22,3	77,1	85,1	14,7
30 a 34 anos	14,5	84,5	16,0	82,8	78,3	21,6
35 a 39 anos	9,3	89,5	11,9	86,7	71,0	28,8
40 a 44 anos	7,5	91,1	9,1	89,8	72,3	27,4
45 a 49 anos	6,9	91,5	7,9	90,6	70,8	28,8
<b>Norte</b>	<b>12,2</b>	<b>86,8</b>	<b>16,0</b>	<b>82,9</b>	<b>87,0</b>	<b>12,9</b>
15 a 19 anos	47,2	52,6	53,3	46,7	96,2	3,7
20 a 24 anos	22,4	77,1	26,1	72,9	87,7	12,3
25 a 29 anos	15,3	84,1	20,2	78,8	75,0	25,0
30 a 34 anos	8,5	90,5	13,6	84,9	70,2	29,6
35 a 39 anos	6,2	92,5	8,5	90,8	56,1	43,9
40 a 44 anos	4,7	94,1	7,0	92,0	61,7	38,3
45 a 49 anos	3,6	94,6	5,5	92,5	58,6	39,9
<b>Nordeste</b>	<b>14,4</b>	<b>84,5</b>	<b>16,3</b>	<b>82,6</b>	<b>88,8</b>	<b>11,2</b>
15 a 19 anos	51,4	48,5	58,0	41,6	96,8	3,2
20 a 24 anos	29,8	69,8	30,6	69,2	89,3	10,7
25 a 29 anos	18,6	80,5	18,0	81,1	83,2	16,6
30 a 34 anos	11,5	87,5	11,9	86,7	75,3	24,6
35 a 39 anos	7,3	91,2	10,3	87,6	70,8	29,1
40 a 44 anos	6,2	92,4	6,5	92,3	72,9	26,9
45 a 49 anos	4,9	93,6	9,1	89,6	75,3	24,4
<b>Sudeste</b>	<b>17,4</b>	<b>81,5</b>	<b>18,7</b>	<b>80,3</b>	<b>89,3</b>	<b>10,6</b>
15 a 19 anos	51,8	48,0	70,1	29,9	97,4	2,5
20 a 24 anos	36,6	62,8	36,5	62,8	89,4	10,4
25 a 29 anos	28,7	70,3	24,3	75,7	86,9	13,0
30 a 34 anos	17,2	81,8	18,5	80,8	80,3	19,6
35 a 39 anos	10,8	87,9	14,6	84,2	72,7	27,0
40 a 44 anos	8,7	90,0	11,1	87,6	73,4	26,4
45 a 49 anos	8,5	90,1	7,9	90,4	69,0	31,0
<b>Sul</b>	<b>18,7</b>	<b>80,1</b>	<b>20,6</b>	<b>78,3</b>	<b>92,3</b>	<b>7,6</b>
15 a 19 anos	62,7	35,8	75,8	24,2	98,2	1,8
20 a 24 anos	42,6	56,6	43,3	55,5	94,3	5,7
25 a 29 anos	29,1	70,3	29,6	69,0	89,7	10,0
30 a 34 anos	15,4	83,4	20,5	76,9	79,8	20,2
35 a 39 anos	10,6	88,5	11,5	87,3	74,9	25,1
40 a 44 anos	7,9	90,7	8,6	90,8	73,7	25,2
45 a 49 anos	7,3	91,0	6,5	92,7	73,7	25,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>16,5</b>	<b>82,3</b>	<b>16,7</b>	<b>82,3</b>	<b>89,0</b>	<b>11,0</b>
15 a 19 anos	56,8	42,4	64,8	35,2	97,0	3,0
20 a 24 anos	33,9	66,0	35,5	64,0	296,6	89,3
25 a 29 anos	24,2	74,7	23,1	76,9	82,9	16,9
30 a 34 anos	14,5	84,2	13,9	85,3	81,4	18,6
35 a 39 anos	8,4	90,3	8,2	91,2	65,2	34,8
40 a 44 anos	6,9	91,6	9,6	88,7	68,3	31,7
45 a 49 anos	6,7	91,9	7,5	90,3	64,2	35,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.8 - Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de anos de estudo e indicação de presença de filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões e os grupos de idade - 2012**

Grandes Regiões e grupos de idade	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de anos de estudo (%)			
	Com até 7 anos de estudo com indicação de presença de filhos nascidos vivos		Com 8 anos ou mais de estudo com indicação de presença de filhos nascidos vivos	
	Nenhum filho	1 filho ou mais	Nenhum filho	1 filho ou mais
<b>Brasil</b>	<b>21,0</b>	<b>77,9</b>	<b>44,7</b>	<b>54,6</b>
15 a 19 anos	81,4	18,4	92,2	7,7
20 a 24 anos	27,1	72,3	67,9	31,8
25 a 29 anos	14,5	84,4	46,3	53,1
30 a 34 anos	10,0	89,0	29,3	69,8
35 a 39 anos	8,5	90,3	19,7	79,1
40 a 44 anos	8,6	90,1	15,9	83,0
45 a 49 anos	7,7	90,8	14,7	83,9
<b>Norte</b>	<b>21,3</b>	<b>77,7</b>	<b>38,8</b>	<b>60,6</b>
15 a 19 anos	78,0	21,8	88,6	11,3
20 a 24 anos	22,8	76,5	56,6	43,1
25 a 29 anos	10,1	89,0	35,1	64,4
30 a 34 anos	6,5	91,8	20,3	79,0
35 a 39 anos	5,8	93,3	12,5	86,3
40 a 44 anos	5,9	93,1	10,8	88,2
45 a 49 anos	4,4	93,5	9,3	89,1
<b>Nordeste</b>	<b>22,1</b>	<b>77,0</b>	<b>46,1</b>	<b>53,1</b>
15 a 19 anos	79,1	20,8	91,3	8,6
20 a 24 anos	27,7	71,9	65,9	34,0
25 a 29 anos	13,9	85,5	42,9	56,3
30 a 34 anos	10,7	88,7	27,8	71,1
35 a 39 anos	8,2	90,5	20,2	78,2
40 a 44 anos	8,7	90,1	15,7	83,0
45 a 49 anos	8,2	90,2	16,4	82,4
<b>Sudeste</b>	<b>20,5</b>	<b>78,1</b>	<b>45,4</b>	<b>54,0</b>
15 a 19 anos	85,9	14,0	93,2	6,7
20 a 24 anos	27,7	71,2	70,5	29,2
25 a 29 anos	17,7	79,8	50,5	49,1
30 a 34 anos	10,0	88,7	31,9	67,4
35 a 39 anos	8,9	89,9	21,9	76,9
40 a 44 anos	9,5	88,8	17,7	81,4
45 a 49 anos	7,7	90,6	15,7	83,1
<b>Sul</b>	<b>19,6</b>	<b>79,8</b>	<b>44,7</b>	<b>54,3</b>
15 a 19 anos	82,2	17,2	93,5	6,4
20 a 24 anos	30,2	69,4	71,4	28,2
25 a 29 anos	15,1	84,4	47,6	51,7
30 a 34 anos	10,3	88,7	29,2	69,6
35 a 39 anos	10,8	88,8	18,1	80,7
40 a 44 anos	7,8	91,4	14,3	84,4
45 a 49 anos	7,7	91,6	13,5	84,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>19,9</b>	<b>78,8</b>	<b>41,7</b>	<b>57,5</b>
15 a 19 anos	82,2	17,4	91,1	8,9
20 a 24 anos	25,2	74,8	66,4	33,4
25 a 29 anos	13,0	86,7	42,2	57,0
30 a 34 anos	10,7	88,1	27,3	71,6
35 a 39 anos	7,4	90,7	15,2	84,1
40 a 44 anos	7,9	90,2	14,0	84,8
45 a 49 anos	8,1	90,1	10,9	87,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Excluídas as mulheres sem declaração de anos de estudo.

**Tabela 1.9 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de nascimento - 2012**

Lugar de nascimento	Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	84,6	0,3	0,3	0,2	2,4
Nordeste	9,0	97,3	9,0	1,0	12,6
Sudeste	2,9	1,9	87,5	3,8	9,3
Sul	1,5	0,2	1,9	94,1	4,7
Centro-Oeste	1,9	0,3	0,7	0,5	70,6
País estrangeiro	0,2	0,0	0,6	0,5	0,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.10 - Distribuição percentual da população não natural, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões de residência - 2012**

Grandes Regiões de residência	Distribuição percentual da população não natural, por lugar de nascimento (%)					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	País estrangeiro
Norte	-	12,5	11,6	9,6	25,2	4,2
Nordeste	19,6	-	26,2	3,3	13,5	3,2
Sudeste	32,9	67,5	-	60,6	49,5	65,8
Sul	6,0	2,8	27,6	-	11,8	18,6
Centro-Oeste	41,5	17,2	34,6	26,5	-	8,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.11 - Distribuição percentual da população não natural, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2012**

Lugar de nascimento	Distribuição percentual da população não natural, por Grandes Regiões de residência (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	11,5	2,7	2,9	8,0
Nordeste	58,2	-	71,8	17,5	42,8
Sudeste	18,6	70,5	-	63,9	31,7
Sul	9,9	5,7	15,5	-	16,1
Centro-Oeste	12,1	10,7	5,5	8,1	-
País estrangeiro	1,2	1,6	4,5	7,6	1,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.



**Tabela 1.12 - Distribuição percentual da população que residia há menos de 10 anos na Grande Região, por lugar de residência anterior, segundo as Grandes Regiões de residência atual - 2012**

Grandes Regiões de residência atual	Distribuição percentual da população que residia há menos de 10 anos na Grande Região, por lugar de residência anterior (%)					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	País estrangeiro
Norte	-	12,9	4,9	7,7	18,3	4,3
Nordeste	35,0	-	59,4	8,6	32,3	7,0
Sudeste	26,0	63,4	-	60,3	34,3	50,3
Sul	8,0	4,7	20,4	-	15,1	25,7
Centro-Oeste	31,1	19,0	15,4	23,3	-	12,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.13 - Distribuição percentual da população que residia há menos de 10 anos na Grande Região, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de residência anterior - 2012**

Lugar de residência anterior	Distribuição percentual da população que residia há menos de 10 anos na Grande Região, por Grandes Regiões de residência atual (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	11,9	6,6	5,8	17,1
Nordeste	45,3	-	55,0	11,5	35,6
Sudeste	17,1	68,1	-	50,3	28,6
Sul	7,6	2,8	14,6	-	12,2
Centro-Oeste	25,9	15,0	12,0	15,1	-
País estrangeiro	4,1	2,2	11,9	17,3	6,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.14 - Distribuição da população total projetada, por ano da projeção, segundo os grupos de idade, com indicação da razão de dependência total, de jovens e de idosos - Brasil - 2020/2060**

Grupos de idade e razão de dependência	Distribuição da população total projetada, por ano da projeção								
	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050	2055	2060
<b>Valores absolutos (1 000 pessoas)</b>									
<b>Brasil</b>	<b>212 077</b>	<b>218 330</b>	<b>223 127</b>	<b>226 439</b>	<b>228 153</b>	<b>228 116</b>	<b>226 348</b>	<b>222 976</b>	<b>218 174</b>
<b>Distribuição percentual (%)</b>									
0 a 4 anos	6,5	6,0	5,6	5,2	4,9	4,7	4,4	4,2	4,1
5 a 9 anos	6,9	6,3	5,9	5,5	5,2	4,9	4,7	4,5	4,3
10 a 14 anos	7,4	6,7	6,2	5,8	5,4	5,2	5,0	4,8	4,6
15 a 19 anos	7,9	7,2	6,6	6,1	5,7	5,4	5,2	5,0	4,9
20 a 24 anos	8,0	7,7	7,0	6,4	6,0	5,7	5,4	5,3	5,1
25 a 29 anos	8,0	7,8	7,5	6,9	6,4	6,0	5,7	5,5	5,4
30 a 34 anos	8,0	7,7	7,5	7,3	6,8	6,3	6,0	5,8	5,6
35 a 39 anos	8,2	7,7	7,5	7,4	7,2	6,7	6,3	6,1	5,9
40 a 44 anos	7,4	7,9	7,5	7,3	7,3	7,2	6,7	6,4	6,2
45 a 49 anos	6,5	7,1	7,6	7,3	7,2	7,2	7,1	6,8	6,5
50 a 54 anos	5,9	6,1	6,8	7,4	7,1	7,0	7,1	7,1	6,8
55 a 59 anos	5,3	5,5	5,8	6,5	7,1	6,9	6,9	7,0	7,1
60 a 64 anos	4,4	4,9	5,2	5,5	6,2	6,8	6,7	6,8	6,9
65 a 69 anos	3,4	4,0	4,5	4,8	5,1	5,8	6,5	6,4	6,5
70 a 74 anos	2,5	3,0	3,5	4,0	4,3	4,7	5,4	6,1	6,0
75 a 79 anos	1,6	2,0	2,5	3,0	3,5	3,8	4,1	4,8	5,4
80 anos ou mais	1,9	2,3	2,9	3,7	4,7	5,7	6,6	7,6	8,8
<b>Razão de dependência</b>									
<b>Total (1)</b>	<b>53,2</b>	<b>54,5</b>	<b>56,8</b>	<b>59,9</b>	<b>64,7</b>	<b>71,2</b>	<b>76,8</b>	<b>82,1</b>	<b>87,6</b>
Jovens (1)	32,0	29,4	27,6	26,3	25,6	25,3	24,9	24,5	24,4
Idosos (1)	21,2	25,1	29,2	33,6	39,1	45,9	51,9	57,6	63,2
<b>Total (2)</b>	<b>43,5</b>	<b>43,6</b>	<b>45,0</b>	<b>47,0</b>	<b>49,5</b>	<b>53,2</b>	<b>58,0</b>	<b>62,1</b>	<b>66,0</b>
Jovens (2)	30,0	27,4	25,5	24,2	23,2	22,6	22,2	21,8	21,6
Idosos (2)	13,5	16,2	19,5	22,8	26,3	30,6	35,8	40,3	44,4

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000/2060, Revisão 2013 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000/2030, Revisão 2013.

(1) Razão de dependência calculada com base no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). A população considerada ativa foi aquela composta por pessoas de 15 a 59 anos de idade e a população idosa composta pelas pessoas de 60 anos ou mais de idade. (2) Razão de dependência calculada com base na referência internacional de comparação. A população considerada ativa foi aquela composta por pessoas de 15 a 64 anos de idade e a população idosa composta pelas pessoas de 65 anos ou mais de idade.

**Tabela 1.15 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos de idade, por grupos de idade (%)						
	Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
<b>Brasil</b>	<b>47,7</b>	<b>5,4</b>	<b>2,8</b>	<b>14,7</b>	<b>5,3</b>	<b>11,4</b>	<b>8,1</b>
<b>Norte</b>	<b>56,8</b>	<b>6,9</b>	<b>3,8</b>	<b>18,7</b>	<b>6,1</b>	<b>12,7</b>	<b>8,5</b>
Rondônia	53,3	6,6	3,1	16,1	6,1	12,8	8,5
Acre	60,9	7,9	4,2	19,9	6,4	13,7	8,8
Amazonas	58,6	7,6	3,8	20,0	6,2	12,5	8,5
Roraima	59,3	6,9	3,9	19,8	7,2	13,6	8,0
Pará	56,5	6,8	3,8	18,5	5,9	12,9	8,7
Região Metropolitana de Belém	49,5	5,4	2,8	15,1	5,4	12,7	8,2
Amapá	60,5	7,0	4,2	20,7	8,0	12,5	8,1
Tocantins	53,0	6,1	3,6	17,8	5,8	11,6	8,0
<b>Nordeste</b>	<b>51,3</b>	<b>5,8</b>	<b>3,1</b>	<b>16,2</b>	<b>5,9</b>	<b>11,9</b>	<b>8,2</b>
Maranhão	57,1	7,2	4,0	19,4	6,1	12,2	8,0
Piauí	52,1	6,2	3,0	15,6	6,5	12,0	8,7
Ceará	50,7	5,4	2,9	15,5	6,3	12,2	8,3
Região Metropolitana de Fortaleza	49,9	5,5	2,5	14,1	5,6	13,4	8,8
Rio Grande do Norte	50,4	5,5	3,1	14,3	5,4	13,3	8,9
Paraíba	49,7	5,7	2,9	15,2	5,5	12,0	8,3
Pernambuco	49,2	5,6	2,8	16,0	5,6	11,0	8,2
Região Metropolitana de Recife	45,0	4,6	2,5	13,9	4,9	10,9	8,2
Alagoas	53,8	6,3	3,2	17,3	6,9	11,8	8,2
Sergipe	52,5	6,1	3,2	15,8	6,1	12,6	8,8
Bahia	49,9	5,5	3,0	16,0	5,7	11,6	8,0
Região Metropolitana de Salvador	46,8	4,8	2,8	13,7	5,0	11,4	9,0
<b>Sudeste</b>	<b>44,4</b>	<b>4,9</b>	<b>2,5</b>	<b>13,4</b>	<b>4,8</b>	<b>10,8</b>	<b>8,0</b>
Minas Gerais	45,9	4,9	2,6	14,0	5,3	11,2	7,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	46,2	4,8	2,6	13,2	4,8	12,0	8,8
Espírito Santo	45,7	4,5	2,7	14,5	5,0	10,8	8,2
Rio de Janeiro	42,5	4,8	2,4	13,1	4,8	10,2	7,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	41,7	4,7	2,4	12,6	4,6	10,0	7,4
São Paulo	44,3	4,9	2,5	13,1	4,5	10,8	8,5
Região Metropolitana de São Paulo	44,3	5,0	2,4	13,5	4,5	10,4	8,6
<b>Sul</b>	<b>44,2</b>	<b>4,8</b>	<b>2,4</b>	<b>13,3</b>	<b>5,1</b>	<b>11,3</b>	<b>7,3</b>
Paraná	45,3	5,1	2,6	13,6	5,1	11,5	7,4
Região Metropolitana de Curitiba	45,9	5,4	2,6	13,2	5,4	11,8	7,6
Santa Catarina	44,8	4,9	2,5	13,1	5,0	11,8	7,5
Rio Grande do Sul	42,6	4,4	2,2	13,0	5,1	10,7	7,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	43,9	4,8	2,2	13,2	5,3	10,8	7,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>48,9</b>	<b>5,6</b>	<b>3,0</b>	<b>14,4</b>	<b>5,3</b>	<b>11,9</b>	<b>8,8</b>
Mato Grosso do Sul	48,8	5,9	3,0	13,4	5,5	11,8	9,3
Mato Grosso	50,7	6,0	3,1	16,0	5,5	11,9	8,2
Goiás	47,5	5,4	2,9	13,9	5,3	11,5	8,5
Distrito Federal	50,0	5,6	3,0	14,6	4,7	12,6	9,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.16 - Proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes, sem abastecimento de água por rede geral, sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2012**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes, por forma de saneamento inadequado (%)			
	Sem abastecimento de água de rede geral	Sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica	Sem coleta de lixo direta ou indireta	Com todas formas de saneamento inadequado, simultaneamente (1)
<b>Brasil</b>	<b>18,2</b>	<b>45,2</b>	<b>15,6</b>	<b>10,2</b>
<b>Norte</b>	<b>44,5</b>	<b>85,3</b>	<b>28,0</b>	<b>22,1</b>
Rondônia	61,5	93,0	25,6	24,7
Acre	56,3	78,8	30,9	29,4
Amazonas	32,8	72,3	22,2	16,7
Roraima	13,6	81,9	19,0	12,1
Pará	52,0	90,9	33,9	26,0
Amapá	50,0	95,4	14,9	12,1
Tocantins	18,4	82,1	22,1	16,8
<b>Nordeste</b>	<b>22,7</b>	<b>65,8</b>	<b>29,1</b>	<b>16,7</b>
Maranhão	32,7	88,4	55,8	26,7
Piauí	18,0	97,9	41,8	15,7
Ceará	25,0	65,6	28,2	19,2
Rio Grande do Norte	12,7	79,3	13,7	8,6
Paraíba	20,8	51,7	19,5	16,8
Pernambuco	21,6	53,6	19,2	13,1
Alagoas	28,1	73,2	25,0	14,9
Sergipe	16,3	58,1	18,6	10,9
Bahia	19,5	52,8	25,4	14,7
<b>Sudeste</b>	<b>9,3</b>	<b>15,4</b>	<b>5,0</b>	<b>3,5</b>
Minas Gerais	15,4	26,0	12,6	9,7
Espírito Santo	12,2	25,6	8,4	7,6
Rio de Janeiro	13,8	15,7	3,8	1,3
São Paulo	4,4	9,0	1,3	0,8
<b>Sul</b>	<b>13,0</b>	<b>42,3</b>	<b>7,5</b>	<b>5,6</b>
Paraná	11,1	39,8	7,5	6,6
Santa Catarina	16,8	46,9	7,3	5,7
Rio Grande do Sul	12,6	42,0	7,7	4,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>15,4</b>	<b>58,9</b>	<b>9,8</b>	<b>8,1</b>
Mato Grosso do Sul	15,9	66,6	11,9	10,7
Mato Grosso	20,3	74,5	17,5	15,8
Goiás	16,6	65,2	6,5	5,5
Distrito Federal	5,9	18,2	5,5	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Não havia no domicílio, simultaneamente, abastecimento de água por meio de rede geral, esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, e o lixo não era coletado direta ou indiretamente.

**Tabela 1.17 - Taxa de ocupação de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de ocupação de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade (%)		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
<b>Brasil</b>	<b>25,3</b>	<b>62,1</b>	<b>75,8</b>
<b>Norte</b>	<b>25,1</b>	<b>55,8</b>	<b>72,2</b>
Rondônia	35,6	67,9	77,3
Acre	28,1	57,3	76,6
Amazonas	21,0	53,1	70,4
Roraima	17,0	57,7	69,8
Pará	27,2	54,8	71,7
Região Metropolitana de Belém	8,3	45,4	65,8
Amapá	8,5	40,9	63,9
Tocantins	24,9	60,8	76,0
<b>Nordeste</b>	<b>24,9</b>	<b>55,5</b>	<b>69,8</b>
Maranhão	30,7	56,2	72,9
Piauí	33,6	59,0	73,8
Ceará	23,6	59,3	71,8
Região Metropolitana de Fortaleza	18,1	58,5	73,3
Rio Grande do Norte	16,7	56,4	69,9
Paraíba	25,2	53,4	69,6
Pernambuco	20,6	52,5	66,7
Região Metropolitana de Recife	11,4	50,8	68,5
Alagoas	23,2	47,0	67,9
Sergipe	25,5	58,9	68,8
Bahia	25,4	55,3	68,5
Região Metropolitana de Salvador	17,5	55,6	71,2
<b>Sudeste</b>	<b>23,0</b>	<b>64,3</b>	<b>78,4</b>
Minas Gerais	27,5	65,8	78,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	25,4	70,3	81,1
Espírito Santo	30,9	65,9	80,6
Rio de Janeiro	11,3	53,7	72,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	9,5	52,5	72,8
São Paulo	24,5	67,3	79,9
Região Metropolitana de São Paulo	20,2	66,6	79,2
<b>Sul</b>	<b>31,4</b>	<b>71,7</b>	<b>82,2</b>
Paraná	30,1	70,6	79,9
Região Metropolitana de Curitiba	26,9	71,0	79,7
Santa Catarina	36,3	76,4	84,8
Rio Grande do Sul	29,9	69,7	82,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	24,5	69,1	80,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>27,2</b>	<b>65,9</b>	<b>77,4</b>
Mato Grosso do Sul	25,4	68,4	79,8
Mato Grosso	33,3	67,4	76,8
Goiás	29,4	67,4	76,9
Distrito Federal	14,9	58,7	76,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.18 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (%)			
	Até 1/2 salário mínimo (1)	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
<b>Brasil</b>	<b>15,7</b>	<b>23,9</b>	<b>39,9</b>	<b>18,2</b>
<b>Norte</b>	<b>26,4</b>	<b>31,0</b>	<b>30,4</b>	<b>11,0</b>
Rondônia	20,4	25,2	36,7	16,7
Acre	32,8	26,4	28,0	11,9
Amazonas	23,8	30,8	31,6	12,3
Roraima	15,0	36,4	32,2	16,0
Pará	30,4	32,2	27,6	8,2
Região Metropolitana de Belém	9,6	38,3	34,2	11,5
Amapá	9,9	32,2	43,3	14,5
Tocantins	24,1	32,8	30,7	11,7
<b>Nordeste</b>	<b>33,4</b>	<b>35,8</b>	<b>21,9</b>	<b>7,6</b>
Maranhão	47,9	28,9	15,8	6,2
Piauí	44,1	31,9	17,6	6,4
Ceará	33,0	38,4	21,4	6,3
Região Metropolitana de Fortaleza	13,7	41,3	33,0	10,5
Rio Grande do Norte	27,1	34,9	28,9	8,8
Paraíba	33,6	36,5	22,1	7,1
Pernambuco	22,4	36,5	29,4	10,1
Região Metropolitana de Recife	9,2	33,7	40,0	13,7
Alagoas	29,2	42,0	21,3	6,8
Sergipe	31,8	40,1	19,5	8,0
Bahia	32,5	36,3	21,0	7,9
Região Metropolitana de Salvador	12,6	35,7	33,7	14,5
<b>Sudeste</b>	<b>6,5</b>	<b>17,9</b>	<b>48,6</b>	<b>23,1</b>
Minas Gerais	12,9	27,4	41,9	16,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5,4	21,8	48,4	22,6
Espírito Santo	13,8	24,1	42,7	17,5
Rio de Janeiro	4,2	20,5	47,0	20,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3,7	17,8	47,9	21,6
São Paulo	3,5	12,2	52,7	27,3
Região Metropolitana de São Paulo	2,1	10,2	52,2	31,2
<b>Sul</b>	<b>8,7</b>	<b>15,9</b>	<b>50,0</b>	<b>24,1</b>
Paraná	8,1	16,3	49,9	24,7
Região Metropolitana de Curitiba	4,4	10,7	50,5	33,0
Santa Catarina	6,2	11,7	52,2	27,3
Rio Grande do Sul	11,1	18,4	48,5	21,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	4,3	17,1	53,2	23,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>7,3</b>	<b>23,1</b>	<b>44,2</b>	<b>23,9</b>
Mato Grosso do Sul	7,3	21,2	45,9	25,5
Mato Grosso	10,4	19,4	46,4	21,9
Goiás	7,2	29,5	40,9	20,5
Distrito Federal	3,6	14,7	47,6	32,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive sem rendimento.

**Tabela 1.19 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência, por número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal (%)		
	Até 39 horas	40 a 44 horas	45 horas ou mais
<b>Brasil</b>	<b>26,9</b>	<b>46,9</b>	<b>26,3</b>
<b>Norte</b>	<b>35,5</b>	<b>37,6</b>	<b>26,9</b>
Rondônia	28,9	47,5	23,6
Acre	40,1	31,3	28,6
Amazonas	31,6	38,5	29,9
Roraima	32,2	44,2	23,6
Pará	39,4	34,1	26,5
Região Metropolitana de Belém	33,1	41,7	25,2
Amapá	32,8	39,0	28,2
Tocantins	31,5	42,5	26,0
<b>Nordeste</b>	<b>37,2</b>	<b>38,8</b>	<b>24,0</b>
Maranhão	44,0	35,3	20,8
Piauí	45,8	33,6	20,6
Ceará	35,4	39,0	25,6
Região Metropolitana de Fortaleza	25,9	44,5	29,6
Rio Grande do Norte	32,7	42,4	25,0
Paraíba	39,2	36,3	24,5
Pernambuco	29,4	43,0	27,5
Região Metropolitana de Recife	24,3	42,3	33,5
Alagoas	37,3	34,5	28,2
Sergipe	42,1	33,3	24,6
Bahia	36,8	41,2	22,0
Região Metropolitana de Salvador	30,6	45,0	24,4
<b>Sudeste</b>	<b>21,1</b>	<b>51,2</b>	<b>27,7</b>
Minas Gerais	25,3	48,5	26,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	25,4	49,0	25,6
Espírito Santo	26,8	47,8	25,3
Rio de Janeiro	20,4	51,5	28,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	21,0	53,0	26,0
São Paulo	18,9	52,6	28,5
Região Metropolitana de São Paulo	19,4	51,5	29,1
<b>Sul</b>	<b>22,7</b>	<b>52,4</b>	<b>24,8</b>
Paraná	23,2	52,6	24,1
Região Metropolitana de Curitiba	22,9	55,1	22,1
Santa Catarina	19,3	53,4	27,3
Rio Grande do Sul	24,6	51,6	23,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	22,7	57,2	20,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>21,6</b>	<b>50,0</b>	<b>28,4</b>
Mato Grosso do Sul	20,8	51,2	28,1
Mato Grosso	21,2	50,2	28,6
Goiás	20,7	47,5	31,8
Distrito Federal	25,0	54,8	20,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.20 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência (%)			
	Total			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
<b>Brasil</b>	<b>21,6</b>	<b>13,6</b>	<b>45,2</b>	<b>19,6</b>
<b>Norte</b>	<b>24,1</b>	<b>13,5</b>	<b>40,6</b>	<b>21,9</b>
Rondônia	18,4	14,6	49,0	18,0
Acre	23,2	14,8	41,9	20,0
Amazonas	25,9	14,1	37,2	22,8
Roraima	27,1	14,4	36,5	22,0
Pará	23,5	13,1	41,0	22,5
Região Metropolitana de Belém	32,1	10,2	33,9	23,7
Amapá	33,9	7,5	30,8	27,8
Tocantins	23,8	14,9	42,5	18,8
<b>Nordeste</b>	<b>23,1</b>	<b>12,5</b>	<b>40,5</b>	<b>23,9</b>
Maranhão	20,8	13,0	42,3	23,9
Piauí	21,6	17,5	40,2	20,7
Ceará	23,2	12,1	42,6	22,0
Região Metropolitana de Fortaleza	23,4	11,8	43,3	21,5
Rio Grande do Norte	23,3	12,0	40,9	23,7
Paraíba	24,3	12,5	40,0	23,2
Pernambuco	23,0	10,2	39,9	26,9
Região Metropolitana de Recife	25,0	9,4	39,3	26,2
Alagoas	25,3	11,6	35,7	27,4
Sergipe	22,6	13,6	41,0	22,7
Bahia	23,6	12,9	39,9	23,7
Região Metropolitana de Salvador	26,0	13,1	40,5	20,4
<b>Sudeste</b>	<b>21,2</b>	<b>12,8</b>	<b>47,9</b>	<b>18,1</b>
Minas Gerais	21,1	14,0	47,8	17,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	19,4	15,9	49,7	15,0
Espírito Santo	19,4	13,5	50,2	16,9
Rio de Janeiro	27,7	9,1	41,7	21,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	28,7	9,1	41,1	21,1
São Paulo	18,9	13,5	50,1	17,5
Região Metropolitana de São Paulo	20,3	13,2	49,1	17,4
<b>Sul</b>	<b>18,8</b>	<b>17,0</b>	<b>49,2</b>	<b>15,0</b>
Paraná	18,9	16,0	48,9	16,2
Região Metropolitana de Curitiba	19,4	16,3	47,8	16,6
Santa Catarina	16,5	18,7	52,0	12,7
Rio Grande do Sul	20,0	17,0	47,9	15,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	21,8	16,7	46,2	15,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>20,7</b>	<b>15,2</b>	<b>46,7</b>	<b>17,4</b>
Mato Grosso do Sul	19,3	15,0	48,5	17,2
Mato Grosso	19,2	15,0	48,1	17,7
Goiás	19,9	15,9	46,7	17,5
Distrito Federal	25,3	14,1	43,4	17,2



**Tabela 1.20 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência (%)			
	De 15 a 17 anos de idade			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
<b>Brasil</b>	<b>65,4</b>	<b>18,8</b>	<b>6,5</b>	<b>9,4</b>
<b>Norte</b>	<b>65,4</b>	<b>18,7</b>	<b>6,4</b>	<b>9,5</b>
Rondônia	56,6	25,5	10,1	7,8
Acre	58,9	20,2	8,0	12,9
Amazonas	68,1	17,5	3,5	10,9
Roraima	71,0	14,5	2,5	12,0
Pará	64,3	19,4	7,8	8,5
Região Metropolitana de Belém	84,1	6,0	2,3	7,6
Amapá	79,7	3,8	4,7	11,9
Tocantins	65,9	21,2	3,7	9,2
<b>Nordeste</b>	<b>64,6</b>	<b>18,6</b>	<b>6,3</b>	<b>10,5</b>
Maranhão	60,1	24,0	6,7	9,2
Piauí	57,1	28,1	5,5	9,3
Ceará	68,4	17,3	6,3	8,1
Região Metropolitana de Fortaleza	72,8	13,6	4,5	9,1
Rio Grande do Norte	70,4	11,2	5,4	12,9
Paraíba	63,6	19,2	6,0	11,2
Pernambuco	65,7	13,7	6,9	13,7
Região Metropolitana de Recife	77,1	8,2	3,2	11,5
Alagoas	62,9	16,0	7,2	13,9
Sergipe	65,2	19,2	6,2	9,3
Bahia	64,9	19,3	6,0	9,7
Região Metropolitana de Salvador	75,7	12,9	4,7	6,8
<b>Sudeste</b>	<b>68,7</b>	<b>17,1</b>	<b>5,9</b>	<b>8,4</b>
Minas Gerais	64,7	21,2	6,4	7,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	66,7	20,5	5,0	7,9
Espírito Santo	59,2	22,5	8,4	9,8
Rio de Janeiro	79,5	7,2	4,1	9,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	81,0	5,5	4,0	9,5
São Paulo	67,3	18,5	6,1	8,2
Região Metropolitana de São Paulo	70,7	16,2	4,0	9,1
<b>Sul</b>	<b>58,9</b>	<b>22,8</b>	<b>8,6</b>	<b>9,7</b>
Paraná	59,7	21,7	8,4	10,2
Região Metropolitana de Curitiba	60,7	17,1	9,8	12,3
Santa Catarina	53,8	26,2	10,1	9,9
Rio Grande do Sul	61,1	21,9	7,9	9,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	66,6	17,2	7,4	8,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>63,5</b>	<b>21,0</b>	<b>6,2</b>	<b>9,3</b>
Mato Grosso do Sul	61,5	17,9	7,5	13,1
Mato Grosso	56,3	24,6	8,7	10,4
Goiás	62,3	24,0	5,4	8,3
Distrito Federal	78,7	11,7	3,2	6,4

**Tabela 1.20 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência (%)			
	De 18 a 24 anos de idade			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
<b>Brasil</b>	<b>14,5</b>	<b>14,8</b>	<b>47,3</b>	<b>23,4</b>
<b>Norte</b>	<b>17,6</b>	<b>14,3</b>	<b>41,5</b>	<b>26,5</b>
Rondônia	10,3	13,0	54,9	21,8
Acre	18,3	17,1	40,2	24,4
Amazonas	19,0	14,9	38,2	27,9
Roraima	18,0	17,5	40,2	24,3
Pará	18,1	14,0	40,8	27,0
Região Metropolitana de Belém	26,9	14,0	31,4	27,6
Amapá	24,1	10,0	30,9	35,0
Tocantins	15,9	15,6	45,2	23,3
<b>Nordeste</b>	<b>16,2</b>	<b>13,2</b>	<b>42,3</b>	<b>28,3</b>
Maranhão	13,6	12,0	44,2	30,3
Piauí	16,1	18,7	40,3	24,9
Ceará	13,9	12,6	46,7	26,8
Região Metropolitana de Fortaleza	15,9	12,7	45,8	25,6
Rio Grande do Norte	17,1	15,1	41,3	26,5
Paraíba	19,4	11,6	41,8	27,3
Pernambuco	16,5	11,4	41,1	31,0
Região Metropolitana de Recife	17,4	10,7	40,1	31,8
Alagoas	17,8	11,6	35,3	35,2
Sergipe	16,4	15,9	43,0	24,8
Bahia	17,4	13,7	41,6	27,3
Região Metropolitana de Salvador	21,5	15,6	40,0	22,9
<b>Sudeste</b>	<b>13,8</b>	<b>14,2</b>	<b>50,1</b>	<b>21,9</b>
Minas Gerais	13,0	14,6	51,2	21,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	12,8	18,2	52,1	16,8
Espírito Santo	13,7	13,1	52,8	20,4
Rio de Janeiro	20,2	11,1	42,7	26,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	22,2	11,2	41,3	25,3
São Paulo	11,8	15,3	52,0	20,9
Região Metropolitana de São Paulo	13,3	15,5	51,1	20,2
<b>Sul</b>	<b>11,0</b>	<b>18,9</b>	<b>52,8</b>	<b>17,4</b>
Paraná	10,8	18,3	52,3	18,5
Região Metropolitana de Curitiba	10,4	20,8	50,2	18,6
Santa Catarina	9,8	20,8	55,6	13,8
Rio Grande do Sul	11,9	18,2	51,5	18,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	13,0	19,8	49,3	17,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>14,6</b>	<b>17,4</b>	<b>48,5</b>	<b>19,5</b>
Mato Grosso do Sul	12,6	19,1	49,3	19,0
Mato Grosso	12,8	16,0	51,4	19,8
Goiás	13,2	17,5	49,9	19,4
Distrito Federal	21,4	17,3	41,4	19,9

**Tabela 1.20 - Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade na semana de referência (%)			
	De 25 a 29 anos de idade			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha, nem estuda
<b>Brasil</b>	<b>2,9</b>	<b>8,3</b>	<b>67,5</b>	<b>21,3</b>
<b>Norte</b>	<b>3,9</b>	<b>8,5</b>	<b>63,6</b>	<b>23,9</b>
Rondônia	3,0	9,3	68,0	19,6
Acre	5,0	7,4	69,1	18,5
Amazonas	5,5	10,3	60,0	24,1
Roraima	3,2	9,0	60,8	27,0
Pará	3,1	7,6	64,1	25,2
Região Metropolitana de Belém	6,1	7,2	58,6	28,1
Amapá	3,8	7,1	56,7	32,3
Tocantins	4,8	9,5	66,5	19,2
<b>Nordeste</b>	<b>3,1</b>	<b>7,2</b>	<b>62,6</b>	<b>27,2</b>
Maranhão	1,7	6,3	66,5	25,5
Piauí	2,8	7,9	65,9	23,3
Ceará	2,7	7,4	64,4	25,5
Região Metropolitana de Fortaleza	3,7	9,4	63,9	22,9
Rio Grande do Norte	3,9	7,9	62,0	26,2
Paraíba	5,2	9,4	60,2	25,2
Pernambuco	3,2	6,2	60,4	30,1
Região Metropolitana de Recife	3,9	8,5	60,0	27,5
Alagoas	4,5	8,0	59,9	27,6
Sergipe	2,2	6,5	62,3	29,1
Bahia	3,0	7,1	61,5	28,4
Região Metropolitana de Salvador	4,0	10,1	61,2	24,8
<b>Sudeste</b>	<b>2,7</b>	<b>8,3</b>	<b>70,1</b>	<b>18,9</b>
Minas Gerais	3,2	7,9	70,9	18,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,6	10,1	71,0	16,4
Espírito Santo	2,8	8,6	72,1	16,6
Rio de Janeiro	4,0	7,7	65,1	23,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4,6	8,5	64,3	22,6
São Paulo	2,0	8,6	71,3	18,1
Região Metropolitana de São Paulo	2,3	8,9	70,3	18,5
<b>Sul</b>	<b>2,8</b>	<b>10,1</b>	<b>72,1</b>	<b>15,0</b>
Paraná	3,2	8,4	71,6	16,9
Região Metropolitana de Curitiba	4,0	8,6	71,1	16,3
Santa Catarina	2,2	10,5	74,3	12,9
Rio Grande do Sul	2,7	11,6	71,2	14,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	3,3	11,8	68,8	16,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3,1</b>	<b>8,8</b>	<b>68,7</b>	<b>19,5</b>
Mato Grosso do Sul	2,8	8,1	71,7	17,3
Mato Grosso	3,5	7,0	69,8	19,7
Goiás	2,4	8,8	68,2	20,7
Distrito Federal	4,4	11,1	65,7	18,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.21 - Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos de idade, proporção que cuidava de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de idade e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos de idade, por grupos de idade e sexo			
	10 a 15 anos de idade			
	Homem		Mulher	
	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
<b>Brasil</b>	<b>39,7</b>	<b>7,9</b>	<b>71,4</b>	<b>12,6</b>
<b>Norte</b>	<b>49,2</b>	<b>8,6</b>	<b>79,5</b>	<b>13,7</b>
Rondônia	55,0	8,8	85,4	13,5
Acre	59,9	9,1	82,6	14,4
Amazonas	52,1	9,9	79,2	15,4
Roraima	58,3	7,1	81,9	12,1
Pará	44,5	7,6	77,7	12,6
Região Metropolitana de Belém	45,9	8,0	70,8	12,3
Amapá	39,1	10,2	72,6	13,9
Tocantins	58,5	9,2	85,4	15,2
<b>Nordeste</b>	<b>35,0</b>	<b>8,6</b>	<b>72,7</b>	<b>13,9</b>
Maranhão	37,1	10,0	72,6	16,3
Piauí	50,8	7,7	83,0	11,6
Ceará	35,1	8,5	72,6	13,8
Região Metropolitana de Fortaleza	36,8	8,5	67,2	12,9
Rio Grande do Norte	32,4	9,2	68,6	15,1
Paraíba	35,1	8,1	74,7	13,0
Pernambuco	28,1	8,3	66,2	13,4
Região Metropolitana de Recife	31,2	10,1	59,8	13,6
Alagoas	17,0	9,6	71,1	17,1
Sergipe	36,8	9,7	77,8	13,8
Bahia	39,7	8,2	74,3	12,6
Região Metropolitana de Salvador	58,8	8,1	77,2	11,7
<b>Sudeste</b>	<b>36,1</b>	<b>7,3</b>	<b>67,7</b>	<b>11,5</b>
Minas Gerais	44,1	7,0	75,8	11,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	54,7	6,5	76,0	10,7
Espírito Santo	42,9	6,1	75,7	12,0
Rio de Janeiro	25,3	8,5	53,9	12,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	25,5	8,6	52,4	12,2
São Paulo	35,4	7,4	68,1	10,9
Região Metropolitana de São Paulo	34,2	7,1	67,1	10,2
<b>Sul</b>	<b>49,6</b>	<b>7,4</b>	<b>72,8</b>	<b>11,6</b>
Paraná	49,8	7,4	72,0	11,8
Região Metropolitana de Curitiba	45,4	6,5	67,9	11,1
Santa Catarina	42,8	7,6	69,5	12,1
Rio Grande do Sul	53,5	7,4	75,7	11,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	54,9	7,6	71,4	11,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>47,0</b>	<b>7,9</b>	<b>71,4</b>	<b>12,3</b>
Mato Grosso do Sul	47,3	6,9	68,3	12,1
Mato Grosso	50,8	9,3	74,2	14,8
Goiás	45,8	7,1	73,7	11,8
Distrito Federal	44,3	8,3	64,9	10,3

**Tabela 1.21 - Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos de idade, proporção que cuidava de afazeres domésticos e número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência, por grupos de idade e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos de idade, por grupos de idade e sexo			
	16 a 24 anos de idade			
	Homem		Mulher	
	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos	Proporção que cuidava de afazeres domésticos	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
<b>Brasil</b>	<b>40,8</b>	<b>9,3</b>	<b>82,7</b>	<b>19,4</b>
<b>Norte</b>	<b>48,6</b>	<b>10,1</b>	<b>88,5</b>	<b>21,6</b>
Rondônia	50,5	9,1	90,9	20,1
Acre	58,2	9,0	89,1	20,8
Amazonas	53,7	11,6	90,2	23,5
Roraima	59,8	10,4	90,7	19,0
Pará	43,2	9,1	86,6	21,1
Região Metropolitana de Belém	49,8	10,8	85,3	20,4
Amapá	48,6	12,3	89,1	22,8
Tocantins	55,3	11,6	90,7	22,5
<b>Nordeste</b>	<b>36,6</b>	<b>10,0</b>	<b>85,3</b>	<b>21,9</b>
Maranhão	30,2	12,1	85,6	25,3
Piauí	46,6	9,6	87,8	21,9
Ceará	37,2	9,6	81,3	21,1
Região Metropolitana de Fortaleza	43,5	9,4	79,7	20,3
Rio Grande do Norte	33,7	9,7	81,2	21,2
Paraíba	38,8	10,6	88,2	21,0
Pernambuco	31,1	10,0	81,3	22,6
Região Metropolitana de Recife	35,3	11,8	81,3	22,4
Alagoas	25,7	11,2	84,6	24,9
Sergipe	39,9	10,3	86,0	22,9
Bahia	42,8	9,2	89,8	19,8
Região Metropolitana de Salvador	62,0	9,0	90,1	18,6
<b>Sudeste</b>	<b>38,3</b>	<b>9,0</b>	<b>79,1</b>	<b>17,9</b>
Minas Gerais	42,3	8,5	84,8	19,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	52,7	8,1	83,3	16,8
Espírito Santo	38,6	8,0	81,8	17,0
Rio de Janeiro	28,9	9,4	72,5	18,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	29,5	9,1	69,9	18,2
São Paulo	39,8	9,2	78,5	17,1
Região Metropolitana de São Paulo	42,5	8,7	77,5	15,2
<b>Sul</b>	<b>49,2</b>	<b>8,6</b>	<b>83,7</b>	<b>17,6</b>
Paraná	46,4	7,8	81,8	18,3
Região Metropolitana de Curitiba	48,9	7,5	78,9	16,6
Santa Catarina	42,3	8,6	83,3	16,6
Rio Grande do Sul	56,1	9,2	86,1	17,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	55,8	9,6	83,0	16,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>43,6</b>	<b>8,7</b>	<b>81,9</b>	<b>17,9</b>
Mato Grosso do Sul	44,6	8,5	81,2	18,0
Mato Grosso	38,5	9,7	85,9	19,9
Goiás	42,3	8,1	80,2	17,0
Distrito Federal	51,6	9,2	81,4	16,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.22 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, por grupos de idade (%)					
	Total	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>12,6</b>	<b>4,0</b>	<b>3,0</b>	<b>2,4</b>	<b>1,6</b>	<b>1,7</b>
<b>Norte</b>	<b>8,1</b>	<b>2,8</b>	<b>1,9</b>	<b>1,5</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>
Rondônia	7,8	2,8	1,8	1,6	0,8	0,8
Acre	7,2	2,8	1,4	1,3	0,7	1,1
Amazonas	7,7	2,4	1,9	1,3	0,9	1,1
Roraima	6,3	2,4	1,5	0,9	0,8	0,8
Pará	8,5	3,0	1,9	1,6	1,0	1,0
Região Metropolitana de Belém	10,1	3,3	2,5	1,9	1,1	1,3
Amapá	5,1	2,0	1,2	0,6	0,6	0,6
Tocantins	10,5	3,4	2,5	2,0	1,4	1,2
<b>Nordeste</b>	<b>11,9</b>	<b>3,5</b>	<b>2,7</b>	<b>2,3</b>	<b>1,4</b>	<b>1,9</b>
Maranhão	10,4	3,2	2,3	1,9	1,5	1,5
Piauí	12,3	3,8	2,7	2,4	1,6	1,6
Ceará	13,0	3,8	2,9	2,4	1,6	2,3
Região Metropolitana de Fortaleza	11,4	3,5	2,6	1,9	1,4	2,0
Rio Grande do Norte	11,6	3,3	2,6	2,4	1,4	1,9
Paraíba	12,9	3,6	3,0	2,5	1,6	2,2
Pernambuco	12,5	3,7	2,9	2,5	1,4	1,8
Região Metropolitana de Recife	13,0	4,1	3,0	2,6	1,5	1,8
Alagoas	10,4	3,3	2,7	1,7	1,1	1,7
Sergipe	10,4	3,2	2,3	1,9	1,2	1,7
Bahia	11,9	3,6	2,8	2,4	1,3	1,9
Região Metropolitana de Salvador	10,4	3,6	2,4	1,9	1,1	1,3
<b>Sudeste</b>	<b>13,8</b>	<b>4,4</b>	<b>3,3</b>	<b>2,6</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>
Minas Gerais	13,0	4,0	3,1	2,4	1,7	1,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	11,6	3,9	2,8	2,2	1,4	1,4
Espírito Santo	12,7	4,2	2,9	2,3	1,7	1,7
Rio de Janeiro	16,1	5,1	3,6	2,8	2,3	2,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	16,6	5,1	3,7	2,9	2,5	2,4
São Paulo	13,4	4,3	3,2	2,5	1,7	1,6
Região Metropolitana de São Paulo	13,0	4,3	2,9	2,5	1,7	1,5
<b>Sul</b>	<b>14,2</b>	<b>4,7</b>	<b>3,6</b>	<b>2,6</b>	<b>1,5</b>	<b>1,8</b>
Paraná	12,9	4,4	3,2	2,4	1,4	1,6
Região Metropolitana de Curitiba	11,5	4,0	2,9	1,9	1,3	1,3
Santa Catarina	13,0	4,1	3,4	2,4	1,4	1,6
Rio Grande do Sul	16,1	5,2	4,1	2,9	1,8	2,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	14,1	4,7	3,6	2,4	1,7	1,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>10,8</b>	<b>3,7</b>	<b>2,7</b>	<b>1,9</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>
Mato Grosso do Sul	11,2	4,0	2,5	1,9	1,4	1,4
Mato Grosso	9,9	3,7	2,5	1,6	1,1	1,0
Goiás	11,4	3,6	2,8	2,2	1,4	1,4
Distrito Federal	9,7	3,4	2,7	1,7	1,0	0,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.23 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade (%)						
	Situação do domicílio		Sexo		Cor ou raça		
	Urbana	Rural	Homem	Mulher	Branca	Preta	Parda
<b>Brasil</b>	<b>84,3</b>	<b>15,7</b>	<b>44,3</b>	<b>55,7</b>	<b>54,4</b>	<b>8,1</b>	<b>36,3</b>
Norte	73,9	26,1	48,7	51,3	25,1	8,7	64,9
Nordeste	71,9	28,1	44,6	55,4	32,3	10,0	57,1
Sudeste	93,0	7,0	43,3	56,7	62,3	8,6	27,7
Sul	81,6	18,4	44,2	55,8	81,4	3,6	13,7
Centro-Oeste	87,5	12,5	46,8	53,2	46,5	7,2	45,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.24 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade (%)						
	Situação do domicílio		Sexo		Cor ou raça		
	Urbana	Rural	Homem	Mulher	Branca	Preta	Parda
<b>Brasil</b>	<b>84,3</b>	<b>15,7</b>	<b>43,4</b>	<b>56,6</b>	<b>55,3</b>	<b>8,0</b>	<b>35,5</b>
Norte	75,7	24,3	48,9	51,1	25,6	8,5	64,8
Nordeste	71,9	28,1	43,9	56,1	33,7	10,1	55,8
Sudeste	93,0	7,0	42,2	57,8	63,3	8,5	26,7
Sul	81,7	18,3	43,2	56,8	82,2	3,3	13,2
Centro-Oeste	87,5	12,5	46,2	53,8	47,1	6,9	44,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.25 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio (%)		
	Pessoa de referência	Cônjuge	Outra condição
<b>Brasil</b>	<b>64,2</b>	<b>24,4</b>	<b>11,4</b>
Norte	63,8	22,7	13,4
Nordeste	65,2	23,6	11,2
Sudeste	63,9	24,6	11,5
Sul	63,3	26,2	10,5
Centro-Oeste	64,7	23,6	11,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.26 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por condição no domicílio (%)		
	Pessoa de referência	Cônjuge	Outra condição
<b>Brasil</b>	<b>64,7</b>	<b>22,0</b>	<b>13,3</b>
Norte	64,0	19,8	16,1
Nordeste	65,8	21,3	12,9
Sudeste	64,3	22,3	13,4
Sul	64,0	23,3	12,7
Centro-Oeste	64,8	21,6	13,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.



**Tabela 1.27 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade com indicação da média de anos de estudo e distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade (1)				
	Média de anos de estudo	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)			
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>4,6</b>	<b>28,1</b>	<b>17,8</b>	<b>34,6</b>	<b>19,4</b>
Norte	3,6	39,2	21,1	25,5	14,1
Nordeste	3,2	47,1	16,8	22,1	13,9
Sudeste	5,5	19,4	16,7	40,3	23,6
Sul	4,9	17,3	21,3	43,4	18,0
Centro-Oeste	4,6	30,7	17,8	31,4	20,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive as pessoas com anos de estudo não determinados.

**Tabela 1.28 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade com indicação da média de anos de estudo e distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade (1)				
	Média de anos de estudo	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)			
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>4,2</b>	<b>31,6</b>	<b>18,7</b>	<b>33,4</b>	<b>16,4</b>
Norte	3,1	43,3	20,7	25,0	10,8
Nordeste	2,9	51,1	16,7	20,4	11,7
Sudeste	5,0	22,4	18,0	39,1	20,5
Sul	4,5	19,8	23,1	42,3	14,8
Centro-Oeste	4,0	34,5	19,0	31,2	15,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive as pessoas com anos de estudo não determinados.

**Tabela 1.29 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas (%)			
	Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
<b>Total</b>				
<b>Brasil</b>	<b>59,1</b>	<b>9,5</b>	<b>7,8</b>	<b>23,7</b>
Norte	56,6	7,4	5,9	30,1
Nordeste	63,0	6,6	9,1	21,3
Sudeste	57,4	11,6	6,4	24,5
Sul	60,8	8,8	10,8	19,5
Centro-Oeste	53,1	8,9	5,9	32,1
<b>Homens</b>				
<b>Brasil</b>	<b>73,4</b>	<b>1,2</b>	<b>2,8</b>	<b>22,5</b>
Norte	62,0	2,4	2,3	33,3
Nordeste	73,1	1,0	3,8	22,1
Sudeste	75,5	1,1	2,1	21,2
Sul	76,9	1,1	3,9	18,1
Centro-Oeste	62,7	1,8	1,8	33,7
<b>Mulheres</b>				
<b>Brasil</b>	<b>47,7</b>	<b>16,0</b>	<b>11,7</b>	<b>24,6</b>
Norte	51,6	12,1	9,3	27,1
Nordeste	55,0	11,1	13,4	20,6
Sudeste	43,6	19,7	9,7	27,1
Sul	48,0	14,9	16,4	20,7
Centro-Oeste	44,6	15,0	9,5	30,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão.

**Tabela 1.30 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade em aposentados e/ou pensionistas (%)			
	Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
<b>Total</b>				
<b>Brasil</b>	<b>64,5</b>	<b>10,7</b>	<b>9,8</b>	<b>15,0</b>
Norte	65,1	7,7	7,7	19,5
Nordeste	67,5	7,4	11,1	14,0
Sudeste	63,1	13,3	8,1	15,5
Sul	64,8	10,2	13,9	11,1
Centro-Oeste	60,9	9,7	7,5	21,8
<b>Homens</b>				
<b>Brasil</b>	<b>84,1</b>	<b>1,1</b>	<b>3,7</b>	<b>11,2</b>
Norte	75,2	2,3	3,3	19,2
Nordeste	82,2	1,0	4,7	12,2
Sudeste	86,9	1,0	2,8	9,3
Sul	86,0	1,0	5,0	8,0
Centro-Oeste	75,7	1,9	2,2	20,2
<b>Mulheres</b>				
<b>Brasil</b>	<b>49,5</b>	<b>18,1</b>	<b>14,5</b>	<b>18,0</b>
Norte	55,4	12,9	11,9	19,8
Nordeste	56,0	12,4	16,0	15,5
Sudeste	45,6	22,3	12,0	20,0
Sul	48,6	17,3	20,7	13,5
Centro-Oeste	48,2	16,4	12,1	23,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão.

**Tabela 1.31 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes (%)			
	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
<b>Brasil</b>	<b>1,6</b>	<b>39,2</b>	<b>23,5</b>	<b>24,3</b>
Norte	2,8	48,7	21,4	16,7
Nordeste	2,5	52,6	23,6	13,8
Sudeste	1,2	31,4	23,3	29,8
Sul	1,2	35,4	25,9	28,3
Centro-Oeste	1,5	41,4	20,7	24,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.32 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, por classes de rendimento mensal de todas as fontes (%)			
	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
<b>Brasil</b>	<b>0,6</b>	<b>44,3</b>	<b>23,9</b>	<b>22,3</b>
Norte	1,0	56,3	20,3	14,9
Nordeste	0,7	58,0	23,3	12,8
Sudeste	0,5	35,9	23,7	28,0
Sul	0,4	39,3	28,1	25,2
Centro-Oeste	0,6	49,2	20,4	20,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.33 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (%)			
	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
<b>Brasil</b>	<b>10,2</b>	<b>33,3</b>	<b>29,3</b>	<b>21,6</b>
Norte	19,6	40,0	22,9	11,7
Nordeste	18,2	46,2	21,7	10,5
Sudeste	6,4	26,6	32,0	27,5
Sul	5,1	28,7	36,5	25,6
Centro-Oeste	9,3	34,1	28,5	23,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 1.34 - Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (%)			
	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
<b>Brasil</b>	<b>9,2</b>	<b>35,2</b>	<b>29,7</b>	<b>20,6</b>
Norte	17,6	42,7	23,5	10,6
Nordeste	16,1	48,4	22,2	10,2
Sudeste	5,8	27,6	32,7	26,6
Sul	4,4	31,1	36,8	23,7
Centro-Oeste	8,7	37,3	28,0	21,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 1.35 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por tipo de arranjo domiciliar (%)					
	Uni-pessoal (1)	Casal sem filhos (2)	Morando sem filhos e com outros (3)	Morando com filhos e/ou com outros (4)		Outros (6)
				Com filhos menores de 25 anos (5)	Todos os filhos com 25 anos ou mais	
<b>Brasil</b>	<b>14,8</b>	<b>25,7</b>	<b>11,0</b>	<b>10,6</b>	<b>30,2</b>	<b>7,8</b>
Norte	10,3	16,4	14,0	18,2	31,0	10,3
Nordeste	13,0	19,8	14,2	14,1	31,7	7,3
Sudeste	15,9	27,2	9,5	8,5	31,1	7,8
Sul	16,0	33,5	8,5	8,7	25,7	7,7
Centro-Oeste	15,6	27,6	11,7	9,2	27,7	8,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclusive pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico.

(1) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade morando sem cônjuge, filhos, outros parentes e agregados. (2) Domicílio com pessoa responsável e cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, sem filhos, outros parentes e agregados. (3) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 60 anos ou mais de idade, morando com outros parentes e/ou agregados de qualquer idade e sem filhos. (4) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma de 60 anos ou mais de idade, morando com filhos e/ou com outros parentes e/ou agregados, de qualquer idade. (5) Domicílio com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade. (6) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade somente na condição de outro parente e/ou agregado.

**Tabela 1.36 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, por tipo de arranjo domiciliar (%)					
	Uni-pessoal (1)	Casal sem filhos (2)	Morando sem filhos e com outros (3)	Morando com filhos e/ou com outros (4)		Outros (6)
				Com filhos menores de 25 anos (5)	Todos os filhos com 25 anos ou mais	
<b>Brasil</b>	<b>16,6</b>	<b>25,8</b>	<b>10,8</b>	<b>6,2</b>	<b>29,9</b>	<b>10,8</b>
Norte	11,6	16,5	13,8	12,3	31,9	13,9
Nordeste	14,4	20,0	14,5	9,2	31,9	10,0
Sudeste	17,9	27,4	9,2	4,5	30,3	10,7
Sul	18,1	33,4	7,7	4,2	25,5	11,0
Centro-Oeste	17,5	27,3	11,3	5,6	26,8	11,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclusive pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico.

(1) Domicílio com pessoas de 65 anos ou mais de idade morando sem cônjuge, filhos, outros parentes e agregados. (2) Domicílio com pessoa responsável e cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 65 anos ou mais de idade, sem filhos, outros parentes e agregados. (3) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma pessoa de 65 anos ou mais de idade, morando com outros parentes e/ou agregados de qualquer idade e sem filhos. (4) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma de 65 anos ou mais de idade, morando com filhos e/ou com outros parentes e/ou agregados, de qualquer idade. (5) Domicílio com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade. (6) Domicílio com pessoas de 65 anos ou mais de idade somente na condição de outro parente e/ou agregado.

**Tabela 1.37 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>27,1</b>	<b>39,9</b>	<b>17,0</b>	<b>19,4</b>	<b>29,6</b>	<b>11,6</b>	<b>14,0</b>	<b>22,2</b>	<b>7,9</b>
Norte	33,3	46,8	20,4	23,1	33,6	13,1	17,1	25,6	9,5
Nordeste	28,5	41,5	18,0	21,5	32,3	13,0	15,7	24,6	8,8
Sudeste	24,2	35,9	15,2	16,3	25,3	9,8	11,6	18,8	6,6
Sul	31,0	44,4	20,3	23,7	35,4	14,8	17,6	27,3	10,7
Centro-Oeste	28,1	42,5	15,4	18,9	30,2	9,2	12,7	20,8	5,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.38 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>15,3</b>	<b>23,0</b>	<b>9,1</b>	<b>14,5</b>	<b>23,3</b>	<b>7,7</b>	<b>11,5</b>	<b>19,2</b>	<b>5,8</b>
Norte	16,2	21,9	10,8	16,0	23,2	9,1	14,0	21,5	7,1
Nordeste	18,0	26,6	11,1	16,8	26,2	9,5	13,4	21,5	7,1
Sudeste	12,4	19,5	7,0	11,6	19,5	5,8	9,1	16,1	4,3
Sul	20,3	29,6	12,9	19,6	30,5	11,4	15,4	25,0	8,5
Centro-Oeste	11,4	17,8	5,7	11,2	19,3	4,2	8,7	15,3	3,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.39 - Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>34,7</b>	<b>38,4</b>	<b>27,8</b>	<b>31,8</b>	<b>35,6</b>	<b>24,1</b>	<b>29,0</b>	<b>32,8</b>	<b>21,1</b>
Norte	33,8	37,6	25,6	31,1	34,8	22,0	28,9	32,6	19,8
Nordeste	32,4	36,0	25,7	30,6	34,4	23,1	28,3	31,9	20,5
Sudeste	36,3	39,9	29,9	33,2	37,1	25,8	30,8	35,0	22,5
Sul	33,9	38,1	26,6	30,1	34,3	22,4	26,0	29,7	19,2
Centro-Oeste	37,5	40,8	29,6	34,9	37,9	26,4	31,3	34,0	23,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 1.40 - Distribuição percentual dos rendimentos das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade, por fonte dos rendimentos, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual dos rendimentos das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade, por fonte dos rendimentos (%)					
	60 anos ou mais			65 anos ou mais		
	Trabalho	Aposentadoria e/ou pensão	Outras fontes	Trabalho	Aposentadoria e/ou pensão	Outras fontes
<b>Brasil</b>	<b>28,9</b>	<b>66,2</b>	<b>5,8</b>	<b>19,2</b>	<b>74,7</b>	<b>7,0</b>
Norte	30,0	64,5	6,6	15,5	77,1	7,8
Nordeste	21,3	73,8	5,5	12,7	81,9	5,9
Sudeste	30,7	63,9	6,5	22,1	70,5	8,3
Sul	29,3	67,7	3,7	17,5	78,8	4,3
Centro-Oeste	35,6	60,1	6,0	22,4	74,1	6,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.



## Famílias e domicílios

---

Uma das questões centrais do estudo da família é se os níveis de vida das pessoas variam de acordo com o tipo de família a que elas pertencem. Os diferentes tipos de família variam de acordo com os níveis de acesso a serviços de saúde, ou de educação ou de cuidados de provisão para os seus membros.

Entender como as famílias se organizam é crucial para aqueles envolvidos em planejamento e tomada de decisões, especialmente, em relação às políticas públicas. Além disso, em um momento ou outro, todos os membros da sociedade são afetados pela sua situação familiar.

A maioria das pessoas vive em famílias. Muitas destas famílias são do tipo “tradicional” constituída por um casal com filhos, mas cada vez mais as pessoas estão experimentando a vida familiar de outras formas. Os padrões recentes da dinâmica familiar – a redução das taxas de nupcialidade, o adiamento do casamento e da fecundidade, o aumento dos divórcios, e o aumento dos nascimentos fora do casamento – mostram que os indivíduos estão mais propensos a experimentar maior variedade de estruturas familiares ao longo de suas vidas. A crescente participação da mulher na força de trabalho é também um fator de influência nas mudanças dessa estrutura.

As famílias formadas por mais de uma unidade doméstica, as monoparentais e as recompostas apresentam situações específicas, como por exemplo, a questão da circulação de crianças no contexto da guarda alternada pelos pais, o que vai exigir uma nova definição de local de residência. Tais mudanças já são presentes na sociedade brasileira e precisam ser examinadas do ponto de vista estatístico, além de requerer uma investigação muito mais detalhada. Trata-se de um desafio definir

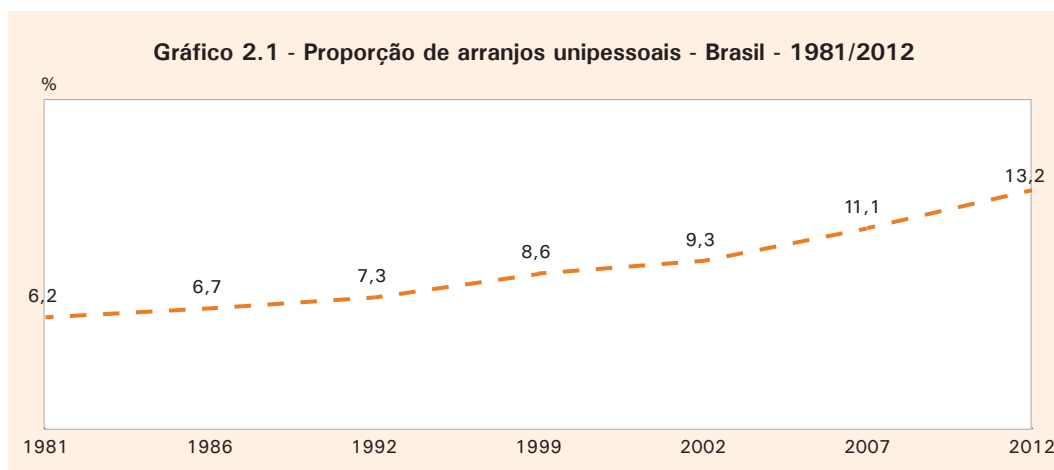
os limites da família num ambiente de instabilidade conjugal e de manutenção dos laços familiares das pessoas que não vivem mais sob o mesmo teto.

Nesse sentido, dentro do compromisso do IBGE de revisão sistemática de metodologia e conteúdo de suas investigações, o Censo Demográfico 2010 introduziu novas categorias de parentesco dos moradores em relação ao responsável pela família, avançando, por exemplo, na identificação das famílias recompostas ou reconstituídas<sup>5</sup>, que podem ser detectadas através da presença de filhos somente do responsável ou do cônjuge ou pelo estado conjugal das pessoas. Segundo os resultados do Censo 2010, o fenômeno das famílias reconstituídas se mostrou bastante significativo, atingindo 16,3% dos casais com presença de filhos e, utilizando-se o parâmetro de estado conjugal, cerca de 12% tiveram, pelo menos, uma união anterior.

No projeto de integração das pesquisas domiciliares atualmente em andamento no IBGE, cujo principal pilar é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, já foi incluído no Questionário Básico um conjunto extenso de categorias de parentesco, que oferecerá a oportunidade de acompanhar anualmente o crescimento das famílias recompostas e também daquelas com responsável e cônjuge do mesmo sexo. Neste último caso, o Censo 2010 identificou um conjunto de 67 mil casais do mesmo sexo. Em países onde essa investigação já existe há algum tempo, como na França, os dados de 2011 revelaram que foram encontrados contingentes de 200 mil casais do mesmo sexo (BUISSON; LAPINTE, 2013). Nos Estados Unidos, segundo dados do U.S. Census Bureau, este contingente em 2012 foi de 640 mil (AMERICAN..., 2013). É importante também mencionar que a questão das uniões homoafetivas está no centro dos debates públicos desde quando, em meados dos anos 1990, foi proposto o Projeto de Lei nº 1.151, visando instituir a parceria civil registrada. Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ aprovou a Resolução nº 175, em 14.05.2013, que obriga os cartórios de todo o País a registrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Nessa perspectiva, torna-se cada vez mais evidente a necessidade da investigação sistemática das relações de parentesco no interior das famílias de modo a permitir a mensuração de tal fenômeno.

Em 2012, segundo a PNAD, foram encontrados 65,9 milhões de arranjos familiares (Tabela 2.1), sendo na sua maioria compostos por pessoas com parentesco (86,6%). Na comparação com os dados referentes a 2002 sobre a forma de organização dos arranjos familiares, destaca-se, em primeiro lugar, o continuado crescimento da proporção dos arranjos unipessoais, ou seja, das pessoas que vivem sós, que representavam 9,3%, passando para 13,2%, em 2012. O Gráfico 2.1 mostra a proporção de unipessoais desde 1981, onde se pode verificar essa tendência inequívoca dos últimos 30 anos. Este crescimento dos unipessoais é resultado de vários fatores, entre os quais, os mais significativos são a queda da fecundidade e o envelhecimento da população. O crescimento do número de pessoas que vivem sós tem sido constatado em vários países. Na França, por exemplo, atualmente são mais de 9 milhões, contra 6 milhões em 1990, o que representa um aumento de 50%, em pouco mais de 20 anos (BUISSON; DAGUET, 2012; BUISSON; LAPINTE, 2013). No Brasil, nos últimos 30 anos, essa proporção praticamente dobrou (Gráfico 2.1 e Tabela 2.1).

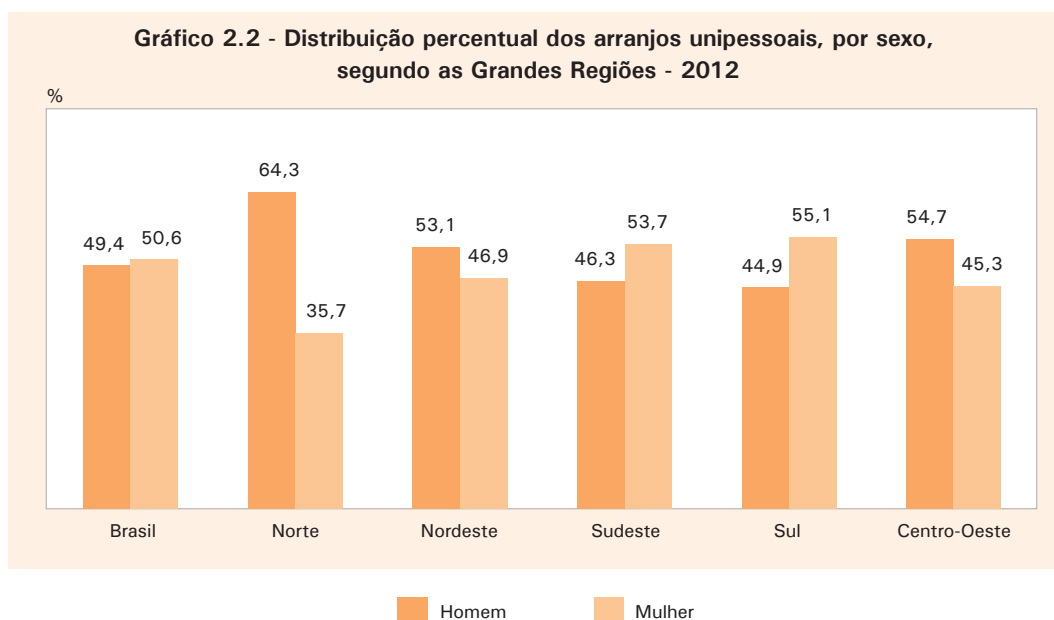
<sup>5</sup> Famílias em que pelo menos um dos cônjuges teve uma relação anterior à atual, com ou sem filhos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981/2012.

Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá para as investigações anteriores a 2003.

É interessante também observar a distribuição por sexo das pessoas que vivem sós. Para o conjunto do País, as proporções de homens e mulheres nesta situação são similares. Entretanto, quando se analisa tal resultado para as Grandes Regiões, é possível verificar diferenças significativas. No Norte, por exemplo, há uma proporção bem mais elevada de homens em unidades unipessoais, provavelmente em função das estratégias de sobrevivência na região, menos propícias às mulheres. No Sudeste e Sul, provavelmente o fato de as mulheres apresentarem, em geral, maior longevidade do que os homens impactou na direção da proporção de pessoas do sexo feminino viverem sozinhas em maior medida que os homens (Gráfico 2.2 e Tabela 2.2).

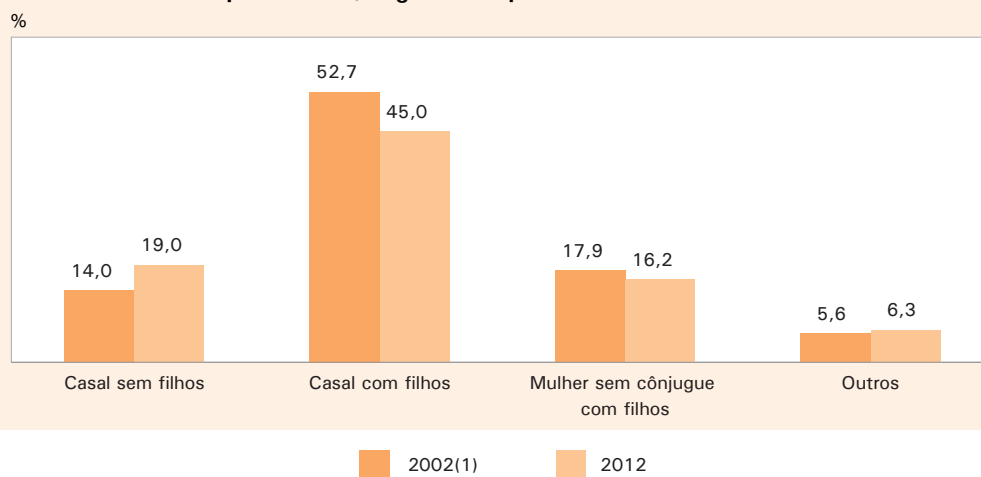


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nas últimas décadas, o padrão de organização dos arranjos familiares no Brasil está associado à tendência de queda da fecundidade que, por sua vez, também pode ser atribuída às mudanças nas relações de gênero e na esfera da sexualidade ocorridas no contexto das transformações econômicas e sociais por que vem passando a sociedade

brasileira. No período 2002/2012, houve redução do peso relativo dos arranjos familiares constituídos por casal com filhos (52,7% para 45,0%) e, conseqüentemente, aumento dos casais sem filhos (14% para 19%). Nos arranjos familiares constituídos por mulher sem cônjuge com filhos, os chamados “monoparentais femininos”, a proporção passou de 17,9% para 16,2% no mesmo período (Gráfico 2.3).

**Gráfico 2.3 - Proporção dos arranjos familiares com parentesco, residentes em domicílios particulares, segundo o tipo - Brasil - 2002/2012**

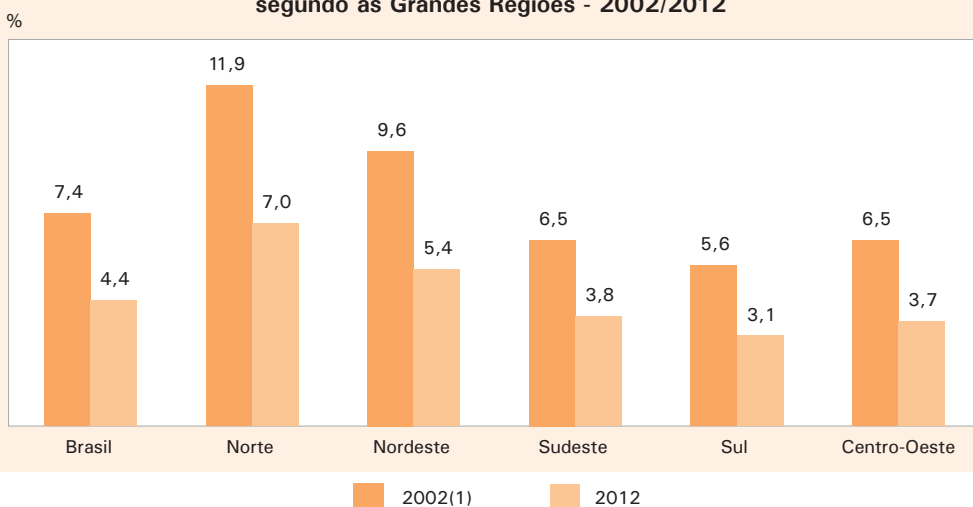


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nos debates sobre déficit habitacional, as unidades domiciliares com dois ou mais núcleos têm sido consideradas no cálculo do déficit, sendo oportuno apresentar as informações trazidas pela PNAD 2012: 95,6% dos domicílios eram ocupados por apenas um arranjo familiar e 4,4% por dois ou mais, uma proporção bem menor do que aquela encontrada em 2002 (7,4%). Em 2012, no Nordeste, a proporção de domicílios com mais de um arranjo familiar (5,4%) foi maior que no Sudeste (3,8%).

**Gráfico 2.4 - Proporção de domicílios com mais de um arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2002/2012**

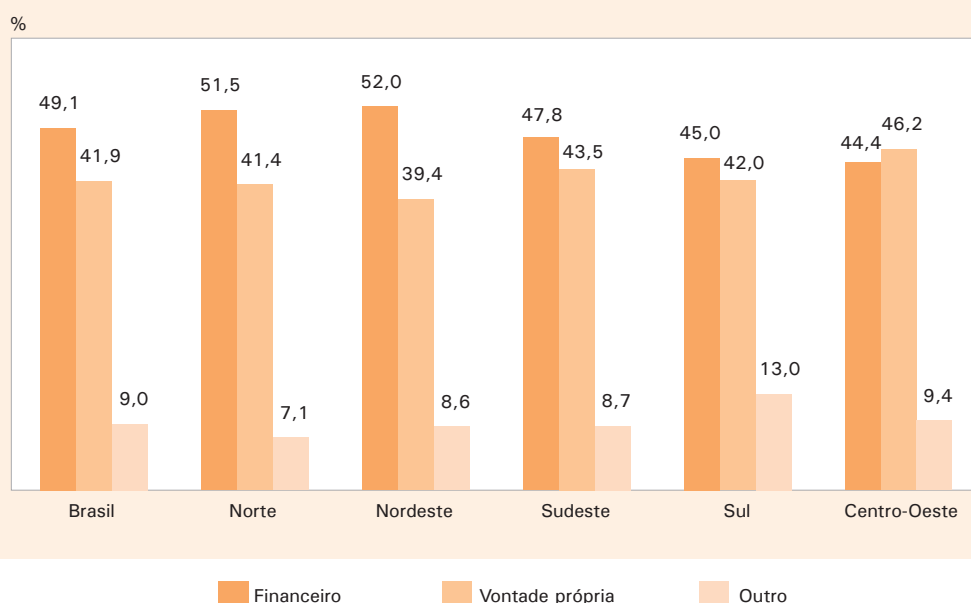


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em pesquisas anteriores, já foi observado que as pessoas de referência desses outros arranjos familiares, em sua maioria, têm ligação de parentesco com a pessoa de referência do domicílio, além de a grande maioria ser constituída de famílias monoparentais (mãe com filhos). Esse aspecto revela que, em termos de configuração familiar, trata-se, na maior parte dos casos, de apenas um grupo familiar extenso. Em 2012, em 41,9% dos domicílios com arranjos familiares conviventes, o motivo alegado para a convivência no mesmo domicílio foi a “vontade própria” (Gráfico 2.5 e Tabela 2.11).

**Gráfico 2.5 - Distribuição dos arranjos familiares conviventes em domicílios particulares permanentes, por motivo para a convivência, segundo as Grandes Regiões - 2012**

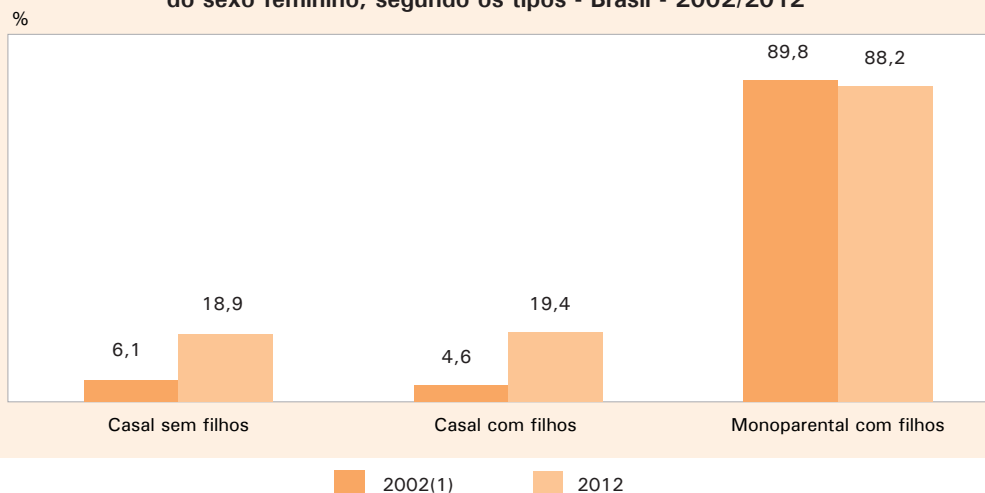


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

A denominação “chefe da família” esteve por muito tempo fortemente associada à autoridade, e, em grande parte dos casos, associada à mais importante fonte de recursos. Com o passar dos tempos e as mudanças que ocorreram nas relações de gênero, esta denominação ficou inadequada e, na maioria das pesquisas do IBGE, o termo passou a ser “pessoa de referência”. As evidências trazidas pela PNAD 2012 mostraram que 38% dos arranjos familiares tinham como pessoa de referência mulheres, quando, em 2002, essa proporção era 28% (Tabela 2.14).

As estatísticas mais recentes sobre as mulheres brasileiras mostram que, cada vez mais, elas estão presentes no mercado de trabalho e com níveis de escolaridade mais elevados do que os homens. Estas mudanças influenciam o comportamento social das mulheres tanto no âmbito público como no privado. Independentemente de se tratar de casal sem filhos ou casal com filhos, houve um aumento considerável da proporção de mulheres responsáveis pelos núcleos familiares entre 2002 e 2012. No caso dos núcleos formados por casal sem filhos, a proporção de mulheres passou de 6,1% para 18,9%, nos casais com filhos de 4,6 % passou para 19,4%. Nas monoparentais, as mulheres sempre foram maioria, proporção que se mantém no período (Gráficos 2.6 e 2.7 e Tabela 2.11).

**Gráfico 2.6 - Proporção de arranjos familiares com pessoas de referência do sexo feminino, segundo os tipos - Brasil - 2002/2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**Gráfico 2.7 - Proporção de arranjos familiares com pessoas de referência do sexo masculino, segundo os tipos - Brasil - 2002/2012**



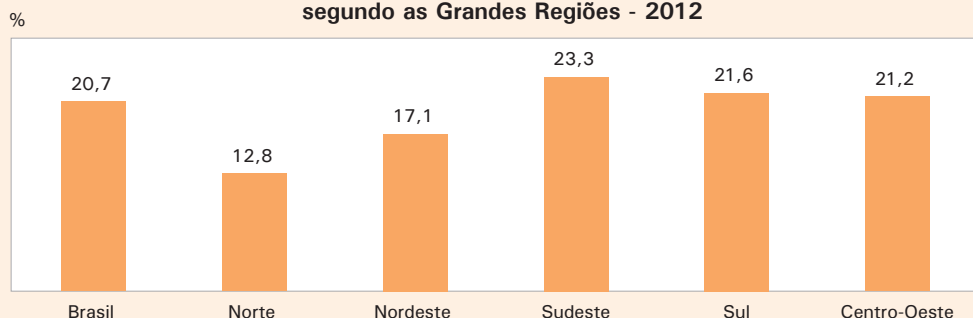
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em 2012, a proporção de casais onde ambos os indivíduos têm rendimento e não têm filhos, os denominados Casais DINC<sup>6</sup>, foi de 20,7% entre os casais sem filhos. São vários os fatores que têm influenciado, nos últimos anos, a formação deste tipo de casal, entre os quais se podem citar o ingresso cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, a tendência de postergação da idade ao casar e o contínuo aumento da escolaridade (Gráfico 2.8).

<sup>6</sup> DINC é acrônimo da expressão *double income and no children*. Na literatura em português, ainda não há um acrônimo estabelecido. Alguns autores utilizam o mesmo acrônimo com a seguinte tradução: duplo ingresso e nenhuma criança. Consultar, por exemplo, a publicação: ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F. W. *A família DINC no Brasil: algumas características sociodemográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 34 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 30).

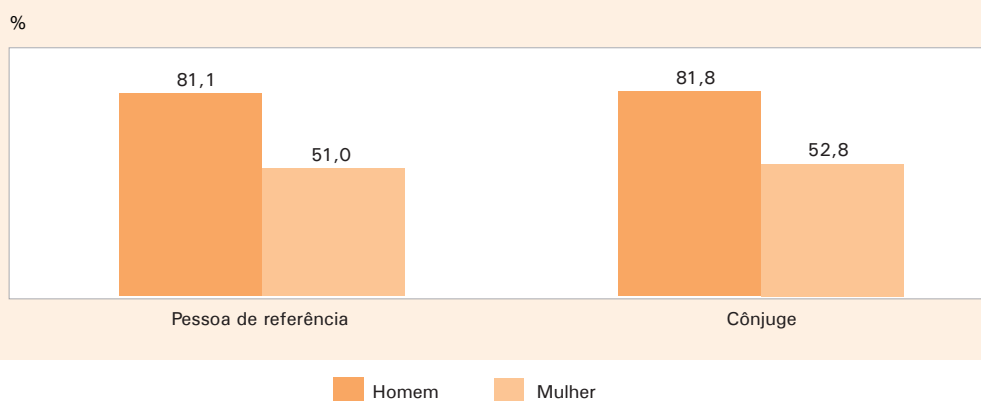
**Gráfico 2.8 - Proporção de casais, em que a mulher não teve filho nascido vivo, vivendo sem a presença de parentes ou agregados e ambos possuem rendimentos, em relação ao total de casais sem filhos, segundo as Grandes Regiões - 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

A participação de mulheres no mercado de trabalho independentemente do estado conjugal e de sua posição na família tem sido cada vez maior, conforme já mencionado. Porém, os níveis da ocupação das mulheres são, ainda, menores que os níveis apresentados pelos homens. De cada 100 mulheres na posição de pessoas de referência ou de cônjuges, cerca de 52 declararam estar ocupadas, relação semelhante ao conjunto de mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade, cuja taxa é de 51,3%, ou seja: a condição da mulher na família não parece alterar o ingresso no mercado de trabalho (Tabela 2.6 e Gráfico 2.9).

**Gráfico 2.9 - Nível da ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade em arranjos familiares, residentes em domicílios particulares, por sexo, segundo a posição no arranjo familiar - Brasil - 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Cerca de 79% do total de casais onde o responsável e o cônjuge têm rendimento, a pessoa de referência é do sexo masculino. Entre esses casais, aproximadamente 73% dos cônjuges mulheres apresentavam rendimentos inferiores aos do responsável. Quando a situação se inverte, e a mulher é a pessoa de referência, em apenas cerca de 23% dos casos os homens cônjuges possuíam menores rendimentos. Quando se trata de uma análise visando a igualdade de gênero, verifica-se que, em 76,9% dos casais com mulheres como pessoa de referência, estas possuíam rendimentos inferiores aos de seus cônjuges. Em 2002, essa proporção era de 68,6%, mostrando assim uma redução na igualdade de gênero para esses arranjos familiares (Tabelas 2.7 e 2.8 e Gráfico 2.10). Tendo em vista que nesse período houve um elevado aumento da declaração das mulheres como pessoa de referência dos arranjos familiares, é possível que este resultado esteja afetado por tal fenômeno.

**Gráfico 2.10 - Distribuição percentual dos casais em que ambos têm rendimentos por razão entre o rendimento do cônjuge e a pessoa de referência do sexo feminino Brasil - 2002/2012**



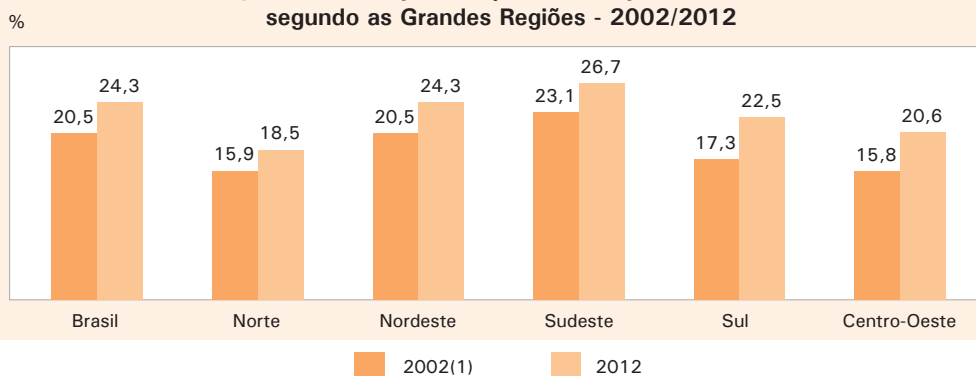
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os ciclos de vida familiar são considerados estágios do desenvolvimento familiar que podem ser analisados, tendo como base os grupos de idade dos filhos. Quando os arranjos familiares são formados por casal com filhos, independentemente do sexo da pessoa de referência, a proporção daqueles que se encontram na etapa inicial (todos os filhos menores de 16 anos de idade) é mais significativa (53,6%), pois se trata de um período de formação do núcleo básico familiar. Quanto ao nível de rendimento, a proporção de famílias que vive com filhos com idades até 16 anos com até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo mensal é bem mais elevada do que aquela em que o casal se encontra com todos os filhos acima de 16 anos (Tabelas 2.14, 2.15 e 2.16).

Um fenômeno social com importância crescente nos últimos anos é o prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos<sup>7</sup>. O termo “geração canguru” é utilizado para designar os jovens de 25 a 34 anos de idade que ainda vivem na casa dos pais. A decisão dos filhos em morar com os pais pode ser motivada por várias questões, não só de natureza emocional, mas também financeira. No período de 2002 a 2012, a proporção de jovens deste segmento etário que morava com os pais passou de aproximadamente 20% para 24% no Brasil. Cerca de 60% dos jovens nesta condição eram homens e 40% mulheres (Gráfico 2.11).

**Gráfico 2.11 - Proporção de pessoas 25 a 34 anos de idade residentes em domicílios particulares cuja condição no arranjo familiar era filho(a), segundo as Grandes Regiões - 2002/2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

<sup>7</sup> Para mais informações sobre o fenômeno, consultar: COBO, B.; SABOIA, A. L. A “geração canguru” no Brasil. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, 2010. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_12/abep2010\\_2645.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_12/abep2010_2645.pdf)>. Acesso em: nov. 2013; Ver também: HENRIQUES, C. R.; JABLONSKI, B.; FERES-CARNEIRO, T. A “geração canguru”: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *Revista Psico*, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Faculdade de Psicologia, v. 35, n. 2, p. 195-205, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21862168/1200670466>>. Acesso em: nov. 2013.



Os jovens de 25 a 34 anos de idade que moram com os pais cuja condição é “filho(a)” apresentaram altas taxas de ocupação, embora um pouco inferiores às aquelas observadas para os demais jovens. Em contrapartida, estes possuem maior escolaridade média, indicando que, possivelmente, a opção de viver na casa dos pais pode estar ligada à maior dedicação aos estudos. Em 2012, a proporção de pessoas de 25 a 34 anos de idade na condição de filhos que continua estudando foi de 14%, enquanto para as demais pessoas na mesma faixa etária esta proporção foi de 9% (Tabela 1).

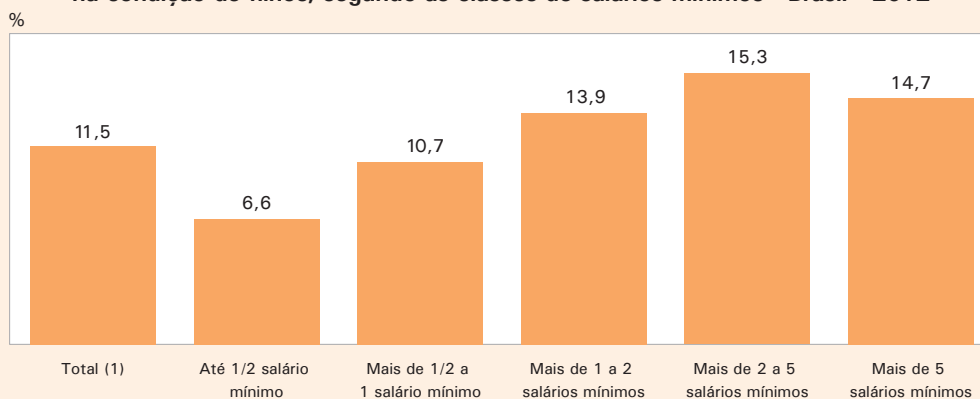
**Tabela 1 - Taxa de ocupação e média de anos de estudo das pessoas de 25 a 34 anos de idade residentes em domicílios particulares, por condição na família, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 34 anos de idade residentes em domicílios particulares					
	Taxa de ocupação			Média de anos de estudo		
	Total	Filho	Outro	Total	Filho	Outro
Brasil	93,7	91,4	94,5	9,9	10,8	9,6
Norte	93,4	90,8	93,9	9,0	9,7	8,8
Nordeste	91,4	88,5	92,3	8,8	9,6	8,5
Sudeste	94,1	91,9	94,9	10,6	11,4	10,2
Sul	96,2	94,2	96,8	10,4	11,2	10,2
Centro-Oeste	95,3	93,9	95,7	10,1	11,0	9,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

A presença de jovens na condição de filhos é diferenciada por classes de rendimento familiar. Do total de arranjos familiares com parentesco, cerca de 11,5% possuíam jovens de 25 a 34 anos de idade na condição de filhos. Para os arranjos familiares com renda familiar *per capita* até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, esta proporção foi de 6,6%, sendo maior para os arranjos com renda mais elevada, chegando a 15,3% naqueles situados na faixa de 2 a 5 salários mínimos *per capita* (Gráfico 2.12)

**Gráfico 2.12 - Proporção de arranjos familiares com jovens entre 25 e 34 anos de idade na condição de filhos, segundo as classes de salários mínimos - Brasil - 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive famílias sem rendimento e sem declaração de rendimento familiar *per capita*.

## Domicílios

A conjuntura brasileira tem colocado as questões sociais no centro das atenções, inspirando os formuladores e gestores de políticas públicas a lançar um novo olhar, no sentido de construir soluções que mais efetivamente elevem a qualidade de vida da população brasileira.

Assim sendo, há o entendimento de que “viver com dignidade” exige que um conjunto de situações ocorra simultaneamente. A casa é o elemento nodal e em seu entorno é onde se instalam os serviços. A relação da casa com este conjunto de serviços é reflexo da passagem do individual para o coletivo, o que se poderia considerar como “lugar”. A análise do “lugar” permite avaliar os modos de vida das diversas parcelas da população. Lugares são desiguais em função da ausência ou presença de alguns serviços, que revelam a natureza desta organização social.

Nessa medida, pode-se, então, considerar como “lugar” a casa e as suas relações com os serviços de abastecimento de água, de coleta de lixo, de esgotamento sanitário, bem como o de arruamento, iluminação pública, saúde, educação, cultura, lazer, transporte, justiça e as oportunidades de geração de trabalho e renda.

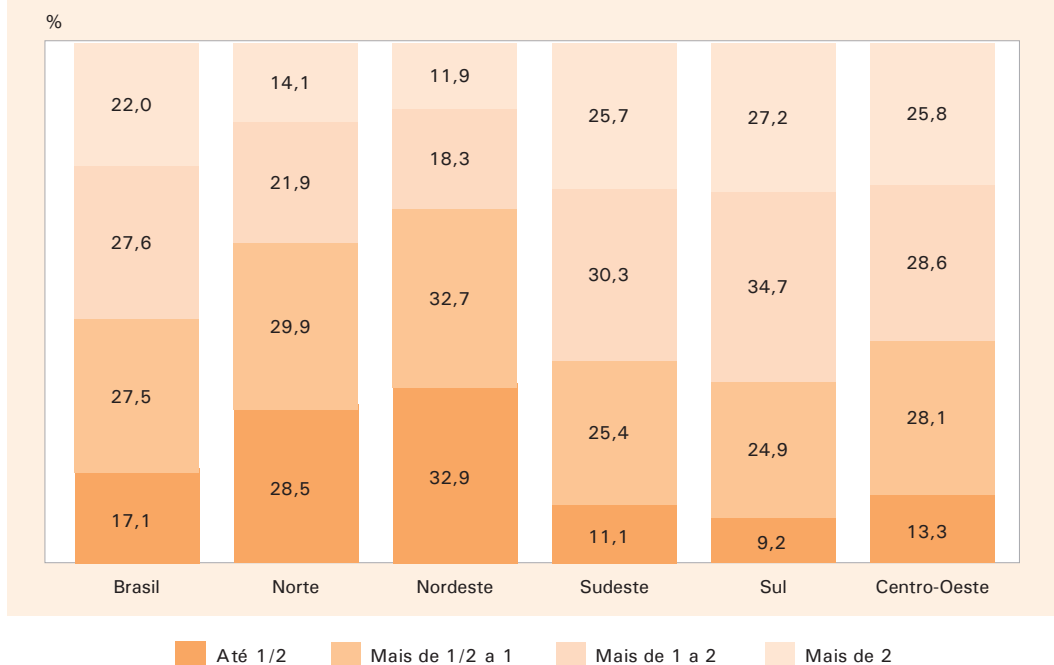
As várias fontes de informação produzidas no IBGE contribuem para conhecer essa realidade. Procurou-se então abordar a habitação, com enfoque urbano, a partir dos dados da PNAD 2012, referentes às características estruturais dos domicílios, e do Censo 2010, relativos às características urbanísticas do entorno dos domicílios.

Em 2012, segundo a PNAD, o número de domicílios chegou a 62,9 milhões, sendo que, destes, 54 milhões estavam localizados em áreas urbanas, correspondendo a cerca de 85% do total. O número médio de pessoas por domicílio foi de 3,1 moradores. As Unidades da Federação da Região Norte apresentaram densidades médias domiciliares maiores que a média nacional, como o Amazonas (4,0 pessoas por domicílio) e o Amapá (3,8 pessoas por domicílio). A densidade de moradores por dormitório manteve-se em torno de 1,7 morador no País (Tabela 2.24).

A análise da distribuição dos domicílios urbanos por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* mostrou que aqueles com rendimento de até meio salário mínimo representavam 17,1% no conjunto do País, sendo que no Nordeste, esse percentual foi de 32,9%. O Norte também apresentou proporção superior à média nacional (28,5%), enquanto o Sul (9,2%), o Sudeste (11,1%) e Centro-Oeste (13,3%) apresentaram uma posição mais favorável para esse indicador. Os resultados para os domicílios situados na classe de rendimentos com maior poder aquisitivo (mais de 2 salários mínimos *per capita*) mostraram, conforme esperado, maiores percentuais nas Regiões Sul (27,2%); Centro-Oeste (25,8%) e Sudeste (25,7%) (Tabela 2.25 e Gráfico 2.13).

O conceito de saneamento adequado se alinha com o objetivo de tratar o tema habitação de uma forma mais ampla, ao considerar que um conjunto de serviços devem ser prestados aos domicílios simultaneamente, como abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário ligado à rede geral (diretamente ou via fossas sépticas) e coleta de lixo (direta ou indireta). O tratamento das águas, tanto aquela que entra no

**Gráfico 2.13 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes urbanos, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012**

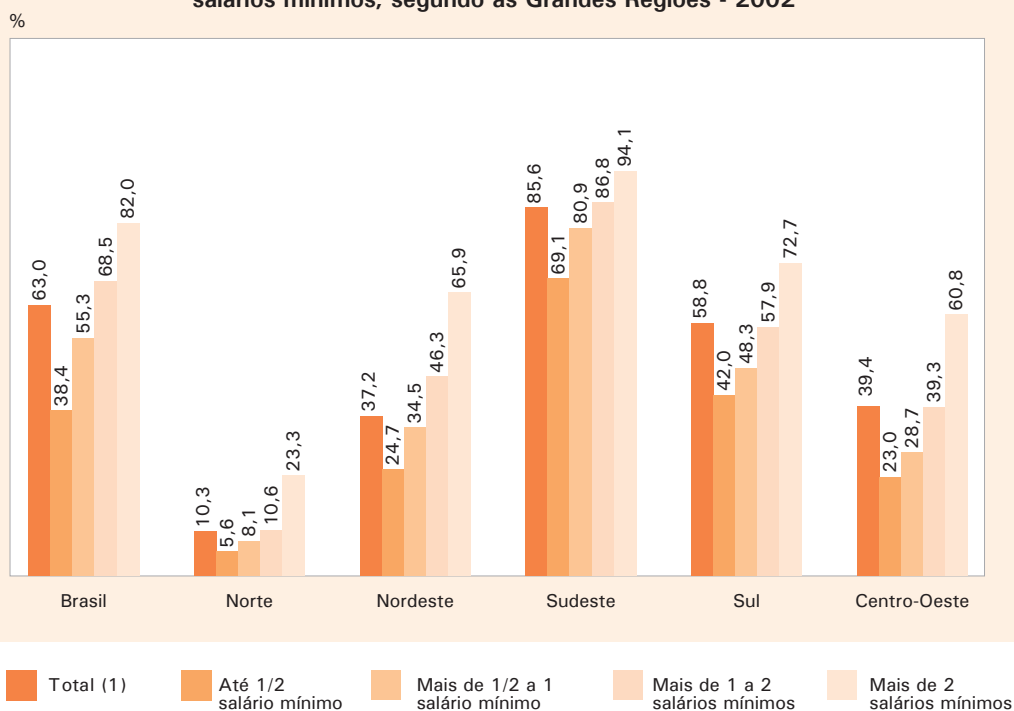


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

domicílio com condições de potabilidade quanto a que é despejada no ambiente, bem como a coleta de lixo, devem obedecer a critérios de modo a não comprometer a saúde da população e nem possibilidade de usufruto de gerações futuras. Este procedimento tem fundamental importância na construção de uma moradia saudável, haja vista que estes elementos, quando não tratados adequadamente, constituem um dos principais vetores de doenças, que atingem mais gravemente as crianças e os idosos.

Em 2012, 70,3% dos domicílios urbanos brasileiros tinham acesso a saneamento adequado, resultado de um crescimento de 7,3 pontos percentuais nos últimos 10 anos. Quando se verifica este quadro segundo as classes de rendimento, observa-se que o acesso a saneamento adequado cresce com o aumento da renda, uma vez que as pessoas com renda superior tendem a morar em lugares com esta infraestrutura já existente. Em 2002, para a classe de rendimento de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo médio mensal *per capita* domiciliar, apenas 38,4% declararam ter acesso ao saneamento adequado, chegando a 82,0% para a faixa acima de 2 salários mínimos *per capita*. Em 2012, essas proporções foram de 51,7% e 83,6%, respectivamente. Os aumentos percentuais mais significativos ocorreram, justamente, onde historicamente havia maior carência de acesso a serviços de saneamento, como os domicílios com baixos rendimentos e situados nas regiões Norte e Nordeste. A média brasileira foi fortemente impactada pelos indicadores da Região Sudeste. Em 2002, os domicílios com saneamento adequado nesta região eram 69,1% para a classe de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, chegando a 94,1% nas classes de mais alta renda (acima de 2 salários mínimos). Em 2012, os valores respectivos alcançaram 81,2% e 95,5%, mostrando que o desempenho do poder público, nesta região, foi mais eficiente (Tabela 2.26 e Gráficos 2.14 e 2.15).

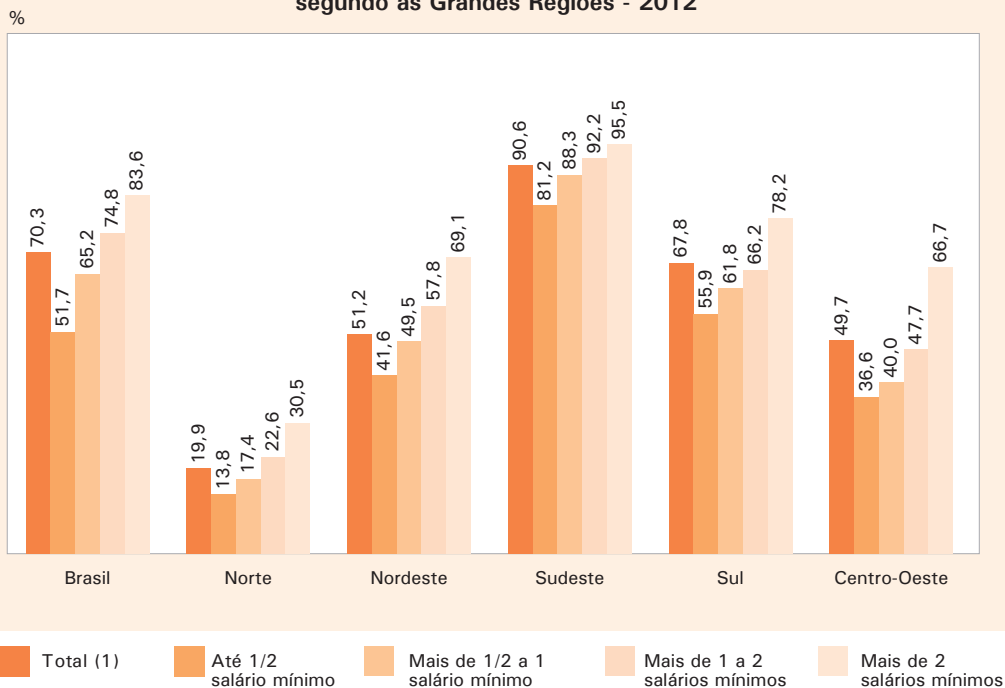
**Gráfico 2.14 - Proporção de domicílios com acesso simultâneo aos serviços de saneamento, por classes de rendimento médio domiciliar *per capita* em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões - 2002**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002.

Nota: Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**Gráfico 2.15 - Proporção de domicílios com acesso simultâneo aos serviços de saneamento, por classes de rendimento médio domiciliar *per capita* em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões - 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Vale incluir a iluminação elétrica na análise de acesso simultâneo a serviços ao domicílio. Dos 29,7% dos domicílios que não tinham acesso aos quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica), em 2012, 93,5% acusaram ausência de esgotamento sanitário. As Regiões Norte e Nordeste revelaram altos percentuais deste indicador (95,3% e 96,0%, respectivamente). No que diz respeito à carência em abastecimento de água por rede geral, a Região Norte apresentou uma situação bastante desfavorável (37,9%) (Tabela 2.27).

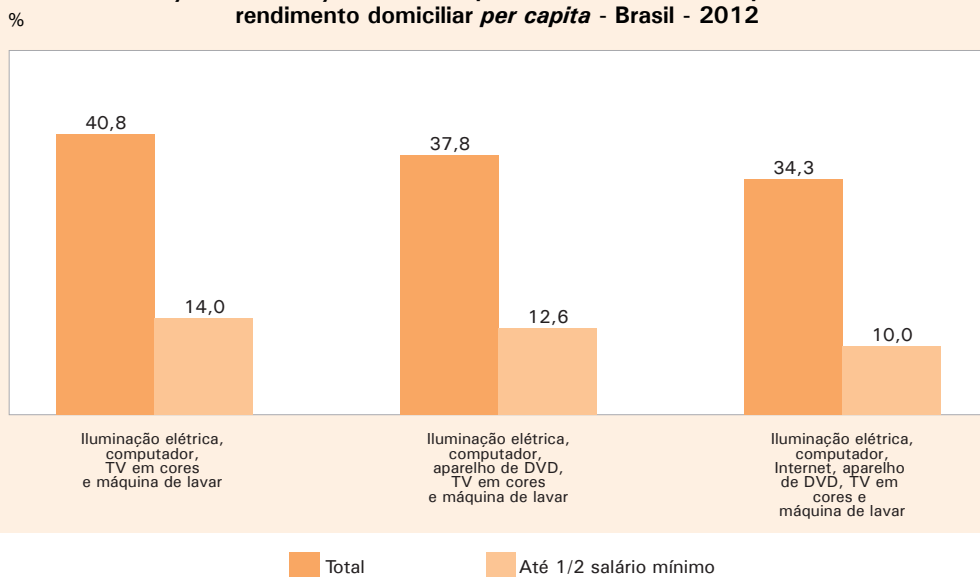
A razão entre os domicílios sem acesso e com acesso simultâneo aos quatro componentes considerados aponta as desigualdades em infraestrutura no Brasil. Nesta forma de abordar o tema, compreende-se que a igualdade total de condições se dá quando todos estão em uma mesma situação, portanto, quanto mais perto de zero, maior a igualdade. Quando esta razão é 1 (um), significa que para cada domicílio com acesso, há outro sem acesso, o que é uma medida de desigualdade neste tema. Para o conjunto dos domicílios brasileiros, esta razão era de 0,42 em 2012, o que significa que para cada 100 domicílios com acesso, havia 42 sem acesso. Na Região Norte, esta razão foi de 4,02, quer dizer, para cada 100 domicílios com serviço, havia 402 sem serviço. Tendo a renda domiciliar como parâmetro de análise, os domicílios com renda média domiciliar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, a razão foi de 0,94, mais do que o dobro do conjunto dos domicílios urbanos do País (Tabela 2.28).

A posse de alguns bens é uma variável capaz de aferir a condição econômica das pessoas e traz, também, a possibilidade de se conhecer o modo como se distribui a utilização doméstica da energia elétrica no País. Em um primeiro momento, avaliou-se a posse de computador, TV em cores e máquina de lavar roupa. A escolha da posse de computador remete à questão da inclusão digital, no sentido de uma utilização básica desta tecnologia. A TV, de uma forma geral, está relacionada à informação e ao entretenimento e a máquina de lavar, com as transformações no âmbito da distribuição das tarefas domiciliares. Em um segundo momento, a inclusão do DVD significa o acesso a eventos audiovisuais e música. Por fim, a inserção do acesso à Internet.

Em 2012, 40,8% dos domicílios urbanos tinham acesso ao serviço de energia elétrica e a posse dos bens arrolados na primeira seleção (computador, TV em cores e máquina de lavar). Para a segunda seleção, que inclui o DVD, o resultado caiu para 37,8% e para o total dos bens e serviços considerados (inclui Internet), o percentual foi de 34,3%. Para os 9,2 milhões de domicílios com rendimento domiciliar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, em 2012, 14,0% deles tinham acesso simultâneo à energia elétrica e aos bens primeiramente selecionados. Quando foi incluído o DVD, esta participação caiu para 12,8% e, na seleção completa, o decréscimo de 2,6 pontos percentuais levou esta participação para 10,0% (Gráfico 2.16 e Tabelas 2.29 e 2.30).

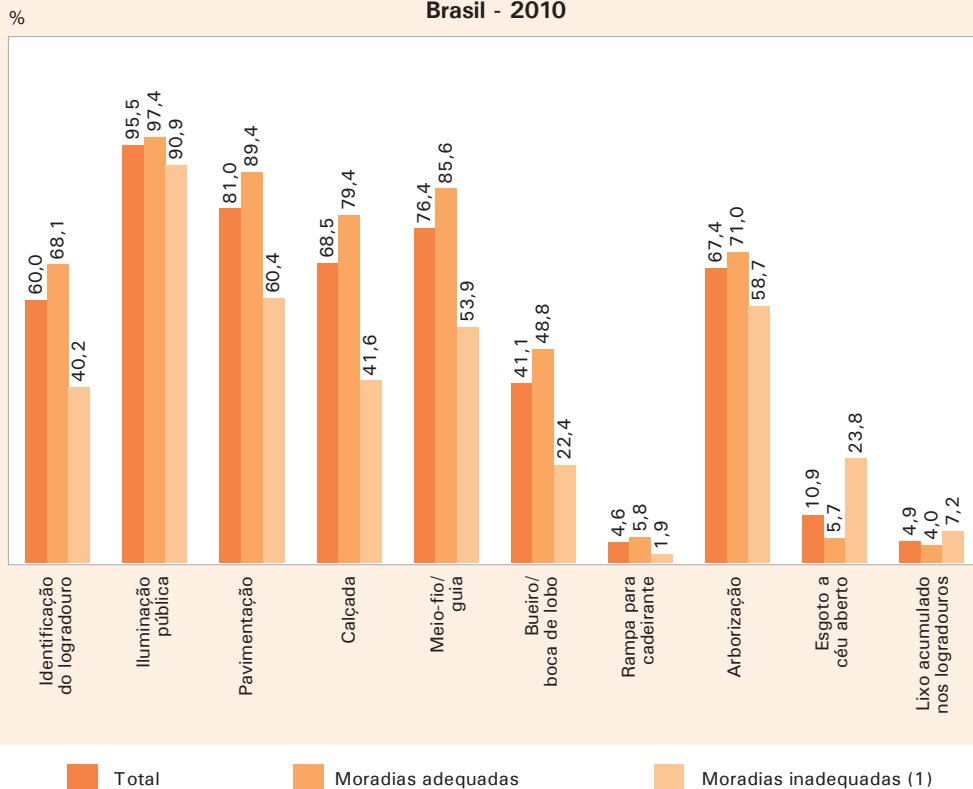
Por fim, o Censo 2010 pesquisou as características do entorno dos domicílios com o objetivo de descrever o ambiente intraurbano em 2010, quando se localizavam 84,4% da população do Brasil. As características investigadas referem-se aos logradouros com face de quadra e, em seu conjunto, refletem as condições de circulação nas vias públicas, a infraestrutura urbana disponível e o ambiente onde vivia esta população (47,3 milhões de domicílios). Tomando por base a diferenciação entre domicílios com

**Gráfico 2.16 - Proporção de domicílios particulares urbanos com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis, por classes de rendimento domiciliar *per capita* - Brasil - 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Gráfico 2.17 - Proporção dos domicílios particulares permanentes urbanos, por adequação de moradia, segundo as características do entorno dos domicílios Brasil - 2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Domicílios sem acesso à rede geral de abastecimento de água, sem rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica e sem coleta de lixo direta ou indireta.

e sem saneamento adequado, do total de domicílios com entorno investigado, 71,0% declararam ter acesso a saneamento adequado (quer dizer, com acesso simultâneo aos três serviços fornecidos de forma adequada). Deste contingente, em 68,1%, havia identificação do logradouro de residência; 89,4%, existência de pavimentação; 71,0%, existência de arborização; 5,7%, esgoto a céu aberto; e 4,0%, existência de lixo acumulado nos logradouros. Por outro lado, dos domicílios sem serviços adequados (29,0%), para 40,2% deles, havia identificação dos logradouros; 90,9%, iluminação pública; 60,4%, pavimentação; 23,8%, esgoto a céu aberto; e 7,2%, lixo acumulado nos logradouros (Tabela 2.31 e Gráfico 2.17). Esses dados mostram que a desigualdade de acesso a serviços públicos vai além dos fatores específicos de saneamento e abrangem uma gama maior de características relacionadas ao local de moradia e bem-estar dos moradores.

**Tabela 2.1 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo (%)				
		Unipessoal	Arranjos		Casal sem filhos	
			Com parentesco	Sem parentesco	Com outros parentes	Sem parentes
<b>Brasil</b>	<b>65 894</b>	<b>13,2</b>	<b>86,6</b>	<b>0,3</b>	<b>2,4</b>	<b>16,6</b>
<b>Norte</b>	<b>4 962</b>	<b>10,2</b>	<b>89,5</b>	<b>0,3</b>	<b>3,6</b>	<b>12,6</b>
Rondônia	515	10,9	88,9	0,3	3,0	17,1
Acre	230	8,3	91,3	0,4	3,8	13,9
Amazonas	1 048	8,5	91,4	0,1	3,3	11,1
Roraima	144	14,6	85,0	0,5	4,2	10,4
Pará	2 360	10,0	89,6	0,4	3,9	12,1
Região Metropolitana de Belém	686	9,8	90,0	0,2	3,6	12,6
Amapá	204	10,6	88,9	0,5	2,9	10,6
Tocantins	462	13,7	86,1	0,3	3,3	14,8
<b>Nordeste</b>	<b>17 445</b>	<b>11,6</b>	<b>88,2</b>	<b>0,2</b>	<b>3,0</b>	<b>14,6</b>
Maranhão	2 013	10,7	89,1	0,2	4,8	13,4
Piauí	1 022	9,6	90,2	0,2	3,7	14,3
Ceará	2 768	10,2	89,5	0,3	2,7	14,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1 225	10,5	88,9	0,5	2,2	13,6
Rio Grande do Norte	1 087	8,8	91,0	0,2	2,6	15,9
Paraíba	1 261	10,4	89,4	0,1	2,8	16,1
Pernambuco	2 904	11,3	88,5	0,3	2,9	15,0
Região Metropolitana de Recife	1 255	12,4	87,3	0,2	2,9	14,8
Alagoas	968	10,2	89,7	0,2	3,4	14,2
Sergipe	704	11,9	88,0	0,0	2,0	14,5
Bahia	4 718	14,5	85,2	0,2	2,6	14,2
Região Metropolitana de Salvador	1 305	15,5	84,2	0,3	2,2	13,7
<b>Sudeste</b>	<b>28 593</b>	<b>14,3</b>	<b>85,5</b>	<b>0,3</b>	<b>1,9</b>	<b>17,2</b>
Minas Gerais	6 863	13,9	85,9	0,2	1,9	15,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 734	14,0	85,7	0,2	1,4	14,0
Espírito Santo	1 220	12,0	87,7	0,3	2,4	17,4
Rio de Janeiro	5 874	16,1	83,7	0,3	2,4	17,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 377	16,6	83,1	0,3	2,6	17,1
São Paulo	14 636	13,9	85,8	0,3	1,6	17,7
Região Metropolitana de São Paulo	6 966	14,5	85,1	0,4	1,3	16,6
<b>Sul</b>	<b>9 865</b>	<b>13,9</b>	<b>86,0</b>	<b>0,2</b>	<b>2,0</b>	<b>20,4</b>
Paraná	3 660	12,7	87,0	0,2	1,9	19,4
Região Metropolitana de Curitiba	1 104	13,6	86,1	0,4	1,5	16,5
Santa Catarina	2 267	13,1	86,8	0,1	2,1	21,2
Rio Grande do Sul	3 938	15,3	84,5	0,1	2,1	20,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 470	16,7	83,1	0,2	1,9	19,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5 029</b>	<b>14,3</b>	<b>85,2</b>	<b>0,4</b>	<b>2,7</b>	<b>17,0</b>
Mato Grosso do Sul	910	15,4	84,3	0,3	3,0	19,2
Mato Grosso	1 051	13,3	86,1	0,6	3,7	18,0
Goiás	2 169	14,5	85,1	0,4	2,5	17,0
Distrito Federal	898	14,0	85,5	0,5	1,8	13,7



**Tabela 2.1 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por tipo (%)				
	Casal com filhos		Mulher sem cônjuges com filhos		Outros tipos
	Com parentes	Sem parentes	Com parentes	Sem parentes	Com parentesco
<b>Brasil</b>	<b>5,0</b>	<b>40,0</b>	<b>3,5</b>	<b>12,7</b>	<b>6,3</b>
<b>Norte</b>	<b>6,9</b>	<b>43,3</b>	<b>4,3</b>	<b>12,0</b>	<b>6,8</b>
Rondônia	6,0	44,2	3,7	9,2	5,6
Acre	6,2	43,8	3,2	13,8	6,6
Amazonas	7,0	44,4	4,6	13,2	7,8
Roraima	5,9	41,6	3,2	12,7	6,8
Pará	7,2	43,6	4,5	11,5	6,8
Região Metropolitana de Belém	7,2	36,9	6,7	14,0	9,0
Amapá	7,4	41,0	4,8	16,7	5,4
Tocantins	6,7	39,5	3,9	11,5	6,4
<b>Nordeste</b>	<b>5,5</b>	<b>40,4</b>	<b>4,2</b>	<b>13,9</b>	<b>6,7</b>
Maranhão	7,5	40,6	4,3	11,7	6,8
Piauí	4,6	42,6	3,1	15,3	6,6
Ceará	5,8	41,0	4,5	14,1	6,9
Região Metropolitana de Fortaleza	5,9	39,3	5,2	15,0	7,8
Rio Grande do Norte	4,6	41,6	3,1	15,7	7,6
Paraíba	5,1	40,7	4,0	14,4	6,3
Pernambuco	5,6	39,3	5,2	13,4	7,2
Região Metropolitana de Recife	5,5	35,1	6,4	14,1	8,5
Alagoas	6,9	42,3	4,7	11,4	6,7
Sergipe	3,2	42,7	3,5	17,7	4,4
Bahia	4,9	39,0	4,0	13,9	6,7
Região Metropolitana de Salvador	4,3	36,0	4,5	16,2	7,5
<b>Sudeste</b>	<b>4,3</b>	<b>39,5</b>	<b>3,3</b>	<b>12,9</b>	<b>6,3</b>
Minas Gerais	3,7	41,3	2,9	13,8	6,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3,5	40,0	3,2	16,1	7,6
Espírito Santo	4,8	40,2	3,6	13,4	5,8
Rio de Janeiro	4,2	35,1	4,1	13,5	6,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4,0	34,0	4,2	14,1	7,1
São Paulo	4,6	40,4	3,2	12,2	6,0
Região Metropolitana de São Paulo	4,1	40,6	3,3	13,0	6,2
<b>Sul</b>	<b>5,0</b>	<b>39,7</b>	<b>2,8</b>	<b>10,9</b>	<b>5,2</b>
Paraná	5,7	40,7	3,1	10,7	5,6
Região Metropolitana de Curitiba	5,7	41,8	3,5	10,8	6,3
Santa Catarina	5,2	42,0	2,5	9,6	4,3
Rio Grande do Sul	4,2	37,4	2,6	11,9	5,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	4,0	36,5	3,1	12,9	5,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5,0</b>	<b>38,9</b>	<b>3,2</b>	<b>12,1</b>	<b>6,3</b>
Mato Grosso do Sul	4,3	37,2	2,1	12,4	6,1
Mato Grosso	6,7	39,8	3,4	9,6	5,0
Goiás	4,6	39,1	3,2	12,1	6,5
Distrito Federal	4,5	39,3	4,0	14,9	7,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 2.2 - Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares, total e por sexo da pessoa de referência dos arranjos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares e unipessoais residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Unipessoais		
		Total (1 000 arranjos)	Sexo da pessoa de referência (%)	
			Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>65 894</b>	<b>8 697</b>	<b>49,4</b>	<b>50,6</b>
<b>Norte</b>	<b>4 962</b>	<b>506</b>	<b>64,3</b>	<b>35,7</b>
Rondônia	515	56	62,7	37,3
Acre	230	19	64,0	36,0
Amazonas	1 048	89	69,3	30,7
Roraima	144	21	75,0	25,0
Pará	2 360	236	62,5	37,5
Região Metropolitana de Belém	686	67	54,0	46,0
Amapá	204	22	70,5	29,5
Tocantins	462	63	60,1	39,9
<b>Nordeste</b>	<b>17 445</b>	<b>2 018</b>	<b>53,1</b>	<b>46,9</b>
Maranhão	2 013	216	61,4	38,6
Piauí	1 022	99	49,4	50,6
Ceará	2 768	281	52,1	47,9
Região Metropolitana de Fortaleza	1 225	129	51,2	48,8
Rio Grande do Norte	1 087	96	57,2	42,8
Paraíba	1 261	131	50,7	49,3
Pernambuco	2 904	327	46,0	54,0
Região Metropolitana de Recife	1 255	156	44,8	55,2
Alagoas	968	98	59,9	40,1
Sergipe	704	84	49,4	50,6
Bahia	4 718	685	54,3	45,7
Região Metropolitana de Salvador	1 305	202	51,3	48,7
<b>Sudeste</b>	<b>28 593</b>	<b>4 085</b>	<b>46,3</b>	<b>53,7</b>
Minas Gerais	6 863	956	52,1	47,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 734	243	51,5	48,5
Espírito Santo	1 220	147	53,4	46,6
Rio de Janeiro	5 874	943	42,6	57,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 377	727	41,9	58,1
São Paulo	14 636	2 039	44,8	55,2
Região Metropolitana de São Paulo	6 966	1 009	42,2	57,8
<b>Sul</b>	<b>9 865</b>	<b>1 367</b>	<b>44,9</b>	<b>55,1</b>
Paraná	3 660	466	45,0	55,0
Região Metropolitana de Curitiba	1 104	150	43,0	57,0
Santa Catarina	2 267	297	45,5	54,5
Rio Grande do Sul	3 938	604	44,6	55,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 470	245	39,4	60,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5 029</b>	<b>721</b>	<b>54,7</b>	<b>45,3</b>
Mato Grosso do Sul	910	140	62,7	37,3
Mato Grosso	1 051	140	60,9	39,1
Goiás	2 169	315	51,0	49,0
Distrito Federal	898	126	48,2	51,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 2.3 - Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência dos arranjos unipessoais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência (%)					
	Até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>0,9</b>	<b>10,4</b>	<b>12,7</b>	<b>15,0</b>	<b>18,7</b>	<b>42,3</b>
<b>Total</b>	<b>2,2</b>	<b>16,1</b>	<b>17,8</b>	<b>17,9</b>	<b>18,6</b>	<b>27,6</b>
Rondônia	2,1	18,3	17,8	17,4	20,7	23,7
Acre	2,0	28,0	16,0	15,0	12,0	27,0
Amazonas	1,9	16,5	14,6	19,9	19,5	27,7
Roraima	5,0	12,5	27,5	15,0	19,2	20,8
Pará	1,8	15,1	18,5	17,9	18,3	28,5
Região Metropolitana de Belém	1,2	14,2	17,0	20,2	17,9	29,5
Amapá	1,1	18,2	27,3	21,6	17,0	14,8
Tocantins	3,4	14,1	13,7	16,0	18,6	34,2
<b>Nordeste</b>	<b>1,3</b>	<b>10,3</b>	<b>12,7</b>	<b>15,8</b>	<b>18,0</b>	<b>41,9</b>
Maranhão	1,1	14,7	14,0	11,6	16,5	42,1
Piauí	1,7	8,0	10,9	19,0	13,8	46,6
Ceará	1,1	11,0	13,6	14,7	16,0	43,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1,3	10,2	20,1	17,2	15,9	35,3
Rio Grande do Norte	1,3	10,7	15,1	14,5	19,5	39,0
Paraíba	1,9	4,2	9,3	20,5	18,1	46,0
Pernambuco	0,3	8,5	12,6	12,6	19,3	46,7
Região Metropolitana de Recife	0,7	8,3	15,9	16,1	20,6	38,5
Alagoas	1,8	12,6	9,6	16,2	22,8	37,1
Sergipe	2,0	10,5	15,0	16,2	17,8	38,5
Bahia	1,5	10,5	12,8	17,8	18,4	39,0
Região Metropolitana de Salvador	0,6	11,1	19,7	19,1	20,3	29,1
<b>Sudeste</b>	<b>0,6</b>	<b>9,0</b>	<b>12,1</b>	<b>14,7</b>	<b>19,3</b>	<b>44,3</b>
Minas Gerais	0,7	9,7	12,2	15,6	20,9	40,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	0,5	13,5	15,9	16,0	19,6	34,5
Espírito Santo	1,1	8,2	12,1	16,4	20,3	42,0
Rio de Janeiro	0,7	6,7	11,4	13,7	19,4	48,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	0,3	6,5	11,4	14,0	18,7	49,2
São Paulo	0,5	9,8	12,3	14,6	18,5	44,3
Região Metropolitana de São Paulo	0,7	9,9	13,6	14,4	17,3	44,0
<b>Sul</b>	<b>0,6</b>	<b>10,2</b>	<b>11,1</b>	<b>13,4</b>	<b>18,3</b>	<b>46,4</b>
Paraná	0,3	9,4	11,0	13,7	19,4	46,1
Região Metropolitana de Curitiba	0,9	10,4	13,1	14,6	18,5	42,4
Santa Catarina	0,9	10,9	14,8	13,0	18,8	41,5
Rio Grande do Sul	0,8	10,4	9,4	13,3	17,2	48,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	0,6	10,5	11,8	12,8	20,5	43,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1,0</b>	<b>15,2</b>	<b>15,5</b>	<b>16,0</b>	<b>17,9</b>	<b>34,4</b>
Mato Grosso do Sul	0,6	16,7	18,8	15,5	17,6	30,7
Mato Grosso	0,9	15,8	12,8	17,9	21,8	30,7
Goiás	1,3	12,5	13,0	15,5	17,6	40,2
Distrito Federal	0,9	19,6	20,7	15,4	15,0	28,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.4 - Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual dos arranjos unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal (%)				
	Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Brasil</b>	<b>31,1</b>	<b>28,5</b>	<b>31,5</b>	<b>6,3</b>	<b>2,6</b>
<b>Total</b>	<b>37,4</b>	<b>29,7</b>	<b>23,2</b>	<b>8,1</b>	<b>1,6</b>
Rondônia	26,1	31,5	30,3	11,2	0,8
Acre	31,0	30,0	33,0	5,0	1,0
Amazonas	29,6	30,0	29,6	7,9	3,0
Roraima	23,3	26,7	29,2	17,5	3,3
Pará	42,7	31,4	16,9	7,2	1,8
Região Metropolitana de Belém	36,1	28,0	24,3	7,5	4,0
Amapá	30,7	26,1	40,9	2,3	0,0
Tocantins	47,5	23,2	20,2	9,1	0,0
<b>Nordeste</b>	<b>49,4</b>	<b>25,6</b>	<b>16,2</b>	<b>6,9</b>	<b>1,8</b>
Maranhão	45,6	24,9	16,1	10,9	2,5
Piauí	52,9	28,2	16,1	2,9	0,0
Ceará	52,4	26,4	13,2	6,9	1,1
Região Metropolitana de Fortaleza	37,6	31,6	20,9	7,6	2,3
Rio Grande do Norte	46,5	32,1	15,7	5,0	0,6
Paraíba	50,2	22,3	20,9	4,6	1,9
Pernambuco	49,0	27,4	14,5	6,7	2,4
Região Metropolitana de Recife	38,8	26,2	23,2	8,1	3,6
Alagoas	49,1	21,6	19,2	9,0	1,2
Sergipe	45,7	29,2	18,6	5,7	0,8
Bahia	49,9	24,2	16,8	6,9	2,1
Região Metropolitana de Salvador	29,5	27,3	34,7	5,5	3,0
<b>Sudeste</b>	<b>23,8</b>	<b>28,5</b>	<b>37,8</b>	<b>6,2</b>	<b>3,6</b>
Minas Gerais	34,2	27,8	30,5	6,4	1,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	23,4	27,3	39,6	7,9	1,8
Espírito Santo	29,5	31,7	31,0	6,8	1,1
Rio de Janeiro	22,2	29,8	36,2	5,7	6,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	20,3	29,9	37,2	5,8	6,7
São Paulo	19,3	28,1	42,5	6,2	3,9
Região Metropolitana de São Paulo	15,9	27,2	45,9	6,1	4,8
<b>Sul</b>	<b>24,7</b>	<b>32,0</b>	<b>36,5</b>	<b>5,6</b>	<b>1,3</b>
Paraná	27,8	33,0	32,4	5,8	1,0
Região Metropolitana de Curitiba	19,4	30,5	41,2	7,8	1,2
Santa Catarina	22,7	29,9	39,7	6,0	1,6
Rio Grande do Sul	23,2	32,2	38,2	5,1	1,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	15,3	30,1	47,9	4,6	2,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>28,5</b>	<b>29,3</b>	<b>35,0</b>	<b>5,5</b>	<b>1,7</b>
Mato Grosso do Sul	28,1	31,3	35,5	4,8	0,3
Mato Grosso	32,8	31,9	30,4	3,9	0,9
Goiás	33,3	29,1	29,1	6,0	2,5
Distrito Federal	12,2	24,4	54,2	7,1	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.5 - Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares de casal com filhos residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos (%)					
		Homem			Mulher		
		Com filhos menores de 16 anos de idade	Com filhos menores e maiores de 16 anos de idade	Com filhos maiores de 16 anos de idade	Com filhos menores de 16 anos de idade	Com filhos menores e maiores de 16 anos de idade	Com filhos maiores de 16 anos de idade
<b>Brasil</b>	<b>29 638</b>	<b>43,4</b>	<b>12,4</b>	<b>24,8</b>	<b>10,2</b>	<b>3,2</b>	<b>6,0</b>
<b>Norte</b>	<b>2 492</b>	<b>46,2</b>	<b>13,3</b>	<b>18,0</b>	<b>12,8</b>	<b>4,2</b>	<b>5,6</b>
Rondônia	259	45,1	11,8	20,7	13,4	3,6	5,5
Acre	115	50,9	15,1	12,3	12,8	4,5	4,5
Amazonas	539	41,1	14,1	14,5	17,8	5,3	7,2
Roraima	69	33,4	11,0	10,2	26,0	11,2	8,2
Pará	1 200	49,1	13,0	20,0	9,5	3,4	5,0
Região Metropolitana de Belém	303	39,1	10,6	23,9	14,4	3,3	8,7
Amapá	98	44,7	19,0	12,5	12,7	7,0	4,0
Tocantins	213	45,9	12,3	19,8	13,9	3,3	4,8
<b>Nordeste</b>	<b>7 998</b>	<b>44,9</b>	<b>12,9</b>	<b>23,0</b>	<b>10,3</b>	<b>3,4</b>	<b>5,6</b>
Maranhão	968	47,9	11,6	18,0	12,5	3,4	6,6
Piauí	483	49,5	12,8	28,2	5,4	1,9	2,2
Ceará	1 296	42,1	14,2	24,1	9,6	4,0	6,0
Região Metropolitana de Fortaleza	554	39,1	11,6	24,1	12,1	5,1	8,0
Rio Grande do Norte	502	42,8	12,8	26,3	10,6	2,8	4,8
Paraíba	578	49,5	13,1	25,6	5,4	1,8	4,6
Pernambuco	1 303	42,3	10,8	22,5	13,1	4,2	7,1
Região Metropolitana de Recife	510	35,7	9,4	25,6	15,3	4,0	10,0
Alagoas	476	40,8	14,2	20,6	13,7	4,8	5,8
Sergipe	323	46,4	15,6	19,2	8,8	4,3	5,7
Bahia	2 068	45,6	13,4	23,3	9,7	2,8	5,2
Região Metropolitana de Salvador	525	41,7	10,1	21,9	15,7	3,6	7,1
<b>Sudeste</b>	<b>12 538</b>	<b>42,5</b>	<b>12,0</b>	<b>27,2</b>	<b>9,1</b>	<b>2,9</b>	<b>6,4</b>
Minas Gerais	3 085	45,2	13,3	28,4	6,9	2,0	4,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	753	42,7	11,6	26,1	9,7	3,2	6,6
Espírito Santo	549	42,4	14,0	23,5	10,4	2,9	6,8
Rio de Janeiro	2 309	40,9	11,4	26,5	10,6	3,1	7,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 665	39,9	10,9	26,7	11,2	3,2	8,2
São Paulo	6 595	41,8	11,5	27,1	9,5	3,2	6,9
Região Metropolitana de São Paulo	3 114	41,1	11,4	26,0	10,4	4,0	7,2
<b>Sul</b>	<b>4 403</b>	<b>41,7</b>	<b>12,4</b>	<b>26,0</b>	<b>10,9</b>	<b>3,2</b>	<b>5,8</b>
Paraná	1 697	44,4	11,9	27,0	8,7	2,9	5,2
Região Metropolitana de Curitiba	524	39,4	11,4	28,3	11,4	3,3	6,1
Santa Catarina	1 069	41,5	13,2	24,7	11,4	3,3	5,9
Rio Grande do Sul	1 636	39,1	12,3	25,8	12,9	3,5	6,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	596	37,1	11,5	24,4	15,0	4,9	7,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2 207</b>	<b>43,9</b>	<b>11,5</b>	<b>22,7</b>	<b>12,1</b>	<b>3,5</b>	<b>6,3</b>
Mato Grosso do Sul	377	48,2	12,9	21,8	8,0	3,0	6,2
Mato Grosso	488	48,3	12,6	20,7	10,9	3,0	4,6
Goiás	949	42,7	10,8	25,5	11,8	3,2	6,0
Distrito Federal	393	37,4	10,5	19,5	18,1	5,1	9,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.6 - Nível da ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por posição no arranjo familiar e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Nível da ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por posição no arranjo familiar e sexo (%)			
	Pessoa de referência		Cônjuge	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
<b>Brasil</b>	<b>81,1</b>	<b>51,0</b>	<b>81,8</b>	<b>52,8</b>
<b>Norte</b>	<b>85,6</b>	<b>53,2</b>	<b>86,4</b>	<b>53,0</b>
Rondônia	87,3	55,8	89,6	57,2
Acre	88,9	61,0	85,9	63,3
Amazonas	84,2	48,6	87,0	49,1
Roraima	85,2	60,7	84,5	53,3
Pará	85,1	52,3	84,7	52,3
Região Metropolitana de Belém	79,9	53,4	83,5	48,6
Amapá	89,1	56,6	87,8	44,4
Tocantins	85,7	59,2	88,3	57,1
<b>Nordeste</b>	<b>81,1</b>	<b>47,1</b>	<b>78,6</b>	<b>47,8</b>
Maranhão	83,6	52,0	82,1	52,5
Piauí	86,3	54,1	85,0	55,8
Ceará	82,1	46,9	79,0	49,6
Região Metropolitana de Fortaleza	82,3	52,1	81,3	52,4
Rio Grande do Norte	79,8	47,6	81,3	46,0
Paraíba	80,0	45,0	74,4	49,0
Pernambuco	77,0	41,8	76,0	41,7
Região Metropolitana de Recife	75,1	40,2	75,5	43,3
Alagoas	76,0	42,3	77,6	38,1
Sergipe	84,2	48,0	76,9	49,7
Bahia	81,8	49,4	78,5	47,9
Região Metropolitana de Salvador	80,1	57,6	82,4	53,4
<b>Sudeste</b>	<b>79,4</b>	<b>50,4</b>	<b>81,1</b>	<b>53,0</b>
Minas Gerais	82,3	53,6	85,1	56,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	81,6	58,3	85,8	59,1
Espírito Santo	82,1	54,2	80,7	58,3
Rio de Janeiro	75,0	45,4	79,9	47,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	74,5	46,3	79,9	47,0
São Paulo	79,4	51,0	80,3	53,3
Região Metropolitana de São Paulo	77,9	49,6	81,9	53,1
<b>Sul</b>	<b>81,4</b>	<b>56,1</b>	<b>84,6</b>	<b>59,6</b>
Paraná	82,2	54,4	85,7	57,4
Região Metropolitana de Curitiba	82,1	59,0	88,8	58,6
Santa Catarina	78,8	53,9	81,1	58,8
Rio Grande do Sul	82,3	58,6	85,9	62,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	79,3	57,1	84,6	59,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>85,3</b>	<b>56,1</b>	<b>84,9</b>	<b>54,1</b>
Mato Grosso do Sul	86,4	58,7	82,6	57,2
Mato Grosso	87,7	56,5	85,8	51,7
Goiás	84,6	54,4	85,8	52,7
Distrito Federal	82,6	56,9	84,2	57,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.7 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar (%)		
		Abaixo de 50%	De 50 a menos de 100%	Igual ou maior
<b>Brasil</b>	<b>13 225</b>	<b>33,1</b>	<b>40,4</b>	<b>26,5</b>
Norte	846	34,3	35,8	30,0
Nordeste	2 696	35,2	33,3	31,6
Sudeste	6 174	32,1	43,7	24,2
Sul	2 397	31,7	42,3	26,0
Centro-Oeste	1 112	35,4	38,9	25,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.8 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência do arranjo familiar (%)		
		Abaixo de 50%	De 50 a menos de 100%	Igual ou maior
<b>Brasil</b>	<b>3 524</b>	<b>5,9</b>	<b>17,1</b>	<b>76,9</b>
Norte	316	10,0	18,5	71,5
Nordeste	774	8,9	17,7	73,4
Sudeste	1 443	4,0	16,9	79,0
Sul	638	4,3	15,6	80,1
Centro-Oeste	353	6,6	18,1	75,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.9 - Casais em que a pessoa de referência e o cônjuge têm rendimento e sem filhos nascidos vivos, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Casais em que a pessoa de referência e o cônjuge têm rendimento e sem filhos nascidos vivos, residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar (%)			
		Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>2 590</b>	<b>11,7</b>	<b>42,8</b>	<b>20,4</b>	<b>25,0</b>
Norte	103	20,8	42,9	16,8	19,5
Nordeste	524	15,2	41,5	19,6	23,7
Sudeste	1 275	8,1	42,6	21,6	27,7
Sul	478	13,7	43,0	20,2	23,0
Centro-Oeste	210	15,4	46,9	18,0	19,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Compreende os casais formados por pessoa de referência e cônjuge com rendimentos e mulher sem filhos nascidos vivos, sem presença de outros parentes e agregados residentes no domicílio.

**Tabela 2.10 - Média do rendimento familiar *per capita*, em salários mínimos, dos casais em que a pessoa de referência e o cônjuge têm rendimento e sem filhos nascidos vivos, residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Média do rendimento familiar per capita, em salários mínimos, dos casais em que a pessoa de referência e o cônjuge têm rendimento e sem filhos nascidos vivos, residentes em domicílios particulares				
	Total	Grupos de idade da pessoa de referência do arranjo familiar			
		Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>3,36</b>	<b>1,71</b>	<b>3,39</b>	<b>3,65</b>	<b>3,86</b>
Norte	2,29	1,5	2,4	2,9	2,35
Nordeste	2,17	1,08	2,09	2,61	2,63
Sudeste	3,93	1,95	3,78	4	4,69
Sul	3,09	2,01	3,23	3,77	2,85
Centro-Oeste	4,08	2,01	4,89	3,97	3,86

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Notas: 1. Compreende os casais formados por pessoa de referência e cônjuge com rendimentos e mulher sem filhos nascidos vivos, sem presença de outros parentes e agregados residentes no domicílio.

2. Exclusivo as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado do méstico.



**Tabela 2.11 - Domicílios particulares permanentes, por número de arranjos residentes e arranjos familiares conviventes com um arranjo familiar principal em domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por motivo para a convivência e número médio de pessoas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes (1 000 domicílios)			Arranjos familiares conviventes com um arranjo familiar principal em domicílios particulares permanentes			
	Total	Número de arranjos residentes		Total (1 000 arranjos) (1)	Distribuição percentual, por motivo para a convivência (%)		Número médio de pessoas
		Um	Dois ou mais		Financeiro	Vontade própria	
<b>Brasil</b>	<b>62 849</b>	<b>60 106</b>	<b>2 743</b>	<b>2 946</b>	<b>49,1</b>	<b>41,9</b>	<b>2,6</b>
<b>Norte</b>	<b>4 582</b>	<b>4 259</b>	<b>323</b>	<b>363</b>	<b>51,5</b>	<b>41,4</b>	<b>2,8</b>
Rondônia	498	485	13	14	45,0	45,0	2,6
Acre	209	192	17	19	40,6	46,5	2,7
Amazonas	928	824	104	116	51,9	41,5	2,8
Roraima	135	128	8	9	44,9	49,0	2,7
Pará	2 178	2 026	152	174	53,8	40,3	2,8
Região Metropolitana de Belém	624	570	53	61	57,9	38,9	2,7
Amapá	191	179	12	12	46,0	40,0	2,7
Tocantins	443	425	18	19	51,3	39,7	2,5
<b>Nordeste</b>	<b>16 447</b>	<b>15 551</b>	<b>896</b>	<b>974</b>	<b>52,0</b>	<b>39,4</b>	<b>2,6</b>
Maranhão	1 877	1 757	120	133	60,2	35,2	2,7
Piauí	936	856	80	86	48,3	38,4	2,6
Ceará	2 596	2 439	156	170	43,4	48,8	2,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1 140	1 063	77	84	44,0	50,0	2,5
Rio Grande do Norte	982	888	94	105	51,4	36,4	2,5
Paraíba	1 181	1 106	75	79	53,8	30,8	2,6
Pernambuco	2 796	2 701	95	103	47,7	44,1	2,5
Região Metropolitana de Recife	1 206	1 163	43	48	44,4	47,1	2,6
Alagoas	921	881	39	42	64,8	25,4	2,6
Sergipe	655	612	43	48	61,3	32,4	2,4
Bahia	4 504	4 311	194	209	52,4	41,5	2,5
Região Metropolitana de Salvador	1 243	1 187	56	60	46,8	42,8	2,5
<b>Sudeste</b>	<b>27 446</b>	<b>26 398</b>	<b>1 048</b>	<b>1 111</b>	<b>47,8</b>	<b>43,5</b>	<b>2,6</b>
Minas Gerais	6 526	6 219	307	327	43,1	46,3	2,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 633	1 540	93	100	44,9	40,2	2,6
Espírito Santo	1 180	1 143	38	39	30,7	44,0	2,8
Rio de Janeiro	5 626	5 404	222	236	44,4	50,5	2,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 190	4 024	166	177	44,6	49,6	2,6
São Paulo	14 113	13 632	482	509	53,8	38,5	2,5
Região Metropolitana de São Paulo	6 757	6 568	190	202	53,6	39,7	2,5
<b>Sul</b>	<b>9 540</b>	<b>9 240</b>	<b>300</b>	<b>312</b>	<b>45,0</b>	<b>42,0</b>	<b>2,6</b>
Paraná	3 559	3 465	93	98	43,1	40,1	2,6
Região Metropolitana de Curitiba	1 081	1 061	20	21	50,0	39,1	2,7
Santa Catarina	2 196	2 132	64	65	51,6	35,8	2,6
Rio Grande do Sul	3 785	3 643	143	149	43,3	46,0	2,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 418	1 371	47	50	50,0	39,5	2,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4 834</b>	<b>4 658</b>	<b>176</b>	<b>186</b>	<b>44,4</b>	<b>46,2</b>	<b>2,5</b>
Mato Grosso do Sul	876	843	32	34	42,0	42,0	2,5
Mato Grosso	1 013	978	35	35	48,2	43,5	2,5
Goiás	2 098	2 033	65	68	42,8	50,6	2,5
Distrito Federal	848	804	44	49	45,5	44,9	2,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive outros motivos.

**Tabela 2.12 - Arranjos familiares com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares com filhos residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência (%)			
		Casal com filhos		Monoparental com filhos	
		Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino
<b>Brasil</b>	<b>41 788</b>	<b>57,1</b>	<b>13,8</b>	<b>3,4</b>	<b>25,7</b>
<b>Norte</b>	<b>3 427</b>	<b>56,3</b>	<b>16,4</b>	<b>3,7</b>	<b>23,6</b>
Rondônia	336	59,7	17,3	3,3	19,7
Acre	158	56,7	15,7	3,0	24,5
Amazonas	758	49,5	21,5	4,4	24,5
Roraima	95	39,4	32,8	3,7	24,1
Pará	1 635	60,2	13,1	3,5	23,1
Região Metropolitana de Belém	465	48,0	17,2	4,3	30,6
Amapá	148	50,8	15,8	3,8	29,6
Tocantins	296	56,1	15,8	4,0	24,1
<b>Nordeste</b>	<b>11 526</b>	<b>56,0</b>	<b>13,3</b>	<b>3,3</b>	<b>27,4</b>
Maranhão	1 334	56,2	16,4	3,3	24,1
Piauí	691	63,2	6,6	3,0	27,2
Ceará	1 872	55,7	13,5	3,2	27,5
Região Metropolitana de Fortaleza	824	50,2	16,9	2,8	30,0
Rio Grande do Norte	737	55,7	12,4	4,1	27,8
Paraíba	830	61,5	8,2	2,4	27,9
Pernambuco	1 900	51,8	16,8	3,0	28,4
Região Metropolitana de Recife	793	45,4	18,9	3,3	32,5
Alagoas	650	55,4	17,8	2,8	24,0
Sergipe	483	54,3	12,6	2,2	30,9
Bahia	3 029	56,2	12,1	3,8	28,0
Região Metropolitana de Salvador	828	46,7	16,7	4,0	32,5
<b>Sudeste</b>	<b>17 809</b>	<b>57,5</b>	<b>12,9</b>	<b>3,5</b>	<b>26,1</b>
Minas Gerais	4 382	61,2	9,3	3,4	26,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 133	53,5	13,0	3,9	29,6
Espírito Santo	783	56,1	14,1	3,3	26,6
Rio de Janeiro	3 479	52,3	14,1	3,8	29,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 568	50,2	14,6	4,1	31,1
São Paulo	9 166	57,9	14,1	3,5	24,5
Região Metropolitana de São Paulo	4 400	55,5	15,3	3,5	25,8
<b>Sul</b>	<b>5 943</b>	<b>59,3</b>	<b>14,7</b>	<b>3,2</b>	<b>22,7</b>
Paraná	2 275	62,1	12,5	3,3	22,1
Região Metropolitana de Curitiba	706	58,7	15,5	3,4	22,4
Santa Catarina	1 385	61,3	15,9	3,0	19,8
Rio Grande do Sul	2 282	55,4	16,3	3,2	25,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	863	50,4	18,6	3,8	27,2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3 083</b>	<b>55,9</b>	<b>15,7</b>	<b>3,4</b>	<b>25,0</b>
Mato Grosso do Sul	530	59,0	12,3	3,9	24,9
Mato Grosso	645	61,7	14,0	3,0	21,3
Goiás	1 326	56,5	15,1	3,4	25,1
Distrito Federal	583	45,5	22,0	3,3	29,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.13 - Arranjos familiares sem filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares sem filhos residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo e sexo da pessoa de referência (%)					
		Unipessoal		Casal sem filhos		Outros tipos	
		Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino	Pessoa de referência do sexo masculino	Pessoa de referência do sexo feminino
<b>Brasil</b>	<b>24 106</b>	<b>17,8</b>	<b>18,3</b>	<b>42,2</b>	<b>9,8</b>	<b>4,3</b>	<b>7,6</b>
<b>Norte</b>	<b>1 535</b>	<b>21,2</b>	<b>11,8</b>	<b>42,2</b>	<b>10,2</b>	<b>5,5</b>	<b>9,2</b>
Rondônia	179	19,6	11,7	49,4	8,6	4,5	6,2
Acre	71	17,1	9,6	44,9	12,3	4,5	11,5
Amazonas	289	21,3	9,5	35,9	16,1	6,7	10,5
Roraima	49	32,0	10,7	33,1	10,0	6,4	7,8
Pará	725	20,3	12,2	44,5	7,6	5,8	9,6
Região Metropolitana de Belém	221	16,4	13,9	36,8	13,4	7,0	12,5
Amapá	56	27,4	11,5	33,6	15,9	2,7	8,8
Tocantins	166	22,9	15,2	40,2	10,1	4,1	7,5
<b>Nordeste</b>	<b>5 919</b>	<b>18,1</b>	<b>16,0</b>	<b>41,6</b>	<b>10,1</b>	<b>3,8</b>	<b>10,4</b>
Maranhão	679	19,5	12,3	41,1	12,8	4,2	10,0
Piauí	331	14,7	15,1	50,0	5,5	3,9	10,8
Ceará	896	16,4	15,0	43,5	9,6	3,9	11,7
Região Metropolitana de Fortaleza	401	16,5	15,7	37,2	11,0	5,7	13,9
Rio Grande do Norte	350	15,7	11,7	47,0	10,2	4,5	10,9
Paraíba	432	15,4	15,0	47,3	8,1	3,7	10,5
Pernambuco	1 004	15,0	17,6	39,1	12,6	4,3	11,4
Região Metropolitana de Recife	462	15,1	18,6	34,6	13,5	5,9	12,3
Alagoas	317	18,6	12,4	41,4	12,4	3,0	12,2
Sergipe	221	18,8	19,2	41,4	11,1	2,3	7,2
Bahia	1 689	22,0	18,6	38,2	8,7	3,4	9,2
Região Metropolitana de Salvador	477	21,8	20,6	30,9	12,4	3,9	10,4
<b>Sudeste</b>	<b>10 785</b>	<b>17,5</b>	<b>20,3</b>	<b>41,5</b>	<b>9,2</b>	<b>4,6</b>	<b>6,8</b>
Minas Gerais	2 481	20,1	18,4	42,3	6,4	5,4	7,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	601	20,9	19,6	35,9	8,5	6,0	9,2
Espírito Santo	438	17,9	15,6	43,4	11,9	4,8	6,3
Rio de Janeiro	2 396	16,8	22,6	38,7	10,5	3,8	7,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 809	16,9	23,4	36,9	10,8	4,2	8,0
São Paulo	5 470	16,7	20,6	42,2	9,6	4,6	6,2
Região Metropolitana de São Paulo	2 567	16,6	22,7	38,9	9,9	4,7	7,3
<b>Sul</b>	<b>3 922</b>	<b>15,7</b>	<b>19,2</b>	<b>45,7</b>	<b>10,8</b>	<b>3,2</b>	<b>5,5</b>
Paraná	1 385	15,2	18,5	47,2	9,1	3,5	6,5
Região Metropolitana de Curitiba	397	16,2	21,5	40,4	9,6	4,5	7,9
Santa Catarina	882	15,3	18,3	48,0	11,7	2,0	4,7
Rio Grande do Sul	1 656	16,3	20,2	43,2	11,6	3,5	5,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	608	15,9	24,4	37,3	13,5	3,2	5,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1 945</b>	<b>20,3</b>	<b>16,8</b>	<b>40,6</b>	<b>10,4</b>	<b>5,0</b>	<b>6,9</b>
Mato Grosso do Sul	381	23,1	13,8	42,4	10,8	4,0	6,1
Mato Grosso	406	20,9	13,4	44,3	11,7	5,0	4,6
Goiás	843	19,0	18,3	41,1	9,1	5,1	7,3
Distrito Federal	316	19,2	20,7	32,2	12,0	6,3	9,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2012**

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)		
		Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo	Mais de 3/4 a 1 salário mínimo
<b>Total</b>	<b>65 894</b>	<b>21,1</b>	<b>12,3</b>	<b>15,4</b>
Unipessoal	8 697	4,3	2,2	24,8
Casal com filhos	29 638	27,2	15,6	13,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	15 896	34,1	16,8	13,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 621	33,4	17,3	13,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	9 122	11,9	12,7	13,6
Casal sem filhos	12 539	11,2	9,2	16,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	12 150	29,1	15,1	12,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 114	44,4	17,3	9,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 330	47,4	20,0	11,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	6 706	16,1	12,8	15,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 706	17,8	11,9	15,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	165	9,1	5,0	13,2
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>40 802</b>	<b>20,3</b>	<b>12,2</b>	<b>15,0</b>
Unipessoal	4 297	4,8	2,3	21,4
Casal com filhos	23 881	27,5	15,2	13,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 871	34,7	16,5	12,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 671	33,2	16,6	13,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 338	11,8	12,3	13,6
Casal sem filhos	10 169	11,2	9,1	17,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	1 428	19,7	14,5	13,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	446	28,6	19,7	12,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	117	37,5	20,2	11,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	865	12,7	11,0	13,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	955	11,6	9,4	13,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	72	6,0	2,4	10,2
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>25 093</b>	<b>22,2</b>	<b>12,6</b>	<b>16,1</b>
Unipessoal	4 400	3,9	2,0	28,1
Casal com filhos	5 758	26,0	17,2	13,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 025	31,7	18,1	13,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	949	34,0	19,9	12,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 784	12,2	14,4	13,7
Casal sem filhos	2 369	11,1	9,5	15,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	10 722	30,4	15,2	12,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 668	46,3	17,0	8,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 213	48,3	19,9	11,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 841	16,6	13,0	15,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 751	21,2	13,3	15,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	93	11,5	7,0	15,5

**Tabela 2.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2012**

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>25,9</b>	<b>19,3</b>	<b>2,1</b>	<b>3,9</b>
Unipessoal	29,0	32,3	4,7	2,6
Casal com filhos	24,4	14,7	0,8	4,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	20,5	11,5	1,2	2,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	21,3	9,7	0,3	4,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	32,9	22,8	0,2	5,9
Casal sem filhos	30,4	27,5	1,5	3,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	21,7	12,7	4,2	4,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	10,9	5,4	10,2	2,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	12,7	3,2	1,5	4,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	30,1	19,0	1,1	5,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	29,1	19,4	2,0	4,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	35,4	29,5	2,6	5,3
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>26,8</b>	<b>20,5</b>	<b>1,6</b>	<b>3,6</b>
Unipessoal	29,5	34,3	5,4	2,3
Casal com filhos	24,6	14,9	0,8	3,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	20,6	11,5	1,2	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	21,7	10,1	0,3	4,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	33,2	23,2	0,2	5,6
Casal sem filhos	30,3	27,4	1,7	3,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	25,3	18,8	3,0	5,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	17,7	10,5	7,5	3,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	19,1	4,6	2,2	5,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	30,1	24,9	0,7	6,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	33,4	25,2	1,4	5,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	40,7	33,8	1,9	4,9
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>24,3</b>	<b>17,4</b>	<b>3,0</b>	<b>4,3</b>
Unipessoal	28,6	30,4	4,1	2,9
Casal com filhos	23,5	13,9	0,7	5,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	20,1	11,4	1,0	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	19,7	8,3	0,3	5,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,5	21,1	0,2	6,9
Casal sem filhos	30,6	27,8	1,0	4,4
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	21,2	11,9	4,4	4,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	10,0	4,8	10,5	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	12,0	3,1	1,4	3,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	30,1	18,1	1,2	5,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	26,7	16,2	2,4	4,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	31,2	26,2	3,1	5,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclui as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 2.15 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2012**

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)		
		Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo	Mais de 3/4 a 1 salário mínimo
<b>Total</b>	<b>17 445</b>	<b>38,9</b>	<b>15,3</b>	<b>15,8</b>
Unipessoal	2 018	11,3	4,1	34,3
Casal com filhos	7 998	50,1	17,6	10,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 410	58,9	15,4	8,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 302	59,7	16,5	6,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 286	27,7	22,4	16,2
Casal sem filhos	3 062	23,5	15,2	21,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 528	45,0	16,5	12,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 285	62,7	13,9	4,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	370	69,1	14,3	5,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 873	28,1	18,8	18,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	800	29,9	16,9	17,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	40	14,3	8,6	20,6
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>10 593</b>	<b>39,6</b>	<b>15,1</b>	<b>15,3</b>
Unipessoal	1 072	12,3	4,7	31,5
Casal com filhos	6 460	51,0	16,7	10,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 588	60,1	14,5	8,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 034	60,8	15,4	6,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 838	27,8	21,9	16,5
Casal sem filhos	2 463	23,6	14,8	21,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	376	36,6	19,3	13,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	126	52,8	20,8	5,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	33	56,0	15,3	9,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	216	24,2	19,1	18,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	210	24,7	14,8	17,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	13	9,1	5,7	22,6
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>6 852</b>	<b>37,8</b>	<b>15,7</b>	<b>16,4</b>
Unipessoal	946	10,3	3,4	37,4
Casal com filhos	1 538	46,4	21,1	10,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	822	54,0	19,3	9,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	268	55,8	20,5	7,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	448	27,0	24,8	15,3
Casal sem filhos	599	22,8	16,5	21,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 153	46,0	16,2	11,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 159	63,8	13,2	4,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	337	70,4	14,2	5,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 657	28,6	18,7	18,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	590	31,7	17,6	17,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	27	16,7	10,0	19,7

**Tabela 2.15 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2012**

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	(conclusão)			
	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>16,1</b>	<b>9,1</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>
Unipessoal	26,0	16,7	5,8	1,8
Casal com filhos	11,8	6,7	0,9	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8,9	5,3	1,3	1,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	8,9	4,3	0,3	3,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,1	10,8	0,3	3,5
Casal sem filhos	22,8	12,7	2,1	2,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	13,1	6,4	4,3	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4,6	2,4	10,3	1,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5,0	1,7	1,4	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	20,4	10,1	0,8	3,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	20,0	10,3	2,2	3,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	27,7	25,0	1,8	1,9
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>16,2</b>	<b>9,3</b>	<b>2,0</b>	<b>2,4</b>
Unipessoal	25,0	17,0	7,5	2,0
Casal com filhos	11,8	6,9	0,8	2,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8,8	5,5	1,3	1,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	9,3	4,5	0,3	2,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,0	11,1	0,2	3,4
Casal sem filhos	23,1	12,3	2,2	2,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	16,2	8,3	3,6	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4,7	4,8	8,8	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	6,0	5,0	2,1	6,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	24,5	10,8	0,8	2,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	25,3	10,3	2,6	4,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	43,0	13,8	5,7	0,0
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>15,8</b>	<b>8,7</b>	<b>3,1</b>	<b>2,6</b>
Unipessoal	27,1	16,3	3,9	1,7
Casal com filhos	11,9	5,9	0,9	3,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,4	4,8	1,4	1,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	7,4	3,7	0,0	5,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,2	9,3	0,5	4,0
Casal sem filhos	21,6	14,6	1,3	2,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	12,7	6,2	4,4	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4,6	2,1	10,5	1,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4,9	1,4	1,3	2,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,9	10,0	0,8	3,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	18,1	10,3	2,0	2,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	20,7	30,2	0,0	2,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclui as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 2.16 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2012**

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)		
		Mais de 2 salários mínimos	Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo	Mais de 3/4 a 1 salário mínimo
<b>Total</b>	<b>28 593</b>	<b>12,6</b>	<b>10,9</b>	<b>14,9</b>
Unipessoal	4 085	1,8	1,2	20,9
Casal com filhos	12 538	15,7	14,8	14,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	6 464	21,1	17,9	15,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 868	20,4	17,9	16,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 207	5,3	8,7	12,2
Casal sem filhos	5 466	6,0	6,4	14,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 271	20,9	14,4	13,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 659	34,1	19,4	12,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	567	37,8	23,6	13,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 044	10,6	10,0	13,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 161	11,3	9,1	13,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	73	6,4	1,5	8,7
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>17 737</b>	<b>11,4</b>	<b>10,8</b>	<b>14,4</b>
Unipessoal	1 891	2,0	1,0	16,5
Casal com filhos	10 241	15,7	14,6	14,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5 327	21,4	17,8	14,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 508	19,7	17,2	16,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 406	5,1	8,4	12,0
Casal sem filhos	4 477	6,0	6,4	14,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	630	11,8	13,1	12,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	177	15,9	21,3	14,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	46	32,6	22,6	9,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	407	7,6	8,5	12,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	464	7,3	6,8	11,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	34	5,6	0,0	3,4
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>10 856</b>	<b>14,6</b>	<b>11,2</b>	<b>15,8</b>
Unipessoal	2 194	1,8	1,5	24,7
Casal com filhos	2 297	15,5	15,8	14,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 137	19,9	18,2	15,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	360	23,4	20,7	14,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	801	5,8	10,2	13,1
Casal sem filhos	989	5,9	6,5	12,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 640	22,2	14,6	13,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 482	36,2	19,2	12,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	521	38,3	23,7	13,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 637	11,1	10,2	13,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	697	14,0	10,7	15,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	39	7,0	2,9	13,3



**Tabela 2.16 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2012**

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	(conclusão) Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>29,8</b>	<b>24,2</b>	<b>2,1</b>	<b>5,5</b>
Unipessoal	29,1	38,7	4,4	3,8
Casal com filhos	30,0	18,6	0,7	6,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	25,6	14,9	1,1	4,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	26,8	11,9	0,3	6,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	38,1	27,2	0,2	8,2
Casal sem filhos	32,8	34,4	1,3	4,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	25,6	15,4	4,2	6,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	13,5	6,5	10,4	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	14,7	3,3	1,7	5,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	34,3	22,5	1,4	7,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	33,2	24,2	2,0	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	38,2	36,4	3,2	5,6
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>31,0</b>	<b>25,8</b>	<b>1,4</b>	<b>5,1</b>
Unipessoal	30,1	42,5	4,8	3,1
Casal com filhos	30,4	18,8	0,7	5,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	25,9	15,0	1,2	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	27,3	12,5	0,3	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	38,6	27,7	0,3	7,9
Casal sem filhos	32,7	34,4	1,5	4,4
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	28,6	23,4	2,1	8,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	24,5	12,4	5,5	5,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	25,8	0,8	2,2	6,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	30,8	30,8	0,6	9,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	35,9	31,2	0,8	6,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	38,4	47,3	0,0	5,3
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>27,7</b>	<b>21,5</b>	<b>3,1</b>	<b>6,1</b>
Unipessoal	28,2	35,5	4,1	4,3
Casal com filhos	28,4	17,5	0,5	7,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	24,1	14,9	0,9	6,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	24,8	9,3	0,2	6,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	36,2	25,0	0,1	9,6
Casal sem filhos	33,5	34,2	0,7	6,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	25,2	14,3	4,5	6,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12,1	5,8	10,9	3,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	13,7	3,6	1,6	5,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	34,9	21,3	1,5	7,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	31,4	19,5	2,8	6,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	38,0	27,0	5,9	6,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 2.17 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2012**

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>65 894</b>	<b>25,6</b>	<b>68,4</b>	<b>2,1</b>	<b>3,9</b>
Unipessoal	8 697	5,1	87,5	4,7	2,6
Casal com filhos	29 638	33,1	62,1	0,8	4,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	15 896	41,0	55,0	1,2	2,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 621	40,2	54,8	0,3	4,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	9 122	15,7	78,2	0,2	5,9
Casal sem filhos	12 539	14,2	80,8	1,5	3,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	12 150	34,8	56,5	4,2	4,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 114	51,9	35,3	10,2	2,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 330	55,9	38,5	1,5	4,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	6 706	20,1	73,1	1,1	5,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 706	22,1	71,2	2,0	4,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	165	10,9	81,3	2,6	5,3
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>40 802</b>	<b>24,7</b>	<b>70,1</b>	<b>1,6</b>	<b>3,6</b>
Unipessoal	4 297	5,5	86,8	5,4	2,3
Casal com filhos	23 881	33,1	62,2	0,8	3,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 871	41,4	54,7	1,2	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 671	39,6	55,6	0,3	4,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 338	15,4	78,7	0,2	5,6
Casal sem filhos	10 169	14,2	80,9	1,7	3,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	1 428	24,3	67,1	3,0	5,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	446	36,1	52,8	7,5	3,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	117	43,9	48,5	2,2	5,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	865	15,5	77,0	0,7	6,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	955	14,6	78,9	1,4	5,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	72	6,9	86,2	1,9	4,9
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>25 093</b>	<b>27,0</b>	<b>65,7</b>	<b>3,0</b>	<b>4,3</b>
Unipessoal	4 400	4,7	88,3	4,1	2,9
Casal com filhos	5 758	32,7	61,5	0,7	5,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 025	38,9	56,2	1,0	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	949	42,5	51,8	0,3	5,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 784	17,1	75,8	0,2	6,9
Casal sem filhos	2 369	14,2	80,4	1,0	4,4
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	10 722	36,2	55,1	4,4	4,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 668	53,8	33,2	10,5	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 213	57,1	37,6	1,4	3,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 841	20,8	72,5	1,2	5,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 751	26,2	67,0	2,4	4,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	93	13,9	77,5	3,1	5,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 2.18 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2012**

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>17 445</b>	<b>45,1</b>	<b>50,0</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>
Unipessoal	2 018	12,8	79,5	5,8	1,8
Casal com filhos	7 998	57,3	39,2	0,9	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 410	66,1	30,8	1,3	1,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 302	67,2	29,2	0,3	3,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 286	34,9	61,3	0,3	3,5
Casal sem filhos	3 062	29,2	66,5	2,1	2,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 528	51,9	41,1	4,3	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 285	70,0	18,0	10,3	1,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	370	76,2	19,8	1,4	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 873	34,7	61,2	0,8	3,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	800	36,7	57,9	2,2	3,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	40	17,9	78,4	1,8	1,9
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>10 593</b>	<b>45,4</b>	<b>50,2</b>	<b>2,0</b>	<b>2,4</b>
Unipessoal	1 072	13,7	76,8	7,5	2,0
Casal com filhos	6 460	57,6	39,1	0,8	2,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 588	66,6	30,3	1,3	1,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 034	67,2	29,7	0,3	2,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 838	34,8	61,6	0,2	3,4
Casal sem filhos	2 463	29,1	66,4	2,2	2,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	376	43,1	50,7	3,6	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	126	61,6	27,2	8,8	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	33	61,4	30,5	2,1	6,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	216	29,6	67,5	0,8	2,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	210	28,9	64,1	2,6	4,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	13	9,1	85,1	5,7	0,0
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>6 852</b>	<b>44,6</b>	<b>49,7</b>	<b>3,1</b>	<b>2,6</b>
Unipessoal	946	11,8	82,6	3,9	1,7
Casal com filhos	1 538	56,0	39,9	0,9	3,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	822	63,7	33,0	1,4	1,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	268	67,4	27,1	0,0	5,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	448	35,2	60,3	0,5	4,0
Casal sem filhos	599	29,2	67,3	1,3	2,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 153	53,0	40,0	4,4	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 159	70,9	17,0	10,5	1,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	337	77,6	18,8	1,3	2,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 657	35,4	60,4	0,8	3,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	590	39,4	55,7	2,0	2,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	27	21,9	75,3	0,0	2,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 2.19 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2012**

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>28 593</b>	<b>16,4</b>	<b>76,0</b>	<b>2,1</b>	<b>5,5</b>
Unipessoal	4 085	2,3	89,6	4,4	3,8
Casal com filhos	12 538	21,0	72,3	0,7	6,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	6 464	27,9	66,6	1,1	4,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 868	26,6	66,6	0,3	6,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 207	7,8	83,8	0,2	8,2
Casal sem filhos	5 466	7,9	86,0	1,3	4,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 271	25,8	63,6	4,2	6,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 659	41,5	44,3	10,4	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	567	47,2	45,4	1,7	5,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 044	13,2	77,5	1,4	7,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 161	14,4	77,4	2,0	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	73	6,9	84,3	3,2	5,6
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>17 737</b>	<b>15,1</b>	<b>78,4</b>	<b>1,4</b>	<b>5,1</b>
Unipessoal	1 891	2,2	89,8	4,8	3,1
Casal com filhos	10 241	20,9	72,8	0,7	5,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5 327	28,3	66,6	1,2	3,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 508	25,4	68,0	0,3	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 406	7,3	84,6	0,3	7,9
Casal sem filhos	4 477	7,9	86,3	1,5	4,4
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	630	15,3	74,2	2,1	8,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	177	23,4	65,5	5,5	5,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	46	37,6	53,7	2,2	6,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	407	9,3	80,3	0,6	9,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	464	9,2	83,6	0,8	6,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	34	5,6	89,1	-	5,3
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>10 856</b>	<b>18,5</b>	<b>72,2</b>	<b>3,1</b>	<b>6,1</b>
Unipessoal	2 194	2,3	89,4	4,1	4,3
Casal com filhos	2 297	21,4	70,4	0,5	7,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 137	26,1	66,4	0,9	6,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	360	31,9	61,0	0,2	6,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	801	9,9	80,4	0,1	9,6
Casal sem filhos	989	7,7	84,7	0,7	6,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 640	27,2	62,2	4,5	6,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 482	43,7	41,7	10,9	3,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	521	48,1	44,7	1,6	5,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 637	13,8	77,1	1,5	7,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	697	17,8	73,3	2,8	6,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	39	8,0	80,1	5,9	6,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclui as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 2.20 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2012**

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>196 286</b>	<b>32,2</b>	<b>62,1</b>	<b>1,5</b>	<b>4,1</b>
Unipessoal	8 697	5,1	87,5	4,7	2,6
Casal com filhos	117 418	36,6	58,6	0,7	4,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	60 220	44,7	51,4	1,1	2,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	23 048	44,3	50,8	0,3	4,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	34 150	17,2	76,6	0,2	6,0
Casal sem filhos	27 280	15,6	79,4	1,5	3,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	35 629	39,0	52,8	3,5	4,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	11 050	56,8	31,4	9,0	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5 447	59,4	35,0	1,3	4,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19 132	23,0	70,2	0,9	5,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	6 883	23,9	69,6	1,8	4,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	379	11,4	80,4	2,8	5,5
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>95 556</b>	<b>31,9</b>	<b>62,7</b>	<b>1,4</b>	<b>4,0</b>
Unipessoal	4 297	5,5	86,8	5,4	2,3
Casal com filhos	60 664	36,4	58,8	0,7	4,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	30 427	44,7	51,4	1,1	2,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	12 043	44,7	50,6	0,3	4,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	18 193	17,1	76,9	0,2	5,8
Casal sem filhos	13 678	15,8	79,2	1,5	3,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	13 850	38,1	53,8	3,0	5,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 910	56,9	32,1	8,3	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	2 295	59,6	34,7	1,3	4,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 645	22,1	70,7	0,9	6,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 886	22,3	71,2	1,6	4,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	182	8,4	84,6	2,4	4,5
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>100 730</b>	<b>32,6</b>	<b>61,6</b>	<b>1,7</b>	<b>4,1</b>
Unipessoal	4 400	4,7	88,3	4,1	2,9
Casal com filhos	56 754	36,8	58,3	0,7	4,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	29 793	44,6	51,4	1,1	2,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	11 005	43,9	51,1	0,3	4,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	15 957	17,4	76,3	0,2	6,1
Casal sem filhos	13 603	15,5	79,5	1,4	3,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	21 779	39,6	52,1	3,8	4,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	7 140	56,8	31,1	9,5	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 152	59,3	35,3	1,3	4,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	11 487	23,5	69,8	1,0	5,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	3 997	25,0	68,4	2,0	4,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	197	14,1	76,4	3,1	6,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Notas: 1. Exclui as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

2. Rendimento mediano dos arranjos familiares.

**Tabela 2.21 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2012**

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>54 510</b>	<b>53,5</b>	<b>42,3</b>	<b>1,6</b>	<b>2,6</b>
Unipessoal	2 018	12,8	79,5	5,8	1,8
Casal com filhos	32 776	60,8	35,8	0,7	2,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	17 040	69,3	27,6	1,2	1,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	6 790	70,7	25,7	0,2	3,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 946	37,2	58,9	0,3	3,6
Casal sem filhos	6 897	31,5	64,4	1,9	2,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	10 657	56,0	37,9	3,4	2,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	3 479	73,5	15,9	8,9	1,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 555	79,1	17,2	1,1	2,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 623	38,8	57,2	0,7	3,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 072	37,8	56,7	1,9	3,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	90	17,7	79,0	1,6	1,7
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>26 456</b>	<b>53,2</b>	<b>42,5</b>	<b>1,6</b>	<b>2,7</b>
Unipessoal	1 072	13,7	76,8	7,5	2,0
Casal com filhos	16 918	60,4	36,2	0,7	2,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8 586	68,9	28,0	1,2	1,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 555	71,2	25,1	0,2	3,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 778	37,0	59,3	0,3	3,4
Casal sem filhos	3 469	31,8	64,0	2,0	2,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 160	55,8	38,3	3,0	2,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 263	74,0	16,2	8,1	1,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	668	79,7	16,6	1,0	2,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 229	38,3	57,2	0,8	3,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	801	37,6	55,9	2,2	4,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	36	10,5	85,5	4,0	0,0
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>28 054</b>	<b>53,6</b>	<b>42,1</b>	<b>1,7</b>	<b>2,6</b>
Unipessoal	946	11,8	82,6	3,9	1,7
Casal com filhos	15 858	61,4	35,3	0,7	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8 454	69,8	27,2	1,2	1,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 235	70,2	26,3	0,2	3,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 169	37,5	58,6	0,3	3,7
Casal sem filhos	3 428	31,1	64,8	1,8	2,3
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	6 497	56,1	37,6	3,6	2,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 216	73,2	15,7	9,3	1,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	887	78,7	17,5	1,1	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 394	39,0	57,2	0,6	3,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 271	38,0	57,2	1,7	3,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	54	22,5	74,7	0,0	2,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

2. Rendimento mediano dos arranjos familiares.

**Tabela 2.22 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2012**

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>82 391</b>	<b>21,1</b>	<b>71,5</b>	<b>1,5</b>	<b>5,9</b>
Unipessoal	4 085	2,3	89,6	4,4	3,8
Casal com filhos	48 411	23,5	69,8	0,7	6,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	23 993	31,1	63,5	1,1	4,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	9 018	29,4	63,7	0,3	6,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	15 400	8,3	83,2	0,2	8,3
Casal sem filhos	11 656	8,3	85,3	1,3	5,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	15 128	29,4	60,2	3,6	6,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 421	46,9	39,7	9,4	4,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	2 281	50,0	42,5	1,5	6,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 425	14,7	75,7	1,2	8,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 948	16,3	76,2	1,8	5,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	163	6,8	85,0	2,8	5,4
<b>Pessoa de referência do sexo masculino</b>	<b>39 791</b>	<b>20,6</b>	<b>72,3</b>	<b>1,3</b>	<b>5,8</b>
Unipessoal	1 891	2,2	89,8	4,8	3,1
Casal com filhos	24 896	23,4	70,0	0,7	5,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 084	31,2	63,4	1,1	4,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 683	29,5	63,9	0,3	6,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 128	8,2	83,4	0,2	8,2
Casal sem filhos	5 829	8,4	85,3	1,3	4,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 822	28,1	61,5	3,0	7,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 521	46,6	40,8	8,3	4,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	947	49,5	42,6	1,5	6,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 354	13,7	76,3	1,1	9,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 271	14,9	78,3	1,2	5,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	81	6,2	88,6	0,0	5,2
<b>Pessoa de referência do sexo feminino</b>	<b>42 600</b>	<b>21,6</b>	<b>70,7</b>	<b>1,7</b>	<b>6,0</b>
Unipessoal	2 194	2,3	89,4	4,1	4,3
Casal com filhos	23 515	23,6	69,5	0,7	6,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	11 909	30,9	63,6	1,1	4,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 335	29,3	63,5	0,2	7,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 271	8,5	82,8	0,2	8,5
Casal sem filhos	5 827	8,3	85,3	1,3	5,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	9 305	30,2	59,3	4,0	6,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 900	47,0	39,1	9,9	4,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 334	50,4	42,5	1,4	5,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 072	15,3	75,3	1,2	8,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 677	17,3	74,5	2,2	5,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	82	7,3	81,4	5,6	5,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

2. Rendimento mediano dos arranjos familiares.

**Tabela 2.23 - Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade dos filhos (%)				
		Pessoa de referência do sexo masculino			Pessoa de referência do sexo feminino	
		Menores de 16 anos de idade	Menores e maiores de 16 anos de idade	Maiores de 16 anos de idade	Menores de 16 anos de idade	Menores e maiores de 16 anos de idade
<b>Brasil</b>	<b>12 150</b>	<b>3,7</b>	<b>1,0</b>	<b>7,1</b>	<b>30,2</b>	<b>10,0</b>
<b>Norte</b>	<b>935</b>	<b>5,5</b>	<b>1,5</b>	<b>6,7</b>	<b>35,3</b>	<b>11,5</b>
Rondônia	77	5,7	1,8	6,6	30,1	10,5
Acre	44	4,8	1,8	4,4	44,5	14,9
Amazonas	219	6,8	1,7	6,7	36,5	10,3
Roraima	26	4,0	3,3	6,0	39,7	13,2
Pará	436	5,2	1,3	6,8	34,6	11,4
Região Metropolitana de Belém	162	4,4	1,0	6,8	29,0	10,5
Amapá	49	3,0	1,5	7,0	36,3	18,4
Tocantins	83	6,4	0,9	6,9	33,5	9,3
<b>Nordeste</b>	<b>3 528</b>	<b>3,6</b>	<b>0,9</b>	<b>6,1</b>	<b>32,8</b>	<b>9,6</b>
Maranhão	366	4,8	1,0	6,2	35,6	12,2
Piauí	209	3,0	1,1	5,7	37,2	7,3
Ceará	576	3,4	0,9	6,3	32,0	8,5
Região Metropolitana de Fortaleza	271	3,0	0,6	5,0	31,2	8,5
Rio Grande do Norte	235	5,4	0,3	7,2	39,2	7,7
Paraíba	252	1,9	0,5	5,6	33,3	8,3
Pernambuco	597	3,1	1,0	5,6	29,9	9,2
Região Metropolitana de Recife	283	2,5	0,8	5,8	25,2	7,8
Alagoas	174	4,7	1,0	4,7	24,3	12,2
Sergipe	160	1,7	0,9	4,0	37,4	11,9
Bahia	961	3,8	1,1	6,9	32,3	9,8
Região Metropolitana de Salvador	303	3,1	1,0	6,9	30,3	9,7
<b>Sudeste</b>	<b>5 271</b>	<b>3,4</b>	<b>0,9</b>	<b>7,7</b>	<b>28,1</b>	<b>9,9</b>
Minas Gerais	1 297	3,3	1,1	7,3	29,6	10,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	380	3,9	0,9	6,9	27,8	11,5
Espírito Santo	234	3,1	0,9	6,9	29,1	11,0
Rio de Janeiro	1 170	3,4	0,8	7,1	27,7	8,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	904	3,2	0,9	7,4	27,9	8,5
São Paulo	2 571	3,4	0,8	8,3	27,4	9,9
Região Metropolitana de São Paulo	1 286	3,3	0,8	7,8	27,0	10,9
<b>Sul</b>	<b>1 540</b>	<b>3,8</b>	<b>1,0</b>	<b>7,6</b>	<b>27,2</b>	<b>10,5</b>
Paraná	578	3,3	1,2	8,4	26,4	9,7
Região Metropolitana de Curitiba	182	3,4	1,2	8,6	22,8	11,5
Santa Catarina	316	4,6	0,7	7,8	27,0	9,4
Rio Grande do Sul	646	3,8	1,0	6,6	28,0	11,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	267	3,2	1,2	7,9	28,9	11,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>876</b>	<b>3,8</b>	<b>1,0</b>	<b>7,2</b>	<b>31,7</b>	<b>9,8</b>
Mato Grosso do Sul	152	4,7	0,8	8,0	31,9	10,7
Mato Grosso	157	4,0	0,8	7,4	33,0	10,4
Goiás	377	3,6	0,9	7,5	31,3	9,1
Distrito Federal	189	3,2	1,4	5,7	31,4	10,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.



**Tabela 2.24 - Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares (1 000 domicílios)	Pessoas (1 000 pessoas)	Número médio de pessoas, por situação do domicílio					
			Por domicílio			Por dormitório (1)		
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>Brasil</b>	<b>62 934</b>	<b>196 757</b>	<b>3,1</b>	<b>3,1</b>	<b>3,4</b>	<b>1,7</b>	<b>1,7</b>	<b>1,8</b>
<b>Norte</b>	<b>4 597</b>	<b>16 721</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>	<b>3,8</b>	<b>1,9</b>	<b>1,9</b>	<b>2,1</b>
Rondônia	500	1 614	3,2	3,2	3,3	1,7	1,7	1,7
Acre	210	782	3,7	3,5	4,3	2,0	1,9	2,4
Amazonas	932	3 681	4,0	3,9	4,2	2,1	2,0	2,4
Roraima	136	487	3,6	3,7	3,1	1,9	1,9	2,1
Pará	2 185	7 983	3,7	3,6	3,8	1,9	1,9	2,1
Região Metropolitana de Belém	624	2 179	3,5	3,5	3,4	1,9	1,8	2,0
Amapá	191	725	3,8	3,8	4,1	2,0	2,0	2,2
Tocantins	443	1 449	3,3	3,3	3,3	1,7	1,7	1,8
<b>Nordeste</b>	<b>16 468</b>	<b>54 630</b>	<b>3,3</b>	<b>3,2</b>	<b>3,5</b>	<b>1,7</b>	<b>1,7</b>	<b>1,8</b>
Maranhão	1 880	6 844	3,6	3,5	3,8	1,9	1,8	2,0
Piauí	937	3 198	3,4	3,4	3,5	1,8	1,7	1,8
Ceará	2 598	8 747	3,4	3,3	3,6	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana de Fortaleza	1 141	3 776	3,3	3,3	3,6	1,7	1,7	1,7
Rio Grande do Norte	982	3 282	3,3	3,3	3,5	1,7	1,7	1,8
Paraíba	1 181	3 861	3,3	3,2	3,4	1,7	1,7	1,8
Pernambuco	2 801	9 047	3,2	3,2	3,5	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana de Recife	1 207	3 794	3,1	3,1	3,5	1,6	1,6	1,8
Alagoas	926	3 207	3,5	3,4	3,7	1,8	1,7	1,9
Sergipe	655	2 151	3,3	3,2	3,4	1,7	1,7	1,8
Bahia	4 508	14 292	3,2	3,1	3,4	1,7	1,7	1,7
Região Metropolitana de Salvador	1 244	3 707	3,0	3,0	3,4	1,7	1,7	1,8
<b>Sudeste</b>	<b>27 476</b>	<b>82 596</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>3,2</b>	<b>1,7</b>	<b>1,7</b>	<b>1,7</b>
Minas Gerais	6 533	20 094	3,1	3,1	3,1	1,6	1,6	1,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 633	5 037	3,1	3,1	3,1	1,6	1,6	1,7
Espírito Santo	1 181	3 635	3,1	3,1	3,2	1,6	1,6	1,6
Rio de Janeiro	5 638	16 408	2,9	2,9	3,2	1,7	1,7	1,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 200	12 070	2,9	2,9	4,0	1,7	1,7	2,4
São Paulo	14 124	42 458	3,0	3,0	3,2	1,7	1,7	1,7
Região Metropolitana de São Paulo	6 764	20 191	3,0	3,0	3,3	1,7	1,7	1,9
<b>Sul</b>	<b>9 552</b>	<b>28 049</b>	<b>2,9</b>	<b>2,9</b>	<b>3,0</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,6</b>
Paraná	3 561	10 700	3,0	3,0	3,1	1,5	1,5	1,6
Região Metropolitana de Curitiba	1 083	3 291	3,0	3,0	3,0	1,5	1,5	1,6
Santa Catarina	2 202	6 508	3,0	2,9	3,0	1,5	1,5	1,6
Rio Grande do Sul	3 789	10 840	2,9	2,9	2,9	1,6	1,5	1,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 421	4 049	2,9	2,9	2,8	1,6	1,6	1,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4 841</b>	<b>14 761</b>	<b>3,0</b>	<b>3,1</b>	<b>3,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,7</b>
Mato Grosso do Sul	876	2 556	2,9	2,9	3,0	1,6	1,6	1,8
Mato Grosso	1 016	3 189	3,1	3,2	3,0	1,7	1,7	1,7
Goiás	2 100	6 295	3,0	3,0	2,9	1,6	1,6	1,6
Distrito Federal	849	2 721	3,2	3,2	3,6	1,6	1,6	1,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive os domicílios sem declaração de número de dormitórios.

**Tabela 2.25 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
<b>Brasil</b>	<b>54 020</b>	<b>17,1</b>	<b>27,5</b>	<b>27,6</b>	<b>22,0</b>
<b>Norte</b>	<b>3 494</b>	<b>28,5</b>	<b>29,9</b>	<b>21,9</b>	<b>14,1</b>
Rondônia	368	19,6	29,0	29,2	18,7
Acre	161	27,8	28,0	25,1	15,0
Amazonas	787	30,3	29,0	21,6	12,9
Roraima	110	27,1	25,4	23,0	19,8
Pará	1 553	30,7	30,4	20,0	11,8
Região Metropolitana de Belém	606	24,4	27,9	19,6	14,5
Amapá	171	30,4	28,0	19,2	20,2
Tocantins	344	24,2	33,8	22,8	16,9
<b>Nordeste</b>	<b>12 328</b>	<b>32,9</b>	<b>32,7</b>	<b>18,3</b>	<b>11,9</b>
Maranhão	1 138	38,6	31,8	14,2	10,3
Piauí	634	36,4	32,3	18,8	12,1
Ceará	1 943	32,7	33,7	18,5	11,1
Região Metropolitana de Fortaleza	1 095	27,9	32,4	20,7	14,2
Rio Grande do Norte	789	31,1	31,2	21,1	15,0
Paraíba	960	33,6	32,0	17,8	13,6
Pernambuco	2 310	30,5	34,0	19,7	11,1
Região Metropolitana de Recife	1 179	25,2	32,5	21,0	14,3
Alagoas	673	39,5	31,8	16,4	8,8
Sergipe	486	29,5	33,5	21,7	13,6
Bahia	3 395	31,5	32,1	17,8	12,6
Região Metropolitana de Salvador	1 225	22,7	29,2	21,3	19,7
<b>Sudeste</b>	<b>25 690</b>	<b>11,1</b>	<b>25,4</b>	<b>30,3</b>	<b>25,7</b>
Minas Gerais	5 537	14,8	30,9	30,0	21,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 593	10,1	26,1	31,3	28,5
Espírito Santo	1 024	14,4	28,5	29,3	23,2
Rio de Janeiro	5 487	13,2	25,0	26,4	23,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 175	12,4	24,0	26,3	24,8
São Paulo	13 642	8,5	23,1	32,1	28,5
Região Metropolitana de São Paulo	6 691	8,7	22,0	30,4	30,5
<b>Sul</b>	<b>8 159</b>	<b>9,2</b>	<b>24,9</b>	<b>34,7</b>	<b>27,2</b>
Paraná	3 108	10,1	26,8	34,0	25,7
Região Metropolitana de Curitiba	999	7,1	21,1	33,0	33,8
Santa Catarina	1 858	6,0	21,3	38,6	28,6
Rio Grande do Sul	3 192	10,1	25,3	33,0	27,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 371	9,2	23,4	32,1	30,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4 350</b>	<b>13,3</b>	<b>28,1</b>	<b>28,6</b>	<b>25,8</b>
Mato Grosso do Sul	783	11,6	29,4	30,4	26,2
Mato Grosso	840	14,1	28,9	30,5	22,1
Goiás	1 913	14,4	30,8	29,7	20,8
Distrito Federal	815	11,4	19,6	22,6	41,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento.

**Tabela 2.26 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios com acesso a saneamento adequado, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes urbanos					
	Total (1 000 domicílios) (1)	Proporção de domicílios com acesso a saneamento adequado (%) (2)				
		Total	Classes de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (3)			
			Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
<b>Brasil</b>	<b>54 020</b>	<b>70,3</b>	<b>51,7</b>	<b>65,2</b>	<b>74,8</b>	<b>83,6</b>
Norte	3 494	19,9	13,8	17,4	22,6	30,5
Nordeste	12 328	51,2	41,6	49,5	57,8	69,1
Sudeste	25 690	90,6	81,2	88,3	92,2	95,5
Sul	8 159	67,8	55,9	61,8	66,2	78,2
Centro-Oeste	4 350	49,7	36,6	40,0	47,7	66,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e lixo coletado direta ou indiretamente. (3) Exclusive o rendimento de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

**Tabela 2.27 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, por tipo de serviço inexistente, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos							
	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica (%) (1)			Proporção de domicílios sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, por tipo de serviço inexistente (%)			
		Com acesso	Sem acesso	Razão entre os domicílios sem acesso e com acesso	Abaste- cimento de água	Esgota- mento sanitário	Coleta de lixo	Ilumi- nação elétrica
<b>Brasil</b>	<b>54 020</b>	<b>70,3</b>	<b>29,7</b>	<b>0,42</b>	<b>20,6</b>	<b>93,5</b>	<b>5,9</b>	<b>0,2</b>
<b>Norte</b>	<b>3 494</b>	<b>19,9</b>	<b>80,1</b>	<b>4,02</b>	<b>37,9</b>	<b>95,3</b>	<b>4,9</b>	<b>0,2</b>
Rondônia	368	8,8	91,2	10,40	51,4	97,4	2,6	0,0
Acre	161	26,0	74,0	2,85	50,5	83,1	3,5	0,2
Amazonas	787	35,1	64,9	1,85	27,0	92,2	4,7	0,1
Roraima	110	27,4	72,6	2,65	1,5	99,1	7,6	0,0
Pará	1 553	14,1	85,9	6,07	45,5	95,7	6,6	0,1
Região Metropolitana de Belém	606	32,9	67,1	2,04	43,5	87,9	2,1	0,0
Amapá	171	5,0	95,0	18,83	45,2	96,7	1,2	0,0
Tocantins	344	25,4	74,6	2,94	3,6	99,9	1,9	0,6
<b>Nordeste</b>	<b>12 328</b>	<b>51,1</b>	<b>48,9</b>	<b>0,96</b>	<b>13,1</b>	<b>96,0</b>	<b>9,0</b>	<b>0,4</b>
Maranhão	1 138	26,4	73,6	2,79	16,2	97,8	26,1	0,2
Piauí	634	4,7	95,3	20,50	3,9	99,8	11,7	1,1
Ceará	1 943	51,8	48,2	0,93	14,1	95,7	7,0	0,3
Região Metropolitana de Fortaleza	1 095	62,3	37,7	0,60	20,8	91,9	5,4	0,2
Rio Grande do Norte	789	29,6	70,4	2,38	2,0	99,3	1,5	0,1
Paraíba	960	63,3	36,7	0,58	10,7	96,0	5,9	0,2
Pernambuco	2 310	57,3	42,7	0,75	19,3	92,3	4,9	0,0
Região Metropolitana de Recife	1 179	50,2	49,8	0,99	18,8	92,3	4,0	0,0
Alagoas	673	38,1	61,9	1,63	23,2	93,2	3,2	0,1
Sergipe	486	61,4	38,6	0,63	6,2	98,6	2,0	0,2
Bahia	3 395	66,2	33,8	0,51	12,9	95,2	8,2	0,8
Região Metropolitana de Salvador	1 225	88,7	11,3	0,13	17,0	87,2	16,5	0,7
<b>Sudeste</b>	<b>25 690</b>	<b>90,6</b>	<b>9,4</b>	<b>0,10</b>	<b>36,9</b>	<b>79,7</b>	<b>7,6</b>	<b>0,3</b>
Minas Gerais	5 537	88,0	12,0	0,14	19,7	88,4	9,7	0,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 593	89,3	10,7	0,12	16,1	92,9	7,1	0,0
Espírito Santo	1 024	84,6	15,4	0,18	7,0	95,0	3,3	0,3
Rio de Janeiro	5 487	83,4	16,6	0,20	58,2	63,0	9,8	0,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 175	85,8	14,2	0,17	62,8	54,3	14,1	0,1
São Paulo	13 642	95,0	5,0	0,05	31,9	90,2	3,6	0,6
Região Metropolitana de São Paulo	6 691	94,6	5,4	0,06	25,7	91,4	5,1	0,6
<b>Sul</b>	<b>8 159</b>	<b>67,8</b>	<b>32,2</b>	<b>0,48</b>	<b>11,0</b>	<b>94,9</b>	<b>1,1</b>	<b>0,1</b>
Paraná	3 108	69,6	30,4	0,44	3,9	98,1	1,2	0,1
Região Metropolitana de Curitiba	999	88,6	11,4	0,13	11,8	92,5	2,0	0,0
Santa Catarina	1 858	60,9	39,1	0,64	13,5	95,7	0,9	0,0
Rio Grande do Sul	3 192	70,0	30,0	0,43	16,2	91,1	1,0	0,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 371	84,0	16,0	0,19	47,1	68,1	0,8	0,2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4 350</b>	<b>49,7</b>	<b>50,3</b>	<b>1,01</b>	<b>12,7</b>	<b>97,6</b>	<b>2,2</b>	<b>0,1</b>
Mato Grosso do Sul	783	43,2	56,8	1,31	8,4	97,9	1,8	0,2
Mato Grosso	840	31,1	68,9	2,22	6,6	97,8	2,2	0,0
Goiás	1 913	43,8	56,2	1,28	17,1	97,3	0,9	0,1
Distrito Federal	815	89,0	11,0	0,12	20,1	98,7	18,8	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto, lixo coletado direta ou indiretamente e iluminação elétrica.

**Tabela 2.28 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total, distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, e proporção de domicílios particulares urbanos sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica, por tipo de serviço inexistente, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo							
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual e razão entre os domicílios com e sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica (%) (2)			Proporção de domicílios sem acesso a saneamento adequado e iluminação elétrica por tipo de serviço inexistente (%)			
		Com acesso	Sem acesso	Razão entre os domicílios sem acesso e com acesso	Abaste- cimento de água	Esgota- mento sanitário	Coleta de lixo	Ilumina- ção elétrica
<b>Brasil</b>	<b>9 231</b>	<b>51,6</b>	<b>48,4</b>	<b>0,94</b>	<b>20,3</b>	<b>95,1</b>	<b>10,0</b>	<b>0,5</b>
<b>Norte</b>	<b>997</b>	<b>13,8</b>	<b>86,2</b>	<b>6,26</b>	<b>36,9</b>	<b>96,7</b>	<b>7,1</b>	<b>0,2</b>
Rondônia	72	5,2	94,8	18,38	58,2	96,6	3,1	0,0
Acre	45	18,7	81,3	4,34	46,1	92,7	6,8	0,5
Amazonas	238	26,6	73,4	2,76	28,8	94,8	7,4	0,2
Roraima	30	21,1	78,9	3,75	0,0	100,0	7,4	0,0
Pará	477	9,0	91,0	10,09	42,4	97,1	8,9	0,2
Região Metropolitana de Belém	148	25,4	74,6	2,93	46,4	90,3	3,7	0,0
Amapá	52	1,9	98,1	51,75	46,9	97,1	1,9	0,0
Tocantins	83	13,8	86,2	6,23	3,3	100,0	3,0	0,7
<b>Nordeste</b>	<b>4 056</b>	<b>41,5</b>	<b>58,5</b>	<b>1,41</b>	<b>14,2</b>	<b>96,7</b>	<b>12,7</b>	<b>0,6</b>
Maranhão	440	13,3	86,7	6,53	18,1	98,2	32,2	0,2
Piauí	231	2,0	98,0	49,89	5,8	100,0	19,8	2,0
Ceará	635	42,3	57,7	1,37	14,5	96,9	10,5	0,5
Região Metropolitana de Fortaleza	306	52,9	47,1	0,89	19,9	94,4	6,8	0,2
Rio Grande do Norte	246	22,7	77,3	3,41	2,5	99,0	2,2	0,3
Paraíba	323	54,7	45,3	0,83	12,1	95,4	10,0	0,0
Pernambuco	705	50,0	50,0	1,00	19,0	94,9	6,3	0,1
Região Metropolitana de Recife	297	40,5	59,5	1,47	17,1	95,8	6,9	0,1
Alagoas	266	32,1	67,9	2,12	24,1	94,1	3,3	0,0
Sergipe	143	50,2	49,8	0,99	8,6	99,5	1,9	0,5
Bahia	1 068	57,0	43,0	0,75	13,6	95,4	10,2	1,1
Região Metropolitana de Salvador	278	84,7	15,3	0,18	20,4	87,3	16,2	0,0
<b>Sudeste</b>	<b>2 854</b>	<b>81,2</b>	<b>18,8</b>	<b>0,23</b>	<b>31,8</b>	<b>82,1</b>	<b>12,7</b>	<b>0,6</b>
Minas Gerais	821	76,6	23,4	0,31	21,7	86,6	14,2	0,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	161	82,7	17,3	0,21	23,9	88,7	11,3	0,0
Espírito Santo	148	74,9	25,1	0,33	11,3	90,1	5,6	0,0
Rio de Janeiro	722	75,6	24,4	0,32	52,8	68,5	14,2	0,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	516	78,6	21,4	0,27	55,2	60,5	20,3	0,6
São Paulo	1 163	88,8	11,2	0,13	24,2	91,7	10,5	0,8
Região Metropolitana de São Paulo	583	86,1	13,9	0,16	19,2	92,3	15,4	1,3
<b>Sul</b>	<b>747</b>	<b>55,9</b>	<b>44,1</b>	<b>0,79</b>	<b>11,7</b>	<b>95,7</b>	<b>1,3</b>	<b>0,5</b>
Paraná	315	58,4	41,6	0,71	7,1	95,9	0,5	1,0
Região Metropolitana de Curitiba	71	82,3	17,7	0,22	14,3	100,0	0,0	0,0
Santa Catarina	111	44,4	55,6	1,25	22,2	95,6	2,2	0,0
Rio Grande do Sul	321	57,4	42,6	0,74	11,4	95,7	1,6	0,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	127	74,6	25,4	0,34	31,9	81,6	2,8	0,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>577</b>	<b>36,5</b>	<b>63,5</b>	<b>1,74</b>	<b>11,3</b>	<b>98,5</b>	<b>3,1</b>	<b>0,1</b>
Mato Grosso do Sul	91	29,0	71,0	2,44	8,4	98,7	0,0	0,0
Mato Grosso	119	27,0	73,0	2,70	6,2	98,6	2,4	0,0
Goiás	275	26,1	73,9	2,83	15,1	98,4	1,8	0,2
Distrito Federal	93	86,6	13,4	0,16	0,0	100,0	44,2	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive domicílios com renda mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto, lixo coletado direta ou indiretamente e iluminação elétrica.

**Tabela 2.29 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos			
	Total (1 000 domicílios)	Proporção de domicílios com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis (%)		
		Iluminação elétrica, computador, TV em cores e máquina de lavar	Iluminação elétrica, computador, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar	Iluminação elétrica, computador, Internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar
<b>Brasil</b>	<b>54 020</b>	<b>40,8</b>	<b>37,8</b>	<b>34,3</b>
<b>Norte</b>	<b>3 494</b>	<b>23,0</b>	<b>21,2</b>	<b>18,0</b>
Rondônia	368	20,3	18,4	16,5
Acre	161	17,8	16,0	14,2
Amazonas	787	33,1	30,5	25,0
Roraima	110	35,2	31,5	23,9
Pará	1 553	18,3	17,2	14,8
Região Metropolitana de Belém	606	31,1	29,3	26,2
Amapá	171	29,5	28,4	24,2
Tocantins	344	19,0	16,8	14,5
<b>Nordeste</b>	<b>12 328</b>	<b>21,2</b>	<b>20,0</b>	<b>18,4</b>
Maranhão	1 138	14,4	13,6	12,2
Piauí	634	11,4	10,7	9,5
Ceará	1 943	20,8	19,3	17,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1 095	27,1	25,2	22,8
Rio Grande do Norte	789	25,3	23,8	21,1
Paraíba	960	21,2	20,4	19,1
Pernambuco	2 310	25,5	24,4	22,8
Região Metropolitana de Recife	1 179	34,0	32,4	30,4
Alagoas	673	18,6	17,7	16,5
Sergipe	486	26,2	25,3	22,8
Bahia	3 395	21,5	20,1	18,6
Região Metropolitana de Salvador	1 225	34,0	31,4	29,7
<b>Sudeste</b>	<b>25 690</b>	<b>49,9</b>	<b>46,2</b>	<b>42,4</b>
Minas Gerais	5 537	37,8	35,3	31,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 593	49,3	45,7	40,8
Espírito Santo	1 024	39,4	35,5	33,0
Rio de Janeiro	5 487	50,4	46,5	42,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 175	53,3	49,2	45,7
São Paulo	13 642	55,4	51,4	47,4
Região Metropolitana de São Paulo	6 691	60,2	56,2	52,7
<b>Sul</b>	<b>8 159</b>	<b>50,1</b>	<b>45,8</b>	<b>40,5</b>
Paraná	3 108	47,3	42,9	37,8
Região Metropolitana de Curitiba	999	61,3	55,5	50,3
Santa Catarina	1 858	55,6	50,1	44,6
Rio Grande do Sul	3 192	49,7	46,1	40,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 371	56,3	52,1	46,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4 350</b>	<b>39,9</b>	<b>36,5</b>	<b>32,8</b>
Mato Grosso do Sul	783	38,7	34,7	30,2
Mato Grosso	840	31,1	27,8	24,4
Goiás	1 913	34,8	31,8	28,1
Distrito Federal	815	61,8	58,1	55,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 2.30 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total e proporção com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo			
	Total (1 000 domicílios) (1)	Proporção de domicílios com acesso simultâneo ao serviço de iluminação elétrica e posse de bens duráveis (%)		
		Iluminação elétrica, computador, TV em cores e máquina de lavar	Iluminação elétrica, computador, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar	Iluminação elétrica, computador, Internet, aparelho de DVD, TV em cores e máquina de lavar
<b>Brasil</b>	<b>9 231</b>	<b>14,0</b>	<b>12,6</b>	<b>10,0</b>
<b>Norte</b>	<b>997</b>	<b>7,7</b>	<b>7,0</b>	<b>4,7</b>
Rondônia	72	6,5	6,5	3,6
Acre	45	7,7	6,8	5,5
Amazonas	238	13,6	12,6	8,3
Roraima	30	17,0	14,0	8,2
Pará	477	5,1	4,6	3,3
Região Metropolitana de Belém	148	11,8	10,5	8,3
Amapá	52	7,1	7,1	4,3
Tocantins	83	4,3	3,2	1,7
<b>Nordeste</b>	<b>4 056</b>	<b>6,7</b>	<b>6,2</b>	<b>5,1</b>
Maranhão	440	2,4	2,1	1,0
Piauí	231	2,0	2,0	1,5
Ceará	635	5,8	5,2	4,1
Região Metropolitana de Fortaleza	306	8,0	7,4	5,8
Rio Grande do Norte	246	10,1	9,6	8,1
Paraíba	323	6,4	6,4	4,9
Pernambuco	705	9,5	8,9	7,7
Região Metropolitana de Recife	297	15,5	14,2	12,2
Alagoas	266	5,8	5,3	4,4
Sergipe	143	10,4	10,2	8,8
Bahia	1 068	7,2	6,7	5,6
Região Metropolitana de Salvador	278	13,6	12,3	11,2
<b>Sudeste</b>	<b>2 854</b>	<b>24,5</b>	<b>22,0</b>	<b>18,0</b>
Minas Gerais	821	15,3	14,1	10,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	161	25,1	22,9	17,5
Espírito Santo	148	16,6	14,1	12,0
Rio de Janeiro	722	29,4	26,1	22,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	516	32,9	29,0	25,4
São Paulo	1 163	28,8	26,0	21,1
Região Metropolitana de São Paulo	583	33,4	30,9	26,3
<b>Sul</b>	<b>747</b>	<b>20,2</b>	<b>17,5</b>	<b>12,1</b>
Paraná	315	17,1	15,3	9,9
Região Metropolitana de Curitiba	71	36,1	32,9	22,2
Santa Catarina	111	24,1	19,1	16,7
Rio Grande do Sul	321	21,9	19,1	12,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	127	29,9	27,3	18,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>577</b>	<b>16,1</b>	<b>14,7</b>	<b>11,3</b>
Mato Grosso do Sul	91	15,7	13,4	9,7
Mato Grosso	119	11,2	10,2	7,7
Goiás	275	13,4	12,4	9,1
Distrito Federal	93	30,9	28,4	23,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Exclui o rendimento de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

(1) Exclui os domicílios sem rendimento.

**Tabela 2.31 - Domicílios particulares permanentes por adequação da moradia, e proporção de domicílios por existência das características do entorno e adequação da moradia, segundo as características do entorno - Brasil - 2010**

Características do entorno	Domicílios particulares permanentes			Proporção dos domicílios por a existência das características do entorno (%)		
	Adequação da moradia			Adequação da moradia		
	Total	Adequada (1)	Inadequada (2)	Total	Adequada (1)	Inadequada (2)
<b>Total (3)</b>	<b>47 264 208</b>	<b>33 543 441</b>	<b>13 720 767</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Identificação do logradouro						
Existe	28 369 392	22 858 884	5 510 508	60,0	68,1	40,2
Não existe	18 500 626	10 458 602	8 042 024	39,1	31,2	58,6
Sem declaração	394 190	225 955	168 235	0,8	0,7	1,2
Iluminação pública						
Existe	45 146 789	32 669 854	12 476 935	95,5	97,4	90,9
Não existe	1 723 223	647 627	1 075 596	3,6	1,9	7,8
Sem declaração	394 196	225 960	168 236	0,8	0,7	1,2
Pavimentação						
Existe	38 275 587	29 982 297	8 293 290	81,0	89,4	60,4
Não existe	8 594 417	3 335 176	5 259 241	18,2	9,9	38,3
Sem declaração	394 204	225 968	168 236	0,8	0,7	1,2
Calçada						
Existe	32 354 881	26 641 567	5 713 314	68,5	79,4	41,6
Não existe	14 515 117	6 675 906	7 839 211	30,7	19,9	57,1
Sem declaração	394 210	225 968	168 242	0,8	0,7	1,2
Meio-fio/guia						
Existe	36 094 807	28 700 060	7 394 747	76,4	85,6	53,9
Não existe	10 775 191	4 617 413	6 157 778	22,8	13,8	44,9
Sem declaração	394 210	225 968	168 242	0,8	0,7	1,2
Bueiro/boca de lobo						
Existe	19 447 670	16 380 717	3 066 953	41,1	48,8	22,4
Não existe	27 422 334	16 936 756	10 485 578	58,0	50,5	76,4
Sem declaração	394 204	225 968	168 236	0,8	0,7	1,2
Rampa para cadeirante						
Existe	2 183 939	1 929 108	254 831	4,6	5,8	1,9
Não existe	44 686 059	31 388 365	13 297 694	94,5	93,6	96,9
Sem declaração	394 210	225 968	168 242	0,8	0,7	1,2
Arborização						
Existe	31 872 484	23 819 209	8 053 275	67,4	71,0	58,7
Não existe	14 997 520	9 498 264	5 499 256	31,7	28,3	40,1
Sem declaração	394 204	225 968	168 236	0,8	0,7	1,2
Esgoto a céu aberto						
Existe	5 164 035	1 895 887	3 268 148	10,9	5,7	23,8
Não existe	41 705 963	31 421 586	10 284 377	88,2	93,7	75,0
Sem declaração	394 210	225 968	168 242	0,8	0,7	1,2
Lixo acumulado nos logradouros						
Existe	2 338 113	1 354 545	983 568	4,9	4,0	7,2
Não existe	44 531 885	31 962 928	12 568 957	94,2	95,3	91,6
Sem declaração	394 210	225 968	168 242	0,8	0,7	1,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: Não constam do universo da pesquisa as áreas sem ordenamento urbano regular, nas quais não foi possível identificar face de quadra.

(1) Domicílio particular permanente com acesso à rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto, coleta de lixo. (2) Domicílio particular permanente com pelo menos um serviço inadequado. (3) Domicílios em quadras-face onde foi possível fazer a associação das características do entorno.



## Educação

---

A educação é um bem coletivo essencial para a promoção da cidadania e apresenta um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena. Além disso, a educação é reconhecidamente a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho e da mobilidade social. Nesse sentido, a elevação do nível educacional da população e a maior igualdade no acesso à educação de qualidade devem ser objetivos prioritários das políticas públicas educacionais.

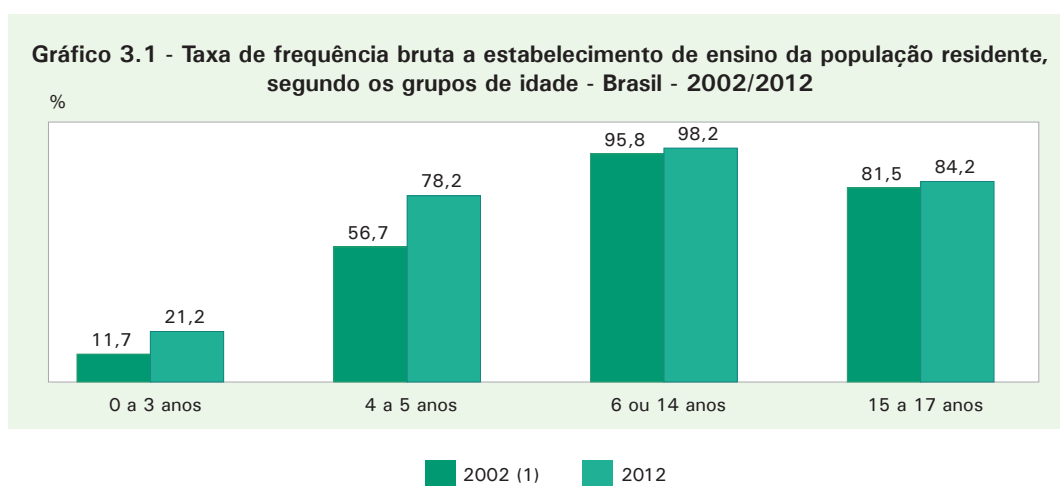
Os dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo IBGE, permitem retratar o sistema educacional brasileiro e monitorar diversas dimensões da escolaridade da população brasileira, essenciais para a compreensão da realidade social do País. Esse sistema está legalmente organizado em dois níveis: educação básica e superior. A educação básica, por sua vez, divide-se em três níveis: educação infantil, que compreende formalmente a faixa de 0 a 5 anos de idade, ensino fundamental, de 6 a 14 anos de idade, e ensino médio, de 15 a 17 anos de idade. Trata-se de um sistema descentralizado, no qual a educação infantil e o ensino fundamental são de responsabilidade dos municípios, enquanto o ensino médio é, prioritariamente, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. É competência do governo federal, dentre outras atribuições, atuar no ensino superior e prestar assistência técnica e financeira às esferas estadual e municipal, buscando garantir a equidade dos gastos nas diferentes Unidades da Federação.

Em termos gerais, na última década, foram continuadas e aprofundadas as políticas educacionais anteriormente adotadas. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, institucionalizado pela Lei nº 11.494, de 20.06.2007 (BRASIL, 2007a), foi possível ampliar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, instituído pela Lei nº 9.424, de 24.12.1996 (BRASIL, 1996c), o qual vigorou até 2006. O FUNDEB passou a destinar recursos para a educação básica, tanto na modalidade regular quanto na integrada à educação profissional e educação de jovens e adultos. Em 2006, a obrigatoriedade do ensino fundamental foi ampliada de 8 para 9 anos, através da Lei nº 11.274, de 06.02.2006 (BRASIL, 2006), e, no ano seguinte, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, do Ministério da Educação, deu clara ênfase ao ensino fundamental e definiu metas para a melhoria da qualidade a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB<sup>8</sup>.

Recentemente, merece destaque a Emenda Constitucional nº 59, de 11.11.2009, que amplia a obrigatoriedade da educação básica para a faixa de 4 a 17 anos de idade (BRASIL, 2009a) e deve ser implementada progressivamente até 2016. A Lei nº 12.796, de 04.04.2013, oficializa essa mudança, alterando o texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, instituída pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996 (BRASIL, 1996b, 2013b). A educação básica passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade e organizada em três etapas: pré-escola (nível obrigatório da educação infantil), ensino fundamental e ensino médio.

Dados da PNAD 2012 revelam que ocorreu um crescimento substantivo de acesso ao sistema educacional brasileiro na última década, especialmente em relação à educação infantil. Em 2012, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade era de 21,2% e 78,2%, respectivamente (Gráfico 3.1 e Tabela 3.1). Dez anos antes, em 2002, essas proporções eram de apenas 11,7% e 56,7%, respectivamente.



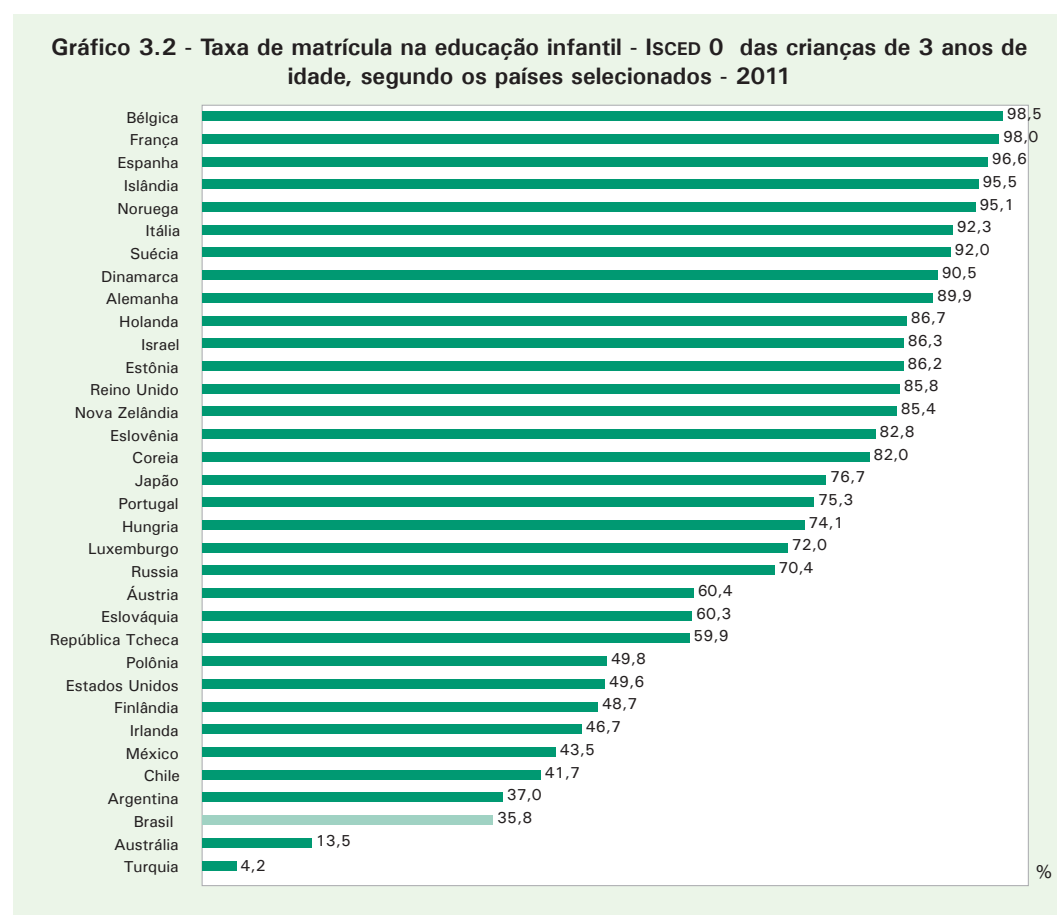
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

<sup>8</sup> Esse indicador integra os resultados de desempenho dos alunos com as informações sobre rendimento escolar provenientes do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. O desempenho dos alunos é medido por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto de três avaliações externas em larga escala: Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB; Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC, também denominada Prova Brasil; e Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA. Para informações complementares sobre o assunto, consultar: SAEB. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2013. Disponível em: <<http://provaBrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

Tendo em conta a Meta 1 do Plano Nacional de Educação - PNE, estabelecido no Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010a), apesar do avanço observado, permanece desafiador ampliar para 50% o atendimento escolar das crianças de até 3 anos de idade, até 2020, e de universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos. Por sua vez, esses grupos etários sofrerão decréscimo populacional significativo até 2060, o que representa uma oportunidade para a expansão da oferta e da qualidade do ensino nos anos iniciais de formação da criança<sup>9</sup>. Além disso, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2011, realizada pelo IBGE, que investigou aspectos da gestão municipal na educação, praticamente a totalidade dos municípios (97%) assumiu compromissos em relação à educação infantil entre aqueles que haviam declarado possuir Plano Municipal de Educação<sup>10</sup> (60,8%).

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD), em 2011, o Brasil apresentou uma taxa de matrícula em creche ou pré-escola para o segmento de crianças de 3 anos de idade abaixo da média dos países da OCDE (67,4%) e de alguns países latino-americanos, como Argentina, México e Chile (Gráfico 3.2).



Fonte: Education at a glance 2013: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2013. 436 p. Disponível em: <[http://www.oecd.org/edu/eag2013%20\(eng\)--FINAL%2020%20June%202013.pdf](http://www.oecd.org/edu/eag2013%20(eng)--FINAL%2020%20June%202013.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

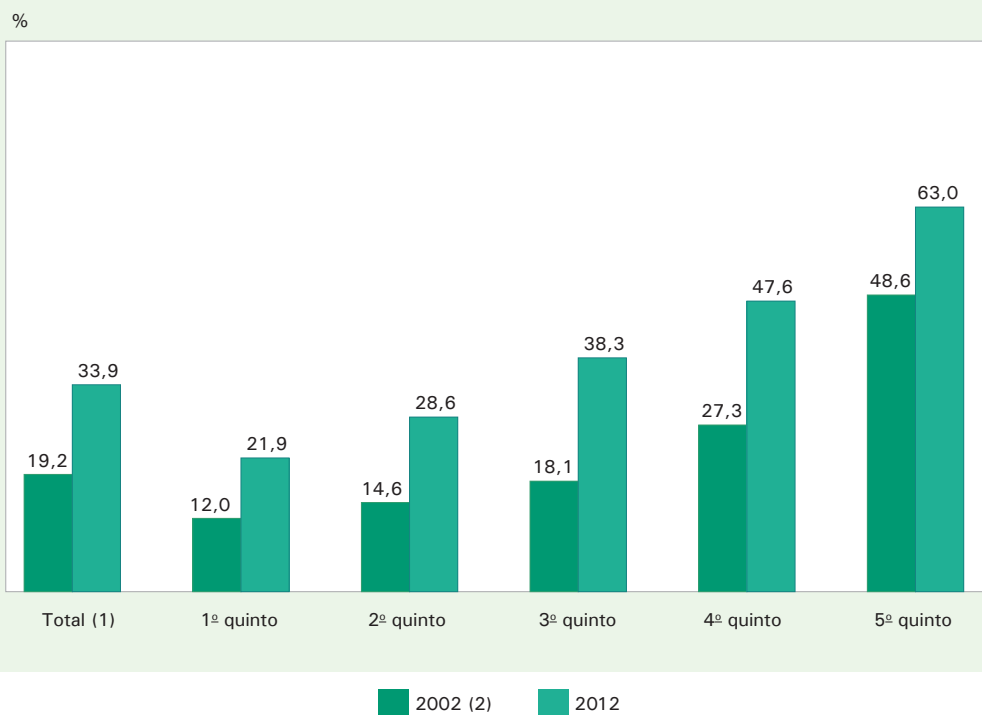
Nota: O ISCED 0 corresponde à educação infantil (creche e pré-escola) a partir dos 3 anos de idade na Classificação Internacional Normalizada da Educação (International Standard Classification of Education - ISCED).

<sup>9</sup> Para informações mais detalhadas sobre esse tema, ver Capítulo 1, **Aspectos demográficos**.

<sup>10</sup> O Plano Municipal de Educação é um instrumento, aprovado pela Câmara Municipal e com vigência de 10 anos, que define as diretrizes e metas para a gestão e o financiamento da educação em adequação às especificidades locais.

Percebe-se, também, que a desigualdade de acesso à creche permaneceu significativa nos últimos 10 anos (Gráfico 3.3 e Tabela 3.2). Em 2012, a proporção de crianças com idade de 2 e 3 anos que frequentavam creche era 2,9 vezes maior para o quinto mais rico em relação ao quinto mais pobre da distribuição de rendimento mensal familiar *per capita*. Vale ressaltar que, em 2002, essa razão era ainda maior: 4,1 vezes.

**Gráfico 3.3 - Proporção das crianças de 2 e 3 anos de idade que frequentavam creche, segundo os quintos do rendimento mensal familiar *per capita* nacional Brasil - 2002/2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Inclusive crianças de 2 e 3 anos de idade sem declaração de rendimento familiar *per capita*. (2) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os anos iniciais da infância são cruciais para o desenvolvimento cognitivo. Nesse período, determinados estímulos ou experiências exercem maior influência, em especial nas habilidades envolvidas no processo de aprendizado da linguagem, do que em qualquer outra época da vida (ARAÚJO, 2011). Atrasar o estímulo dessas habilidades torna muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde, podendo significar uma perda de potencial humano, o que não pode ser ignorado na formulação de políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, a antecipação da obrigatoriedade da educação básica para 4 anos de idade representa um avanço importante. Entretanto, as desigualdades regionais de acesso são significativas. Em 2012, o Norte possuía a menor proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade na escola (63,0%), contra 84,0% no Nordeste e 82,0% no Sudeste (Gráfico 3.4 e Tabela 3.3). Essas diferenças regionais resultam de fatores que vão desde questões culturais à oferta de estabelecimentos de ensino para essa faixa etária. Além disso, um terço das crianças dessa faixa etária, que viviam na área

rural, não frequentava a escola. O acesso à escola estava próximo da universalização (92,5%) para o quinto mais rico (os 20% mais ricos), enquanto as crianças de 4 e 5 anos de idade pertencentes ao quinto mais pobre (os 20% mais pobres) apresentaram uma escolarização de 71,2%.

**Gráfico 3.4 - Proporção das crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam instituição de ensino, segundo as Grandes Regiões, a situação do domicílio e os quintos do rendimento mensal familiar *per capita* nacional - 2002/2012**

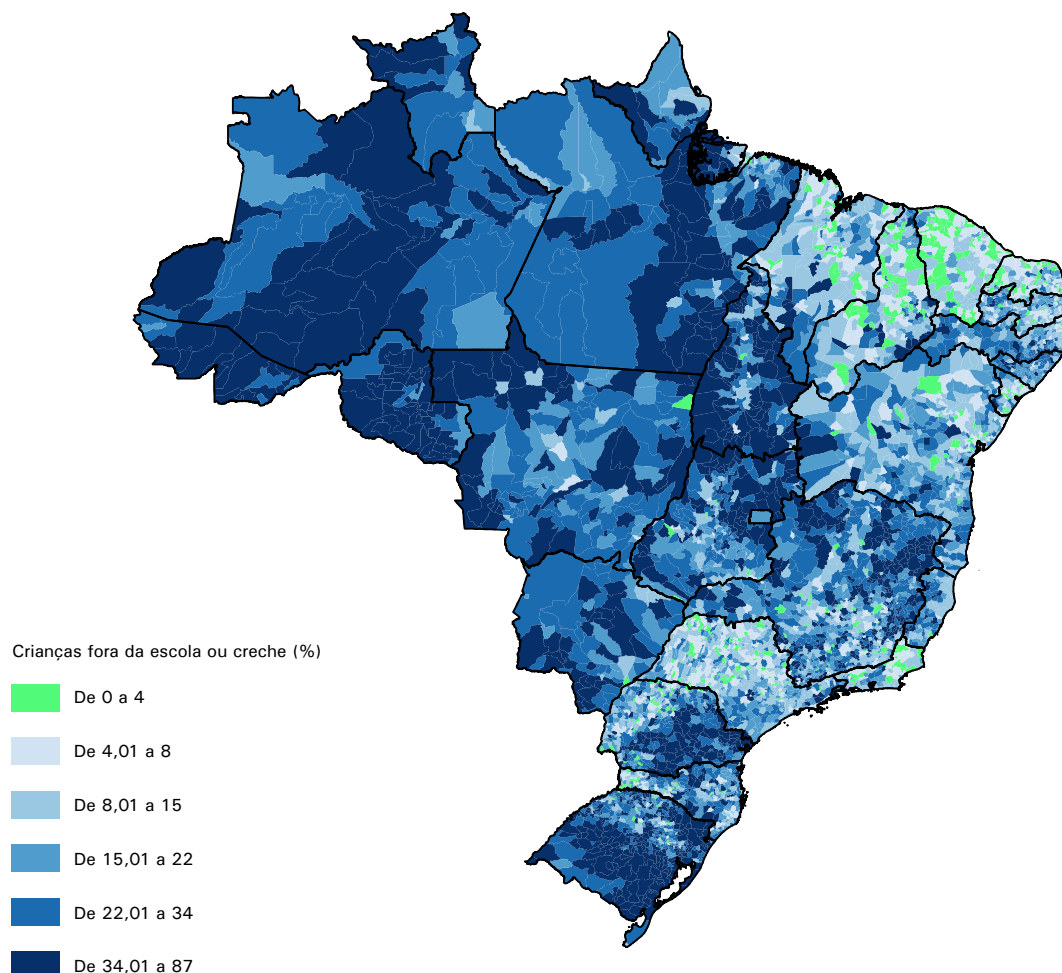


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os dados do Censo Demográfico 2010 permitem conhecer como se distribuía territorialmente a proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade que não frequentavam escola ou creche. Os 1 088 municípios com as maiores proporções de crianças dessa faixa etária fora da escola (acima de 34,0%) estão marcados em azul escuro no Cartograma 1. Os municípios em verde, concentrados nas Regiões Nordeste e Sudeste, estavam próximos ou já haviam universalizado o acesso à escola pelas crianças dessa idade em 2010 (404 municípios tinham até 4% dessas crianças fora da escola).

**Cartograma 1 - Proporção de crianças de 4 a 5 anos de idade que não frequentam escola ou creche - Brasil - 2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

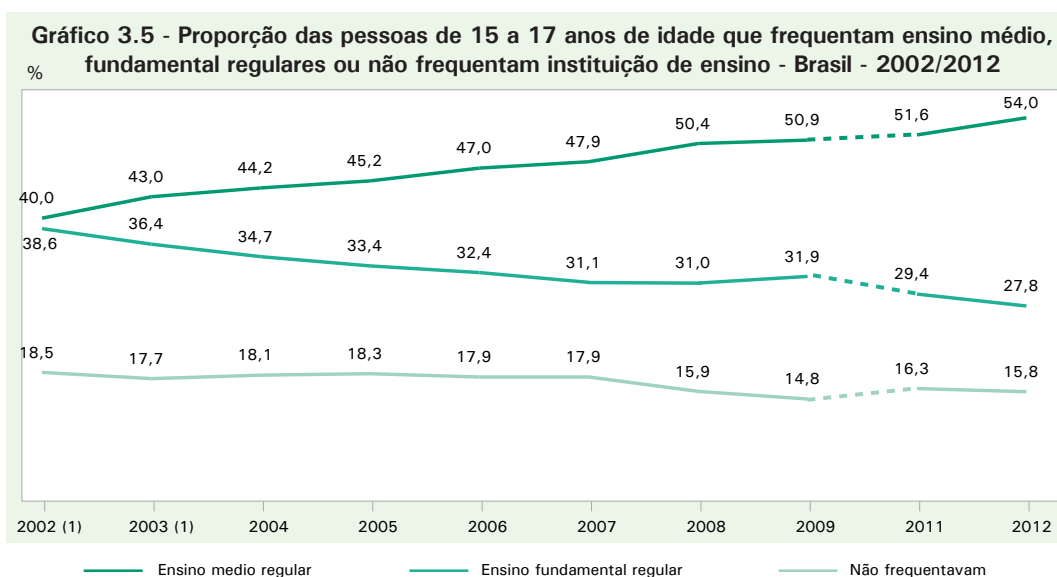
O aumento do contingente de crianças na escola deve ser acompanhado pelo aumento da qualidade do serviço a elas destinado. Uma forma de mensurar a adequação da infraestrutura escolar às demandas das crianças que frequentam a educação infantil na sua etapa já compulsória, isto é, na pré-escola, é via existência de parque infantil e banheiro adaptado a essa fase. Em 2012, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo INEP, do total de matrículas na rede privada de pré-escola, 85,5% pertenciam a escolas que possuíam parque infantil e 78,9% a escolas com banheiro adequado à educação infantil. Essas proporções representam praticamente o dobro daquelas verificadas para a rede pública municipal, na qual está matriculada a maioria das crianças que cursam a pré-escola. Essa diferença na adequação da infraestrutura é ainda maior quando se comparam as escolas nas áreas urbanas com as das áreas rurais (Tabela 1).

**Tabela 1 - Matrícula na pré-escola, total e proporção em relação ao tipo de recurso oferecido pelas escolas, segundo a dependência administrativa e a localização - Brasil - 2012**

Dependência administrativa e localização	Matrícula na pré-escola		
	Total	Proporção em relação ao tipo de recurso oferecido pelas escolas (%)	
		Parque infantil	Banheiro adequado à educação infantil
<b>Total</b>	<b>4 754 721</b>	<b>56,7</b>	<b>52,5</b>
Dependência administrativa			
<b>Pública</b>	<b>3 579 074</b>	<b>47,2</b>	<b>43,8</b>
Federal	1 309	89,2	89,2
Estadual	51 392	80,2	71,0
Municipal	3 526 373	46,7	43,4
<b>Privada</b>	<b>1 175 647</b>	<b>85,5</b>	<b>78,9</b>
Localização			
<b>Urbana</b>	<b>4 038 876</b>	<b>64,7</b>	<b>59,5</b>
<b>Rural</b>	<b>715 845</b>	<b>11,4</b>	<b>12,9</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2012.

Outro desafio a ser enfrentado para a universalização da educação básica obrigatória é o aumento da frequência escolar no ensino médio. Em 10 anos, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentavam escola cresceu somente 2,7 pontos percentuais, passando de 81,5%, em 2002, para 84,2%, em 2012. O Gráfico 3.5 evidencia que as proporções de jovens dessa faixa etária que frequentavam os níveis de ensino médio e fundamental regulares eram bem próximas em 2002. A redução da evasão e da reprovação escolar possibilitou a regularização do fluxo escolar, distanciando progressivamente essas proporções. A taxa de jovens de 15 a 17 anos cursando o nível educacional adequado à sua idade subiu para 54,0% em 2012, elevando a taxa de frequência escolar líquida no ensino médio (Gráfico 3.5 e Tabela 3.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Contudo, a realização da Meta 3 do PNE, que vislumbra o aumento da frequência escolar líquida dessa faixa etária para 85%, ainda exigirá um empenho significativo, especialmente se forem consideradas as desigualdades que permeiam esse indicador de eficiência escolar. Os jovens de 15 a 17 anos de idade brancos possuíam uma taxa de frequência escolar líquida 62,9% maior do que a dos jovens pretos ou pardos, com 47,8% (Tabela 3.5). As mulheres tinham frequência escolar líquida 59,8% maior do que a dos homens, 48,4% (Tabela 3.6). A vantagem das jovens pode estar relacionada a papéis de gênero que direcionam os jovens mais cedo para o mercado de trabalho, fazendo com que eles conciliem mais frequentemente estudo e trabalho, reduzindo seu tempo disponível para os estudos e agravando seu atraso escolar<sup>11</sup>.

A rede particular atende 13,6% e 12,8% dos estudantes dos ensinos fundamental e médio, respectivamente. Logo, a maioria dos estudantes desses níveis é atendida pela rede pública (Tabela 3.15). Evidentemente, a opção entre essas duas redes de ensino gera impactos distintos nos gastos com educação das famílias cujos filhos estão em idade escolar. A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009, realizada pelo IBGE, permite investigar as despesas que compõem o orçamento familiar segundo diversas características das pessoas de referência do domicílio. Apesar de não ser possível identificar diretamente para qual membro do domicílio o gasto está sendo direcionado, ao se selecionarem domicílios com características específicas, informações relevantes sobre a distribuição dessas despesas podem ser obtidas.

No caso da educação, quanto maior o nível educacional da pessoa de referência, maior o peso dos gastos com cursos regulares da educação básica no total de despesas com serviços de educação das famílias selecionadas, isto é, aquelas que possuem pelo menos um filho com até 18 anos de idade que frequenta a escola (Tabela 2). Esse dado ilustra um aspecto emblemático do sistema educacional brasileiro: os alunos cuja família pode arcar com os custos da escola na rede privada acabam tendo mais chances de ingressar nas melhores universidades, que são em geral públicas e gratuitas (RIBEIRO, 2011).

**Tabela 2 - Distribuição percentual das despesas monetária média mensal familiar com serviços de educação, por nível de escolaridade da pessoa de referência da família, segundo os tipos de despesa, com indicação do número médio de famílias**  
Brasil - período 2008-2009

Tipo de despesa e número médio de famílias	Distribuição percentual das despesas monetária média mensal familiar com serviços de educação (%)			
	Total	Nível de escolaridade da pessoa de referência da família		
		1º grau ou menos	Mais que 1º grau a 2º grau	Mais que 2º grau a 3º grau
<b>Despesas com serviços de educação</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Cursos regulares	50,9	32,8	50,7	55,4
Cursos superiores	25,2	34,1	23,2	23,9
Outros cursos e atividades	23,9	33,1	26,1	20,7
<b>Número de famílias</b>	<b>23 695 719</b>	<b>14 276 333</b>	<b>6 529 186</b>	<b>2 890 200</b>
<b>Tamanho médio das famílias</b>	<b>4,22</b>	<b>4,47</b>	<b>3,90</b>	<b>3,72</b>

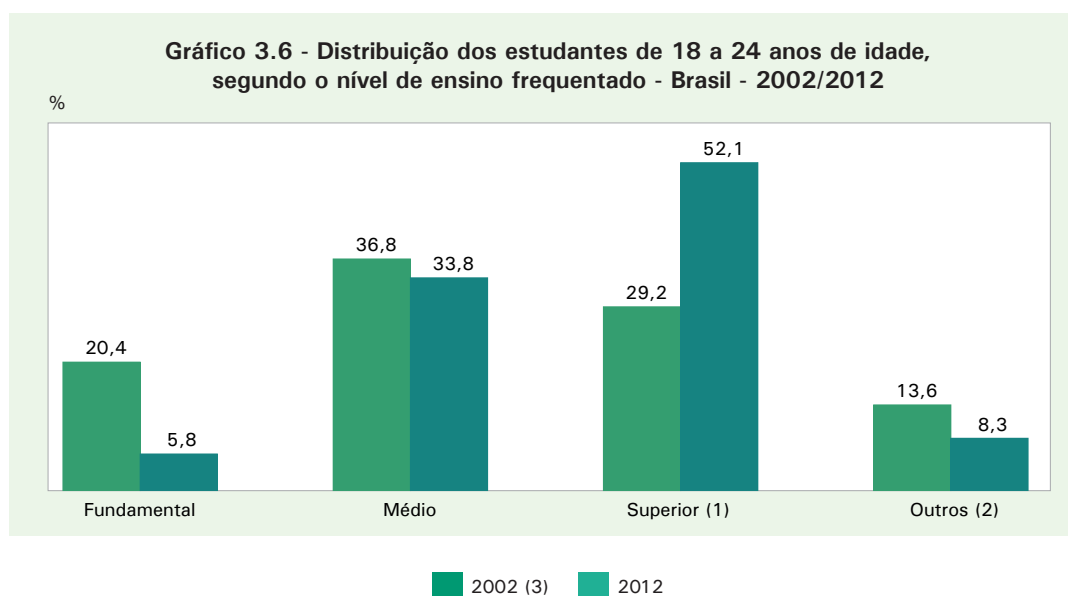
Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Nota: Foram selecionadas as famílias que possuem pelo menos um filho que frequenta a escola, com idade menor ou igual a 18 anos.

<sup>11</sup> Para informações mais detalhadas sobre esse tema, ver Capítulo 1, **Aspectos demográficos**.



Em relação ao total da população de 18 a 24 anos de idade, a proporção que frequentava o ensino superior era de 9,8%, em 2002, e passou para 15,1%, em 2012 (Tabela 3.4). Entretanto, para atingir a Meta 12 do PNE, essa proporção terá que dobrar até 2020, assegurando a qualidade da oferta. O aumento da taxa de frequência escolar líquida no ensino médio observada entre os estudantes de 15 a 17 anos nos últimos 10 anos certamente irá acelerar esse processo. Um avanço nesse sentido já pode ser observado com a queda significativa de 20,4% para 5,8% na proporção dos estudantes de 18 a 24 anos que frequentavam o ensino fundamental entre 2002 e 2012 (Gráfico 3.6 e Tabela 3.7). Em 2012, entre os estudantes dessa faixa etária, cerca de metade (52,1%) frequentava o ensino superior, enquanto, em 2002, somente 29,2% desses estudantes estavam no nível de ensino recomendado para a sua faixa etária. Contudo, essa adequação da idade em relação ao curso frequentado ainda é bastante desigual dependendo da cor ou raça do estudante. Enquanto do total de estudantes brancos de 18 a 24 anos 66,6% frequentavam o ensino superior, apenas 37,4% dos jovens estudantes pretos ou pardos cursavam o mesmo nível. Essa proporção ainda é menor do que o patamar alcançado pelos jovens brancos 10 anos antes (43,4%) (Tabela 3.8).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Inclusive mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos. (3) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

É importante ressaltar que, em 2012, 32,3% dos jovens de 18 a 24 anos de idade não haviam concluído o ensino médio e não estavam estudando, representando uma queda de 8,8 pontos percentuais nos últimos 10 anos (Tabela 3.9). Essa taxa representa o abandono escolar precoce, um importante indicador de vulnerabilidade na medida em que esses jovens podem, futuramente, tornar-se um grupo com menos oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. Para fins comparativos, a taxa média de abandono escolar precoce entre os jovens dessa faixa etária nos 27 países membros da União Europeia, divulgada em 2011 pelo Instituto de Estatística da União Europeia (Statistical Office of the European Union - Eurostat), foi de 13,5%. Em 2012, o abandono escolar precoce atingia cerca de metade dos jovens de 18 a 24 anos de idade pertencentes ao quinto mais pobre (53,8%), enquanto no quinto mais rico essa proporção era de apenas 10,2% (Tabela 3.9).

Outro indicador interessante divulgado pelo EUROSTAT é a proporção de jovens de 20 a 24 anos de idade com ensino médio completo ou mais. Apenas a Turquia apresenta uma proporção abaixo da brasileira (Tabelas 3 e 3.13).

**Tabela 3 - Proporção de pessoas de 20 a 24 anos de idade, com pelo menos o ensino médio completo - ISCED 3, por sexo, segundo os países europeus selecionados e Brasil - 2012**

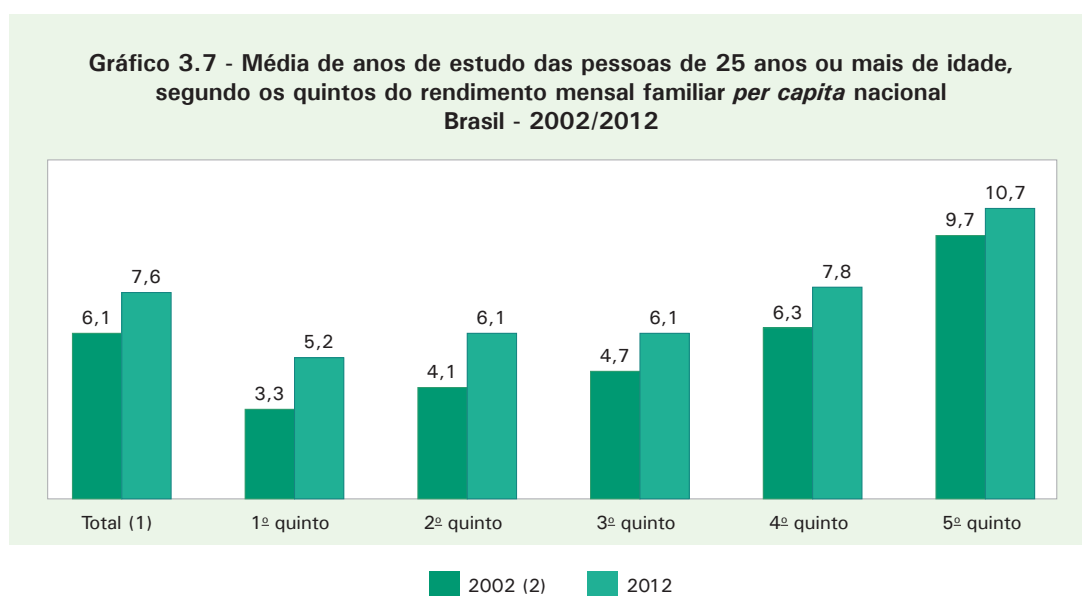
Países europeus selecionados e Brasil	Proporção de pessoas de 20 a 24 anos de idade, com pelo menos o ensino médio completo - ISCED 3 (%) (1)		
	Total	Mulheres	Homens
Turquia	54,0	50,2	58,2
Brasil (2)	59,9	65,4	54,4
Espanha	62,8	69,1	56,7
Portugal	67,5	75,6	59,6
Noruega	71,3	75,5	67,2
Dinamarca	72,0	77,7	66,5
Alemanha	76,2	78,2	74,3
Itália	77,6	81,6	73,7
Holanda	78,9	82,1	75,9
Romênia	79,6	80,8	78,4
<b>Média de 27 países membros da União Europeia</b>	<b>80,2</b>	<b>83,0</b>	<b>77,5</b>
Estônia	81,3	86,7	75,9
Reino Unido	81,8	83,4	80,2
Bélgica	82,8	85,8	79,9
Hungria	83,5	85,1	82,1
Suíça	84,3	84,9	83,7
França	84,4	86,7	82,1
Grécia	85,4	88,6	82,2
Bulgária	85,8	85,5	86,0
Finlândia	86,3	87,1	85,5
Suécia	86,4	88,4	84,4
Áustria	86,6	87,3	85,9
Irlanda	87,2	89,0	85,3

Fonte: European social statistics: 2013 edition. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2013. 242 p. (Pocketbooks: population and social conditions). Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-FP-13-001/EN/KS-FP-13-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-FP-13-001/EN/KS-FP-13-001-EN.PDF)>. Acesso em: nov. 2013.

(1) ISCED 3 corresponde ao ensino médio na Classificação Internacional Normalizada da Educação (International Standard Classification of Education - ISCED). (2) Dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012, realizada pelo IBGE.

A evolução da média de anos de estudo permite, por sua vez, o acompanhamento do processo de democratização escolar, isto é, das oportunidades de acesso ao ensino. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2002 a 2012, passando de 6,1 anos para 7,6 anos de estudo completos. Apenas 40,1% das pessoas dessa faixa etária alcançaram 11 anos ou mais de estudo (Tabelas 3.10 e 3.11). A análise da média de anos de estudo por quintos do rendimento familiar *per capita* evidencia que o incremento de escolaridade foi mais intenso para o quinto inferior, cujo aumento foi de 58%, enquanto o quinto superior apresentou uma elevação de 10% na média de anos de estudo entre 2002 e 2012. Essa evolução pode significar maior igualdade educacional entre os distintos estratos de renda, mas não se pode perder de vista que o aumento observado para o quinto mais pobre também reflete o patamar relativamente mais baixo do qual ele partiu no início do período. Além disso, o ritmo

desse incremento não foi suficiente para que as médias de escolaridade dos três quintos mais pobres da distribuição de rendimento total das famílias, que acumulam 60% da população dessa faixa etária, superassem, em 2012, a média de anos de estudo do total da população de 25 anos ou mais de idade em 2002 (Gráfico 3.7). Ao selecionar uma faixa etária mais jovem, de 18 a 24 anos de idade, observa-se que a média de anos de estudo completos era de 8,1 e passou para 9,6 no mesmo período, ainda distante da Meta 8 do PNE, que busca atingir um mínimo de 12 anos de estudo para a população nessa faixa etária até 2020 (Tabela 3.12).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Inclusive pessoas sem declaração de rendimento familiar *per capita*. (2) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

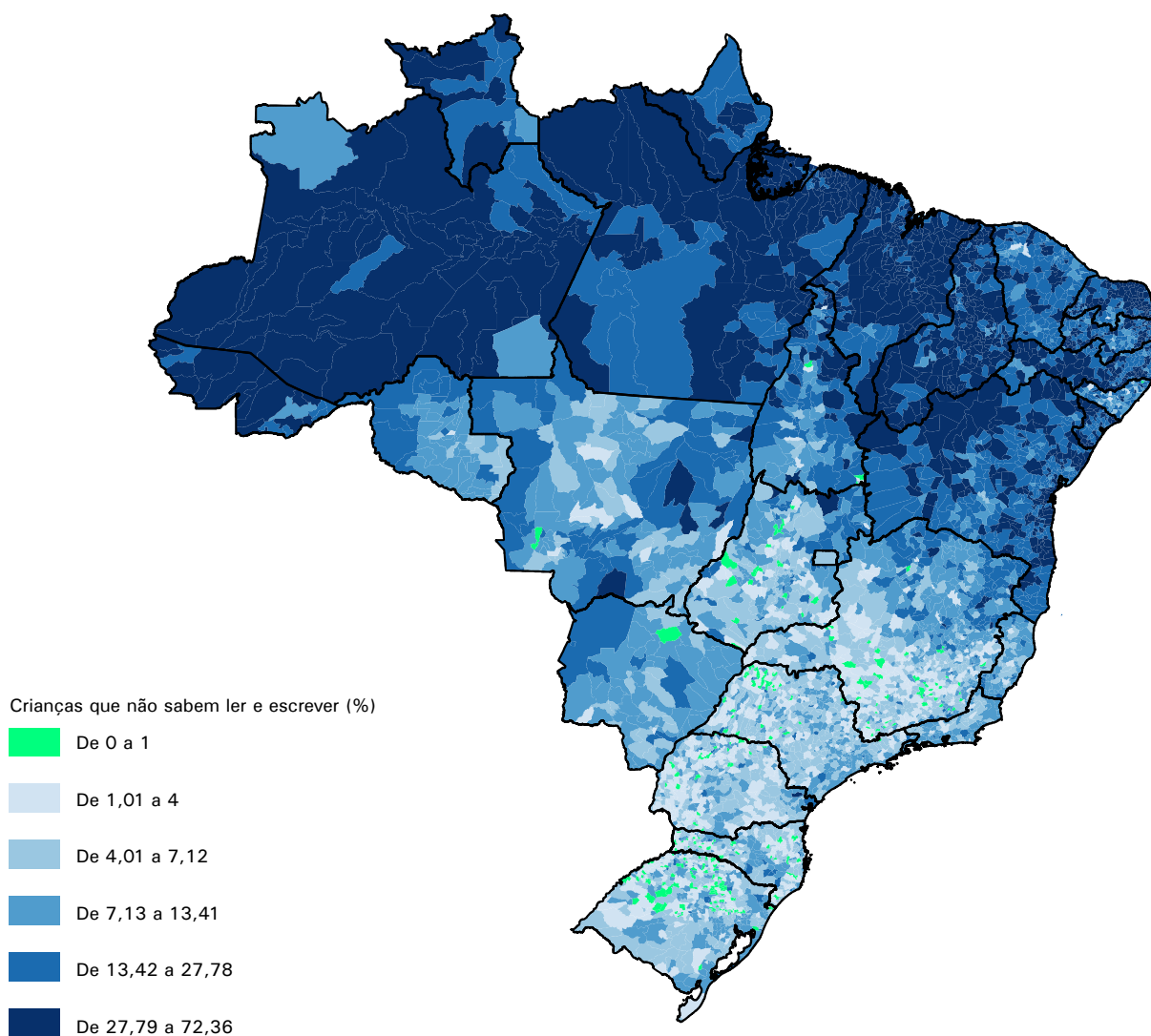
Outro aspecto relevante com relação à realidade educacional brasileira é a evolução da taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade. Houve uma queda de 3,2 pontos percentuais nessa taxa nos últimos 10 anos, reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,9%, em 2002, para 8,7% em 2012 (Tabela 3.16). De acordo com os dados mais recentes, a maior incidência de analfabetismo ocorre entre homens (9,0%), entre os de cor preta ou parda (11,8%) e entre aqueles com idade acima dos 65 anos (27,2%). Outras dimensões pertinentes são a renda, a região de residência e situação do domicílio. A taxa de analfabetismo é maior entre aqueles que pertencem ao quinto mais pobre (15,0%), entre os que residem na Região Nordeste (17,4%) e entre aqueles que estavam nas áreas rurais (21,1%).

A distribuição por grupos de idade do contingente de analfabetos mostra que mais da metade desses indivíduos tem idade acima de 55 anos (56%), quando, em 2002, do total de analfabetos, 45% tinham essa faixa etária. Esses resultados apontam para o progressivo envelhecimento da população analfabeta, evidenciando a crescente dificuldade de alteração desse quadro para essa parcela da população cujos obstáculos de acesso ao ensino se tornam, com o avanço da idade, cada vez mais árduos (limitações físicas, doenças, desestímulo, etc.).

Além do recorte etário de 15 anos ou mais, utilizado internacionalmente para medir a taxa de analfabetismo, é importante investigar a proporção de crianças com 8 anos de idade que não sabiam ler nem escrever como uma forma de medir a eficiência do processo de alfabetização, que consta na Meta 5 do PNE: alfabetizar todas as crianças até, no máximo, 8 anos de idade. Houve uma melhora de 6,9 pontos percentuais entre 2002 e 2012, reduzindo para 10,2% a proporção de crianças de 8 anos de idade que ainda não haviam sido alfabetizadas. Para as crianças residentes em áreas rurais essa proporção era de 21,0%, enquanto nas áreas urbanas era de 7,6%.

O Cartograma 2 permite que se visualize, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, a distribuição espacial da proporção de crianças de 8 anos de idade não alfabetizadas por município. Esse indicador é pior para os municípios das Regiões Norte e Nordeste se comparados àqueles das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nessas últimas, concentram-se os 364 municípios marcados de verde, onde praticamente todas as crianças de 8 anos estavam alfabetizadas.

**Cartograma 2 - Proporção de crianças de 8 anos de idade não alfabetizadas**  
Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os dados apresentados pela PNAD 2012 e outras fontes de dados revelam uma série de avanços em diversos aspectos das características educacionais da população brasileira, mas também apontam para importantes desafios a serem enfrentados, tendo como referência, por exemplo, as metas do PNE. Em termos gerais, foi verificado um aumento de frequência escolar, especialmente na educação infantil, mas que ainda não levou à universalização da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, considerando-se que a pré-escola e o ensino médio se tornaram obrigatórios recentemente. Por outro lado, houve uma melhora progressiva do fluxo escolar nos últimos 10 anos que proporcionou uma maior adequação entre a idade do estudante e o nível de ensino frequentado, mesmo que esse processo não tenha beneficiado a todos no mesmo ritmo. Finalmente, a alfabetização de todas as crianças com até 8 anos de idade ainda exigirá mais eficiência do sistema de ensino em reduzir as desigualdades de resultado escolar entre os distintos grupos sociais.

**Tabela 3.1 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%)						
	Total	Grupos de idade					
		0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>28,0</b>	<b>21,2</b>	<b>78,2</b>	<b>98,2</b>	<b>84,2</b>	<b>29,4</b>	<b>4,1</b>
<b>Norte</b>	<b>33,4</b>	<b>7,9</b>	<b>63,0</b>	<b>96,9</b>	<b>84,1</b>	<b>32,0</b>	<b>6,0</b>
Rondônia	29,3	10,1	50,7	98,7	82,1	23,3	5,7
Acre	34,7	6,4	51,2	94,9	79,1	35,4	6,9
Amazonas	34,7	5,1	59,2	95,9	85,6	33,9	6,8
Roraima	37,5	12,0	66,0	97,8	85,5	35,5	7,7
Pará	33,0	8,0	67,9	97,2	83,7	32,1	5,5
Região Metropolitana de Belém	31,0	14,7	77,4	98,3	90,1	40,9	5,5
Amapá	36,8	5,3	50,8	95,2	83,5	34,1	7,6
Tocantins	32,4	14,0	70,3	98,0	87,1	31,5	5,3
<b>Nordeste</b>	<b>30,4</b>	<b>17,2</b>	<b>84,0</b>	<b>98,2</b>	<b>83,2</b>	<b>29,4</b>	<b>4,3</b>
Maranhão	33,7	14,7	85,8	98,9	84,1	25,5	3,3
Piauí	31,7	17,1	91,2	98,0	85,2	34,8	5,0
Ceará	30,1	22,8	91,0	98,4	85,7	26,5	4,0
Região Metropolitana de Fortaleza	28,8	22,3	87,4	98,4	86,4	28,6	4,8
Rio Grande do Norte	29,2	20,9	89,2	98,5	81,6	32,2	4,4
Paraíba	29,6	19,4	82,5	97,7	82,8	31,0	4,9
Pernambuco	28,8	16,7	82,7	98,2	79,4	27,9	3,8
Região Metropolitana de Recife	26,6	23,7	87,1	98,2	85,3	28,1	3,9
Alagoas	32,0	14,0	74,9	96,0	78,9	29,5	6,0
Sergipe	30,3	13,0	85,8	99,2	84,4	32,2	3,4
Bahia	30,0	15,6	78,8	98,2	84,3	31,1	4,5
Região Metropolitana de Salvador	29,4	24,2	86,8	98,2	88,6	37,1	5,9
<b>Sudeste</b>	<b>25,9</b>	<b>25,6</b>	<b>82,0</b>	<b>98,7</b>	<b>85,8</b>	<b>28,0</b>	<b>3,6</b>
Minas Gerais	26,9	19,2	79,3	98,7	85,8	27,6	3,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	27,2	23,0	85,5	98,7	87,1	31,1	4,6
Espírito Santo	27,5	31,5	88,8	97,9	81,8	26,8	4,0
Rio de Janeiro	25,6	24,0	83,0	98,8	86,8	31,3	3,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	25,1	23,5	80,7	98,6	86,5	33,4	3,6
São Paulo	25,5	28,7	82,3	98,7	85,8	27,1	3,6
Região Metropolitana de São Paulo	25,9	26,2	78,3	98,9	86,9	28,8	3,9
<b>Sul</b>	<b>26,1</b>	<b>30,3</b>	<b>71,0</b>	<b>98,3</b>	<b>81,7</b>	<b>29,8</b>	<b>3,8</b>
Paraná	26,5	26,7	72,3	98,2	81,4	29,2	3,9
Região Metropolitana de Curitiba	27,2	30,7	75,7	97,1	77,8	31,2	4,7
Santa Catarina	26,7	34,8	81,4	99,2	80,0	30,6	3,7
Rio Grande do Sul	25,4	31,4	62,4	98,0	83,1	30,0	3,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	26,4	28,5	57,0	97,1	83,8	32,8	4,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>28,4</b>	<b>19,0</b>	<b>70,6</b>	<b>98,0</b>	<b>84,5</b>	<b>32,0</b>	<b>4,8</b>
Mato Grosso do Sul	27,6	27,2	68,3	97,6	79,4	31,7	4,5
Mato Grosso	29,7	18,2	70,8	97,7	80,9	28,9	5,0
Goiás	27,0	14,9	69,4	98,1	86,3	30,7	3,9
Distrito Federal	30,9	21,3	75,1	98,8	90,4	38,6	6,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 3.2 - Proporção de crianças de 2 e 3 anos de idade que frequentam creche, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Proporção de crianças de 2 e 3 anos que frequentavam creche					
	Total (1)	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> nacional				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
<b>Brasil</b>	<b>33,9</b>	<b>21,9</b>	<b>28,6</b>	<b>38,3</b>	<b>47,6</b>	<b>63,0</b>
Norte	14,1	8,6	12,4	19,4	20,3	47,3
Nordeste	31,3	24,6	31,4	42,6	53,6	63,7
Sudeste	40,3	25,6	31,2	41,0	50,5	66,9
Sul	41,5	23,5	31,8	41,3	51,9	63,0
Centro-Oeste	30,6	19,4	24,1	26,5	37,3	54,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive crianças sem declaração de rendimento familiar *per capita*.

**Tabela 3.3 - Proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino, segundo algumas características selecionadas - 2002/2012**

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Proporção de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam estabelecimento de ensino (%)	
	2002 (1)	2012
<b>Brasil</b>	<b>56,7</b>	<b>78,2</b>
Norte	51,0	63,0
Nordeste	64,2	84,0
Sudeste	59,2	82,0
Sul	42,9	71,0
Centro-Oeste	43,4	70,6
<b>Situação do domicílio</b>		
Urbana	60,7	80,7
Rural	38,8	66,7
<b>Sexo</b>		
Homem	54,8	77,9
Mulher	58,7	78,4
<b>Cor ou raça (2)</b>		
Branca	59,4	79,9
Preta ou parda	53,9	76,9
<b>Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> nacional</b>		
1º Quinto	56,7	71,2
2º Quinto	45,9	75,3
3º Quinto	51,0	82,3
4º Quinto	60,4	85,6
5º Quinto	68,9	92,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

**Tabela 3.4 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (1)
<b>Brasil</b>	<b>92,5</b>	<b>54,0</b>	<b>15,1</b>
<b>Norte</b>	<b>91,2</b>	<b>42,4</b>	<b>10,8</b>
Rondônia	93,3	46,9	11,5
Acre	88,9	44,9	16,6
Amazonas	90,5	42,6	11,2
Roraima	91,1	56,0	22,0
Pará	91,4	38,1	8,3
Região Metropolitana de Belém	92,5	48,3	15,2
Amapá	90,0	48,3	13,8
Tocantins	92,0	49,9	14,2
<b>Nordeste</b>	<b>91,9</b>	<b>44,8</b>	<b>11,2</b>
Maranhão	92,5	43,7	7,2
Piauí	92,4	42,4	13,3
Ceará	92,7	53,4	12,2
Região Metropolitana de Fortaleza	93,3	54,5	14,7
Rio Grande do Norte	91,9	44,2	15,3
Paraíba	92,5	43,6	12,8
Pernambuco	90,8	45,2	12,1
Região Metropolitana de Recife	89,3	51,9	14,4
Alagoas	89,9	37,6	11,0
Sergipe	94,1	41,3	14,2
Bahia	91,8	42,7	9,5
Região Metropolitana de Salvador	92,0	42,9	15,5
<b>Sudeste</b>	<b>93,3</b>	<b>62,5</b>	<b>16,6</b>
Minas Gerais	93,9	59,7	15,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	93,7	62,3	20,2
Espírito Santo	91,9	54,9	14,3
Rio de Janeiro	91,9	50,5	15,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	91,8	53,0	17,2
São Paulo	93,7	69,6	17,7
Região Metropolitana de São Paulo	93,6	71,0	18,7
<b>Sul</b>	<b>92,6</b>	<b>57,1</b>	<b>19,8</b>
Paraná	93,4	59,8	18,7
Região Metropolitana de Curitiba	92,6	54,9	20,9
Santa Catarina	92,1	58,6	22,7
Rio Grande do Sul	92,1	53,6	19,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	92,8	51,4	20,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>92,3</b>	<b>58,5</b>	<b>19,2</b>
Mato Grosso do Sul	92,7	43,3	20,9
Mato Grosso	90,1	61,9	16,5
Goiás	93,1	60,7	17,1
Distrito Federal	93,1	64,9	25,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive mestrado e doutorado.



**Tabela 3.5 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (1)
<b>Branca</b>			
<b>Brasil</b>	<b>92,8</b>	<b>62,9</b>	<b>22,1</b>
Norte	91,4	52,5	16,9
Nordeste	92,2	52,5	17,6
Sudeste	93,6	68,5	23,2
Sul	92,4	61,6	23,2
Centro-Oeste	91,8	66,7	26,2
<b>Preta ou parda</b>			
<b>Brasil</b>	<b>92,3</b>	<b>47,8</b>	<b>9,6</b>
Norte	91,2	40,2	9,2
Nordeste	91,8	42,2	8,8
Sudeste	93,2	56,6	9,6
Sul	93,4	44,6	9,2
Centro-Oeste	92,6	53,8	14,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive mestrado e doutorado.

**Tabela 3.6 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade, nível de ensino e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)		
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior (1)
<b>Homens</b>			
<b>Brasil</b>	<b>92,6</b>	<b>48,4</b>	<b>12,9</b>
Norte	91,3	35,4	8,4
Nordeste	92,1	37,7	8,8
Sudeste	93,5	58,9	14,7
Sul	92,9	50,0	17,1
Centro-Oeste	92,0	54,7	16,3
<b>Mulheres</b>			
<b>Brasil</b>	<b>92,4</b>	<b>59,8</b>	<b>17,4</b>
Norte	91,0	50,5	13,1
Nordeste	91,7	52,0	13,5
Sudeste	93,2	66,3	18,5
Sul	92,4	64,0	22,7
Centro-Oeste	92,6	62,6	22,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive mestrado e doutorado.

**Tabela 3.7 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Estudantes de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
<b>Brasil</b>	<b>6 597</b>	<b>5,8</b>	<b>33,8</b>	<b>52,1</b>	<b>8,3</b>
Norte	680	10,0	43,4	34,0	12,6
Nordeste	1 911	10,6	43,2	38,2	7,9
Sudeste	2 501	2,7	29,8	60,0	7,5
Sul	943	2,4	21,8	67,1	8,8
Centro-Oeste	561	4,1	28,6	60,5	6,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

**Tabela 3.8 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Estudantes de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
Branca					
Brasil	3 299	2,6	23,7	66,6	7,1
Norte	156	6,0	32,3	49,1	12,6
Nordeste	581	6,2	33,8	53,3	6,7
Sudeste	1 511	1,2	22,1	70,4	6,3
Sul	784	1,8	18,7	71,3	8,2
Centro-Oeste	266	2,9	21,0	70,4	5,8
Preta ou parda					
Brasil	3 243	9,0	44,2	37,4	9,4
Norte	508	11,1	46,9	29,7	12,2
Nordeste	1 320	12,5	47,5	31,6	8,4
Sudeste	968	5,1	41,8	43,7	9,4
Sul	156	5,3	37,3	45,9	11,5
Centro-Oeste	291	5,1	36,0	51,2	7,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

**Tabela 3.9 - Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola (%)					
	Total (1)	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> nacional				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
<b>Brasil</b>	<b>32,3</b>	<b>53,8</b>	<b>43,8</b>	<b>32,5</b>	<b>22,9</b>	<b>10,2</b>
Norte	36,7	54,2	41,1	29,9	22,2	10,4
Nordeste	38,0	52,6	41,9	29,6	19,3	7,8
Sudeste	27,1	54,2	43,4	30,8	21,0	9,2
Sul	33,2	63,9	53,6	41,9	29,0	12,6
Centro-Oeste	30,9	50,9	48,6	37,1	26,3	12,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive pessoas sem declaração de rendimento familiar *per capita*.

**Tabela 3.10 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 25 anos ou mais de idade								
	Total (1) (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)							
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>118 972</b>	<b>11,9</b>	<b>10,2</b>	<b>23,1</b>	<b>9,9</b>	<b>4,0</b>	<b>23,9</b>	<b>5,5</b>	<b>11,2</b>
<b>Norte</b>	<b>8 655</b>	<b>14,5</b>	<b>12,8</b>	<b>21,8</b>	<b>8,6</b>	<b>4,9</b>	<b>24,0</b>	<b>4,9</b>	<b>8,0</b>
Rondônia	892	14,1	11,7	25,7	9,9	4,5	20,2	4,7	8,3
Acre	375	20,4	8,7	19,5	8,7	4,0	21,3	4,6	11,4
Amazonas	1 839	12,8	9,4	20,0	8,3	4,0	29,9	6,9	8,1
Roraima	237	10,8	6,6	17,2	8,8	4,1	31,4	8,5	12,5
Pará	4 168	14,4	15,8	22,9	8,5	5,7	22,1	3,7	6,6
Região Metropolitana de Belém	1 279	6,4	7,1	16,6	11,5	7,2	33,3	5,3	12,6
Amapá	345	13,1	8,0	15,8	10,8	4,1	28,8	8,1	11,0
Tocantins	798	17,8	12,3	20,8	7,3	4,6	21,7	4,8	10,6
<b>Nordeste</b>	<b>31 127</b>	<b>21,4</b>	<b>13,6</b>	<b>21,2</b>	<b>7,6</b>	<b>4,0</b>	<b>20,6</b>	<b>4,2</b>	<b>7,0</b>
Maranhão	3 490	25,2	14,5	20,6	7,5	3,4	20,1	3,0	5,4
Piauí	1 812	25,2	16,4	21,0	6,8	4,7	15,7	3,6	6,7
Ceará	5 036	21,6	13,9	20,4	9,9	3,4	20,1	3,9	6,5
Região Metropolitana de Fortaleza	2 227	14,4	8,6	19,6	11,3	4,3	26,2	5,8	9,4
Rio Grande do Norte	1 918	16,8	13,0	22,7	6,8	5,0	22,6	3,6	9,3
Paraíba	2 263	19,9	15,6	22,0	6,9	3,8	18,0	4,0	9,6
Pernambuco	5 337	20,3	11,0	20,9	8,9	3,7	22,4	4,5	8,1
Região Metropolitana de Recife	2 396	11,4	6,7	18,9	11,0	4,3	30,2	6,1	11,2
Alagoas	1 748	25,7	14,9	22,2	6,7	3,8	14,4	5,6	6,2
Sergipe	1 210	17,0	16,6	22,6	6,7	4,3	20,4	5,5	6,8
Bahia	8 314	20,9	13,2	21,1	6,4	4,5	22,8	4,8	6,2
Região Metropolitana de Salvador	2 306	6,6	7,5	18,3	7,9	6,2	33,9	7,1	12,2
<b>Sudeste</b>	<b>52 630</b>	<b>7,6</b>	<b>8,2</b>	<b>23,0</b>	<b>10,8</b>	<b>4,0</b>	<b>26,4</b>	<b>6,3</b>	<b>13,6</b>
Minas Gerais	12 436	10,1	12,0	28,2	9,0	4,1	21,5	4,4	10,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3 156	5,9	7,3	24,8	10,1	4,8	26,0	6,1	14,8
Espírito Santo	2 273	10,0	8,5	25,2	10,4	4,5	24,1	6,5	10,6
Rio de Janeiro	10 649	6,7	6,8	21,4	12,5	4,5	26,2	6,9	15,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7 956	6,0	5,5	20,0	12,9	4,4	27,4	7,3	16,5
São Paulo	27 273	6,7	7,0	21,1	11,0	3,6	29,0	6,8	14,6
Região Metropolitana de São Paulo	12 978	6,1	5,5	19,0	10,6	3,3	30,7	7,6	17,1
<b>Sul</b>	<b>17 720</b>	<b>6,9</b>	<b>9,6</b>	<b>28,3</b>	<b>11,5</b>	<b>3,7</b>	<b>21,8</b>	<b>5,7</b>	<b>12,1</b>
Paraná	6 645	9,2	10,2	23,9	11,1	3,9	22,5	5,9	12,7
Região Metropolitana de Curitiba	2 030	6,3	6,6	20,2	11,3	3,7	25,6	7,9	18,0
Santa Catarina	4 082	4,9	8,8	27,4	14,3	3,2	23,1	5,5	12,4
Rio Grande do Sul	6 993	6,0	9,6	32,9	10,3	3,7	20,4	5,6	11,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 583	4,8	7,7	26,2	11,2	3,8	24,2	7,3	14,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8 840</b>	<b>11,2</b>	<b>9,2</b>	<b>21,5</b>	<b>10,1</b>	<b>4,5</b>	<b>23,7</b>	<b>5,7</b>	<b>13,9</b>
Mato Grosso do Sul	1 545	11,4	11,6	23,6	9,1	4,6	20,6	5,2	13,7
Mato Grosso	1 835	13,8	9,7	22,6	11,9	4,4	21,9	3,8	11,7
Goiás	3 840	11,5	9,9	23,3	10,3	4,8	24,3	5,2	10,6
Distrito Federal	1 620	7,8	4,3	13,9	8,7	3,7	27,2	9,8	24,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive pessoas com anos de estudo indeterminados.

**Tabela 3.11 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2002/2012**

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Média de anos de estudo das pessoas de 18 anos ou mais de idade	
	2002 (1)	2012
<b>Brasil</b>	<b>6,1</b>	<b>7,6</b>
Norte	6,1	7,0
Nordeste	4,6	6,2
Sudeste	6,8	8,3
Sul	6,5	7,8
Centro-Oeste		
<b>Situação do domicílio</b>		
Urbana	6,7	8,1
Rural	2,9	4,3
<b>Sexo</b>		
Homem	6,1	7,4
Mulher	6,2	7,7
<b>Cor ou raça (2)</b>		
Branca	7,0	8,5
Preta ou parda	4,9	6,7
<b>Grupos de idade</b>		
25 a 64 anos	6,6	8,1
65 anos ou mais	3,1	4,2
<b>Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> nacional</b>		
1º quinto	3,3	5,2
2º quinto	4,1	6,1
3º quinto	4,7	6,1
4º quinto	6,3	7,8
5º quinto	9,7	10,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

**Tabela 3.12 - Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita* nacional, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Média de anos de estudo das pessoas de 18 a 24 anos de idade					
	Total (1)	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> nacional				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
<b>Brasil</b>	<b>9,6</b>	<b>7,9</b>	<b>8,7</b>	<b>9,5</b>	<b>10,4</b>	<b>11,7</b>
Norte	8,9	7,5	8,5	9,2	10,1	11,3
Nordeste	8,9	7,7	8,6	9,5	10,5	11,8
Sudeste	10,2	8,4	9,0	9,7	10,4	11,7
Sul	10,1	8,2	8,6	9,4	10,2	11,6
Centro-Oeste	10,0	8,6	8,9	9,4	10,2	11,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive pessoas sem declaração de rendimento familiar *per capita*.

**Tabela 3.13 - Pessoas de 20 a 24 anos de idade, total e com 11 anos ou mais de estudo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Pessoas de 20 a 24 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Com 11 anos ou mais de estudo					
		Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)				
			Total	Sexo		Cor ou raça	
				Homens	Mulheres	Branca	Preta ou parda
<b>Brasil</b>	<b>15 743</b>	<b>9 426</b>	<b>59,9</b>	<b>54,4</b>	<b>65,4</b>	<b>70,9</b>	<b>50,7</b>
Norte	1 452	721	49,7	45,5	53,9	59,7	47,0
Nordeste	4 496	2 244	49,9	42,7	56,9	61,0	45,7
Sudeste	6 342	4 281	67,5	62,5	72,6	76,7	57,2
Sul	2 220	1 407	63,4	58,6	68,3	68,6	46,1
Centro-Oeste	1 232	772	62,6	57,0	68,4	72,8	55,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 3.14 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total e que frequentam escola, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 64 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Que frequentam escola					
		Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)				
			Total	Sexo		Cor ou raça	
				Homens	Mulheres	Branca	Preta ou parda
<b>Brasil</b>	<b>101 992</b>	<b>4 750</b>	<b>4,7</b>	<b>3,9</b>	<b>5,3</b>	<b>4,8</b>	<b>4,5</b>
Norte	7 763	511	6,6	5,0	8,1	7,3	6,2
Nordeste	26 549	1 302	4,9	3,8	5,9	5,6	4,6
Sudeste	44 840	1 856	4,1	3,6	4,6	4,4	3,8
Sul	15 048	663	4,4	3,9	4,9	4,5	3,9
Centro-Oeste	7 792	418	5,4	4,5	6,2	5,5	5,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 3.15 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentado (%)					
	Fundamental (1)		Médio (1)		Superior (2)	
	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular
<b>Brasil</b>	<b>86,4</b>	<b>13,6</b>	<b>87,2</b>	<b>12,8</b>	<b>24,2</b>	<b>75,8</b>
<b>Norte</b>	<b>92,2</b>	<b>7,8</b>	<b>92,3</b>	<b>7,7</b>	<b>34,3</b>	<b>65,7</b>
Rondônia	93,9	6,1	93,1	6,9	17,7	82,3
Acre	96,2	3,8	97,0	3,0	31,9	68,1
Amazonas	92,7	7,3	93,7	6,3	33,9	66,1
Roraima	93,4	6,6	98,7	1,3	41,4	58,6
Pará	90,8	9,2	90,1	9,9	39,7	60,3
Região Metropolitana de Belém	75,8	24,2	80,2	19,8	33,0	67,0
Amapá	95,3	4,7	93,8	6,2	34,5	65,5
Tocantins	93,2	6,8	93,8	6,2	27,5	72,5
<b>Nordeste</b>	<b>85,0</b>	<b>15,0</b>	<b>88,8</b>	<b>11,2</b>	<b>35,3</b>	<b>64,7</b>
Maranhão	94,6	5,4	92,1	7,9	34,2	65,8
Piauí	90,5	9,5	90,7	9,3	47,2	52,8
Ceará	83,8	16,2	88,2	11,8	31,6	68,4
Região Metropolitana de Fortaleza	71,3	28,7	79,2	20,8	26,7	73,3
Rio Grande do Norte	78,7	21,3	83,1	16,9	40,7	59,3
Paraíba	79,9	20,1	82,5	17,5	52,6	47,4
Pernambuco	80,1	19,9	87,4	12,6	31,2	68,8
Região Metropolitana de Recife	68,5	31,5	81,3	18,7	29,8	70,2
Alagoas	88,0	12,0	85,5	14,5	35,2	64,8
Sergipe	78,3	21,7	81,4	18,6	40,2	59,8
Bahia	84,9	15,1	92,3	7,7	28,5	71,5
Região Metropolitana de Salvador	69,5	30,5	88,4	11,6	22,1	77,9
<b>Sudeste</b>	<b>85,3</b>	<b>14,7</b>	<b>85,8</b>	<b>14,2</b>	<b>17,2</b>	<b>82,8</b>
Minas Gerais	90,6	9,4	89,8	10,2	21,8	78,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	86,0	14,0	84,7	15,3	17,0	83,0
Espírito Santo	86,5	13,5	87,9	12,1	25,3	74,7
Rio de Janeiro	77,0	23,0	77,3	22,7	25,6	74,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	73,4	26,6	73,8	26,2	26,4	73,6
São Paulo	85,8	14,2	86,8	13,2	11,9	88,1
Região Metropolitana de São Paulo	83,6	16,4	87,0	13,0	10,2	89,8
<b>Sul</b>	<b>89,6</b>	<b>10,4</b>	<b>85,1</b>	<b>14,9</b>	<b>22,5</b>	<b>77,5</b>
Paraná	88,6	11,4	84,8	15,2	31,1	68,9
Região Metropolitana de Curitiba	83,7	16,3	78,0	22,0	23,2	76,8
Santa Catarina	89,5	10,5	83,2	16,8	15,1	84,9
Rio Grande do Sul	90,9	9,1	86,5	13,5	19,3	80,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	86,3	13,7	81,8	18,2	18,2	81,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>83,6</b>	<b>16,4</b>	<b>85,5</b>	<b>14,5</b>	<b>23,4</b>	<b>76,6</b>
Mato Grosso do Sul	89,2	10,8	87,7	12,3	27,1	72,9
Mato Grosso	88,5	11,5	91,3	8,7	26,0	74,0
Goiás	82,7	17,3	87,3	12,7	24,1	75,9
Distrito Federal	74,2	25,8	72,2	27,8	18,5	81,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive educação de jovens e adultos ou supletivo. (2) Exclusive mestrado e doutorado.

**Tabela 3.16 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e algumas características selecionadas - 2002/2012**

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	
	2002 (1)	2012
<b>Brasil</b>	<b>11,9</b>	<b>8,7</b>
Norte	10,4	10,0
Nordeste	23,4	17,4
Sudeste	7,2	4,8
Sul	6,7	4,4
Centro-Oeste	9,6	6,7
<b>Situação do domicílio</b>		
Urbana	9,1	6,6
Rural	27,7	21,1
<b>Sexo</b>		
Homem	12,1	9,0
Mulher	11,7	8,4
<b>Cor ou raça (2)</b>		
Branca	7,5	5,3
Preta ou parda	17,3	11,8
<b>Grupos de idade</b>		
15 a 19 anos	2,9	1,2
20 a 24 anos	4,6	1,6
25 a 34 anos	7,1	3,5
35 a 44 anos	9,6	6,6
45 a 54 anos	14,9	9,8
55 a 64 anos	24,7	15,7
65 anos ou mais	35,4	27,2
<b>Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i></b>		
1º quinto	23,1	15,0
2º quinto	17,9	11,6
3º quinto	15,8	13,4
4º quinto	7,2	5,5
5º quinto	1,8	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

**Tabela 3.17 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino, grupos de idade, cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo								
	Total	Distribuição percentual (%)							
		Nível de ensino		Grupos de idade		Cor ou raça		Sexo	
		Funda- mental	Médio	15 a 24 anos	25 anos ou mais	Branca	Preta ou parda	Homem	Mulher
Brasil	1 374 127	57,5	41,4	58,6	55,0	34,7	63,8	46,4	53,6
Norte	205 759	69,1	49,7	50,3	48,6	19,7	73,9	47,8	52,2
Nordeste	429 584	66,2	42,1	57,9	53,4	24,6	75,0	45,0	55,0
Sudeste	440 189	52,1	36,8	63,2	59,1	37,8	61,6	46,3	53,7
Sul	193 610	42,5	45,4	54,6	51,6	69,2	30,1	50,9	49,1
Centro-Oeste	104 986	49,9	34,3	65,7	63,3	28,8	70,0	41,8	58,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

# Trabalho

---

O trabalho é elemento central e estruturante das relações sociais e econômicas estabelecidas nas sociedades, o que faz com que o estudo do mercado de trabalho seja uma importante fonte de investigação sobre as condições de vida da população. É no mercado laboral que os trabalhadores obtêm, através do processo de produção, o rendimento necessário à sua reprodução social, viabilizada pelo acesso ao mercado de consumo e a uma série de serviços sociais mercantilizados, como a educação, saúde, transporte e habitação.

É importante salientar que a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro ocorre de maneira diferenciada, o que implica, por sua vez, no recebimento de rendimentos distintos e, portanto, no acesso desigual ao mercado de bens e serviços. Investigar as desigualdades no mercado de trabalho torna-se, dessa forma, uma importante fonte de compreensão das desigualdades sociais, além de viabilizar a adoção de políticas específicas voltadas para sua redução.

As origens das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro remontam à sua formação, na década de 1930, e às características do seu subsequente desenvolvimento que, em linhas gerais, pode ser definido como espacialmente concentrado e restrito à incorporação de trabalhadores qualificados e vinculados às atividades urbano-industriais (POCHMAN, 1998). Neste período, a grande maioria dos trabalhadores se encontrava em áreas rurais ou em centros urbanos desarticulados daqueles de maior dinamismo econômico do País. Como consequência deste processo histórico, o mercado de trabalho brasileiro se constituiu de forma segmentada, com apenas uma parcela da mão de obra incorporada ao mercado de trabalho formal e estruturado.



Estes fatores foram responsáveis também pelo elevado grau de heterogeneidade no mercado de trabalho brasileiro, onde os traços mais visíveis se encontram nas elevadas disparidades de rendimento, em grande parte fruto da inserção diferenciada dos trabalhadores no processo produtivo. A segmentação do mercado de trabalho se traduziu, dessa forma, na coexistência, por um lado, de um pequeno grupo de trabalhadores qualificados, inseridos em ocupações com elevada produtividade e salários e, por outro, de um amplo segmento de trabalhadores de baixa qualificação, com menor remuneração e provenientes de ocupações precárias à margem da formalidade (BALTAR, 1996; POCHMAN, 1998; BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007).

## Comportamento recente do mercado de trabalho brasileiro

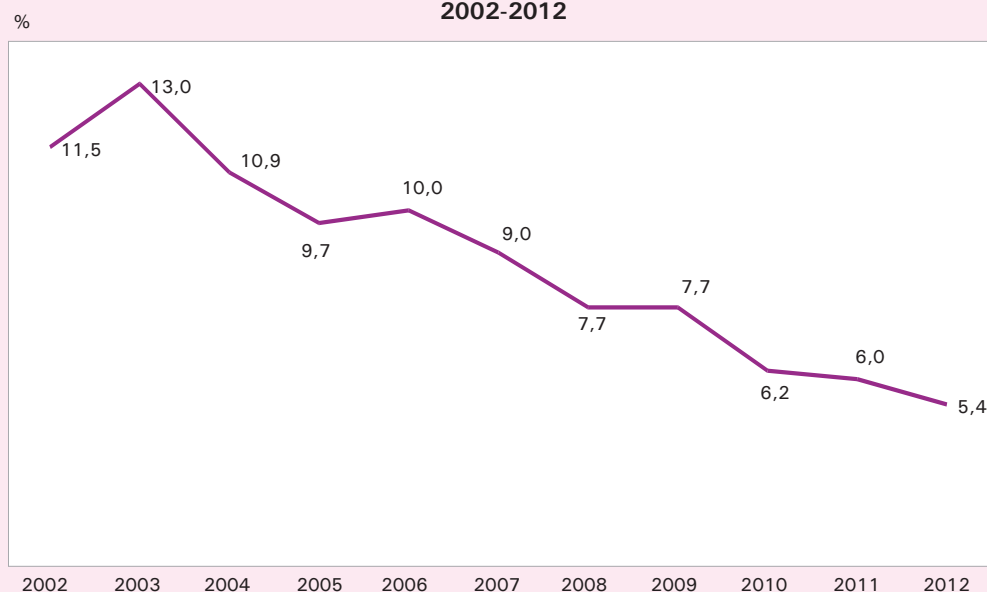
As características de inserção, desocupação e de rendimento da força de trabalho são sensíveis às flutuações na economia. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o País passou por várias crises econômicas e períodos de hiperinflação, que comprometeram o poder de compra dos trabalhadores. A perda de dinamismo do mercado de trabalho brasileiro neste período, em grande parte, foi reflexo deste cenário econômico pouco favorável. Só para ilustrar este fato, entre 1980 e 1995, houve queda real de 46% no valor do salário mínimo<sup>12</sup>.

A dinâmica do mercado de trabalho brasileiro a partir de meados da década de 2000 apresentou um comportamento diferente das décadas anteriores, com a incorporação de um contingente maior de trabalhadores ao processo produtivo, o que é evidenciado na progressiva queda nas taxas de desocupação, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, realizada pelo IBGE (Gráfico 4.1). No entanto, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, em 2012 não houve mudanças quanto às características estruturais do desemprego, prevalecendo uma maior taxa entre as mulheres e os jovens. Na Região Nordeste, por exemplo, 10,3% das mulheres e 16,6% dos jovens de 16 a 24 anos de idade economicamente ativos estavam desocupados (Tabela 4.2). Em 2002 esses percentuais eram de 10,6% e 15,8%, respectivamente.

A redução do desemprego, aliado ao aumento do rendimento dos trabalhadores – em virtude, principalmente, da política de valorização do salário mínimo – reduziu o grau de desigualdade no mercado de trabalho neste período, cujos efeitos podem ser observados na melhora dos indicadores que medem as condições de vida da população, como, por exemplo, o índice de Gini da população ocupada, que sofreu redução progressiva neste período, passando de 0,543, em 2005, para 0,498 em 2012 (SÍNTESE..., 2013).

<sup>12</sup> Série em reais constantes do último mês, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE. Para informações complementares sobre a série histórica, consultar: MACROECONÔMICO. Temas. Salário e renda. Todas. Salário mínimo real. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Ipeadata*. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

**Gráfico 4.1 - Taxa de desocupação média das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre 2002-2012**



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego 2002-2012.

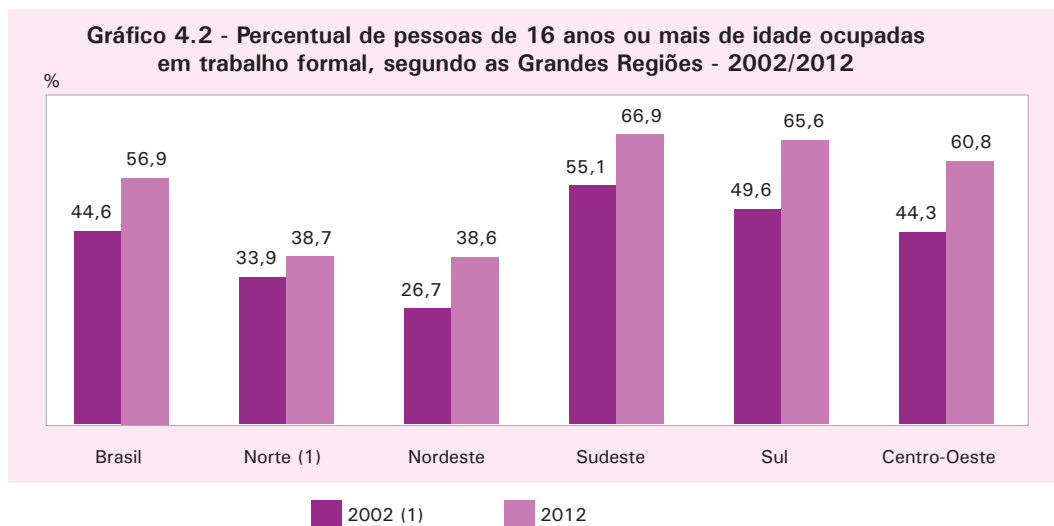
Além disso, nesta década, houve um aumento significativo da proporção de trabalhadores em trabalhos formais, que passou de 44,6%, em 2002, para 56,9%, em 2012 (Tabela 4.1). Neste período, o crescimento foi de 12,3 pontos percentuais e ocorreu uma variação um pouco maior no caso das mulheres (13,1 pontos percentuais). Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado, pode-se citar a retomada do crescimento econômico<sup>13</sup>, o aumento da renda real, a redução do desemprego, a política de valorização do salário mínimo e a política de incentivo à formalização, como, por exemplo, a criação do Simples Nacional<sup>14</sup>.

O Gráfico 4.2 mostra que as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram significativas variações no período no que se refere ao indicador de formalização: aumentos de 32,3% e 37,2%, respectivamente. A menor variação ocorreu na Região Norte, cuja taxa de formalização não atingiu 40% da população ocupada em 2012, percentual abaixo da média nacional. Essa expansão da formalização também foi evidenciada na Região Nordeste, cuja taxa passou de 26,7% para 38,6%, uma variação de quase 45%. Apesar de expressivo crescimento na formalização, esta região manteve um padrão semelhante à Região Norte, com menos de 40% de seus trabalhadores em trabalhos formais. Vale ressaltar que, entre as Unidades da Federação, o Estado do Maranhão

<sup>13</sup> A esse respeito, consultar: CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M. N. *Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011. 32 p. (Texto para discussão, n. 1571). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7097](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7097)>. Acesso em: nov. 2013. Ver também: SILVA, A. F. R. E. da; PERO, V. L. *Segmentação do mercado de trabalho e mobilidade de renda entre 2002-2007*. Trabalho apresentado no XXXVI Encontro Nacional de Economia, realizado em Salvador, 2008. Disponível: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211027150-.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

<sup>14</sup> O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Este regime é uma condição para que as pessoas que trabalham por conta própria possam se tornar microempreendedores individuais.

registrou a maior proporção de trabalhadores em trabalhos informais, 74,5%. Este comportamento regional diferenciado reflete, em larga medida, o contexto em que ocorreu o processo de formação do mercado de trabalho brasileiro, com o desenvolvimento das atividades urbano-industriais se restringindo, sobremaneira, aos estados localizados no centro-sul.

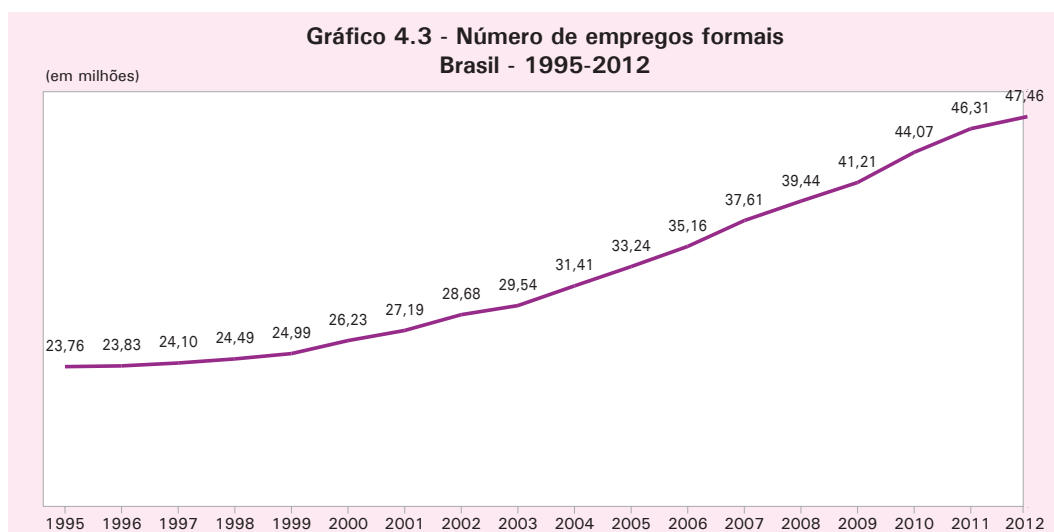


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O aumento da formalização do mercado de trabalho brasileiro, na década de 2000, também pode ser evidenciado nos registros administrativos de estabelecimentos formais que constam na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, cuja base de dados é consolidada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com o Gráfico 4.3, nota-se um modesto crescimento absoluto do emprego formal entre 1995 e 1999. A partir deste período, seguiu-se uma fase de maior dinamismo, com destaque para o período 2003 a 2012, quando o número de empregos formais avançou 60,6%, passando de 29,5 milhões para 47,5 milhões.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais 1995-2012.

Para caracterizar melhor este processo, a Tabela 1 mostra a distribuição do emprego por setores de atividade. Em 2012, o setor de Serviços concentrava cerca de  $\frac{1}{3}$  do emprego formal no Brasil. Além disso, este setor obteve, juntamente com os setores de Construção civil e Comércio, crescimento em sua participação entre 2002 e 2012. Por outro lado, Administração pública e Indústria de transformação, outros dois setores importantes na estrutura econômica brasileira, perderam participação relativa.

**Tabela 1 - Número de empregos formais, total e respectiva distribuição percentual, e variação relativa, segundo os grupos de setor de atividade - Brasil - 2002/2012**

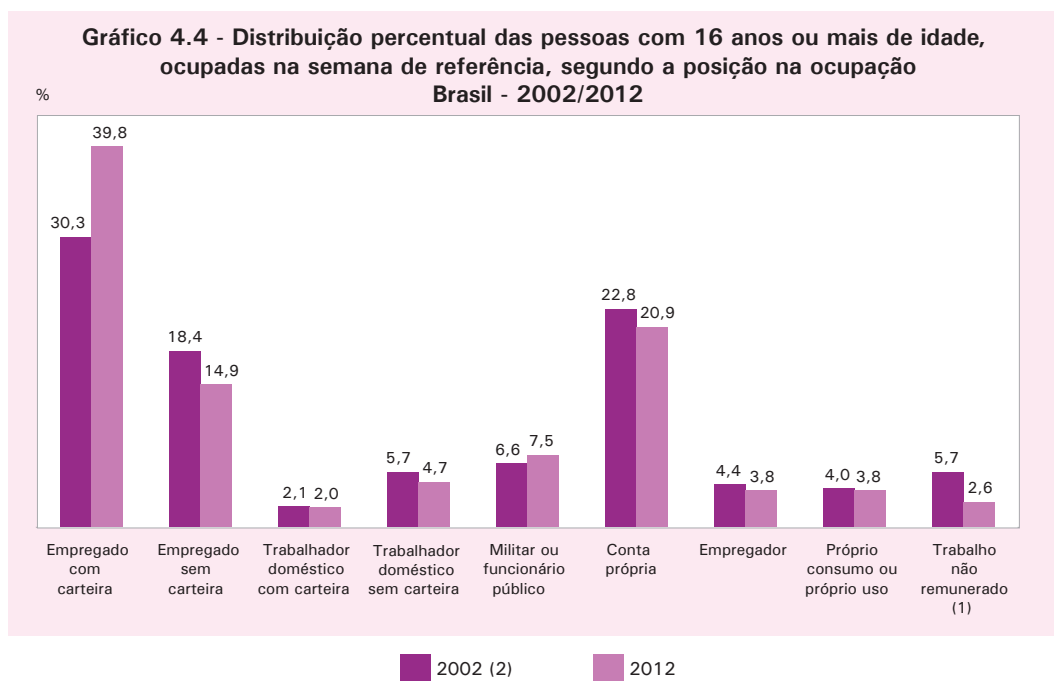
Grupos de setor de atividade	Empregos formais				
	2002		2012		Variação relativa 2002/2012 em p.p.
	Número	Distribuição percentual (%)	Número	Distribuição percentual (%)	
<b>Total</b>	<b>28 683 913</b>	<b>100,0</b>	<b>45 994 455</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1 138 235	4,0	1 464 257	3,1	(-) 0,9
Extrativa Mineral	122 801	0,4	259 297	0,5	0,1
Indústria de Transformação	5 209 774	18,2	8 148 328	17,2	(-) 1,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	310 366	1,1	423 277	0,9	(-) 0,2
Construção Civil	1 106 350	3,9	2 832 570	6,0	2,1
Comércio	4 826 533	16,8	9 226 155	19,4	2,6
Serviços	9 182 552	32,0	16 167 385	34,1	2,1
Administração Pública	6 787 302	23,7	8 937 443	18,8	(-) 4,8

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais 2002/2012.

Na distribuição da população ocupada por posição na ocupação, cerca de 40% eram empregados com carteira. As categorias de trabalhadores conta própria e empregados sem carteira concentravam ainda elevada parcela da mão de obra: 20,9% e 14,9%, respectivamente. O reflexo da crescente formalização nas relações de trabalho fica evidente com o crescimento de 9 pontos percentuais da participação dos empregados com carteira assinada no total de ocupados, entre 2002 e 2012 (Gráfico 4.4 e Tabela 4.3). A categoria de militares ou funcionários públicos apresentou também um aumento relativo da participação, enquanto as demais categorias tiveram uma perda relativa. Tal crescimento significa o aumento da cobertura dos trabalhadores por uma série de benefícios associados à posse da carteira de trabalho assinada<sup>15</sup>. Em 2002, havia maior concentração em posições mais precárias como empregados sem carteira, trabalhadores domésticos, trabalhadores conta própria, trabalhadores na construção e na produção para o próprio uso e não remunerados, que totalizavam 58,7% da população ocupada, enquanto em 2012 esse percentual era 48,9%. Há ainda diferenciações na distribuição da população ocupada por sexo, dado que neste último ano quase  $\frac{1}{4}$  das mulheres ocupadas eram trabalhadoras domésticas, trabalhadoras na produção para o próprio consumo, trabalhadoras na construção para o próprio uso e não remuneradas enquanto nos homens esta proporção era de pouco menos de 6%.

<sup>15</sup> A esse respeito, ver o Capítulo 5, Padrão de vida e distribuição de renda.

As disparidades regionais são marcantes em relação à posse da carteira de trabalho assinada pelos trabalhadores. No Sudeste, o percentual de empregados com carteira chega a 48,5% em 2012, enquanto na Região Norte esse percentual era de 24,2% (Tabela 4.3).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

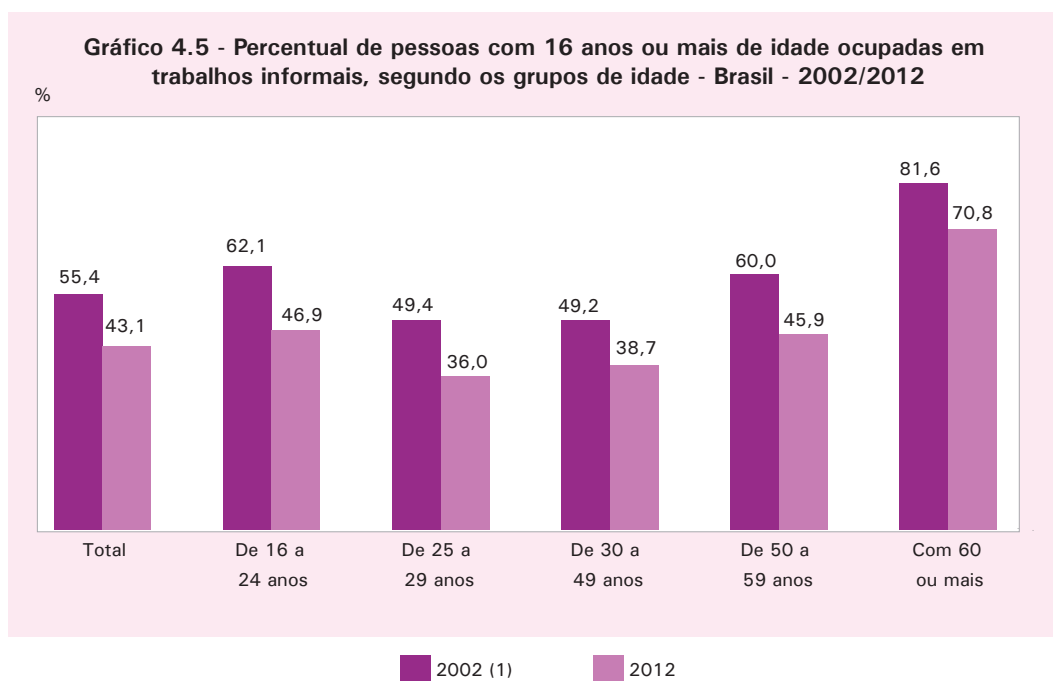
(1) Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar; e outro trabalhador não remunerado. (2) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A informalidade ainda é uma característica importante no Brasil, abrangendo 43,1% dos trabalhadores em 2012<sup>16</sup>. Estes percentuais são ainda mais elevados nas Regiões Norte e Nordeste, onde Pará e Maranhão possuem, respectivamente, 67,5% e 74,5% de seus trabalhadores inseridos na informalidade. Por outro lado, o Estado de Santa Catarina e o Distrito Federal, localizados, respectivamente, nas Regiões Sul e Centro-Oeste, possuem apenas 26,9% de seus trabalhadores nestas condições.

Os jovens de 16 a 24 anos e os idosos de 60 anos ou mais de idade apresentavam os maiores percentuais de trabalhadores na informalidade, cujas taxas foram de 46,9% e 70,8%, respectivamente, em 2012 (Gráfico 4.5 e Tabela 4.4). A razão para este resultado decorre das especificidades destes grupos etários. Os idosos, em grande medida, já completaram seu ciclo produtivo, sendo que seu retorno ou manutenção no mercado de trabalho ocorre devido à necessidade de complementação da renda ou mesmo como um meio de socialização. Como grande parte deste grupo já é composto por aposentados ou pensionistas, a carteira de trabalho assinada não é o aspecto que mais atrai esse grupo para o retorno ao mercado de trabalho.

<sup>16</sup> Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009). Trabalho "formal" inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

No caso dos jovens, a elevada taxa de informalidade pode ser explicada pela busca do primeiro emprego e, em alguns casos, pela necessidade de conciliar o trabalho com o estudo, fazendo com que a posse de carteira assinada ou a contribuição previdenciária não seja um requisito imprescindível. É importante ressaltar, no entanto, que houve redução de 24,5% da informalidade neste grupo populacional entre 2002 e 2012, superior à queda observada no Brasil (22,2%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A análise do rendimento médio no trabalho principal auferido pelos trabalhadores é uma das formas de se qualificar as condições do mercado de trabalho, o que significa, em outras palavras, avaliar se o seu processo de expansão e formalização está gerando, ao mesmo tempo, melhores remunerações para os trabalhadores. Na última década, o crescimento do rendimento real da população ocupada de 16 anos ou mais de idade foi de 27,1%; para a população em trabalhos formais, esse crescimento foi de 13,6%, enquanto entre os informais o aumento foi de 31,2% (Gráfico 4.6 e Tabela 4.5). Para as mulheres em trabalhos informais, esse ganho real chegou a 38,5%. A política de valorização do salário mínimo e o aumento da remuneração em algumas categorias ocupacionais, como a de trabalhadores domésticos, cuja variação tem sido superior à da inflação para o período, influenciaram esse resultado<sup>17</sup>.

O crescimento do rendimento dos trabalhadores não tem sido uniforme em todas as regiões do País. A maior variação ocorreu na Região Nordeste (48,2%) e a menor na Região Norte (19,4%). O rendimento é também uma importante característica para a análise das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro, particularmente a

<sup>17</sup> Vale ressaltar que, embora a taxa de formalização na categoria de trabalhadores domésticos seja baixa, o salário mínimo atua como importante balizador para os reajustes salariais.

de gênero. Na última década, reduziu a distância entre os rendimentos de homens e mulheres, embora as mulheres recebam menos em ambas as formas de trabalho, seja formal ou informal. Em 2002, o rendimento médio das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade era equivalente a 70% do rendimento dos homens. Em 2012, essa relação passou para 73%. Vale ressaltar, no entanto, que a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres é mais elevada nos trabalhos informais, cujo rendimento das mulheres corresponde a 66% do rendimento dos homens.

**Gráfico 4.6 - Rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas com 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos formais e informais  
Brasil - 2002/2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O Gráfico 4.7 mostra a evolução do rendimento médio real segundo a posição na ocupação entre 2002 e 2012. Os trabalhadores com carteira de trabalho assinada que, em 2012, compunham quase 40,0 % do total dos trabalhadores do País, apresentaram crescimento real no seu rendimento de cerca de 15,0% em relação a 2002. Com relação às maiores variações no período, os trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada e os trabalhadores conta própria foram as categorias que tiveram os maiores ganhos reais: 48,3%, 46,6% e 40%, respectivamente. Na perspectiva de gênero, este crescimento do rendimento nessas categorias beneficiou a mão de obra feminina que, no agregado, teve um ganho real de 31,4% em contraposição ao avanço do rendimento real da população ocupada masculina, que foi de 26,6% (Tabela 4.6).

Na última década, o mercado de trabalho brasileiro apresentou avanços significativos com a redução da taxa de desocupação, o crescimento da taxa de formalização e do rendimento real, entre outros. No entanto, em função da segmentação do mercado de trabalho, há grupos ocupacionais que estão ainda às margens dos direitos trabalhistas e de proteção social. A posse de carteira assinada ou a contribuição para a previdência social como contribuinte individual é uma forma de inclusão ao sistema de seguridade social, o que garante ao trabalhador alguns benefícios como a aposentadoria, os auxílios acidente ou doença, o salário-maternidade, o seguro-desemprego, entre outros.

**Gráfico 4.7 - Rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas com 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação Brasil - 2002/2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Inflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE.

De acordo com os dados da PNAD 2012, três categorias ocupacionais são consideradas segmentos vulneráveis em virtude da baixa taxa de formalização: os empregados sem carteira, os trabalhadores domésticos sem carteira e os trabalhadores conta própria. Nos últimos 10 anos, essas categorias tiveram um avanço significativo em relação à taxa de formalização, dado que o percentual de contribuintes para a previdência social entre os empregados sem carteira passou de 10,7% para 20,6%; entre os trabalhadores domésticos sem carteira esse avanço foi de 3,1% para 11,5%<sup>18</sup>; e de 13,4% para 23,7% entre os trabalhadores conta própria (Tabela 4.7).

Além disso, há também a segmentação regional que reforça esse quadro de exclusão de quase 30 milhões de trabalhadores nessas três categorias que não contribuem para a previdência social. A Região Norte tem a menor proporção de empregados domésticos sem carteira e de trabalhadores conta própria que contribuem para a previdência social: 1,5% e 8,9%, respectivamente. Por outro lado, a Região Sul tem as maiores proporções nessas categorias: 20,3% e 39,5%, respectivamente. Na categoria de empregados sem carteira, a menor proporção de não contribuintes está na Região Nordeste (17,4%) e a maior no Centro-Oeste (25,7%).

<sup>18</sup> É importante destacar que foi aprovada em 2013 a Proposta de Emenda Constitucional nº 66/2012, conhecida como PEC das Domésticas, da qual originou-se a Emenda Constitucional nº 72, de 02.04.2013, que estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais (BRASIL, 2013a). Os dados da PNAD 2012 ainda não refletem as mudanças decorrentes dessa legislação, mas no futuro os percentuais quanto à posse de carteira nessa categoria podem ser afetados.



## **Análise dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e conta própria**

Para uma melhor compreensão acerca da dinâmica, estrutura e composição do mercado de trabalho brasileiro, foram analisadas separadamente duas categorias ocupacionais que têm um peso significativo na estrutura ocupacional (35,8%) e se distinguem pela elevada heterogeneidade: os empregados sem carteira e os trabalhadores conta própria. Em função da baixa taxa de formalização e do baixo rendimento, essas categorias muitas vezes são classificadas como formas de trabalho precário e compreendem grupos bastante diversos, principalmente quanto às características de escolaridade e de inserção na estrutura produtiva.

Dos 13,9 milhões de empregados sem carteira, 43% estão no setor de Serviços, seguido dos setores de Comércio e reparação e Agrícola, cada um com 17,5%. De acordo com a abordagem regional, verificou-se que no Nordeste a participação desses trabalhadores no setor Agrícola é mais elevada (24,1%). Na comparação com 2002, confirma-se para esse grupo ocupacional crescimento de 16,2% no setor de Serviços, acompanhado de um declínio no emprego sem carteira na participação dos setores Agrícola e de Indústria. Em 2012, verificou-se que 27,6% dos empregados sem carteira estavam nos setores Agrícola e de Indústria, enquanto, em 2002, esse percentual era de 35% (Tabela 4.8).

Há ainda padrões diferenciados na comparação por sexo, considerando que 66,6% das mulheres na categoria de empregados sem carteira estão no setor de Serviços, enquanto para os homens esse percentual é de 30,7%. Tem-se ainda que 24,3% dos empregados do sexo masculino sem carteira estão no setor Agrícola, enquanto entre as mulheres esse percentual é de apenas 4,7%.

O avanço da escolaridade é outra característica importante entre os empregados sem carteira. Em 2002, constatou-se que 37,6% desses trabalhadores tinham até 4 anos de estudo; em 2012, eles representavam somente 24,8%. No entanto, considerando a média de anos de estudo da população brasileira que é de cerca de 8 anos, tem-se que entre os empregados sem carteira há dois grupos distintos: um menos escolarizado com até 8 anos de estudo, que corresponde a 50% dos empregados sem carteira e outro mais escolarizado com mais de 8 anos de estudo (49,7%). Acompanhando o perfil da população brasileira, as mulheres empregadas sem carteira têm uma escolaridade mais elevada comparada com a dos homens nesta categoria, dado que quase 70% delas têm mais de 8 anos de estudo. No caso dos homens este percentual é 39,3% (Tabela 4.9).

Esse perfil diferenciado dos empregados sem carteira quanto à escolaridade também se reproduz nos indicadores de rendimento. Os empregados sem carteira com até 4 anos de estudo tinham um rendimento médio de R\$ 609,92, inferior ao salário mínimo vigente no período que era de R\$ 622,00. Os mais escolarizados, por sua vez, registraram um rendimento médio de R\$ 1 206,20, quase o dobro dos menos escolarizados (Tabela 4.10). Entretanto, vale destacar dois fenômenos importantes que ocorreram na última década em relação a essa categoria: um se refere à redução da desigualdade de rendimentos entre os menos e os mais escolarizados, que passou de 2,54 vezes, em 2002, para 1,98 vezes, em 2012; por outro lado, houve um aumento da desigualdade de gênero nesta categoria, visto que em 2002 as mulheres recebiam em média 92% do rendimento dos homens, enquanto em 2012 essa relação era de 87%.

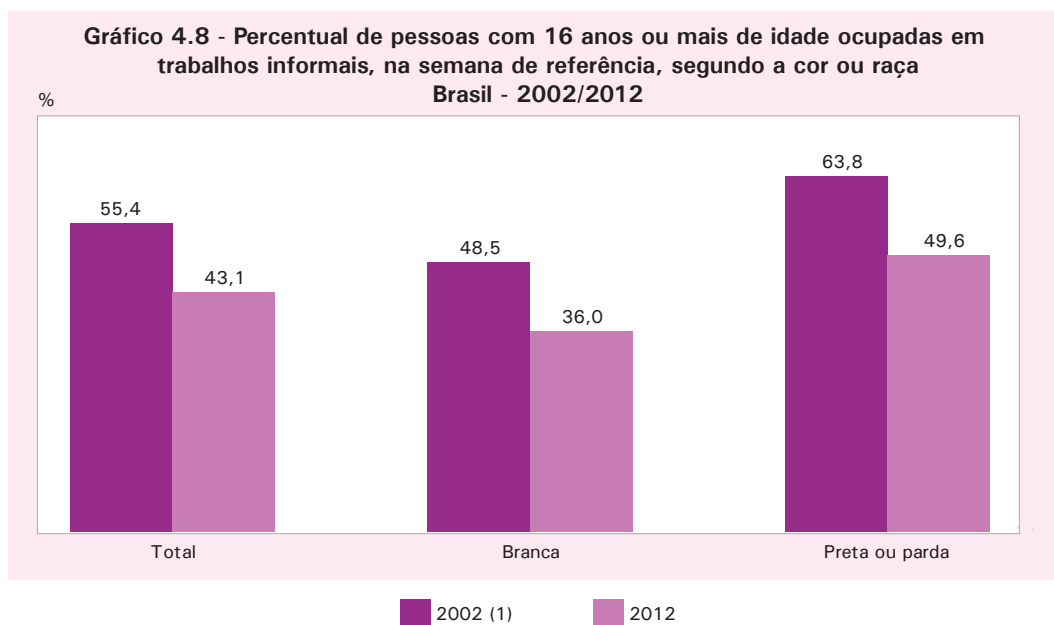
No Brasil, em 2012, os trabalhadores conta própria de 16 anos ou mais de idade somavam cerca de 19,5 milhões de pessoas. Nessa categoria se observa uma distribuição menos polarizada da população ocupada entre os ramos de atividade, mas os setores de Comércio e reparação e Serviços correspondem a 51,9% do total de trabalhadores (Tabela 4.11). Na população masculina, por sua vez, os maiores percentuais de trabalhadores conta própria estão nos setores Agrícola (25%) e de Construção (26%). No caso das mulheres, 40,2% das trabalhadoras conta própria estão no setor de Serviços, com destaque também para os setores de Comércio e reparação (29,4%) e Indústria (20,6%).

Com relação ao perfil educacional dos trabalhadores conta própria tem-se uma distribuição mais equilibrada da população ocupada nesta categoria entre os grupos de anos de estudo. No entanto, no caso das mulheres, essa heterogeneidade educacional pode ser restringida em dois grupos de baixa e elevada escolaridade, dado que 51% das trabalhadoras conta própria têm mais de 8 anos de estudo. Na comparação dos dados para a década, fica evidente o avanço da escolaridade desta categoria, considerando que, em 2002, 75,2% da população ocupada nesta categoria possuía até 8 anos de estudo e, em 2012, esse percentual se reduz para 60,8% (Tabela 4.12). Na perspectiva regional do mercado de trabalho brasileiro, cabe destacar a baixa qualificação de grande parte dos trabalhadores conta própria nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Essa elevada heterogeneidade entre os trabalhadores conta própria também é evidenciada nas características de rendimento deste grupo. Os trabalhadores com mais de 8 anos de estudo têm um rendimento médio de R\$ 1 958,53, equivalente a 2,5 vezes o rendimento dos menos escolarizados (com até 4 anos de estudo), que recebiam R\$ 780,79 em 2012. Vale ressaltar, no entanto, que, em 2002, essa desigualdade era ainda maior (3,1 vezes). No que se refere à desigualdade de gênero em relação ao rendimento nesta categoria ocupacional, pode-se constatar uma redução desta no período, dado que a relação entre os rendimentos médios de mulheres e homens passou de 67% para 72% (Tabela 4.13). Entretanto, verificou-se um comportamento distinto da desigualdade segundo os grupos de anos de estudo, visto que a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres é mais elevada entre os menos escolarizados.

## **Análise das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro**

As desigualdades no mercado de trabalho se manifestam de diversas formas: desigualdades de gênero, cor ou raça, regional, educacional, entre outras. No que se refere à questão de cor ou raça, uma característica marcante é a maior proporção de pretos ou pardos em trabalhos informais (49,6%) comparativamente à população de cor branca (36%) (Gráfico 4.8 e Tabela 4.14). No Estado do Maranhão, quase 80% da população ocupada de cor preta ou parda estava em trabalhos informais. No Distrito Federal o percentual de pretos ou pardos nessa condição era de apenas 28,8%. A população preta ou parda se distribui de forma não igualitária entre as Unidades da Federação. Dessa maneira, na Bahia, cuja população preta ou parda representa quase 80% do total, o percentual deles em trabalhos informais era de 61,6%; em Santa Catarina, cujo percentual de pretos ou pardos na população total é inferior a 20%, o percentual destes em trabalhos informais era de 30,4%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em linhas gerais, observa-se que a formalização está reduzindo as desigualdades no interior do mercado de trabalho brasileiro, o que pode ser notado pelo crescimento da participação dos trabalhadores que apresentam, historicamente, indicadores de inserção no mercado de trabalho mais desfavoráveis como as mulheres, os jovens e idosos e os trabalhadores de cor preta ou parda. Esses avanços têm proporcionado o aumento do acesso destes grupos ao mercado de bens e serviços, bem como o crescimento dos níveis de proteção social, viabilizados pela concessão, aos trabalhadores, dos benefícios associados ao mercado formal de trabalho, o que será discutido no Capítulo 5, **Padrão de vida e distribuição de renda**.

Outra característica relevante acerca das desigualdades no mercado de trabalho está relacionada com as jornadas diferenciadas entre homens e mulheres nos diversos tipos de trabalho. O conceito de trabalho associado a políticas de geração de empregos está relacionado com o caráter de mercado das atividades. No entanto, uma visão mais ampla sobre o tema envolve também a análise acerca do trabalho não remunerado realizado no âmbito dos domicílios voltado para a reprodução humana e outros aspectos sociais. As atividades de cuidado, os afazeres domésticos e o voluntariado são formas de “trabalho” que têm uma enorme implicação social, além da repercussão sobre a distribuição do tempo das pessoas. Com efeito, a maior participação das mulheres na realização de afazeres domésticos e a menor jornada delas no trabalho para o mercado mostram um padrão diferenciado por sexo nos papéis sociais.

Os indicadores de jornada média de homens e mulheres no mercado de trabalho e na realização de afazeres domésticos revelam ainda as mudanças recentes no mercado de trabalho brasileiro com a crescente participação feminina. Em 2012, os homens tinham uma jornada semanal média de 42,1 horas e a das mulheres era de 36,1 horas. No cuidado de afazeres domésticos, as jornadas de homens e mulheres eram 10 horas e 20,8 horas, respectivamente (Tabela 4.15). Na comparação com 2002, é importante

destacar que a jornada masculina com afazeres domésticos praticamente não se alterou, enquanto a feminina teve uma redução de um pouco mais de 2 horas semanais. Nesse processo de conciliação entre trabalho voltado ao mercado e o cuidado da casa e da família, esses resultados indicam uma redistribuição por parte das mulheres acerca do seu tempo, embora os afazeres domésticos sejam uma atividade predominantemente feminina e elas tenham um excedente de mais de 4 horas na jornada total comparativamente aos homens na soma de ambas as formas de trabalho.

A escolaridade é considerada por vários especialistas da área de educação como importante atributo para a ascensão profissional e mobilidade social. As estatísticas são evidentes, neste sentido, ao mostrar que à medida que avança a escolaridade o rendimento-hora médio da população ocupada aumenta. Em 2012, o rendimento-hora dos trabalhadores com até 4 anos de estudo era de R\$ 5,00, enquanto na população de 12 anos ou mais de estudo era de R\$ 22,61 (Tabela 4.16). Com efeito, o rendimento-hora do grupo mais escolarizado da população ocupada era equivalente a 4,5 vezes o rendimento-hora das pessoas com até 4 anos de estudo. Vale ressaltar que, em 2002, essa relação era maior: 6,7 vezes. No Nordeste, a desigualdade entre esses dois grupos é a mais elevada com uma relação entre os rendimentos de 6,1 vezes em 2012.

Na perspectiva de gênero, na última década se mantiveram as características da desigualdade de rendimento em relação à escolaridade, visto que a distância entre o rendimento-hora de homens e mulheres aumenta à medida que avança a escolaridade. No grupo dos mais escolarizados (12 anos ou mais de estudo), as mulheres recebiam em média por hora, 66% do rendimento dos homens, o mesmo percentual observado em 2002.

Neste contexto de análise das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro, destaca-se também um indicador que está relacionado à igualdade de gênero no mundo do trabalho: o acesso de homens e mulheres aos cargos de direção e gerenciais. A igualdade no mundo do trabalho é um dos eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e, desde 2005, a Secretaria de Políticas para as Mulheres lançou o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, com o objetivo de sensibilizar e fomentar uma cultura empresarial menos desigual e inclusiva. Uma das bases do programa é a superação da desigualdade salarial e de ocupação dos cargos gerenciais entre homens e mulheres e brancos e negros. De acordo com os dados da PNAD 2012, o acesso de mulheres com 25 anos ou mais de idade aos cargos de direção e gerenciais é menor comparativamente ao dos homens nessa faixa etária: 5,0% para as mulheres e 6,4% para os homens (Tabela 4.17). Essa situação, no entanto, permanece similar ao que se tinha em 2002, cujas proporções de mulheres e homens nesses cargos em relação ao total de ocupados por sexo eram de 4,9% e 7,4%, respectivamente.

A análise dos dados sobre a participação de homens e mulheres ocupados em cargos de direção e gerenciais por setores de atividade mostrou que a maior concentração de mulheres nestes cargos estava no setor de Comércio e reparação (601 mil), o que correspondia a 36,5% do total de mulheres de 25 anos ou mais de idade em cargos de direção e gerenciais (1,7 milhão de mulheres). Em termos relativos, nesse mesmo setor de Comércio e reparação, 11,5% das mulheres ocupadas estavam em tais cargos de direção em 2012, enquanto nos setores de Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação e Construção, também havia elevadas proporções de mulheres em posição de chefia (11,5%, 10,8% e 10,2%, respectivamente). É importante

ressaltar que os setores de Transporte, armazenagem e comunicação e Construção reúnem atividades predominantemente masculinas, e as poucas mulheres que ultrapassam a barreira do gênero nesses setores ocupam uma posição de destaque, provavelmente em função da escolaridade mais elevada em relação aos homens. Entretanto, quando se comparam os rendimentos médios de homens e mulheres nestes cargos, fica evidente a relação de desigualdade por sexo, inclusive em setores onde as mulheres são maioria, como Educação, saúde e serviços sociais. O rendimento médio das mulheres em cargos de chefia corresponde a 69% do rendimento dos homens, mas nos setores de Construção, Educação, saúde e serviços sociais e Transporte, armazenagem e comunicação os percentuais são ainda menores: 37%, 60% e 64%, respectivamente (Tabelas 2 e 4.18).

**Tabela 2 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção ou gerência e relação entre os rendimentos médios no trabalho principal, por sexo, segundo os setores de atividade - Brasil - 2012**

Setores de atividade	Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção ou gerência, por sexo (%)			Relação entre os rendimentos médios no trabalho principal de mulheres e homens em cargos de direção ou gerência
	Total	Homens	Mulheres	
<b>Total</b>	<b>5,8</b>	<b>6,4</b>	<b>5,0</b>	<b>0,69</b>
Agrícola	0,7	0,9	0,2	0,80
Indústria	7,1	8,5	4,8	0,74
Construção	1,5	1,3	10,2	0,37
Comércio e Reparação	12,6	13,4	11,5	0,71
Alojamento e Alimentação	15,2	20,1	11,5	0,82
Transporte, Armazenagem e Comunicação	4,1	3,2	10,8	0,64
Administração Pública	6,2	6,5	6,0	0,81
Educação, Saúde e Serviços Sociais	2,8	4,2	2,4	0,60
Demais Serviços	4,6	7,7	2,8	0,69

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 4.1 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo					
	Total (1 000 pessoas)			Proporção em trabalhos formais (%) (1)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>93 365</b>	<b>53 670</b>	<b>39 695</b>	<b>56,9</b>	<b>57,7</b>	<b>55,8</b>
<b>Norte</b>	<b>7 354</b>	<b>4 450</b>	<b>2 904</b>	<b>38,7</b>	<b>39,4</b>	<b>37,7</b>
Rondônia	808	492	316	51,9	54,5	48,0
Acre	351	202	149	40,7	40,9	40,5
Amazonas	1 514	939	575	41,9	43,0	40,2
Roraima	213	126	87	45,2	39,8	53,0
Pará	3 509	2 127	1 382	32,5	33,6	30,8
Região Metropolitana de Belém	962	547	416	50,3	53,3	46,5
Amapá	280	169	111	49,0	46,1	53,4
Tocantins	679	395	284	40,5	38,9	42,8
<b>Nordeste</b>	<b>23 487</b>	<b>13 845</b>	<b>9 642</b>	<b>38,6</b>	<b>39,1</b>	<b>38,0</b>
Maranhão	2 867	1 694	1 172	25,5	26,3	24,2
Piauí	1 532	884	648	30,0	30,6	29,1
Ceará	3 887	2 287	1 600	37,5	36,3	39,1
Região Metropolitana de Fortaleza	1 765	973	792	54,1	56,7	50,9
Rio Grande do Norte	1 427	848	579	45,8	44,9	47,1
Paraíba	1 668	964	704	38,7	39,6	37,6
Pernambuco	3 642	2 161	1 482	46,6	47,6	45,2
Região Metropolitana de Recife	1 602	917	685	61,7	65,9	56,2
Alagoas	1 195	736	459	45,7	49,6	39,5
Sergipe	958	556	401	43,2	43,6	42,8
Bahia	6 311	3 714	2 597	39,2	39,3	38,9
Região Metropolitana de Salvador	1 790	965	824	61,1	64,6	57,1
<b>Sudeste</b>	<b>40 507</b>	<b>22 933</b>	<b>17 574</b>	<b>66,9</b>	<b>68,3</b>	<b>65,1</b>
Minas Gerais	10 073	5 764	4 309	59,3	59,5	59,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2 678	1 444	1 234	68,9	70,6	66,9
Espírito Santo	1 834	1 019	815	58,9	60,7	56,6
Rio de Janeiro	7 344	4 195	3 149	67,0	69,1	64,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5 425	3 069	2 356	67,3	69,4	64,6
São Paulo	21 256	11 954	9 302	71,1	72,9	68,9
Região Metropolitana de São Paulo	9 965	5 448	4 516	71,1	72,1	69,8
<b>Sul</b>	<b>14 647</b>	<b>8 181</b>	<b>6 466</b>	<b>65,6</b>	<b>67,3</b>	<b>63,6</b>
Paraná	5 479	3 100	2 378	65,6	67,2	63,4
Região Metropolitana de Curitiba	1 723	956	768	72,8	73,2	72,4
Santa Catarina	3 382	1 886	1 496	73,1	74,7	71,0
Rio Grande do Sul	5 786	3 195	2 591	61,4	62,9	59,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 065	1 112	952	70,9	72,1	69,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>7 370</b>	<b>4 261</b>	<b>3 109</b>	<b>60,8</b>	<b>61,9</b>	<b>59,2</b>
Mato Grosso do Sul	1 319	760	559	61,9	63,5	59,9
Mato Grosso	1 566	953	613	57,2	58,7	54,7
Goiás	3 145	1 833	1 312	56,8	58,0	55,2
Distrito Federal	1 340	714	625	73,1	74,8	71,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

**Tabela 4.2 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e por grupos de idade						
	Sexo			Grupos de idade			
	Total	Homens	Mulheres	16 a 24	25 a 39	40 a 49	50 ou mais
<b>Brasil</b>	<b>6,0</b>	<b>4,5</b>	<b>8,1</b>	<b>14,4</b>	<b>5,7</b>	<b>3,3</b>	<b>2,2</b>
<b>Norte</b>	<b>6,2</b>	<b>4,3</b>	<b>8,9</b>	<b>13,9</b>	<b>5,9</b>	<b>3,0</b>	<b>1,7</b>
Rondônia	4,5	2,6	7,3	10,5	4,3	1,7	0,7
Acre	5,6	3,9	7,8	13,4	5,2	1,9	0,6
Amazonas	7,5	5,8	10,3	16,2	7,0	4,3	2,3
Roraima	8,6	5,0	13,4	17,1	8,0	5,0	3,2
Pará	5,8	3,9	8,6	12,6	5,7	3,1	1,6
Região Metropolitana de Belém	10,2	7,3	13,8	25,2	10,0	4,8	4,3
Amapá	9,8	6,8	14,1	24,4	9,1	3,6	3,9
Tocantins	5,1	4,2	6,4	14,8	4,2	1,3	1,8
<b>Nordeste</b>	<b>7,6</b>	<b>5,6</b>	<b>10,3</b>	<b>16,6</b>	<b>7,8</b>	<b>4,1</b>	<b>2,0</b>
Maranhão	5,4	4,3	6,9	11,9	5,4	3,2	0,8
Piauí	4,9	3,2	7,1	12,5	5,1	2,0	0,5
Ceará	5,6	4,1	7,8	13,3	5,8	2,7	1,0
Região Metropolitana de Fortaleza	7,7	6,2	9,3	16,9	7,9	4,2	1,3
Rio Grande do Norte	7,1	6,5	8,0	15,9	6,1	4,6	2,5
Paraíba	8,1	5,8	11,1	19,0	7,5	5,5	1,8
Pernambuco	9,5	6,7	13,4	19,7	9,9	5,1	3,8
Região Metropolitana de Recife	12,1	9,0	16,0	26,6	12,2	7,1	5,0
Alagoas	9,8	7,6	13,2	22,5	9,5	5,3	1,2
Sergipe	7,7	5,2	11,0	15,2	9,2	3,1	1,1
Bahia	8,7	6,4	11,8	18,8	9,2	4,5	2,8
Região Metropolitana de Salvador	12,0	8,9	15,3	25,3	12,7	6,1	5,1
<b>Sudeste</b>	<b>6,0</b>	<b>4,6</b>	<b>7,9</b>	<b>15,0</b>	<b>5,3</b>	<b>3,3</b>	<b>2,7</b>
Minas Gerais	5,5	4,1	7,2	13,7	5,1	2,8	2,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	6,0	4,5	7,8	14,0	5,7	3,2	2,0
Espírito Santo	5,3	4,3	6,6	11,9	5,0	3,6	2,2
Rio de Janeiro	6,7	4,7	9,3	16,2	6,8	3,5	3,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	6,1	4,4	8,3	14,4	6,5	3,2	3,7
São Paulo	6,1	4,8	7,8	15,5	5,0	3,4	2,7
Região Metropolitana de São Paulo	6,4	5,4	7,6	15,9	5,5	3,2	3,4
<b>Sul</b>	<b>4,0</b>	<b>3,0</b>	<b>5,3</b>	<b>10,0</b>	<b>3,4</b>	<b>2,5</b>	<b>1,3</b>
Paraná	4,4	3,2	5,9	10,8	3,7	2,4	1,8
Região Metropolitana de Curitiba	4,8	4,0	5,8	10,3	4,5	2,3	2,5
Santa Catarina	2,9	2,1	3,8	6,6	2,4	2,0	0,7
Rio Grande do Sul	4,3	3,3	5,5	11,4	3,9	3,0	1,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	4,8	3,6	6,2	11,3	4,2	3,6	1,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5,0</b>	<b>3,6</b>	<b>6,9</b>	<b>12,6</b>	<b>4,4</b>	<b>2,5</b>	<b>1,6</b>
Mato Grosso do Sul	3,4	2,4	4,8	9,1	2,4	2,2	1,5
Mato Grosso	4,7	2,9	7,4	11,7	4,1	2,1	1,2
Goiás	4,5	3,6	5,8	10,9	4,0	2,4	1,6
Distrito Federal	8,1	5,9	10,5	20,8	7,0	3,4	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 4.3 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
		Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada
Total					
Brasil	93 365	39,8	14,9	2,0	4,7
Norte	7 354	24,2	18,8	0,9	4,9
Nordeste	23 487	25,9	20,3	1,1	5,2
Sudeste	40 507	48,5	12,4	2,7	4,7
Sul	14 647	45,4	11,0	1,9	4,0
Centro-Oeste	7 370	40,8	15,3	2,4	4,7
Homens					
Brasil	53 670	42,6	17,0	0,5	0,5
Norte	4 450	27,3	21,5	0,2	0,5
Nordeste	13 845	28,7	23,5	0,4	0,4
Sudeste	22 933	51,9	13,8	0,6	0,5
Sul	8 181	47,5	12,3	0,3	0,4
Centro-Oeste	4 261	44,6	16,8	0,5	0,4
Mulheres					
Brasil	39 695	36,0	12,1	4,2	10,5
Norte	2 904	19,5	14,7	2,1	11,5
Nordeste	9 642	21,8	15,7	2,2	12,1
Sudeste	17 574	44,0	10,6	5,5	10,1
Sul	6 466	42,8	9,3	4,0	8,5
Centro-Oeste	3 109	35,5	13,2	5,1	10,8

Grandes Regiões	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)				
	Militar ou funcio- nário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na pro- dução para o pró- prio consumo e na construção para o próprio uso	Trabalho não remunerado
Total					
Brasil	7,5	20,9	3,8	3,8	2,6
Norte	9,7	28,0	2,7	4,8	5,9
Nordeste	7,3	25,0	2,8	8,4	4,0
Sudeste	7,1	17,9	4,1	1,5	1,2
Sul	6,6	19,9	4,7	3,3	3,1
Centro-Oeste	9,8	19,1	4,7	1,9	1,2
Homens					
Brasil	5,5	24,8	4,7	3,0	1,6
Norte	7,3	33,2	3,5	2,8	3,8
Nordeste	4,9	28,6	3,5	7,0	2,9
Sudeste	5,3	21,2	5,1	1,0	0,6
Sul	4,8	25,0	5,8	2,4	1,4
Centro-Oeste	7,5	22,6	5,8	1,2	0,7
Mulheres					
Brasil	10,2	15,6	2,6	5,0	3,9
Norte	13,4	20,1	1,7	7,8	9,1
Nordeste	10,7	19,8	1,8	10,3	5,7
Sudeste	9,4	13,5	2,8	2,1	2,0
Sul	8,8	13,4	3,4	4,5	5,2
Centro-Oeste	12,9	14,4	3,2	2,9	2,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.



**Tabela 4.4 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade (%)					
	Total	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
<b>Total</b>						
<b>Brasil</b>	<b>43,1</b>	<b>46,9</b>	<b>36,0</b>	<b>38,7</b>	<b>45,9</b>	<b>70,8</b>
Norte	61,3	66,6	54,1	57,9	64,9	80,4
Nordeste	61,4	68,6	54,4	56,5	62,8	82,6
Sudeste	33,1	34,4	25,6	29,3	36,8	63,4
Sul	34,4	35,4	25,7	28,2	39,2	69,0
Centro-Oeste	39,2	41,0	31,0	36,7	43,4	63,7
<b>Homens</b>						
<b>Brasil</b>	<b>42,3</b>	<b>47,5</b>	<b>36,0</b>	<b>37,2</b>	<b>43,3</b>	<b>68,3</b>
Norte	60,6	65,9	52,3	56,9	64,7	79,1
Nordeste	60,9	67,8	52,5	55,8	62,7	82,9
Sudeste	31,7	35,1	25,9	27,2	33,2	59,5
Sul	32,7	35,8	26,5	26,2	33,3	64,1
Centro-Oeste	38,1	40,2	30,6	34,5	41,9	61,3
<b>Mulheres</b>						
<b>Brasil</b>	<b>44,2</b>	<b>45,9</b>	<b>36,0</b>	<b>40,5</b>	<b>49,5</b>	<b>75,6</b>
Norte	62,3	67,7	56,8	59,3	65,2	83,3
Nordeste	62,0	69,9	57,3	57,5	62,9	82,0
Sudeste	34,9	33,4	25,1	32,0	41,7	70,3
Sul	36,4	34,9	24,8	30,6	46,8	77,4
Centro-Oeste	40,8	42,0	31,6	39,3	45,8	69,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

**Tabela 4.5 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo (R\$) (1)								
	Ocupadas			Trabalhos formais (2)			Trabalhos informais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>1 469</b>	<b>1 657</b>	<b>1 203</b>	<b>1 778</b>	<b>1 989</b>	<b>1 483</b>	<b>989</b>	<b>1 149</b>	<b>759</b>
<b>Norte</b>	<b>1 161</b>	<b>1 234</b>	<b>1 037</b>	<b>1 565</b>	<b>1 631</b>	<b>1 459</b>	<b>854</b>	<b>945</b>	<b>688</b>
Rondônia	1 322	1 427	1 124	1 567	1 681	1 366	971	1 082	747
Acre	1 230	1 273	1 162	1 595	1 626	1 554	887	977	724
Amazonas	1 181	1 250	1 061	1 545	1 620	1 412	869	929	764
Roraima	1 367	1 464	1 223	1 705	1 898	1 496	1 047	1 146	846
Pará	1 042	1 111	919	1 466	1 507	1 396	801	893	632
Região Metropolitana de Belém	1 336	1 459	1 174	1 635	1 644	1 621	1 025	1 241	779
Amapá	1 512	1 565	1 430	1 994	2 021	1 957	1 017	1 150	778
Tocantins	1 274	1 365	1 137	1 722	1 847	1 564	892	1 006	690
<b>Nordeste</b>	<b>1 006</b>	<b>1 094</b>	<b>870</b>	<b>1 473</b>	<b>1 586</b>	<b>1 307</b>	<b>633</b>	<b>713</b>	<b>507</b>
Maranhão	1 143	1 276	922	2 307	2 618	1 823	588	658	466
Piauí	819	847	773	1 391	1 407	1 368	503	559	407
Ceará	920	983	827	1 324	1 423	1 194	605	667	504
Região Metropolitana de Fortaleza	1 113	1 220	981	1 362	1 414	1 289	800	950	634
Rio Grande do Norte	1 069	1 163	931	1 410	1 498	1 288	715	832	531
Paraíba	967	1 061	829	1 402	1 519	1 236	617	700	494
Pernambuco	1 042	1 129	910	1 389	1 482	1 246	695	772	581
Região Metropolitana de Recife	1 210	1 356	1 014	1 424	1 520	1 274	855	1 031	672
Alagoas	954	1 037	811	1 237	1 288	1 133	648	731	528
Sergipe	1 127	1 274	899	1 529	1 738	1 236	737	857	531
Bahia	1 011	1 101	878	1 473	1 570	1 332	644	736	502
Região Metropolitana de Salvador	1 425	1 619	1 196	1 734	1 873	1 548	918	1 134	713
<b>Sudeste</b>	<b>1 666</b>	<b>1 924</b>	<b>1 322</b>	<b>1 862</b>	<b>2 119</b>	<b>1 511</b>	<b>1 232</b>	<b>1 478</b>	<b>920</b>
Minas Gerais	1 359	1 582	1 045	1 562	1 825	1 209	1 006	1 181	733
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 746	2 093	1 335	1 878	2 217	1 460	1 433	1 780	1 058
Espírito Santo	1 431	1 667	1 113	1 641	1 881	1 319	1 073	1 303	762
Rio de Janeiro	1 674	1 908	1 366	1 920	2 122	1 631	1 173	1 424	886
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 805	2 058	1 481	2 071	2 287	1 772	1 255	1 531	952
São Paulo	1 826	2 118	1 447	1 983	2 256	1 613	1 413	1 728	1 047
Região Metropolitana de São Paulo	2 048	2 354	1 675	2 192	2 475	1 838	1 678	2 031	1 273
<b>Sul</b>	<b>1 600</b>	<b>1 842</b>	<b>1 275</b>	<b>1 775</b>	<b>2 018</b>	<b>1 450</b>	<b>1 188</b>	<b>1 429</b>	<b>860</b>
Paraná	1 636	1 898	1 278	1 834	2 093	1 474	1 200	1 460	854
Região Metropolitana de Curitiba	2 021	2 389	1 556	2 177	2 583	1 665	1 577	1 839	1 243
Santa Catarina	1 687	1 977	1 306	1 793	2 081	1 415	1 339	1 634	958
Rio Grande do Sul	1 512	1 704	1 254	1 703	1 897	1 449	1 111	1 314	820
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 757	2 006	1 462	1 941	2 185	1 645	1 265	1 507	996
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1 765</b>	<b>1 994</b>	<b>1 442</b>	<b>2 037</b>	<b>2 234</b>	<b>1 753</b>	<b>1 307</b>	<b>1 581</b>	<b>931</b>
Mato Grosso do Sul	1 606	1 856	1 255	1 864	2 112	1 507	1 158	1 398	840
Mato Grosso	1 663	1 875	1 316	1 871	2 053	1 568	1 341	1 594	936
Goiás	1 473	1 697	1 150	1 650	1 840	1 370	1 221	1 489	844
Distrito Federal	2 707	3 049	2 313	3 045	3 325	2 708	1 763	2 217	1 296

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo. (2) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

**Tabela 4.6 - Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (R\$) (1)							
	Total	Posição na ocupação						
		Empregado		Trabalhador doméstico		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador
		Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada			
Total								
Brasil	1 469	1 434	938	811	497	2 439	1 318	4 515
Norte	1 161	1 195	863	682	424	2 147	914	3 496
Nordeste	1 006	1 084	627	677	343	1 950	806	3 741
Sudeste	1 666	1 575	1 167	845	582	2 508	1 643	4 890
Sul	1 600	1 406	1 051	847	574	2 566	1 663	4 376
Centro-Oeste	1 765	1 447	1 192	793	542	3 452	1 667	5 179
Homens								
Brasil	1 657	1 558	981	934	709	2 929	1 446	4 924
Norte	1 234	1 250	875	759	590	2 438	975	3 463
Nordeste	1 094	1 131	631	755	527	2 357	872	4 080
Sudeste	1 924	1 730	1 265	994	848	3 050	1 810	5 415
Sul	1 842	1 575	1 152	990	671	3 043	1 843	4 714
Centro-Oeste	1 994	1 558	1 250	997	750	4 073	1 852	5 704
Mulheres								
Brasil	1 203	1 236	856	793	485	2 086	1 044	3 510
Norte	1 037	1 075	834	671	412	1 904	759	3 601
Nordeste	870	996	618	658	334	1 681	670	2 801
Sudeste	1 322	1 337	999	824	566	2 116	1 304	3 624
Sul	1 275	1 167	882	833	568	2 242	1 241	3 657
Centro-Oeste	1 442	1 257	1 092	768	533	2 963	1 267	3 870

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

**Tabela 4.7 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social		
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada	Trabalhadores por conta própria
<b>Total</b>			
<b>Brasil</b>	<b>20,6</b>	<b>11,5</b>	<b>23,7</b>
Norte	24,9	1,5	8,9
Nordeste	17,4	4,9	11,2
Sudeste	21,2	15,6	31,5
Sul	21,2	20,3	39,5
Centro-Oeste	25,7	8,3	24,3
<b>Homens</b>			
<b>Brasil</b>	<b>16,0</b>	<b>11,2</b>	<b>24,0</b>
Norte	17,9	2,5	9,3
Nordeste	11,9	5,7	11,0
Sudeste	17,8	15,4	32,3
Sul	18,9	16,3	39,8
Centro-Oeste	20,1	5,7	25,0
<b>Mulheres</b>			
<b>Brasil</b>	<b>29,3</b>	<b>11,5</b>	<b>22,9</b>
Norte	40,4	1,4	7,9
Nordeste	29,2	4,8	11,7
Sudeste	26,9	15,7	29,8
Sul	25,1	20,5	38,8
Centro-Oeste	35,6	8,5	22,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 4.8 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de setor de atividade (%)				
		Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Serviços
Total						
Brasil	13 908	17,5	10,1	11,9	17,5	43,0
Norte	1 385	19,7	7,9	10,5	17,4	44,4
Nordeste	4 769	24,1	8,9	11,8	16,8	38,5
Sudeste	5 021	12,0	11,0	12,4	18,2	46,4
Sul	1 607	14,6	13,4	12,8	16,2	43,1
Centro-Oeste	1 126	15,6	9,0	11,0	18,9	45,4
Homens						
Brasil	9 101	24,3	9,8	18,0	17,2	30,7
Norte	957	27,2	9,7	15,0	16,5	31,6
Nordeste	3 259	32,5	8,1	17,0	16,3	26,0
Sudeste	3 163	16,7	10,8	19,5	18,3	34,6
Sul	1 006	19,6	13,3	20,1	15,0	32,0
Centro-Oeste	717	22,9	8,8	17,0	19,9	31,2
Mulheres						
Brasil	4 807	4,7	10,5	0,4	18,0	66,4
Norte	428	2,9	3,9	0,5	19,5	73,2
Nordeste	1 511	5,9	10,7	0,4	17,7	65,3
Sudeste	1 858	4,0	11,2	0,4	18,0	66,4
Sul	601	6,1	13,5	0,6	18,1	61,7
Centro-Oeste	409	2,7	9,4	0,5	17,1	70,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive as pessoas em atividades mal definidas.

**Tabela 4.9 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)		
		Até 4	5 a 8	Mais de 8
Total				
Brasil	13 908	24,8	25,2	49,7
Norte	1 385	26,3	24,1	48,9
Nordeste	4 769	34,0	23,9	41,8
Sudeste	5 021	18,8	25,3	55,8
Sul	1 607	19,2	28,9	51,2
Centro-Oeste	1 126	18,5	26,7	54,4
Homens				
Brasil	9 101	31,9	28,5	39,3
Norte	957	32,6	27,6	39,1
Nordeste	3 259	43,3	26,6	29,7
Sudeste	3 163	23,8	28,6	47,5
Sul	1 006	24,1	33,6	41,7
Centro-Oeste	717	25,3	31,3	43,1
Mulheres				
Brasil	4 807	11,4	18,9	69,3
Norte	428	12,0	16,2	71,1
Nordeste	1 511	13,9	18,1	67,7
Sudeste	1 858	10,3	19,5	70,0
Sul	601	11,1	21,2	67,1
Centro-Oeste	409	6,6	18,5	74,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

**Tabela 4.10 - Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada			
	Total (1) (2)	Grupos de anos de estudo		
		Até 4	5 a 8	Mais de 8
Total				
Brasil	938	610	745	1 206
Norte	863	643	687	1 073
Nordeste	627	452	509	838
Sudeste	1 167	758	892	1 441
Sul	1 051	764	887	1 257
Centro-Oeste	1 192	884	884	1 450
Homens				
Brasil	981	629	791	1 417
Norte	875	663	717	1 175
Nordeste	631	466	528	969
Sudeste	1 265	796	967	1 696
Sul	1 152	802	959	1 524
Centro-Oeste	1 250	918	949	1 662
Mulheres				
Brasil	856	509	615	981
Norte	834	524	575	948
Nordeste	618	362	450	716
Sudeste	999	609	704	1 145
Sul	882	620	697	984
Centro-Oeste	1 092	655	688	1 235

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

**Tabela 4.11 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de setor de atividade (%)				
		Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Serviços
Total						
Brasil	19 481	20,1	10,0	17,8	22,2	29,6
Norte	2 060	30,9	9,8	13,9	22,8	22,1
Nordeste	5 865	28,2	8,7	13,1	24,7	25,0
Sudeste	7 231	9,3	10,6	21,9	21,5	36,5
Sul	2 915	25,9	10,4	19,1	18,3	26,3
Centro-Oeste	1 411	13,8	11,5	19,7	23,2	31,7
Homens						
Brasil	13 303	25,0	5,1	26,0	18,9	24,7
Norte	1 476	37,7	7,1	19,3	17,2	17,9
Nordeste	3 958	34,3	4,1	19,3	20,3	21,5
Sudeste	4 860	12,6	5,3	32,5	19,3	30,0
Sul	2 047	30,3	4,8	26,9	15,7	22,1
Centro-Oeste	963	18,2	5,1	28,7	21,0	26,9
Mulheres						
Brasil	6 177	9,5	20,6	0,3	29,4	40,2
Norte	584	13,7	16,4	0,3	37,0	32,5
Nordeste	1 907	15,4	18,2	0,1	33,9	32,3
Sudeste	2 371	2,6	21,5	0,3	25,9	49,7
Sul	867	15,5	23,5	0,4	24,5	36,0
Centro-Oeste	448	4,2	25,3	0,3	28,1	42,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive as pessoas em atividades mal definidas.

**Tabela 4.12 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)		
		Até 4	5 a 8	Mais de 8
Total				
Brasil	19 481	34,2	26,6	39,1
Norte	2 060	42,4	26,4	30,7
Nordeste	5 865	45,4	24,9	29,5
Sudeste	7 231	26,1	25,7	48,1
Sul	2 915	28,6	31,3	39,9
Centro-Oeste	1 411	28,4	28,7	42,8
Homens				
Brasil	13 303	39,1	27,2	33,5
Norte	1 476	47,5	26,8	25,3
Nordeste	3 958	51,7	24,7	23,3
Sudeste	4 860	30,6	26,6	42,8
Sul	2 047	32,0	32,6	35,3
Centro-Oeste	963	32,6	29,8	37,4
Mulheres				
Brasil	6 177	23,5	25,3	51,0
Norte	584	29,6	25,3	44,4
Nordeste	1 907	32,3	25,3	42,2
Sudeste	2 371	16,8	23,9	59,2
Sul	867	20,5	28,2	50,9
Centro-Oeste	448	19,4	26,3	54,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

**Tabela 4.13 - Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade (R\$) (1)			
	Total	Grupos de anos de estudo		
		Até 4	5 a 8	Mais de 8
Total				
Brasil	1 318	781	1 076	1 959
Norte	914	691	895	1 249
Nordeste	806	472	660	1 437
Sudeste	1 643	1 013	1 227	2 214
Sul	1 663	1 179	1 409	2 214
Centro-Oeste	1 667	1 077	1 365	2 268
Homens				
Brasil	1 446	866	1 236	2 302
Norte	975	727	985	1 445
Nordeste	872	529	754	1 750
Sudeste	1 810	1 128	1 411	2 555
Sul	1 843	1 297	1 608	2 557
Centro-Oeste	1 852	1 196	1 571	2 659
Mulheres				
Brasil	1 044	479	709	1 476
Norte	759	547	648	969
Nordeste	670	284	473	1 082
Sudeste	1 304	592	821	1 711
Sul	1 241	749	873	1 654
Centro-Oeste	1 267	644	869	1 688

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

**Tabela 4.14 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça (%)					
	Trabalhos formais (1)			Trabalhos informais		
	Total	Branca	Preta e parda	Total	Branca	Preta e parda
<b>Brasil</b>	<b>56,9</b>	<b>64,0</b>	<b>50,4</b>	<b>43,1</b>	<b>36,0</b>	<b>49,6</b>
<b>Norte</b>	<b>38,7</b>	<b>46,6</b>	<b>36,6</b>	<b>61,3</b>	<b>53,4</b>	<b>63,4</b>
Rondônia	51,9	52,2	51,7	48,1	47,8	48,3
Acre	40,7	44,2	40,4	59,3	55,8	59,6
Amazonas	41,9	52,8	39,8	58,1	47,2	60,2
Roraima	45,2	54,7	42,3	54,8	45,3	57,7
Pará	32,5	40,0	30,8	67,5	60,0	69,2
Região Metropolitana de Belém	50,3	55,3	48,7	49,7	44,7	51,3
Amapá	49,0	58,2	47,3	51,0	41,8	52,7
Tocantins	40,5	48,2	38,1	59,5	51,8	61,9
<b>Nordeste</b>	<b>38,6</b>	<b>44,9</b>	<b>36,3</b>	<b>61,4</b>	<b>55,1</b>	<b>63,7</b>
Maranhão	25,5	37,0	22,3	74,5	63,0	77,7
Piauí	30,0	36,9	27,9	70,0	63,1	72,1
Ceará	37,5	45,1	34,1	62,5	54,9	65,9
Região Metropolitana de Fortaleza	54,1	58,8	51,8	45,9	41,2	48,2
Rio Grande do Norte	45,8	49,6	43,0	54,2	50,4	57,0
Paraíba	38,7	45,6	35,3	61,3	54,4	64,7
Pernambuco	46,6	50,2	44,8	53,4	49,8	55,2
Região Metropolitana de Recife	61,7	64,9	60,1	38,3	35,1	39,9
Alagoas	45,7	50,3	43,9	54,3	49,7	56,1
Sergipe	43,2	43,2	43,1	56,8	56,8	56,9
Bahia	39,2	42,0	38,4	60,8	58,0	61,6
Região Metropolitana de Salvador	61,1	70,3	59,4	38,9	29,7	40,6
<b>Sudeste</b>	<b>66,9</b>	<b>69,5</b>	<b>63,7</b>	<b>33,1</b>	<b>30,5</b>	<b>36,3</b>
Minas Gerais	59,3	62,0	57,1	40,7	38,0	42,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	68,9	70,0	68,2	31,1	30,0	31,8
Espírito Santo	58,9	58,0	59,5	41,1	42,0	40,5
Rio de Janeiro	67,0	69,9	64,4	33,0	30,1	35,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	67,3	71,0	64,1	32,7	29,0	35,9
São Paulo	71,1	72,5	68,8	28,9	27,5	31,2
Região Metropolitana de São Paulo	71,1	72,3	69,3	28,9	27,7	30,7
<b>Sul</b>	<b>65,6</b>	<b>66,9</b>	<b>61,7</b>	<b>34,4</b>	<b>33,1</b>	<b>38,3</b>
Paraná	65,6	68,0	60,4	34,4	32,0	39,6
Região Metropolitana de Curitiba	72,8	73,8	70,0	27,2	26,2	30,0
Santa Catarina	73,1	73,7	69,6	26,9	26,3	30,4
Rio Grande do Sul	61,4	61,8	59,7	38,6	38,2	40,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	70,9	71,1	70,6	29,1	28,9	29,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>60,8</b>	<b>63,5</b>	<b>58,8</b>	<b>39,2</b>	<b>36,5</b>	<b>41,2</b>
Mato Grosso do Sul	61,9	64,4	59,4	38,1	35,6	40,6
Mato Grosso	57,2	61,1	54,7	42,8	38,9	45,3
Goiás	56,8	58,8	55,5	43,2	41,2	44,5
Distrito Federal	73,1	76,0	71,2	26,9	24,0	28,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.



**Tabela 4.15 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, média de horas gastas em afazeres domésticos e jornada total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo								
	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal			Média de horas gastas em afazeres domésticos			Jornada total		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>39,6</b>	<b>42,1</b>	<b>36,1</b>	<b>16,3</b>	<b>10,0</b>	<b>20,8</b>	<b>55,9</b>	<b>52,1</b>	<b>56,9</b>
<b>Norte</b>	<b>38,2</b>	<b>41,1</b>	<b>33,7</b>	<b>16,6</b>	<b>10,5</b>	<b>21,8</b>	<b>54,8</b>	<b>51,6</b>	<b>55,5</b>
Rondônia	38,0	40,9	33,5	15,7	9,0	21,5	53,7	49,9	55,0
Acre	37,5	41,2	32,5	15,5	8,7	21,1	53,0	49,9	53,6
Amazonas	40,0	41,9	36,9	17,5	12,1	22,7	57,5	54,0	59,6
Roraima	37,8	40,1	34,6	14,5	10,0	18,5	52,3	50,1	53,1
Pará	37,5	40,8	32,5	16,2	9,9	21,2	53,7	50,7	53,7
Região Metropolitana de Belém	39,3	41,6	36,3	16,7	11,5	20,6	56,0	53,1	56,9
Amapá	39,9	41,7	37,2	17,5	12,5	21,7	57,4	54,2	58,9
Tocantins	37,7	41,5	32,4	18,6	11,7	24,3	56,3	53,2	56,7
<b>Nordeste</b>	<b>37,1</b>	<b>39,9</b>	<b>33,0</b>	<b>18,3</b>	<b>10,6</b>	<b>23,2</b>	<b>55,4</b>	<b>50,5</b>	<b>56,2</b>
Maranhão	34,7	38,5	29,2	21,0	11,9	26,0	55,7	50,4	55,2
Piauí	34,2	38,2	28,8	18,0	9,5	24,1	52,2	47,7	52,9
Ceará	37,2	39,6	33,7	19,0	11,4	23,7	56,2	51,0	57,4
Região Metropolitana de Fortaleza	40,4	42,2	38,1	18,6	11,9	23,1	59,0	54,0	61,2
Rio Grande do Norte	38,8	41,9	34,3	18,9	10,1	24,6	57,7	52,0	58,9
Paraíba	37,0	40,0	32,8	18,1	11,0	22,8	55,1	51,0	55,6
Pernambuco	39,5	41,5	36,5	18,2	11,0	22,6	57,7	52,5	59,1
Região Metropolitana de Recife	41,4	43,2	38,9	19,0	12,5	23,2	60,4	55,7	62,1
Alagoas	38,0	40,2	34,3	19,1	10,5	24,0	57,1	50,7	58,3
Sergipe	36,4	39,2	32,4	19,0	11,3	24,1	55,4	50,5	56,5
Bahia	36,9	39,6	33,0	16,6	9,9	21,4	53,5	49,5	54,4
Região Metropolitana de Salvador	39,9	42,1	37,4	15,8	10,3	20,5	55,7	52,4	57,9
<b>Sudeste</b>	<b>40,7</b>	<b>43,1</b>	<b>37,6</b>	<b>15,8</b>	<b>9,9</b>	<b>20,0</b>	<b>56,5</b>	<b>53,0</b>	<b>57,6</b>
Minas Gerais	39,8	42,9	35,6	16,8	9,5	22,2	56,6	52,4	57,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	40,2	42,5	37,4	15,3	9,3	20,2	55,5	51,8	57,6
Espírito Santo	40,2	42,7	36,9	16,3	9,3	20,9	56,5	52,0	57,8
Rio de Janeiro	40,6	42,7	37,9	16,6	10,7	20,1	57,2	53,4	58,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	40,5	42,3	38,0	16,3	10,7	19,7	56,8	53,0	57,7
São Paulo	41,2	43,3	38,5	15,1	9,9	18,8	56,3	53,2	57,3
Região Metropolitana de São Paulo	41,2	43,0	39,0	14,1	9,5	17,3	55,3	52,5	56,3
<b>Sul</b>	<b>40,6</b>	<b>43,3</b>	<b>37,1</b>	<b>15,2</b>	<b>9,3</b>	<b>19,9</b>	<b>55,8</b>	<b>52,6</b>	<b>57,0</b>
Paraná	40,5	43,3	36,9	15,0	8,5	19,9	55,5	51,8	56,8
Região Metropolitana de Curitiba	40,4	42,5	37,8	14,3	8,5	18,7	54,7	51,0	56,5
Santa Catarina	41,8	43,9	39,0	15,1	9,3	18,9	56,9	53,2	57,9
Rio Grande do Sul	39,9	43,0	36,2	15,5	10,0	20,4	55,4	53,0	56,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	40,7	42,7	38,5	15,2	10,3	19,4	55,9	53,0	57,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>40,9</b>	<b>43,5</b>	<b>37,4</b>	<b>15,0</b>	<b>9,3</b>	<b>19,1</b>	<b>55,9</b>	<b>52,8</b>	<b>56,5</b>
Mato Grosso do Sul	41,0	44,1	36,8	15,4	9,6	19,8	56,4	53,7	56,6
Mato Grosso	41,1	44,0	36,8	15,9	9,9	20,4	57,0	53,9	57,2
Goiás	41,3	44,0	37,5	14,5	8,7	18,6	55,8	52,7	56,1
Distrito Federal	39,7	40,9	38,4	14,7	9,6	18,5	54,4	50,5	56,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 4.16 - Rendimento-hora médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Rendimento-hora médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas (1)				
	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais
Total					
Brasil	10,27	5,00	6,77	9,03	22,61
Norte	8,03	4,18	5,55	8,30	19,03
Nordeste	6,81	3,04	4,24	7,50	18,70
Sudeste	12,41	6,51	7,83	9,90	25,18
Sul	10,40	6,49	7,80	8,91	19,52
Centro-Oeste	11,57	6,60	7,81	9,13	23,59
Homens					
Brasil	11,22	5,60	7,54	10,55	27,60
Norte	8,60	4,87	6,19	9,30	23,48
Nordeste	7,22	3,47	4,73	8,62	24,55
Sudeste	13,73	7,24	8,60	11,71	30,01
Sul	11,69	7,67	8,94	10,15	24,04
Centro-Oeste	12,55	7,38	9,14	10,89	27,66
Mulheres					
Brasil	8,99	3,82	5,47	7,15	18,34
Norte	7,17	2,72	4,33	6,93	15,48
Nordeste	6,23	2,12	3,37	6,23	14,55
Sudeste	10,67	5,23	6,62	7,61	20,67
Sul	8,78	4,65	6,00	7,39	15,71
Centro-Oeste	10,24	4,83	5,35	6,96	20,28

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

**Tabela 4.17 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em cargos de direção ou gerência, e rendimento médio do trabalho principal, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em cargos de direção ou gerência (%)			Rendimento médio no trabalho principal das pessoas em cargos de direção ou gerência (R\$) (1)		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>5,8</b>	<b>6,4</b>	<b>5,0</b>	<b>4 080</b>	<b>4 603</b>	<b>3 172</b>
Norte	4,1	4,0	4,3	3 276	3 599	2 828
Nordeste	4,0	4,3	3,6	3 376	3 999	2 305
Sudeste	6,6	7,4	5,4	4 488	5 088	3 415
Sul	6,6	7,5	5,6	3 906	4 219	3 379
Centro-Oeste	6,8	7,7	5,7	4 104	4 477	3 399

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e sem rendimento.

**Tabela 4.18 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em cargos de direção ou gerência, e rendimento médio no trabalho principal, por sexo, segundo os grupos de setor de atividade - Brasil - 2012**

Grupos de setor de atividade	Pessoas de 25 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em cargos de direção ou gerência, total e por sexo (1 000 pessoas)			Rendimento médio no trabalho principal das pessoas em cargos de direção ou gerência, total e por sexo (1)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Total (2)</b>	<b>4 470</b>	<b>2 826</b>	<b>1 645</b>	<b>4 080</b>	<b>4 603</b>	<b>3 172</b>
Agrícola	80	74	6	2 643	2 671	2 146
Indústria	745	556	188	4 528	4 843	3 592
Construção	105	85	20	8 847	10 091	3 712
Comércio e Reparação	1 595	994	601	3 563	3 998	2 830
Alojamento e Alimentação	545	307	238	2 711	2 935	2 410
Transporte, Armazenagem e Comunicação	185	130	55	4 464	5 003	3 201
Administração Pública	285	171	113	3 951	4 277	3 450
Educação, Saúde e Serviços Sociais	224	77	147	3 613	4 907	2 959
Demais Serviços	705	431	275	5 356	6 085	4 224

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Inclusive as pessoas em atividades mal definidas.

## Padrão de vida e distribuição de renda

---

O estudo da distribuição de renda no Brasil é, usualmente, realizado a partir de dados de pesquisas domiciliares, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que possibilita a análise do ponto de vista individual, familiar ou domiciliar, ou seja, a denominada distribuição pessoal da renda. Se, por um lado, indicadores obtidos desta forma permitem a montagem de séries longas e consistentes para se estudar a questão distributiva, por outro, requerem complementação.

Uma das limitações associadas ao enfoque da distribuição pessoal da renda concerne ao tipo de rendimento que as pesquisas amostrais domiciliares são capazes de levantar com maior facilidade. Apesar do esforço de se listar um amplo conjunto de itens no questionário sobre a origem dos rendimentos percebidos, a informação é melhor captada para os rendimentos do trabalho, aposentadorias, pensões e algumas transferências sociais, de modo que a distribuição de renda obtida representa basicamente uma distribuição de renda associada a esses tópicos. É conhecido o fato de que os rendimentos do capital são de difícil captação em pesquisas dessa natureza.

Uma forma alternativa e complementar de se estudar o fenômeno distributivo é realizada a partir dos resultados do Sistema de Contas Nacionais, do IBGE, por meio da distribuição funcional da renda, que representa a repartição da renda gerada no processo produtivo. O termo “funcional” indica que esta repartição considera a função desempenhada pelos agentes no processo produtivo. A ótica da renda do Sistema de Contas Nacionais identifica, assim, a parcela do valor adicionado à economia que é destinada ao trabalho assalariado (a remuneração); aos

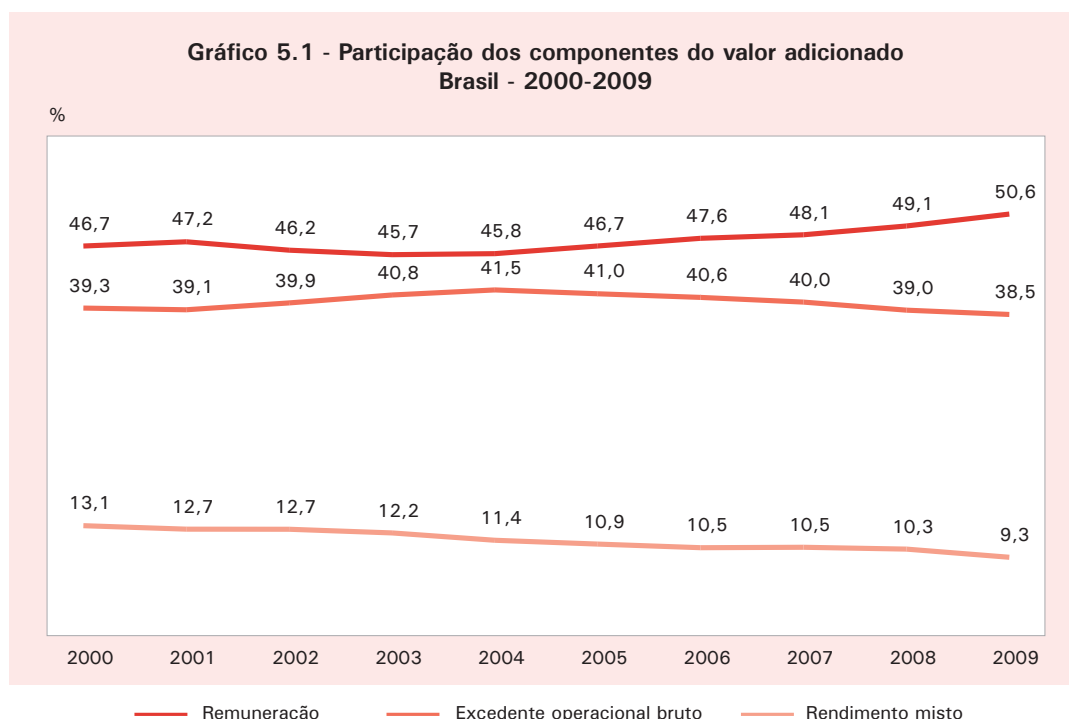
ganhos potenciais do capital (o excedente operacional bruto); e também a renda associada à parcela mista trabalho-capital que cabe ao trabalho autônomo (o rendimento misto bruto<sup>19</sup>).

Conceitualmente, as remunerações incluem os salários brutos e as contribuições sociais pagas pelos empregadores, e o excedente operacional bruto agrega o rendimento das empresas financeiras e não financeiras, dos proprietários de imóveis e de outros bens alugados e dos detentores de títulos financeiros públicos ou privados. Assim, as condições econômicas e sociais são fundamentais para a configuração da distribuição funcional da renda em uma perspectiva histórica. Fatores institucionais específicos como a forma de organização da produção, as taxas de inflação, o valor do salário mínimo, o nível de organização sindical, bem como os efeitos das políticas econômicas terão impactos sobre como a renda gerada será distribuída entre os diferentes atores sociais. O dinamismo da economia e do mercado de trabalho desempenha, indiscutivelmente, papel decisivo na determinação da distribuição funcional da renda.

## Distribuição funcional da renda no Brasil no período 2000-2009

O período de análise aqui retratado vai de 2000, ano-base do atual Sistema de Contas Nacionais do Brasil, a 2009, último ano disponível com a divulgação do Produto Interno Bruto - PIB pela ótica da renda, necessária para o cálculo de sua distribuição funcional. Considerando os dois componentes de maior participação no PIB, remunerações e excedente operacional bruto, dois comportamentos distintos podem ser detectados. De 2000 a 2004, as remunerações perdem participação para o excedente operacional bruto; de 2004 a 2009 observa-se o inverso. Já o rendimento misto bruto sofre queda contínua de participação desde o início da série. O Gráfico 5.1 apresenta a evolução da participação dos componentes do valor adicionado no período disponível durante a vigência da série atual do Sistema de Contas Nacionais.

<sup>19</sup> Um conjunto de fontes alimenta o Sistema de Contas Nacionais em suas diversas operações. Para o caso das remunerações, destacam-se as pesquisas estruturais econômicas do IBGE (Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa, Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, Pesquisa Anual de Comércio - PAC e Pesquisa Anual de Serviços - PAS) e os registros administrativos provenientes da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, da Secretaria da Receita Federal. A PNAD fornece as informações salariais dos empregados sem carteira de trabalho assinada e, também, do rendimento dos autônomos. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar a publicação: SISTEMA de contas nacionais: Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 172 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2013.



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2000-2009.

Pode-se afirmar que o resultado inicial desfavorável à remuneração dos trabalhadores foi consequência, no mercado de trabalho brasileiro, da adoção de medidas econômicas contracionistas para a estabilização dos preços, originadas desde a implantação do Plano Real, na segunda metade da década anterior. Entre estas se destacam a abertura comercial e o consequente aumento das importações, que trouxeram uma reestruturação produtiva menos intensiva em trabalho; elevadas taxas de juros de toda a economia por longos períodos; e redução, em proporção ao PIB, do gasto público primário. Problemas internos, como a crise energética de 2001, o risco de descontrole inflacionário e a deterioração das condições de endividamento público em 2002 criaram dificuldades ao desenvolvimento econômico, comprometendo também o ano de 2003<sup>20</sup> (HALLAK NETO, 2013).

A retomada do crescimento da economia e a consequente recuperação do emprego e das remunerações na renda nacional só vieram a ocorrer a partir de 2004. Este segundo movimento, de recuperação da participação das remunerações, prosseguiu continuamente até 2009, último ano da série. Neste período observou-se pela primeira vez na economia brasileira, desde 1980, a ocorrência de cinco anos consecutivos de elevação do PIB acima de 3,0% ao ano<sup>21</sup>. A partir de 2004 observou-se, também, ampliação do nível de ocupação da população economicamente ativa, aumento de sua formalização e substanciais melhorias na remuneração do trabalho, conforme descrito no Capítulo 4, **Trabalho**.

<sup>20</sup> Em 2002 a inflação anual alcançou 12,5%, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE. O percentual médio da dívida pública em relação ao PIB ascendeu de 29,9% em 1995 para 56,5%, em 2002 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1996, p. 77, 2002, p. 101).

<sup>21</sup> De 2004 a 2008, o crescimento médio anual do PIB foi equivalente a 4,8%. Incluindo-se o recessivo ano de 2009, a média recua para 3,9%, taxa ainda elevada para o padrão brasileiro recente.

Ainda em relação à recuperação da remuneração do trabalho, deve-se observar que o valor do salário mínimo nacional, variável fundamental para a determinação de grande parte das remunerações no País, recebeu contínuos reajustes acima da inflação no período 2004-2009<sup>22</sup>. Outro sinal que reforça este movimento de recuperação das remunerações é a obtenção sistemática pelos trabalhadores organizados de aumentos salariais acima da inflação, fato que se inicia justamente a partir de 2004<sup>23</sup>.

Pode-se atribuir o crescimento econômico e a consequente expansão quantitativa e qualitativa do emprego no Brasil, ao menos até 2008, às condições favoráveis provenientes tanto da economia mundial quanto da economia doméstica. Em um primeiro momento, verificou-se forte ampliação das exportações brasileiras, registrada pelo aumento de sua participação no PIB<sup>24</sup>. Entretanto, a partir do último trimestre de 2008, e durante o ano de 2009, quando os reflexos da crise mundial foram mais intensamente disseminados internamente, o cenário externo contribuiu negativamente para o crescimento do País. Sendo assim, o consumo doméstico passou a prevalecer na sustentação da situação relativamente favorável do mercado de trabalho brasileiro. Neste contexto, cumpriram papel fundamental os efeitos já mencionados da política de recuperação do salário mínimo, além das medidas de expansão do crédito e da consolidação de programas sociais de transferência de renda que impulsionaram o consumo das famílias (HALLAK NETO, 2013).

Assim, mesmo 2009 sendo um ano de forte crise internacional, a remuneração ganhou peso e atingiu a maior participação na série histórica. Foram determinantes para este feito a elevação do emprego e da massa salarial e a redução da renda em geral, consubstanciada na queda do PIB naquele ano (-0,3%, em volume). Por este motivo o excedente operacional bruto perdeu participação relativa, uma vez que a ausência de crescimento econômico determinou a redução dos ganhos dos produtores e da lucratividade em geral (HALLAK NETO, 2013).

Apesar da recuperação da participação das remunerações a partir de 2004, movimento contínuo que vai até o último ano da série, no contexto internacional o Brasil ainda aparece com um baixo percentual da renda gerada destinada à remuneração do trabalho. Em uma comparação internacional, utilizando a base de dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD)<sup>25</sup>, o Brasil (com 43,6%) situou-se na 29ª posição no tocante à participação das remunerações no PIB<sup>26</sup>, posicionando-se entre África do Sul (44,9%) e Itália (42,8%). A proporção registrada na economia brasileira ficou muito aquém da maioria dos países desenvolvidos, embora tenha sido consideravelmente superior à do México (29,2%) e Índia (28,5%), os últimos colocados neste

<sup>22</sup> De 2004 a 2009, os aumentos médios reais do salário mínimo deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, foram de 7,4% ao ano, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (POLÍTICA..., 2012).

<sup>23</sup> Os levantamentos dos resultados das negociações sindicais, elaborados pelo DIEESE (BALANÇO..., 2012), mostram que, de 2000 a 2004, os reajustes salariais acima do INPC atingiram, em média, 38,8% das categorias laborais. Já de 2005 a 2009 esta proporção alcançou 80,2% das categorias.

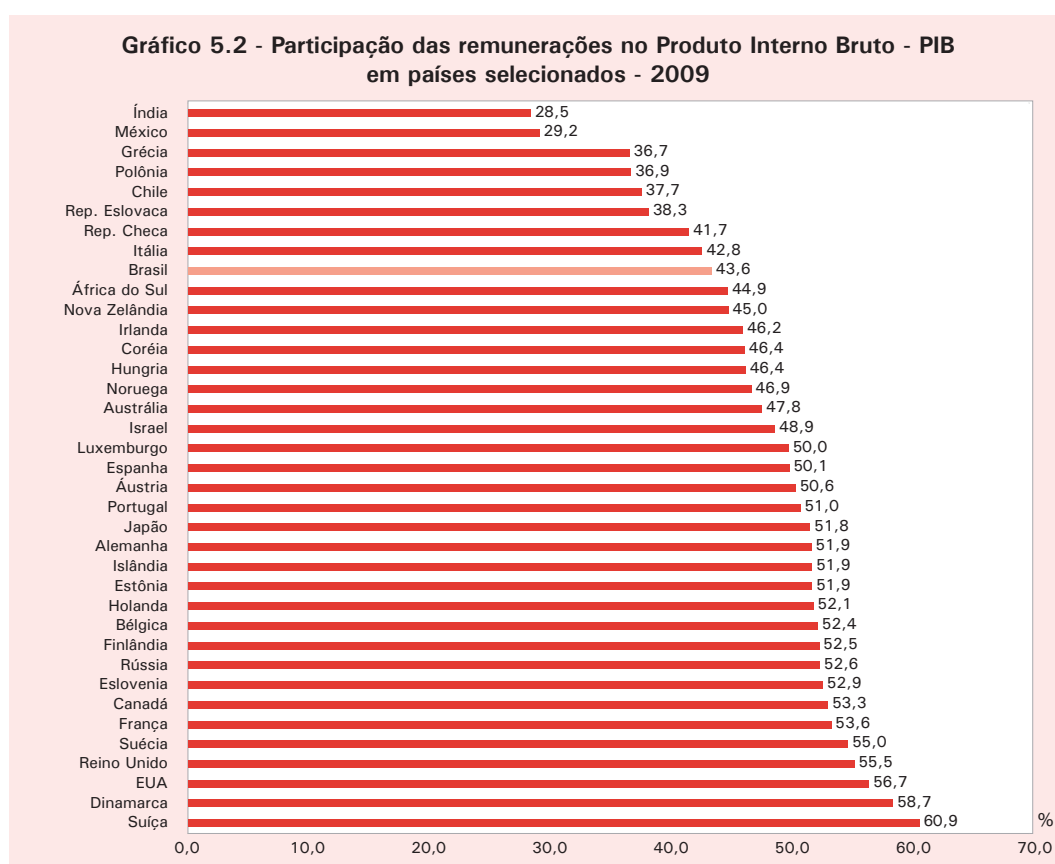
<sup>24</sup> Segundo o Sistema de Contas Nacionais, o coeficiente de exportações sobre o PIB passou de 10,0%, em 2000, para 13,7%, em 2008.

<sup>25</sup> Para informações complementares sobre o tema, consultar: GROSS domestic product (GDP). In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *OECD.StatExtracts*. Paris, [2013]. Disponível em: <[http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SNA\\_TABLE1#](http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SNA_TABLE1#)>. Acesso em: nov. 2013.

<sup>26</sup> O PIB difere do valor adicionado, pois inclui, além das remunerações aos fatores produtivos, os impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, arrecadados pelas administrações públicas.

tipo de comparação, e à do Chile (37,7%). Na outra ponta, Suíça (60,9%) e Dinamarca (58,7%) figuraram na liderança do *ranking* de países com maior proporção da renda gerada destinada ao trabalho em 2009, conforme ilustra o Gráfico 5.2.

A recuperação do rendimento dos trabalhadores de meados da década de 2000 em diante foi determinada pelas condições favoráveis observadas na economia do País, em que se destacaram o aumento contínuo do crédito, a redução das taxas de juros, a expansão dos rendimentos médios do trabalho e do ganho real do salário mínimo, além do declínio da taxa de desemprego e da maior formalização das ocupações. Entretanto, embora a participação das remunerações tenha atingido seu ponto máximo no final da série histórica, o percentual observado no Brasil situou-se entre os mais baixos em termos mundiais. Apesar da situação internacional relativamente desfavorável, a melhora da distribuição funcional da renda obtida até 2009 parece ser uma tendência para os anos seguintes, pois as pesquisas de emprego mais recentes (Pesquisa Mensal de Emprego - PME e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, referentes aos anos de 2011 e 2012, além dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego) atestam a manutenção das condições favoráveis no mercado de trabalho, no que concerne à criação de empregos e elevação da renda média (Gráficos 4.3 e 4.6), além da continuidade da política de valorização do salário mínimo que aumentou, em termos reais, 6,02% em 2010, 0,37% em 2011 e 7,59% em 2012, segundo dados do DIEESE (POLÍTICA..., 2012).



Fontes: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2009; e Gross domestic product (GDP). In: Organisation For Economic Co-Operation And Development - OECD. OECD.StatExtracts. Paris, [2013]. Disponível em: <[http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SNA\\_TABLE1#](http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SNA_TABLE1#)>. Acesso em: nov. 2013.



## Distribuição pessoal da renda e indicadores de desigualdade

Em termos da distribuição pessoal da renda, com base nos rendimentos individuais das pessoas de 15 anos ou mais de idade captados pela PNAD, considerando todas as fontes, observa-se que, em 2012, o primeiro décimo da distribuição (10% com menores rendimentos) se apropriava de 1,1% da renda total, enquanto ao último décimo (10% com maiores rendimentos) correspondia 41,9% (Tabela 1). Entre 2004 e 2012, a evolução da apropriação da renda total pelos décimos inferiores da distribuição foi positiva até o sétimo décimo e negativa para os três últimos. A melhora relativa na participação dos indivíduos na renda total não foi, entretanto, suficiente para alterar substancialmente o quadro de desigualdades de renda do País, uma vez que a apropriação das rendas pelos décimos populacionais permanece extremamente desigual.

**Tabela 1 - Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as classes de percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil - 2004/2012**

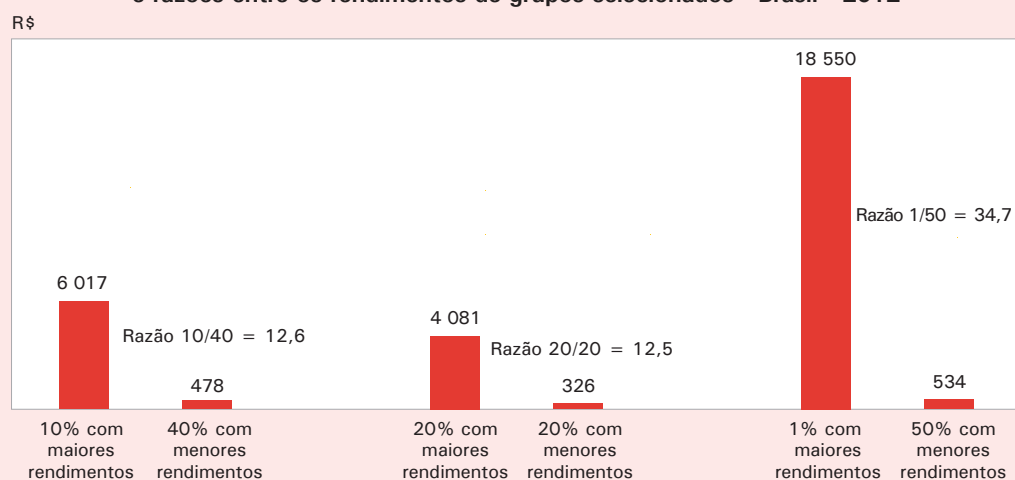
Classes de percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento (%)								Taxa de crescimento 2004-2012 (%)
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
Até 10	0,9	1,0	0,9	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	26,7
Mais de 10 a 20	2,6	2,8	2,6	3,0	3,0	3,0	3,4	3,4	30,8
Mais de 20 a 30	3,6	3,7	4,0	4,0	4,0	4,2	4,2	4,3	21,6
Mais de 30 a 40	3,8	3,8	4,0	4,1	4,1	4,3	4,4	4,4	17,8
Mais de 40 a 50	4,7	4,8	4,8	4,9	5,1	5,1	5,3	5,3	13,2
Mais de 50 a 60	6,0	6,0	6,0	6,1	6,2	6,3	6,5	6,5	8,2
Mais de 60 a 70	7,5	7,5	7,6	7,8	7,8	7,9	8,0	8,0	7,9
Mais de 70 a 80	10,1	10,1	10,0	10,0	10,1	10,1	10,2	10,1	(-) 0,2
Mais de 80 a 90	15,7	15,3	15,4	15,5	15,4	15,3	15,1	14,9	(-) 5,0
Mais de 90 a 100	45,3	45,1	44,8	43,7	43,2	42,9	41,8	41,9	(-) 7,5
Mais de 95 a 100	32,4	32,4	32,1	31,2	30,9	30,7	29,8	30,1	(-) 7,1
Mais de 99 a 100	13,0	13,2	13,1	12,6	12,5	12,6	12,1	12,9	(-) 0,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2012.

Nota: Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

O Gráfico 5.3 resume os resultados da Tabela 1 para os principais estratos acumulados de população, de forma a ser possível a construção dos indicadores clássicos de razão de rendimentos. Assim, enquanto os 10% da distribuição com maiores rendimentos detinham 41,9% da renda total, os 40% com menores rendimentos se apropriaram de 13,3% da renda total. O indicador de desigualdade razão 10/40 mostra que, ao se dividir o rendimento dos primeiros pelo rendimento dos segundos (10% mais ricos sobre os 40% mais pobres), obtém-se a razão de 12,6, que significa dizer que os 10% com maiores rendimentos tinham um rendimento médio 12,6 vezes superior ao rendimento dos 40% com menores rendimentos (em 2002, essa razão foi de 16,8). Analogamente, as razões 20/20 (20% mais ricos sobre os 20% mais pobres) e 1/50 (1% mais rico sobre os 50% mais pobres) foram, respectivamente, 12,5 e 34,7, em 2012, e 17,4 e 42,0, em 2002.

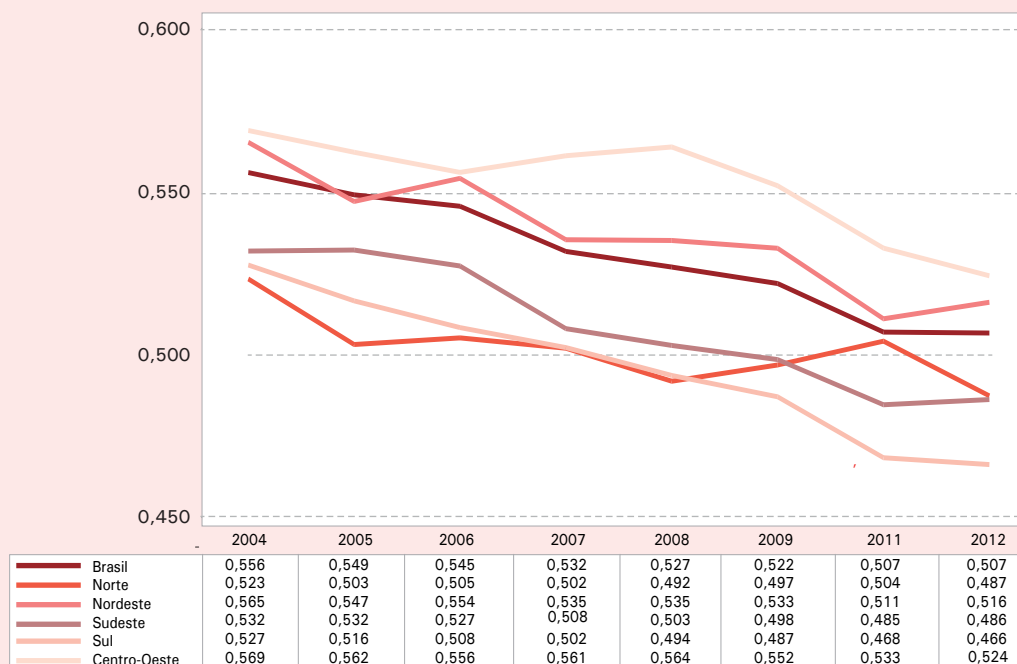
**Gráfico 5.3 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade e razões entre os rendimentos de grupos selecionados - Brasil - 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

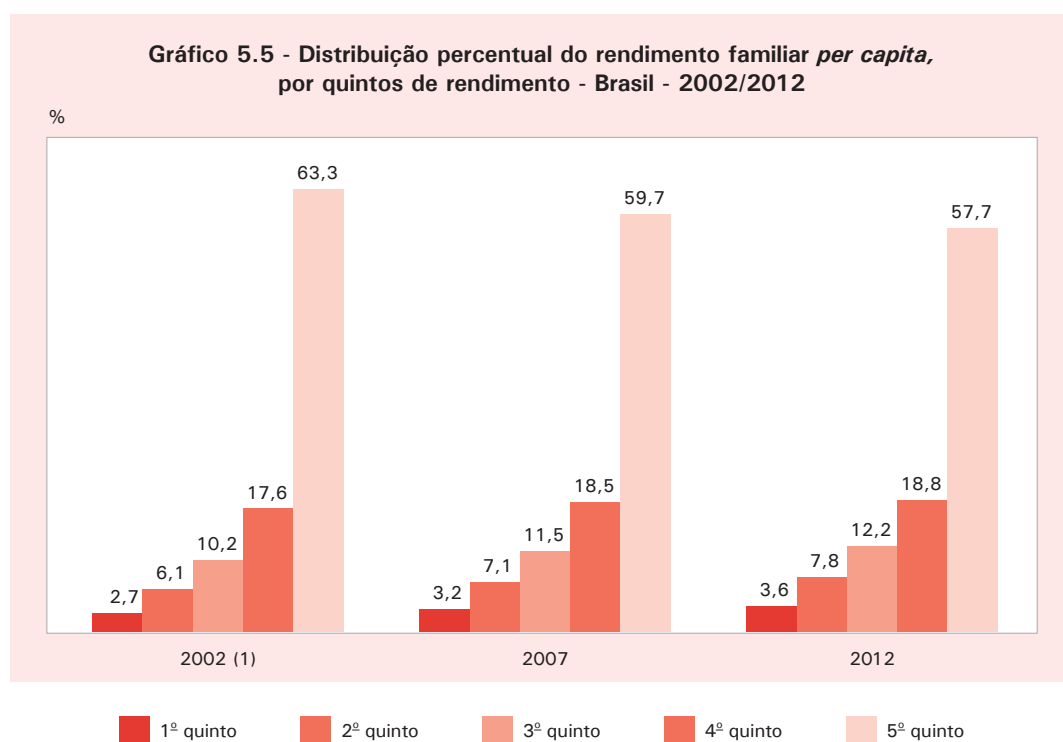
Todavia, o indicador mais utilizado para mensurar a desigualdade de rendimentos é o índice de Gini, que varia de 0 a 1, sendo “1” o valor de máxima desigualdade e “0” a perfeita igualdade na distribuição de rendimentos (quando 10% da população se apropria de 10% da renda total e assim por diante). Depois de um período longo de estabilidade, o indicador apresentou queda sistemática a partir dos anos 2000, atingindo, em 2011, o valor de 0,507. Em 2012, o indicador se manteve neste patamar. O índice de Gini é maior que a média nacional nas Regiões Centro-Oeste (0,524) e Nordeste (0,516). A Região Sul é aquela com menor desigualdade no que concerne ao rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade (0,466) (Gráfico 5.4).

**Gráfico 5.4 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Grandes Regiões - 2004/2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Quando a variável de análise é o rendimento familiar *per capita*, ou seja, ao se considerar todos os rendimentos dos membros familiares e o tamanho do arranjo familiar, o mesmo movimento de redução da desigualdade se observa, ainda que em uma estrutura de grande desigualdade na apropriação dos rendimentos. A análise dos quintos da distribuição mostra que caiu a participação do quinto quinto (20% mais ricos) na renda total (de 63,3% para 57,7%) (Tabela 5.6 e Gráfico 5.5). A Tabela 5.4 evidencia ainda a diferença entre os rendimentos médios dos quintos extremos. No primeiro, o rendimento médio mensal familiar *per capita*, em 2012, era de R\$ 186 (0,3 salário mínimo). No último (20% mais ricos), o rendimento médio era de R\$ 2 998 ou 4,82 salários mínimos. A razão 20/20, que relaciona os rendimentos médios desses quintos extremos, mostra que a desigualdade era maior no Nordeste, onde o último quinto alcançou receber 17,9 vezes mais que o primeiro.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Essa melhora nos indicadores de desigualdade foi amplamente discutida por especialistas, chegando-se a três fatores fundamentais para sua explicação: o período de crescimento econômico e de geração de empregos, a política de valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda. Sobre o primeiro fator, o Capítulo 4, **Trabalho**, e a seção sobre a distribuição funcional da renda mostraram diversos indicadores que retratam essa realidade. A política de valorização do salário mínimo, também já mencionada, foi um importante fator de elevação da renda média dos estratos inferiores de rendimento. Na verdade, embora o rendimento médio tenha se elevado para todos os estratos populacionais analisados, o efeito redutor sobre a desigualdade se deu justamente porque o aumento observado na base da pirâmide de rendimentos foi superior ao ocorrido no topo nos últimos anos. Entre 2004 e 2012, o rendimento médio das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos dois primeiros décimos teve um aumento percentual real de cerca de 70% em média. Para o terceiro décimo, com rendimento

médio equivalente ao salário mínimo de 2012 (R\$ 622), o crescimento percentual no período foi de 59%. Já entre aqueles com rendimentos superiores, os ganhos foram positivos, porém em menor escala, da ordem de 22% em média para os dois últimos décimos, segundo dados da PNAD 2012 (SÍNTESE..., 2013, tab. 7.1.5).

Como, pela PNAD, não é possível obter diretamente o rendimento proveniente de programas de transferência de renda, uma aproximação bruta desse fenômeno pode ser apreendida ao se observar a decomposição do rendimento familiar por suas origens para as famílias com baixos níveis de rendimento familiar *per capita*. Em 2012, a PNAD estimou que 6,4% dos arranjos familiares tinham até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita* de rendimento familiar (não considerando aquelas com rendimento familiar nulo, que correspondem a 2,1% do total de arranjos), e 14,6% apresentavam rendimento de mais de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita* (Tabela 5.1). Pode-se supor que, para esses arranjos familiares, “outras fontes” refiram-se essencialmente a essas transferências governamentais em vez de rendimentos de alugueis, aplicações financeiras, etc.<sup>27</sup>.

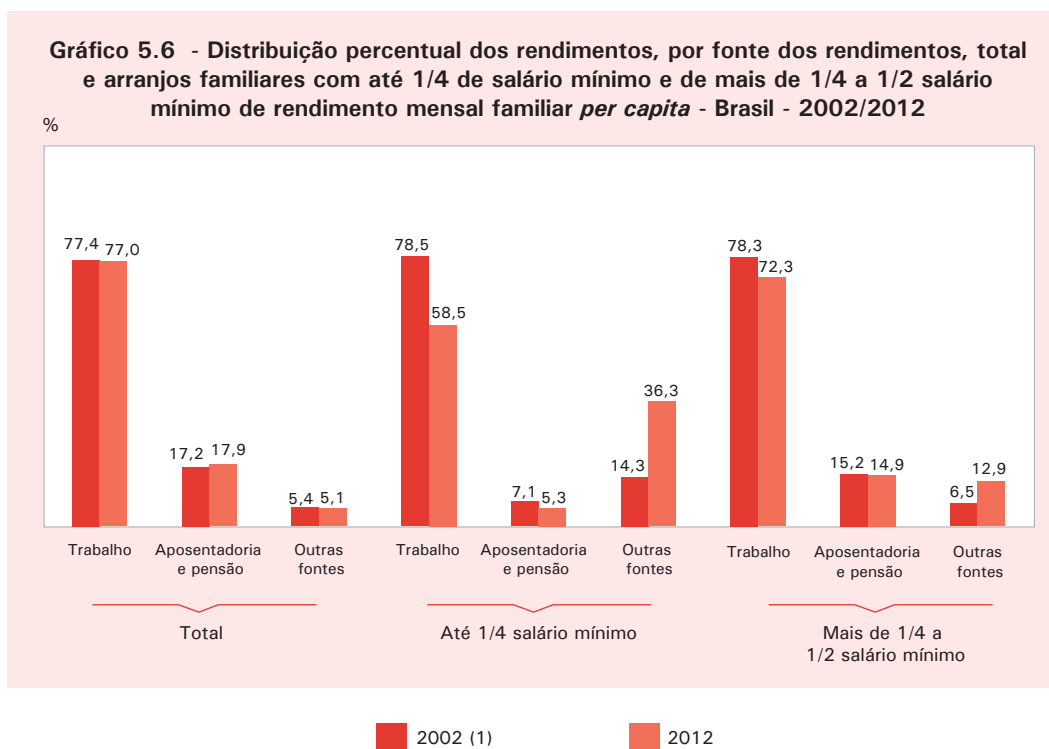
Entre 2002 e 2012, o rendimento de outras fontes para o grupo de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita* ganhou participação relativa e passou de 14,3% para 36,3% da renda total desses arranjos. Para os arranjos familiares com rendimento *per capita* de mais de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*, o impacto foi menor, mas ainda significativo, com a participação das outras fontes dobrando na última década (Gráfico 5.6). Vale ressaltar que os cortes de  $\frac{1}{4}$  e de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo equivaliam a R\$ 156 e R\$ 311, respectivamente, em 2012. O limite máximo de rendimento familiar *per capita* praticado pelo Programa Bolsa Família, que habilita a família a requerer o benefício, era de R\$ 140 no mesmo ano. Já para inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)<sup>28</sup>, as famílias devem ter rendimento *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Estados com programas próprios de transferência de renda, de forma a complementar o benefício do Bolsa Família, podem ampliar esse limite de habilitação para requerimento dos benefícios.

A menor participação relativa da origem “trabalho” no rendimento dos arranjos familiares com até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita* não significa que houve redução na taxa de ocupação das pessoas em idade de trabalhar. Entre 2002 e 2012, essa taxa permaneceu próxima aos 80% (Tabela 2). Logo, as outras fontes contribuíram para aumentar a renda média das famílias sem impactar na participação das mesmas no mercado de trabalho, não havendo, portanto, indícios de incentivos adversos ao trabalho como resultado do recebimento de benefícios do governo. No Nordeste, onde é maior a concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família (Tabela 4), a participação das outras fontes nos arranjos familiares com até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo chega a 40,9%

<sup>27</sup> O rendimento mensal de outras fontes compreende: a) o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e b) o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc. (PESQUISA..., 2013b).

<sup>28</sup> O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: a) renda mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo por pessoa; ou b) renda mensal total de até 3 salários mínimos. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família (BRASIL, 2013c).

do rendimento familiar *per capita* total (Tabela 5.5), ocorrendo também em paralelo a uma taxa de ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade nesses arranjos mais elevada que a média nacional (83,8%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**Tabela 2 - Taxa de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, com rendimento familiar *per capita* até 1/2 salário mínimo, por classes de rendimento mensal familiar *per capita* em salários mínimos, segundo as Grandes Regiões - 2002/2012**

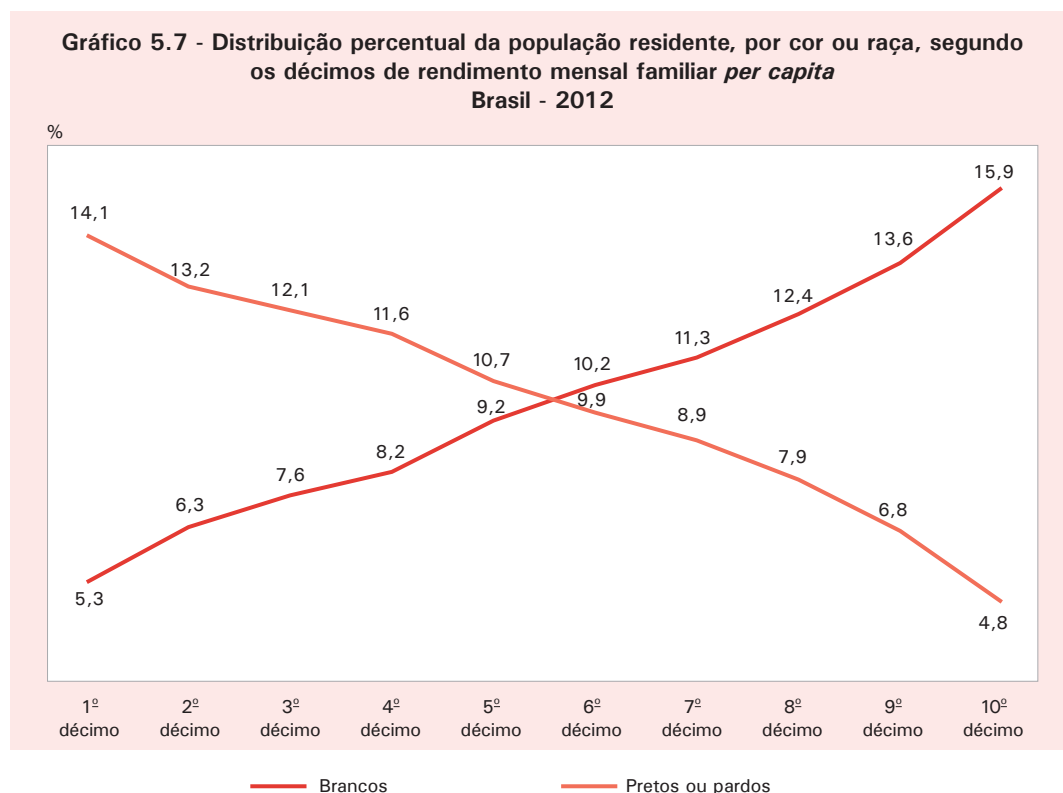
Grandes Regiões	Taxa de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 16 anos ou mais de idade com rendimento familiar <i>per capita</i> até 1/2 de salário mínimo, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>					
	2002 (1)			2012		
	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo
<b>Brasil</b>	<b>83,5</b>	<b>76,9</b>	<b>87,6</b>	<b>85,0</b>	<b>78,2</b>	<b>88,2</b>
Norte	82,2	69,9	88,9	89,1	84,3	91,6
Nordeste	88,8	85,9	91,2	87,5	83,8	89,8
Sudeste	73,7	57,8	81,4	78,2	57,1	84,0
Sul	85,4	77,7	88,9	84,5	72,0	88,3
Centro-Oeste	80,4	63,9	87,6	83,2	64,2	88,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

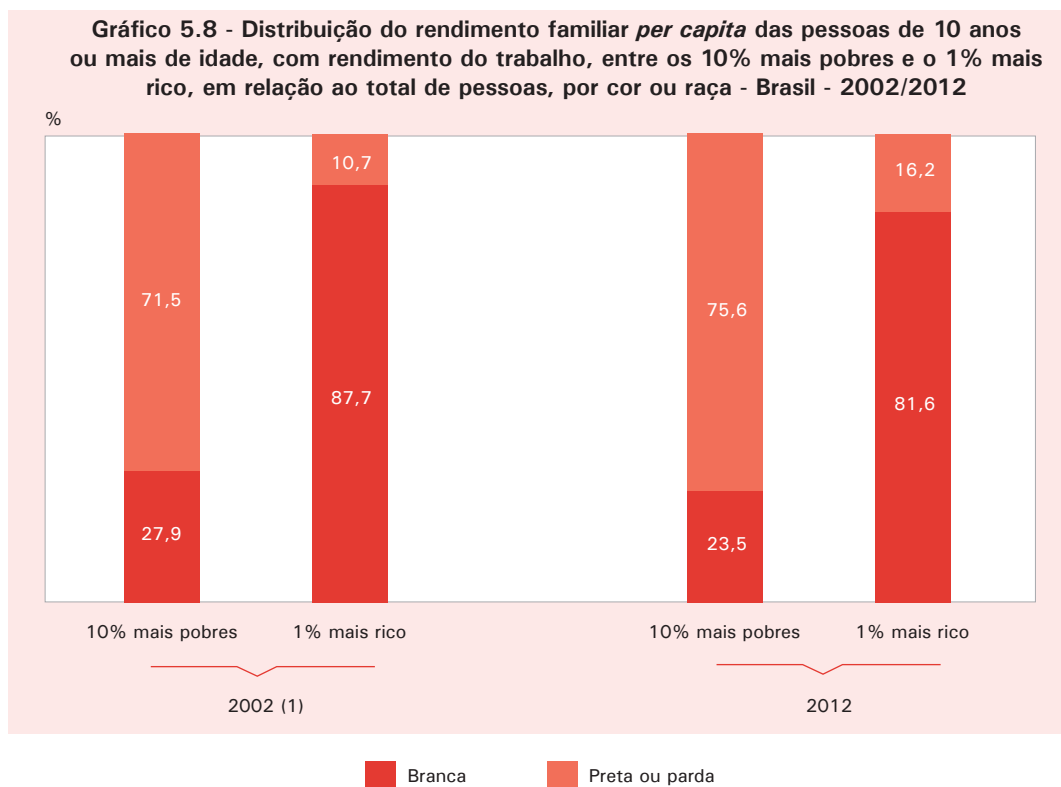
(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As desigualdades econômicas, aqui medidas pelo rendimento mensal familiar *per capita*, também se destacam quando se consideram as categorias de cor ou raça da população brasileira. Historicamente, pretos e pardos apresentam indicadores sociais desfavoráveis quando comparados à população de cor branca, fruto ainda da histórica exclusão social de amplos segmentos de pretos e pardos, inserções diferenciadas no mercado de trabalho, distribuição regional, acessos desiguais a uma série de bens e serviços, entre diversos outros fatores estruturantes da sociedade brasileira nessa perspectiva.

A distribuição dos rendimentos por décimos de população, segundo a cor ou raça, ilustra essa desigualdade. No primeiro décimo (10% mais pobres), estão 14,1% da população preta ou parda e 5,3% dos brancos. As curvas apresentam desenhos opostos, aumentando sistematicamente a participação de brancos nos estratos superiores de rendimentos e menor participação de pretos ou pardos. No último décimo, as posições se invertem (Gráfico 5.7 e Tabela 5.9). Outra forma de avaliar a desigualdade por cor ou raça é destacar os extremos da distribuição de rendimentos, em que, ao longo do tempo, prevalece o peso dos brancos no 1% com maiores rendimentos (mais ricos) e de pretos ou pardos entre os mais pobres. Entre 2002 e 2012 houve uma ligeira melhora na distribuição do rendimento familiar *per capita* para aquelas pessoas com rendimento do trabalho, mantendo-se, no entanto, o quadro de desigualdade pouco alterado (Gráfico 5.8 e Tabela 5.8): são 81,6% de brancos no 1% mais rico da população, contra apenas 16,2% de pretos ou pardos. No total da população, pretos ou pardos representaram 53,0% em 2012.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

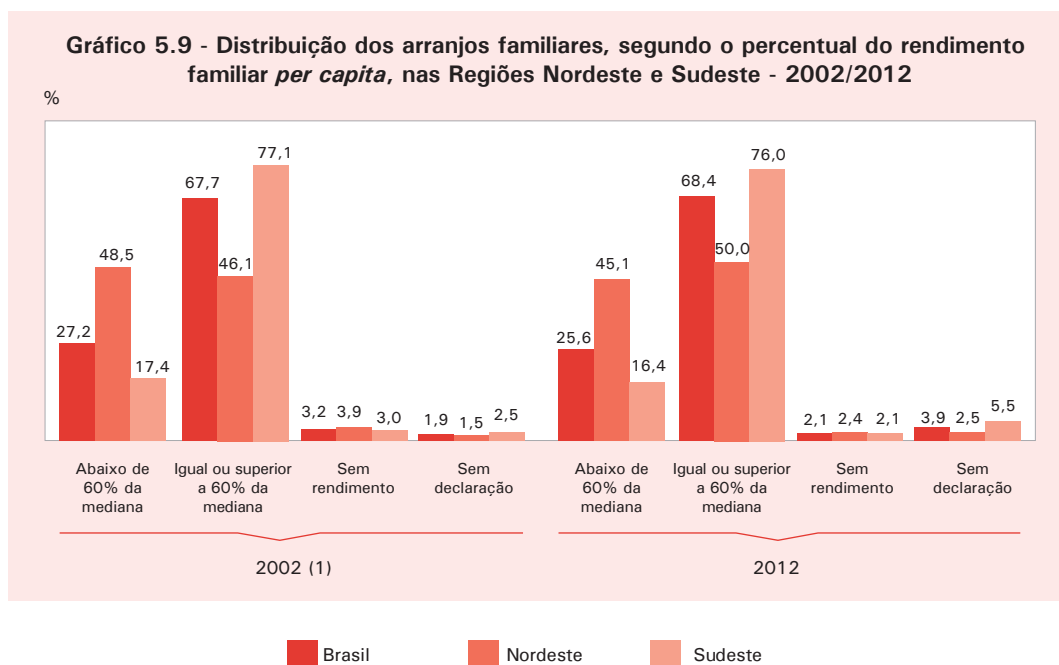
Nota: Inclusive a população de cor ou raça amarela ou indígena.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A adoção de indicador monetário de pobreza relativa permite avaliar o fenômeno da pobreza também por uma perspectiva de desigualdade. Uma medida internacional bastante utilizada consiste na linha de 60% da mediana: as pessoas cujos rendimentos se situam abaixo desse corte são consideradas sob risco de pobreza ou exclusão social (*at risk of poverty or social exclusion*)<sup>29</sup>. Esse tipo de análise tem a vantagem de fazer com que a linha de pobreza acompanhe a evolução do rendimento médio total da população (Gráfico 5.9). Em 2012, 25,6% dos arranjos familiares estavam abaixo desse patamar; em 2002, eram 27,2%. Nas Regiões Nordeste e Sudeste, 45,1% e 16,4% dos arranjos familiares, respectivamente, viviam com rendimentos abaixo desse patamar em 2012, evidenciando, mais uma vez, as fortes disparidades regionais. Considerando o total de pessoas, 32,2% tinham rendimento familiar *per capita* inferior a 60% da mediana nacional, sendo que na Região Nordeste mais da metade das pessoas tinham rendimentos até esse limite (Tabelas 2.17 a 2.22).

<sup>29</sup> A OCDE e o Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT constroem esse indicador a partir da variável rendimento disponível familiar equivalente (equivalised household disposable income), ou seja, o rendimento total recebido pelas famílias menos os impostos e transferências correntes que pagam, ajustado para o tamanho da família, com uma escala de equivalência. O indicador construído para o Brasil utiliza o rendimento bruto familiar *per capita* de todas as fontes, ou seja, divide o rendimento familiar pelo número de membros sem utilizar escalas de equivalência. Publicações recentes da OCDE comparam desigualdade de renda e pobreza entre países usando uma escala que divide a renda familiar pela raiz quadrada do tamanho da família (*square root scale*). Isso significa que, para uma família de cinco membros, ao invés de se dividir a renda por 5 (*per capita*), divide-se por 2,2, em função dos pesos diferenciados conferidos aos membros dos domicílios (OCDE, 2012). Por esse motivo, os indicadores internacionais não são diretamente comparáveis ao indicador brasileiro. Para dados internacionais mais detalhados, consultar: PEOPLE at risk of poverty or social exclusion. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2013. Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/People\\_at\\_risk\\_of\\_poverty\\_or\\_social\\_exclusion](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/People_at_risk_of_poverty_or_social_exclusion)>. Acesso em: nov. 2013.

Vale ressaltar que a mediana do rendimento familiar *per capita* equivalia ao valor do salário mínimo de 2012, ou seja, metade da população vivia com até R\$ 622 *per capita* (Tabela 5.7).



## Análise das condições de vida pela ótica da realização de direitos

A presente análise, até aqui, utilizou apenas variáveis de rendimento para construção dos indicadores de desigualdade e pobreza. Todavia, é reconhecida a multidimensionalidade de ambos os fenômenos, que abarcam elementos que vão além da perspectiva monetária, como ter acesso a uma educação de qualidade, segurança alimentar, moradia digna, direito à participação política e social, acesso a tratamentos de saúde (preventivos, inclusive), liberdades, trabalho decente e lazer, entre tantos outros (SEN, 1987, 1992).

Uma forma interessante de mensurar a pobreza por meio da conjugação de indicadores monetários e não monetários, a partir da perspectiva da efetivação de direitos humanos e sociais básicos e fundamentais, vem sendo desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund - UNICEF) e o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social - CONEVAL), do México. A metodologia utilizada define indicadores nos seguintes âmbitos: atraso educacional; acesso aos serviços de saúde; características físicas do domicílio; acesso a serviços básicos; acesso à alimentação; e acesso à seguridade social. O indicador rendimento familiar *per capita* abaixo de 60% da mediana foi utilizado para a análise da pobreza monetária. Ao aplicar esta



metodologia ao contexto da PNAD<sup>30</sup>, os indicadores de acesso à saúde ou alimentação não foram mensurados, tendo em vista a ausência de informações diretas nesta pesquisa sobre esses temas. Assim, além da pobreza monetária, foram construídos quatro indicadores compostos, abordando quatro restrições de acesso referentes a dimensões não monetárias importantes na análise de padrão de vida e que, ao mesmo tempo, relacionam-se com o marco jurídico nacional que trata de direitos sociais fundamentais:

**Acesso restrito à educação:** crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam a escola; pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas; e pessoas com 16 anos ou mais de idade que não tinham concluído o ensino fundamental.

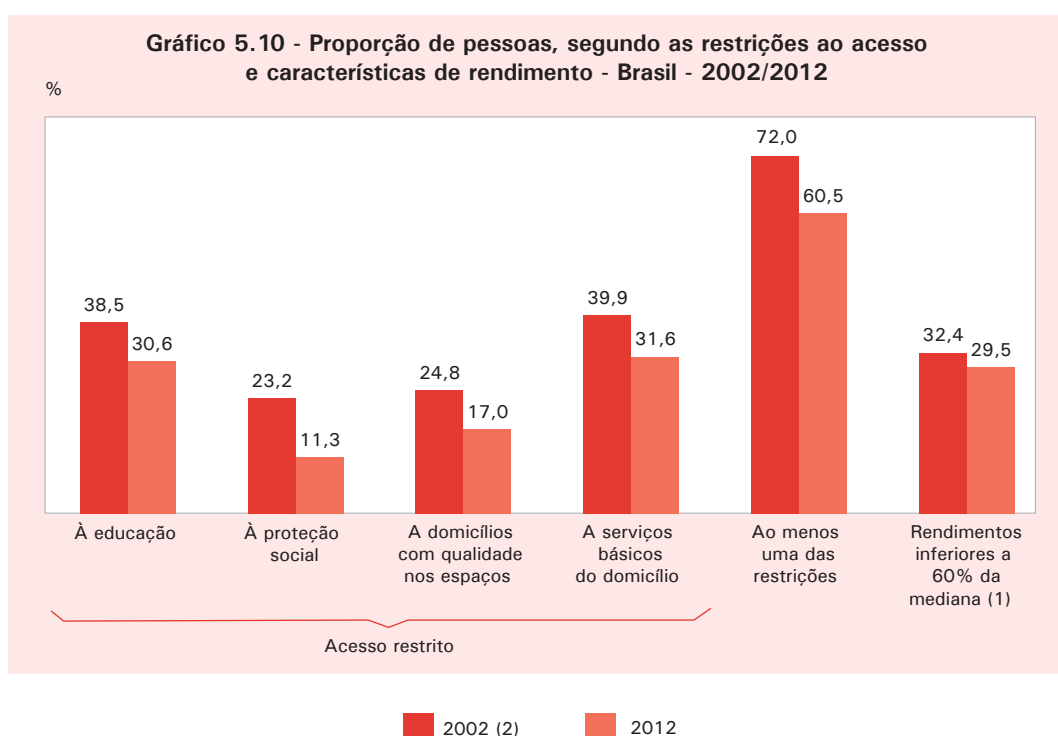
**Acesso restrito à qualidade nos espaços dos domicílios:** moradores em domicílios cujas paredes não eram de alvenaria ou madeira aparelhada; telhado cujo material predominante não era telha, laje ou madeira aparelhada; e cuja densidade de moradores por dormitório era superior a 2,5 pessoas.

**Acesso restrito aos serviços básicos de saneamento e iluminação:** moradores em domicílios cujo abastecimento de água não era por rede geral; esgotamento sanitário não realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica; sem coleta de lixo direta ou indireta; ou ainda aqueles sem iluminação elétrica.

**Acesso restrito à proteção social:** moradores em domicílios sem ao menos uma pessoa com 10 anos ou mais de idade em algumas das seguintes condições: contribuinte para instituto de previdência social em qualquer trabalho; aposentado; pensionista de instituto de previdência ou beneficiário de programa de transferência de renda. Utilizou-se como *proxy* dos beneficiários de programas de transferência de renda as pessoas que declaravam receber outros rendimentos, o que inclui programas sociais, e possuíam rendimento domiciliar *per capita* inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Entre 2002 e 2012, a proporção de pessoas que apresentavam ao menos uma das restrições de acesso avaliadas passou de 72% para 60,5%. A restrição de acesso à proteção social foi a que apresentou maior decréscimo percentual (-51%) seguido da dimensão qualidade nos espaços dos domicílios (-31%). Todavia, as restrições de acesso à educação e aos serviços de saneamento e iluminação (serviços básicos do domicílio) permanecem com as maiores proporções de pessoas (30,6% e 31,6%, respectivamente, em 2012) (Gráfico 5.10 e Tabela 5.10).

<sup>30</sup> As pessoas são a unidade de análise, sendo que para o caso das restrições de acesso mensuradas ao nível dos domicílios, todos os residentes são assinalados de acordo com a presença ou não da respectiva restrição.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

Notas: (1) Exclui pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita* e pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

## Acesso à proteção social

Os resultados positivos apresentados pelo indicador de acesso à proteção social, anteriormente mencionado, remetem à evolução favorável da formalização das ocupações discutida no Capítulo 4, **Trabalho**, que mostrou o crescimento da proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em empregos formais entre 2002 e 2012 (44,6% para 56,9%). Esse aumento de trabalhadores formalizados possui impactos diretos na realização de direitos trabalhistas (férias, 13º salário, licença-maternidade, jornada regulada) e na contribuição à previdência social, que confere a estes e suas famílias acesso a uma série de proteções e garantias contra riscos (desemprego, incapacidade para o trabalho), direitos e auxílios previdenciários diversos.

Segundo a PNAD 2012, 60,3% da população de 16 anos ou mais de idade contribuía para previdência social; em 2002, o percentual de contribuição era de 46,5%. Para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada e funcionários públicos estatutários, a contribuição é imediata no contracheque, sendo os militares das Forças Armadas um caso especial de seguridade, com regime próprio de aposentadorias e pensões. Para os demais, a contribuição depende de iniciativa própria e individual. Os resultados da Tabela 3 mostram que o percentual de não contribuintes se reduziu em 25,9% entre 2002 e 2012. Ainda assim, em 2012, perfaziam um conjunto de cerca de 37 milhões de pessoas ocupadas no mercado de trabalho desprotegidas pela ótica previdenciária. Se adoecerem, ficarem grávidas ou enfrentarem qualquer outra contingência que as incapacitem para o trabalho de forma permanente ou temporária, esses indivíduos dependerão apenas da solidariedade familiar ou de possíveis poupanças individuais privadas para

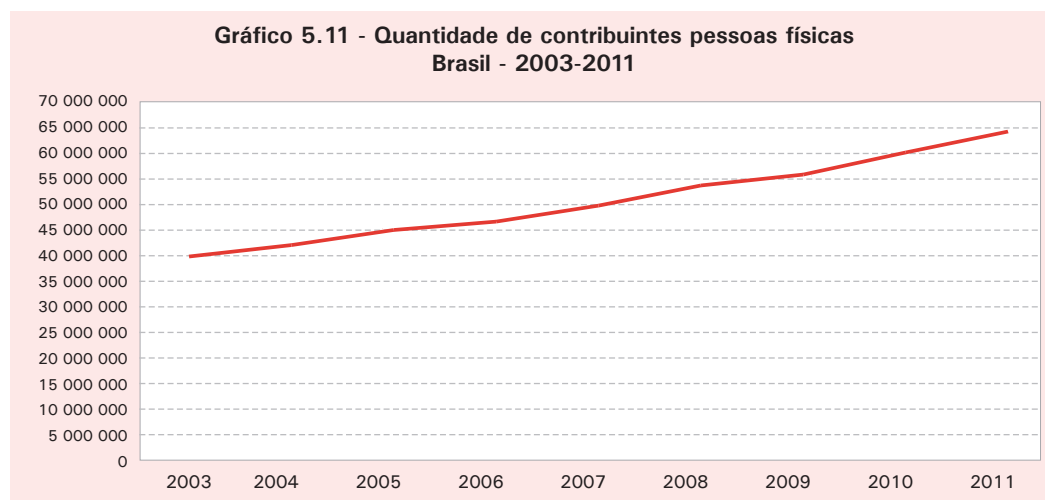
sobreviverem. A análise da contribuição por posição na ocupação mostra que houve redução generalizada em todas as categorias tradicionalmente **não** contribuintes: as categorias conta própria e outros (empregados sem carteira) tiveram uma redução de 11,8% e 11,1%, respectivamente, no indicador.

**Tabela 3 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que não contribuíam para a Previdência Social, por posição na ocupação do trabalho principal - Brasil - 2002/2012**

Posição na ocupação do trabalho principal na semana de referência	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que não contribuíam para a Previdência Social (%)			Diferença 2002/2012 (%)
	2002	2007	2012	
<b>Total</b>	<b>53,5</b>	<b>48,4</b>	<b>39,7</b>	<b>(-) 25,9</b>
Com carteira assinada	0,0	0,0	0,0	0,0
Militar	100,0	100,0	100,0	0,0
Funcionário público estatutário	0,0	0,0	0,0	0,0
Empregados sem carteira de trabalho assinada	89,3	85,2	79,4	(-) 11,1
Doméstico com carteira assinada	0,0	0,0	0,0	0,0
Doméstico sem carteira assinada	96,9	95,5	88,5	(-) 8,6
Contra própria	86,6	83,7	76,3	(-) 11,8
Empregadores	45,1	42,5	34,5	(-) 23,5
Trabalhador na produção para próprio consumo	99,6	98,4	97,1	(-) 2,5
Trabalhador na construção para próprio uso	97,8	98,2	97,7	(-) 0,1
Não remunerado	98,1	94,6	91,1	(-) 7,1

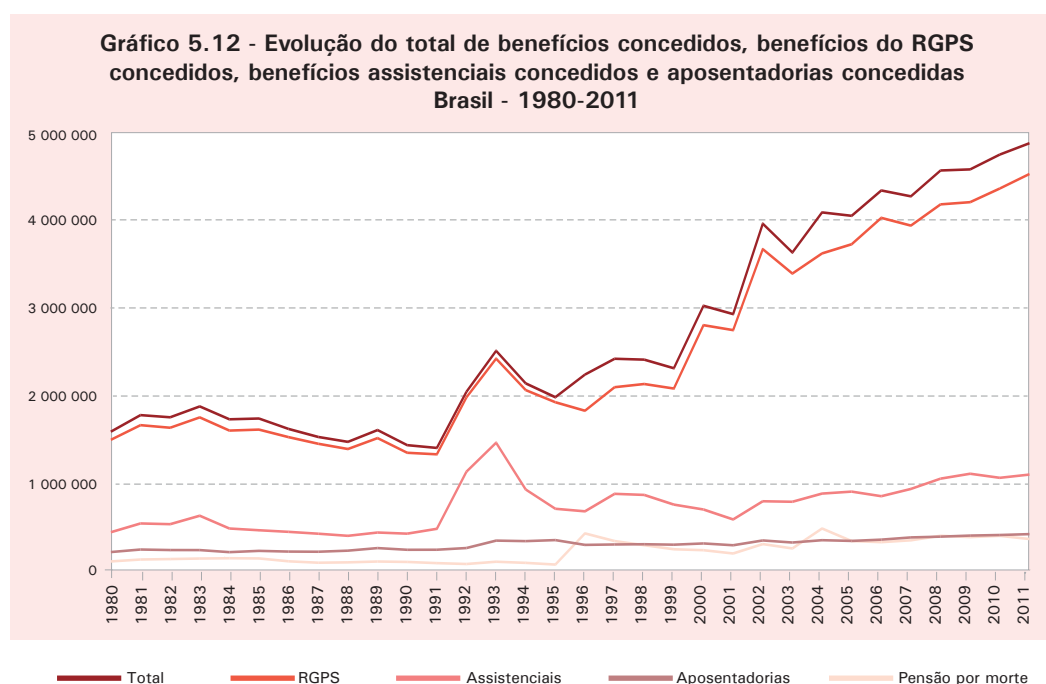
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002/2012.

De fato, dados do *Anuário estatístico da previdência social 2011*, que reúne um importante conjunto de informações sobre contribuintes e beneficiários da Previdência Social, mostram que, entre 2003 e 2011, a quantidade de contribuintes pessoas físicas aumentou 61,3%, atingindo 64,3 milhões em 2011 (Gráfico 5.11).



Fonte: Anuário estatístico da previdência social 2011. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 20, 2011. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1\\_121023--162858-947.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_121023--162858-947.pdf)>, Acesso em: out. 2013; e Anuário estatístico da previdência social: suplemento histórico 1980-2008. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 5, 2008. Disponível em: <[http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/compressed/3\\_100531-133431-508.zip](http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/compressed/3_100531-133431-508.zip)>. Acesso em: out. 2013.

No que tange ao conjunto de beneficiários da Previdência Social, 4,8 milhões de novos benefícios foram concedidos<sup>31</sup> em 2011, sendo 78% para a clientela urbana e 22% para a rural. Os benefícios concedidos dividem-se em benefícios do Regime Geral de Previdência Social, que abrangem as aposentadorias, pensões, auxílios, salário-maternidade<sup>32</sup> e outros; e benefícios assistenciais, fundamentalmente compostos pelos amparos assistenciais (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS). Nesse contexto, cerca de metade dos benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social concedidos em 2011 foram auxílios (auxílio-doença, principalmente); 26% aposentadorias; 13,9% salário-maternidade e quase 10% foram pensões. Nas áreas rurais, a participação dos auxílios no total das concessões é bem inferior à urbana (21%), enquanto o salário-maternidade chega a quase 30% dos benefícios concedidos (Tabela 5.11). A série histórica representada no Gráfico 5.12 mostra que a evolução positiva das concessões de benefícios, desde meados dos anos 1990, foi fundamentalmente capitaneada pelos auxílios previdenciários no âmbito do Regime Geral de Previdência Social. De caráter distinto dos demais benefícios previdenciários, porque independem de contribuição prévia à Previdência Social, foram concedidos, também em 2011, 341 288 amparos assistenciais (Tabela 5.11).

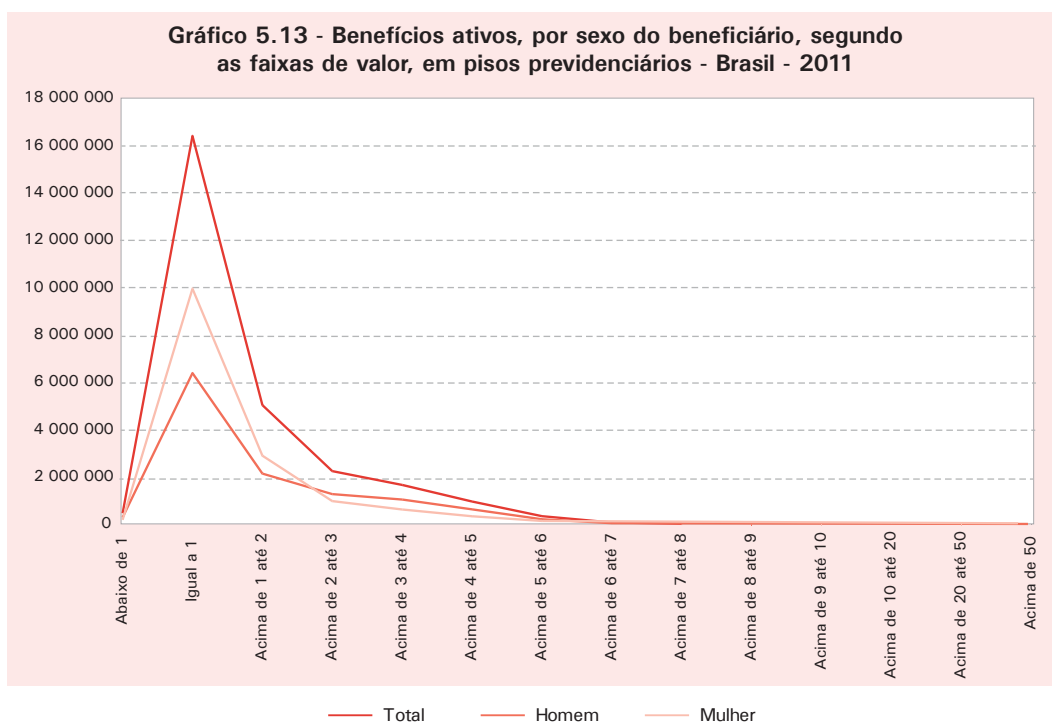


Fonte: Anuário estatístico da previdência social 2011. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 20, 2011. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1\\_121023-162858-947.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_121023-162858-947.pdf)>. Acesso em: out. 2013; e Anuário estatístico da previdência social: suplemento histórico 1980-2008. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 5, 2008. Disponível em: <[http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/compressed/3\\_100531-133431-508.zip](http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/compressed/3_100531-133431-508.zip)>. Acesso em: out. 2013.

<sup>31</sup> Benefício concedido é aquele cujo requerimento - apresentado pelo segurado ou seus dependentes à Previdência Social - é analisado e deferido, desde que o requerente preencha todos os requisitos necessários à espécie do benefício solicitado, e liberado para pagamento. A concessão corresponde, portanto, ao fluxo de entrada de novos benefícios no sistema previdenciário (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2011, 2011, p. 19).

<sup>32</sup> O salário-maternidade é devido a todas as seguradas da Previdência Social durante 28 dias antes do parto e 91 dias depois, pago diretamente pelo INSS no caso das seguradas trabalhadora avulsas, empregada doméstica, contribuinte individual, especial e facultativa (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2011, 2011, p. 14).

Além da análise anual do fluxo de entrada de beneficiários no sistema, dado pelo número de benefícios concedidos, é importante também avaliar o conjunto de indivíduos que recebem regularmente benefícios da Previdência Social, o chamado estoque de benefícios ativos. Em 2011, eram 28,9 milhões de benefícios nessa condição, dos quais 83,8% eram previdenciários, 2,8% acidentários e 13,4% assistenciais. A distribuição percentual dos benefícios mostra que 70% dos benefícios destinavam-se a pessoas em áreas urbanas e 30%, rurais. A Região Sudeste tinha a maior concentração de benefícios ativos (44,3%, sendo 22,5% no Estado de São Paulo) e foi também a região com maior valor médio de benefício (R\$ 921). Os valores médios dos benefícios nas Regiões Norte e Nordeste eram cerca de 70% desse valor. Na zona rural, tais valores eram iguais ou muito próximos ao valor do salário mínimo de 2011 (R\$ 545), que equivale ao piso previdenciário. De fato, a maior parte dos benefícios ativos (60,4%) era de um piso previdenciário, razão pela qual a política de valorização do salário mínimo possui impactos importantes que vão além do mercado de trabalho, elevando a renda média de ocupados no mercado de trabalho e também de beneficiários da Previdência Social (Gráfico 5.13 e Tabela 5.12).

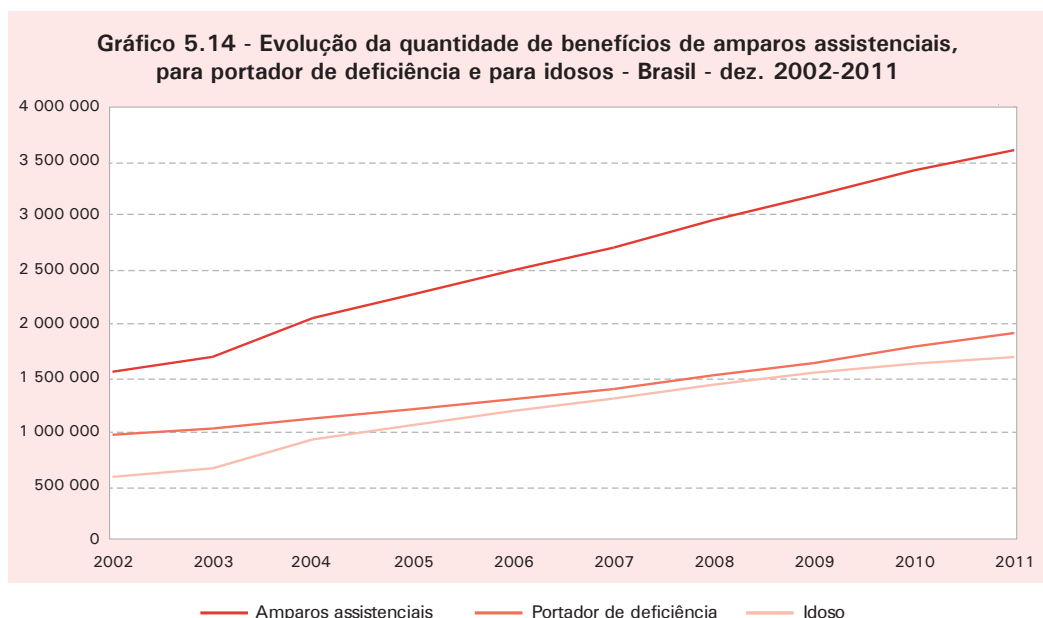


Fonte: Anuário estatístico da previdência social 2011. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 20, 2011. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1\\_121023--162858-947.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_121023--162858-947.pdf)>. Acesso em: out. 2013.

No caso dos amparos assistenciais, observa-se também um crescimento contínuo do número de benefícios ativos desde 2002. O BPC-LOAS é um benefício integrante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, cuja operacionalização do reconhecimento do direito é de responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e é assegurado por lei<sup>33</sup>. O benefício no valor de 1 salário mínimo é concedido a idosos (65 anos ou mais de idade) e pessoas com deficiência que comprovem ter renda familiar

<sup>33</sup> Os benefícios assistenciais de prestação continuada foram instituídos pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e regulamentados pela Lei nº 8.742, de 07.12.1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), bem como pelas Leis nº 12.435, de 06.07.2011, e nº 12.470, de 31.08.2011, que alteram dispositivos da LOAS, e pelos Decretos nº 6.214, de 26.09.2007, e nº 6.564, de 12.09.2008 (BRASIL, 1993, 2011a, 2011b, 2007b, 2008).

*per capita* de, no máximo,  $\frac{1}{4}$  do valor do salário mínimo. Em 2011, havia 3,6 milhões de beneficiários do BPC-LOAS, sendo 1,9 milhão de portadores de deficiência e cerca de 1,7 milhão de idosos (Tabela 5.13). O número de beneficiários cresceu sistematicamente desde 2002, conforme mostra o Gráfico 5.14.



Fonte: Anuário estatístico da previdência social 2011. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 20, 2011. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1\\_121023--162858-947.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_121023--162858-947.pdf)>. Acesso em: out. 2013; e Anuário estatístico da previdência social: suplemento histórico 1980-2008. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 5, 2008. Disponível em: <[http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/compressed/3\\_100531-133431-508.zip](http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/compressed/3_100531-133431-508.zip)>. Acesso em: out. 2013.

Por fim, o Programa Bolsa Família, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é o principal programa federal de combate à pobreza no País. Direcionado às famílias com rendas *per capita* até R\$ 70 (extremamente pobres) e R\$ 140 (pobres), o Programa atende hoje quase 14 milhões de famílias que recebem um benefício médio mensal de R\$ 152,35<sup>34</sup>. A transferência do benefício é condicionada ao cumprimento de uma série de contrapartidas pelas famílias, como a frequência escolar de crianças e adolescentes, carteira de vacinação em dia e acompanhamento pré-natal de gestantes. A composição do valor do benefício considera o nível de renda familiar (se a família for extremamente pobre faz jus ao benefício básico de R\$ 70); o número de crianças de até 15 anos de idade, gestantes e nutrízes (cada família tem direito a até 5 benefícios variáveis para esse grupo no valor de R\$ 32 por pessoa); e o número de adolescentes (R\$ 38 para até dois adolescentes de 16 e 17 anos de idade). Ou seja, uma família extremamente pobre, com direito aos sete benefícios variáveis permitidos, pode receber um valor máximo de R\$ 306 pelo Programa (famílias de no mínimo sete pessoas, portanto). Se, ainda assim, a família permanecer com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70, o Programa transfere benefício extra até que esse patamar mínimo seja alcançado (estratégia recentemente implementada pela ação Brasil Carinhoso no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria).

<sup>34</sup> Para informações complementares sobre o tema, consultar: BENEFÍCIO médio mensal por família do Programa Bolsa Família (PBF). In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Datasocial*. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/METRO/metro\\_ds.php?p\\_id=295](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/METRO/metro_ds.php?p_id=295)>. Acesso em: nov. 2013.

Atualmente, no Cadastro Único existem 26,2 milhões de famílias cadastradas, sendo pouco mais da metade famílias beneficiárias do Bolsa Família. A ampla maioria (89,9%) possui renda familiar *per capita* declarada de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (Tabela 5.14). A evolução do Programa desde 2004 mostra um crescimento contínuo do número de beneficiários até 2012 e uma relativa estabilidade na distribuição dos beneficiários desses rendimentos por Grandes Regiões. A Região Nordeste concentra, aproximadamente, metade dos beneficiários do Programa e a Sudeste, cerca de 25%. A Região Norte ganhou participação relativa, enquanto a da Região Sul declinou ao longo dos anos (Tabela 4).

**Tabela 4 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família, total e respectiva distribuição percentual, por Grandes Regiões - set. 2013**

Ano	Brasil	Distribuição percentual de famílias beneficiárias, por Grandes Regiões (%)				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2004	6 571 839	8,0	50,5	26,3	10,7	4,4
2005	8 700 445	8,0	48,8	26,7	11,3	5,1
2006	10 965 810	9,3	49,6	26,2	9,4	5,4
2007	11 043 076	9,8	50,5	25,8	8,7	5,3
2008	10 557 996	10,2	51,6	25,0	8,1	5,2
2009	12 370 915	10,4	50,2	25,1	8,9	5,5
2010	12 778 220	10,6	50,5	24,9	8,3	5,7
2011	13 352 306	11,1	51,1	24,7	7,8	5,4
2012	13 902 155	11,3	50,7	24,8	7,6	5,6
2013 (1)	13 841 665	11,6	50,6	25,0	7,3	5,4

Fonte: Benefício médio mensal por família do Programa Bolsa Família (PBF). In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Datasocial. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/metro/metro\\_ds.php?p\\_id=295](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/metro/metro_ds.php?p_id=295)>. Acesso em: nov. 2013.

(1) Dados consolidados até setembro de 2013.

Vale lembrar que, atualmente, outros programas sociais usam os dados do Cadastro Único para a seleção de beneficiários, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; a Tarifa Social de Energia; o Minha Casa, Minha Vida; a Carteira do Idoso; e o Programa Cisternas. Além disso, o Programa Brasil sem Miséria, cujo público-alvo são as famílias extremamente pobres, confere acesso prioritário a uma série de programas, bens e serviços públicos, dando visibilidade para ação pública de segmentos populacionais tradicionalmente excluídos dos sistemas formais de proteção social, como a Previdência Social.

**Tabela 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)			
		Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos
<b>Brasil</b>	<b>65 894</b>	<b>6,4</b>	<b>14,6</b>	<b>27,7</b>	<b>25,9</b>
<b>Norte</b>	<b>4 962</b>	<b>11,5</b>	<b>22,4</b>	<b>28,9</b>	<b>19,6</b>
Rondônia	515	7,1	17,1	29,1	26,3
Acre	230	13,4	21,0	25,5	22,0
Amazonas	1 048	12,5	21,8	26,5	20,0
Roraima	144	8,1	18,8	26,5	21,0
Pará	2 360	12,7	24,5	29,7	17,5
Região Metropolitana de Belém	686	6,6	18,8	27,4	19,1
Amapá	204	10,3	22,1	27,7	17,9
Tocantins	462	8,3	21,1	33,3	20,6
<b>Nordeste</b>	<b>17 445</b>	<b>14,9</b>	<b>24,0</b>	<b>31,1</b>	<b>16,1</b>
Maranhão	2 013	22,5	24,4	28,6	11,9
Piauí	1 022	17,7	24,6	31,0	17,0
Ceará	2 768	15,4	23,9	31,5	16,2
Região Metropolitana de Fortaleza	1 225	7,0	21,8	32,0	20,3
Rio Grande do Norte	1 087	12,5	23,0	29,7	19,4
Paraíba	1 261	12,9	24,3	31,5	16,3
Pernambuco	2 904	11,7	23,3	33,4	17,6
Região Metropolitana de Recife	1 255	6,6	19,5	32,1	20,7
Alagoas	968	14,7	30,2	30,0	14,4
Sergipe	704	12,0	24,4	31,9	18,2
Bahia	4 718	14,3	23,2	30,8	15,8
Região Metropolitana de Salvador	1 305	5,8	17,6	29,0	20,9
<b>Sudeste</b>	<b>28 593</b>	<b>2,5</b>	<b>10,2</b>	<b>25,9</b>	<b>29,8</b>
Minas Gerais	6 863	4,5	13,8	31,3	28,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 734	1,8	9,6	26,1	30,5
Espírito Santo	1 220	3,3	13,2	29,5	28,6
Rio de Janeiro	5 874	2,8	11,0	25,0	26,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 377	2,5	10,1	23,8	26,2
São Paulo	14 636	1,3	7,9	23,3	31,9
Região Metropolitana de São Paulo	6 966	1,2	7,8	22,3	30,1
<b>Sul</b>	<b>9 865</b>	<b>2,1</b>	<b>8,6</b>	<b>26,1</b>	<b>34,0</b>
Paraná	3 660	2,4	9,5	28,0	32,9
Região Metropolitana de Curitiba	1 104	1,2	6,4	22,5	33,2
Santa Catarina	2 267	1,0	5,8	22,8	38,1
Rio Grande do Sul	3 938	2,5	9,4	26,3	32,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 470	1,8	8,0	23,7	31,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5 029</b>	<b>2,9</b>	<b>11,7</b>	<b>28,9</b>	<b>28,2</b>
Mato Grosso do Sul	910	2,4	10,8	29,9	29,8
Mato Grosso	1 051	4,0	12,6	30,2	29,5
Goiás	2 169	2,8	12,4	31,4	29,2
Distrito Federal	898	2,5	9,7	20,6	22,7



**Tabela 5.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Brasil</b>	<b>8,6</b>	<b>5,9</b>	<b>4,7</b>	<b>2,1</b>	<b>3,9</b>
<b>Norte</b>	<b>5,6</b>	<b>3,7</b>	<b>2,2</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>
Rondônia	7,4	5,8	2,8	2,0	2,3
Acre	5,5	3,8	3,3	3,7	1,9
Amazonas	6,2	3,3	2,1	3,9	3,7
Roraima	7,5	7,0	3,6	4,4	3,0
Pará	4,5	2,9	1,7	2,8	3,7
Região Metropolitana de Belém	6,1	4,4	3,3	3,3	11,0
Amapá	7,5	6,8	4,0	3,6	0,1
Tocantins	6,3	4,1	3,0	2,2	1,0
<b>Nordeste</b>	<b>3,9</b>	<b>2,8</b>	<b>2,3</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>
Maranhão	3,2	1,8	1,7	3,6	2,4
Piauí	3,5	2,7	2,4	1,1	0,1
Ceará	3,6	2,8	2,2	2,0	2,6
Região Metropolitana de Fortaleza	5,7	4,4	3,4	2,3	3,1
Rio Grande do Norte	5,3	4,0	2,8	2,4	0,9
Paraíba	5,1	3,2	2,8	2,0	1,9
Pernambuco	4,0	3,0	2,1	2,0	2,9
Região Metropolitana de Recife	5,7	4,5	3,5	2,5	4,8
Alagoas	3,4	1,6	1,8	2,7	1,2
Sergipe	4,5	3,2	2,4	2,1	1,4
Bahia	3,9	3,0	2,7	2,8	3,5
Região Metropolitana de Salvador	7,0	5,9	6,1	2,5	5,0
<b>Sudeste</b>	<b>10,7</b>	<b>7,4</b>	<b>6,0</b>	<b>2,1</b>	<b>5,5</b>
Minas Gerais	8,4	5,8	4,6	1,8	1,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	10,5	8,6	8,3	1,8	2,8
Espírito Santo	8,8	6,8	5,2	1,7	3,0
Rio de Janeiro	9,1	6,7	6,7	2,8	9,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	9,6	7,0	7,7	3,0	10,2
São Paulo	12,6	8,5	6,5	1,9	6,0
Região Metropolitana de São Paulo	12,4	9,1	8,5	2,0	6,6
<b>Sul</b>	<b>12,0</b>	<b>7,5</b>	<b>5,3</b>	<b>1,6</b>	<b>2,7</b>
Paraná	11,0	7,1	5,4	1,6	2,1
Região Metropolitana de Curitiba	13,0	9,8	8,9	1,8	3,2
Santa Catarina	14,0	7,6	4,9	1,6	4,2
Rio Grande do Sul	11,9	7,8	5,6	1,5	2,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	11,5	9,7	8,3	1,7	3,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>9,6</b>	<b>7,5</b>	<b>6,8</b>	<b>1,8</b>	<b>2,6</b>
Mato Grosso do Sul	10,6	7,4	6,1	1,9	1,1
Mato Grosso	9,6	6,0	4,1	1,3	2,9
Goiás	9,0	6,4	4,3	1,8	2,8
Distrito Federal	10,1	11,9	16,9	2,1	3,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)			
		Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos
<b>Brasil</b>	<b>196 286</b>	<b>8,8</b>	<b>18,0</b>	<b>28,0</b>	<b>23,8</b>
<b>Norte</b>	<b>16 681</b>	<b>16,1</b>	<b>25,9</b>	<b>27,8</b>	<b>16,4</b>
Rondônia	1 606	9,7	20,1	30,0	23,8
Acre	780	20,0	24,4	23,5	18,4
Amazonas	3 676	17,8	25,5	25,3	16,9
Roraima	484	11,0	24,9	26,6	18,1
Pará	7 968	17,5	27,5	28,3	14,3
Região Metropolitana de Belém	2 173	8,8	21,2	27,5	17,5
Amapá	725	14,3	27,1	28,0	14,7
Tocantins	1 443	11,6	25,2	31,6	17,9
<b>Nordeste</b>	<b>54 510</b>	<b>19,1</b>	<b>27,6</b>	<b>28,5</b>	<b>13,2</b>
Maranhão	6 834	28,7	27,8	25,1	9,1
Piauí	3 188	21,0	27,7	29,2	14,5
Ceará	8 730	19,6	27,2	28,8	13,2
Região Metropolitana de Fortaleza	3 763	8,8	25,8	31,7	17,4
Rio Grande do Norte	3 270	14,8	25,5	29,1	17,4
Paraíba	3 857	16,5	27,9	29,4	13,9
Pernambuco	9 034	15,3	27,0	30,9	14,7
Região Metropolitana de Recife	3 786	8,6	22,9	31,8	18,7
Alagoas	3 205	18,8	34,8	27,1	11,4
Sergipe	2 144	15,4	27,5	29,8	15,7
Bahia	14 248	18,7	26,9	28,1	13,0
Região Metropolitana de Salvador	3 694	7,9	21,5	29,3	18,4
<b>Sudeste</b>	<b>82 391</b>	<b>3,4</b>	<b>13,0</b>	<b>27,5</b>	<b>28,6</b>
Minas Gerais	20 038	5,9	17,2	31,8	26,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 014	2,5	12,0	28,0	30,1
Espírito Santo	3 623	4,4	16,6	31,0	26,3
Rio de Janeiro	16 376	4,2	14,1	26,5	24,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12 045	3,5	12,9	25,6	24,4
São Paulo	42 354	1,9	10,3	25,5	31,4
Região Metropolitana de São Paulo	20 140	1,7	10,7	24,7	29,5
<b>Sul</b>	<b>27 975</b>	<b>2,9</b>	<b>11,1</b>	<b>27,7</b>	<b>32,9</b>
Paraná	10 679	3,4	12,0	29,2	31,7
Região Metropolitana de Curitiba	3 283	1,8	8,5	24,6	32,9
Santa Catarina	6 488	1,3	7,4	24,5	38,2
Rio Grande do Sul	10 808	3,4	12,5	28,1	31,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 040	2,8	10,6	27,1	30,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>14 729</b>	<b>4,0</b>	<b>14,6</b>	<b>30,1</b>	<b>26,8</b>
Mato Grosso do Sul	2 552	3,3	13,7	31,8	28,5
Mato Grosso	3 185	5,2	15,9	31,0	27,6
Goiás	6 282	3,9	15,4	32,2	27,9
Distrito Federal	2 710	3,8	12,3	22,7	21,8

**Tabela 5.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Brasil</b>	<b>7,4</b>	<b>4,8</b>	<b>3,5</b>	<b>1,5</b>	<b>4,1</b>
<b>Norte</b>	<b>4,4</b>	<b>2,7</b>	<b>1,6</b>	<b>2,1</b>	<b>3,0</b>
Rondônia	6,2	4,4	2,0	1,3	2,5
Acre	4,5	2,5	2,1	2,7	1,9
Amazonas	4,6	2,2	1,4	2,8	3,5
Roraima	6,6	5,3	2,2	2,7	2,7
Pará	3,5	2,2	1,2	1,9	3,6
Região Metropolitana de Belém	5,3	3,6	2,6	2,3	11,3
Amapá	5,6	4,8	2,6	2,9	0,1
Tocantins	5,6	3,2	2,4	1,4	1,2
<b>Nordeste</b>	<b>3,3</b>	<b>2,2</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>2,6</b>
Maranhão	2,4	1,3	1,1	2,3	2,2
Piauí	2,8	2,1	1,8	0,8	0,1
Ceará	3,1	2,3	1,6	1,4	2,8
Região Metropolitana de Fortaleza	4,9	3,6	2,6	1,6	3,5
Rio Grande do Norte	4,6	3,3	2,5	1,8	1,1
Paraíba	4,6	2,5	1,9	1,4	2,0
Pernambuco	3,5	2,5	1,7	1,4	3,2
Região Metropolitana de Recife	5,0	3,6	2,7	1,7	5,0
Alagoas	2,5	1,1	1,1	1,7	1,4
Sergipe	4,0	2,6	1,9	1,4	1,8
Bahia	3,2	2,3	2,0	1,9	3,9
Região Metropolitana de Salvador	5,9	4,9	4,5	1,9	5,6
<b>Sudeste</b>	<b>9,4</b>	<b>6,1</b>	<b>4,5</b>	<b>1,5</b>	<b>5,9</b>
Minas Gerais	7,4	4,7	3,5	1,3	1,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	9,5	7,3	6,6	1,2	2,8
Espírito Santo	8,0	5,6	3,8	1,3	3,1
Rio de Janeiro	7,8	5,6	5,1	2,2	10,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,3	6,0	5,9	2,4	11,1
São Paulo	11,2	7,0	4,9	1,4	6,5
Região Metropolitana de São Paulo	11,0	7,5	6,4	1,5	6,9
<b>Sul</b>	<b>10,8</b>	<b>6,3</b>	<b>4,1</b>	<b>1,2</b>	<b>2,9</b>
Paraná	9,8	6,2	4,3	1,2	2,2
Região Metropolitana de Curitiba	11,8	8,4	7,3	1,4	3,4
Santa Catarina	12,5	6,3	3,9	1,2	4,7
Rio Grande do Sul	10,7	6,5	4,1	1,1	2,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	10,2	7,7	6,2	1,3	3,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8,7</b>	<b>6,3</b>	<b>5,3</b>	<b>1,2</b>	<b>2,8</b>
Mato Grosso do Sul	9,2	6,3	4,7	1,4	1,2
Mato Grosso	8,4	4,6	3,1	0,9	3,3
Goiás	8,2	5,2	3,2	1,3	2,8
Distrito Federal	10,0	11,0	13,3	1,5	3,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>			
		Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos
<b>Brasil</b>	<b>3,0</b>	<b>4,1</b>	<b>3,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>
<b>Norte</b>	<b>3,4</b>	<b>4,7</b>	<b>3,9</b>	<b>3,2</b>	<b>2,8</b>
Rondônia	3,1	4,3	3,7	3,2	2,8
Acre	3,4	5,1	4,0	3,1	2,9
Amazonas	3,5	5,0	4,1	3,4	3,0
Roraima	3,4	4,5	4,4	3,4	2,9
Pará	3,4	4,6	3,8	3,2	2,8
Região Metropolitana de Belém	3,2	4,2	3,6	3,2	2,9
Amapá	3,6	4,9	4,4	3,6	2,9
Tocantins	3,1	4,4	3,7	3,0	2,7
<b>Nordeste</b>	<b>3,1</b>	<b>4,0</b>	<b>3,6</b>	<b>2,9</b>	<b>2,6</b>
Maranhão	3,4	4,3	3,9	3,0	2,6
Piauí	3,1	3,7	3,5	2,9	2,7
Ceará	3,2	4,0	3,6	2,9	2,6
Região Metropolitana de Fortaleza	3,1	3,9	3,6	3,0	2,6
Rio Grande do Norte	3,0	3,6	3,3	2,9	2,7
Paraíba	3,1	3,9	3,5	2,8	2,6
Pernambuco	3,1	4,1	3,6	2,9	2,6
Região Metropolitana de Recife	3,0	3,9	3,6	3,0	2,7
Alagoas	3,3	4,3	3,8	3,0	2,6
Sergipe	3,0	3,9	3,4	2,8	2,6
Bahia	3,0	3,9	3,5	2,8	2,5
Região Metropolitana de Salvador	2,8	3,8	3,5	2,9	2,5
<b>Sudeste</b>	<b>2,9</b>	<b>4,0</b>	<b>3,7</b>	<b>3,1</b>	<b>2,8</b>
Minas Gerais	2,9	3,9	3,6	3,0	2,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,9	3,9	3,6	3,1	2,9
Espírito Santo	3,0	4,0	3,7	3,1	2,7
Rio de Janeiro	2,8	4,2	3,6	3,0	2,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,8	3,9	3,5	3,0	2,6
São Paulo	2,9	4,1	3,8	3,2	2,8
Região Metropolitana de São Paulo	2,9	4,1	3,9	3,2	2,8
<b>Sul</b>	<b>2,8</b>	<b>3,9</b>	<b>3,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>
Paraná	2,9	4,1	3,7	3,0	2,8
Região Metropolitana de Curitiba	3,0	4,4	3,9	3,3	2,9
Santa Catarina	2,9	3,9	3,7	3,1	2,9
Rio Grande do Sul	2,7	3,9	3,7	2,9	2,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,7	4,3	3,7	3,1	2,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2,9</b>	<b>4,1</b>	<b>3,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,8</b>
Mato Grosso do Sul	2,8	3,8	3,5	3,0	2,7
Mato Grosso	3,0	4,0	3,8	3,1	2,8
Goiás	2,9	4,1	3,6	3,0	2,8
Distrito Federal	3,0	4,6	3,8	3,3	2,9

**Tabela 5.3 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimento	Sem declaração
<b>Brasil</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>
<b>Norte</b>	<b>2,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>3,3</b>
Rondônia	2,6	2,3	2,2	2,1	3,4
Acre	2,8	2,2	2,2	2,5	3,4
Amazonas	2,6	2,3	2,3	2,5	3,3
Roraima	2,9	2,5	2,0	2,1	3,0
Pará	2,7	2,5	2,5	2,3	3,3
Região Metropolitana de Belém	2,8	2,5	2,5	2,3	3,2
Amapá	2,7	2,5	2,4	2,8	2,0
Tocantins	2,8	2,5	2,4	2,0	3,5
<b>Nordeste</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>2,1</b>	<b>3,3</b>
Maranhão	2,5	2,4	2,2	2,2	3,1
Piauí	2,5	2,5	2,3	2,5	2,5
Ceará	2,8	2,6	2,4	2,2	3,4
Região Metropolitana de Fortaleza	2,6	2,5	2,4	2,2	3,4
Rio Grande do Norte	2,6	2,5	2,6	2,2	3,4
Paraíba	2,8	2,4	2,1	2,1	3,2
Pernambuco	2,7	2,5	2,5	2,1	3,4
Região Metropolitana de Recife	2,6	2,4	2,3	2,1	3,2
Alagoas	2,4	2,2	2,1	2,1	3,8
Sergipe	2,7	2,4	2,4	2,1	3,7
Bahia	2,5	2,3	2,2	2,1	3,3
Região Metropolitana de Salvador	2,4	2,4	2,1	2,2	3,2
<b>Sudeste</b>	<b>2,5</b>	<b>2,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>
Minas Gerais	2,6	2,4	2,2	2,1	3,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,6	2,4	2,3	1,9	2,9
Espírito Santo	2,7	2,4	2,2	2,3	3,1
Rio de Janeiro	2,4	2,3	2,1	2,2	3,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,4	2,3	2,1	2,2	3,0
São Paulo	2,6	2,4	2,2	2,1	3,1
Região Metropolitana de São Paulo	2,6	2,4	2,2	2,2	3,0
<b>Sul</b>	<b>2,5</b>	<b>2,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>	<b>3,0</b>
Paraná	2,6	2,5	2,3	2,2	3,0
Região Metropolitana de Curitiba	2,7	2,5	2,4	2,2	3,2
Santa Catarina	2,6	2,4	2,3	2,1	3,2
Rio Grande do Sul	2,5	2,3	2,0	2,0	2,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,4	2,2	2,0	2,1	2,9
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2,7</b>	<b>2,5</b>	<b>2,3</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>
Mato Grosso do Sul	2,4	2,4	2,2	2,1	3,2
Mato Grosso	2,7	2,3	2,3	2,2	3,5
Goiás	2,6	2,4	2,2	2,0	2,9
Distrito Federal	3,0	2,8	2,4	2,1	3,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 5.4 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* dos arranjos familiares com rendimento, em reais e em salários mínimos, dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> dos arranjos familiares com rendimento				Relação entre os rendimentos médios (B/A)
	Em reais (R\$)		Salário mínimo		
	20% mais pobres (1º quinto) (A)	20% mais ricos (5º quinto) (B)	20% mais pobres (1º quinto) (A)	20% mais ricos (5º quinto) (B)	
Brasil	186	2 998	0,30	4,82	16,1
Norte	134	2 002	0,21	3,22	15,0
Nordeste	110	1 974	0,18	3,17	17,9
Sudeste	265	3 494	0,43	5,62	13,2
Sul	291	3 131	0,47	5,03	10,8
Centro-Oeste	251	3 678	0,40	5,91	14,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 5.5 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e fonte do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	(continua)			
	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
	Total			
	Total	Fonte do rendimento		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>5,1</b>	<b>77,0</b>	<b>17,9</b>
<b>Norte</b>	<b>100,0</b>	<b>6,5</b>	<b>80,5</b>	<b>13,0</b>
Rondônia	100,0	5,0	83,4	11,7
Acre	100,0	8,0	78,3	13,7
Amazonas	100,0	6,9	80,6	12,4
Roraima	100,0	7,1	82,7	10,2
Pará	100,0	6,5	78,8	14,7
Região Metropolitana de Belém	100,0	3,8	79,0	17,2
Amapá	100,0	4,2	89,2	6,6
Tocantins	100,0	7,4	79,9	12,6
<b>Nordeste</b>	<b>100,0</b>	<b>7,6</b>	<b>70,9</b>	<b>21,5</b>
Maranhão	100,0	6,6	76,4	17,0
Piauí	100,0	10,2	65,3	24,5
Ceará	100,0	8,3	68,3	23,4
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	5,7	76,1	18,2
Rio Grande do Norte	100,0	7,4	68,9	23,6
Paraíba	100,0	9,0	66,1	24,9
Pernambuco	100,0	6,6	71,1	22,3
Região Metropolitana de Recife	100,0	4,5	73,6	21,9
Alagoas	100,0	8,5	70,8	20,8
Sergipe	100,0	6,5	74,4	19,0
Bahia	100,0	7,3	72,6	20,1
Região Metropolitana de Salvador	100,0	5,1	78,8	16,1
<b>Sudeste</b>	<b>100,0</b>	<b>4,3</b>	<b>78,0</b>	<b>17,8</b>
Minas Gerais	100,0	5,5	76,3	18,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	5,9	80,0	14,1
Espírito Santo	100,0	4,5	77,6	18,0
Rio de Janeiro	100,0	3,0	73,4	23,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	2,9	73,5	23,6
São Paulo	100,0	4,2	80,1	15,6
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	4,8	80,9	14,3
<b>Sul</b>	<b>100,0</b>	<b>4,3</b>	<b>77,1</b>	<b>18,7</b>
Paraná	100,0	4,6	80,3	15,1
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	3,2	84,1	12,7
Santa Catarina	100,0	3,2	78,6	18,2
Rio Grande do Sul	100,0	4,5	72,9	22,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	4,4	75,1	20,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>100,0</b>	<b>5,3</b>	<b>81,8</b>	<b>12,8</b>
Mato Grosso do Sul	100,0	4,4	84,2	11,4
Mato Grosso	100,0	7,9	82,9	9,2
Goiás	100,0	4,9	81,4	13,7
Distrito Federal	100,0	4,7	80,3	15,0

**Tabela 5.5 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e fonte do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo			
	Total	Fonte do rendimento		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>36,3</b>	<b>58,5</b>	<b>5,3</b>
<b>Norte</b>	<b>100,0</b>	<b>29,5</b>	<b>66,1</b>	<b>4,4</b>
Rondônia	100,0	27,9	67,9	4,2
Acre	100,0	29,9	62,3	7,8
Amazonas	100,0	30,3	66,3	3,5
Roraima	100,0	34,9	63,2	1,9
Pará	100,0	28,5	67,1	4,4
Região Metropolitana de Belém	100,0	21,2	73,1	5,7
Amapá	100,0	27,8	69,6	2,7
Tocantins	100,0	36,7	56,4	6,8
<b>Nordeste</b>	<b>100,0</b>	<b>40,9</b>	<b>54,0</b>	<b>5,1</b>
Maranhão	100,0	41,4	54,8	3,8
Piauí	100,0	43,5	54,4	2,1
Ceará	100,0	46,5	49,6	3,8
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	26,9	68,0	5,1
Rio Grande do Norte	100,0	42,9	48,4	8,7
Paraíba	100,0	44,2	51,0	4,8
Pernambuco	100,0	39,7	51,9	8,4
Região Metropolitana de Recife	100,0	30,4	59,9	9,7
Alagoas	100,0	38,2	55,9	5,9
Sergipe	100,0	34,3	61,9	3,8
Bahia	100,0	37,0	57,6	5,4
Região Metropolitana de Salvador	100,0	27,7	68,9	3,4
<b>Sudeste</b>	<b>100,0</b>	<b>31,2</b>	<b>62,3</b>	<b>6,5</b>
Minas Gerais	100,0	35,0	60,7	4,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	29,6	62,3	8,1
Espírito Santo	100,0	18,0	76,4	5,6
Rio de Janeiro	100,0	27,0	64,8	8,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	29,6	61,2	9,2
São Paulo	100,0	32,2	59,3	8,5
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	33,0	65,1	1,8
<b>Sul</b>	<b>100,0</b>	<b>30,7</b>	<b>63,7</b>	<b>5,6</b>
Paraná	100,0	31,2	64,5	4,4
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	26,7	73,3	0,0
Santa Catarina	100,0	25,2	64,3	10,5
Rio Grande do Sul	100,0	31,8	62,6	5,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	26,7	66,4	6,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>100,0</b>	<b>26,3</b>	<b>68,9</b>	<b>4,8</b>
Mato Grosso do Sul	100,0	36,4	60,6	2,9
Mato Grosso	100,0	23,1	72,5	4,4
Goiás	100,0	23,8	70,7	5,4
Distrito Federal	100,0	30,0	64,7	5,2



**Tabela 5.5 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e fonte do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	(conclusão)			
	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de mais de 1/4 até 1/2 do salário mínimo			
	Total	Fonte do rendimento		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>12,9</b>	<b>72,3</b>	<b>14,9</b>
<b>Norte</b>	<b>100,0</b>	<b>13,3</b>	<b>76,2</b>	<b>10,5</b>
Rondônia	100,0	12,4	80,6	7,0
Acre	100,0	15,3	73,2	11,5
Amazonas	100,0	13,3	75,5	11,2
Roraima	100,0	18,3	75,0	6,7
Pará	100,0	12,8	76,8	10,4
Região Metropolitana de Belém	100,0	9,6	81,5	8,9
Amapá	100,0	16,3	77,0	6,7
Tocantins	100,0	13,2	72,4	14,5
<b>Nordeste</b>	<b>100,0</b>	<b>15,5</b>	<b>67,0</b>	<b>17,5</b>
Maranhão	100,0	15,1	61,9	23,0
Piauí	100,0	17,6	69,7	12,6
Ceará	100,0	17,2	66,0	16,9
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	12,0	78,6	9,4
Rio Grande do Norte	100,0	14,4	70,3	15,4
Paraíba	100,0	14,9	68,1	17,0
Pernambuco	100,0	14,5	67,3	18,2
Região Metropolitana de Recife	100,0	12,1	72,6	15,3
Alagoas	100,0	16,3	65,8	17,9
Sergipe	100,0	15,4	71,1	13,5
Bahia	100,0	14,9	67,9	17,1
Região Metropolitana de Salvador	100,0	10,3	77,7	12,0
<b>Sudeste</b>	<b>100,0</b>	<b>9,9</b>	<b>76,4</b>	<b>13,7</b>
Minas Gerais	100,0	11,8	72,9	15,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	10,3	77,4	12,2
Espírito Santo	100,0	8,5	80,9	10,7
Rio de Janeiro	100,0	9,1	76,8	14,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	9,2	76,6	14,2
São Paulo	100,0	9,1	78,2	12,8
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	7,6	81,1	11,3
<b>Sul</b>	<b>100,0</b>	<b>11,5</b>	<b>73,4</b>	<b>15,1</b>
Paraná	100,0	10,4	73,4	16,3
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	9,4	79,9	10,7
Santa Catarina	100,0	9,1	71,4	19,6
Rio Grande do Sul	100,0	13,4	74,3	12,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	9,4	78,7	12,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>100,0</b>	<b>11,0</b>	<b>78,1</b>	<b>11,0</b>
Mato Grosso do Sul	100,0	11,6	80,1	8,3
Mato Grosso	100,0	10,0	76,6	13,4
Goiás	100,0	11,6	77,2	11,2
Distrito Federal	100,0	10,1	80,7	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 5.6 - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição percentual do total do rendimento familiar <i>per capita</i> dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar <i>per capita</i> (%)					
	Total	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>3,6</b>	<b>7,8</b>	<b>12,2</b>	<b>18,8</b>	<b>57,7</b>
Norte	100,0	3,7	7,8	12,7	19,8	56,0
Nordeste	100,0	3,3	7,5	11,9	18,6	58,7
Sudeste	100,0	4,3	8,5	12,0	18,7	56,5
Sul	100,0	4,9	9,5	13,2	19,7	52,7
Centro-Oeste	100,0	4,0	8,0	11,2	17,8	59,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 5.7 - Rendimento mensal familiar *per capita*, médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (R\$)	
	Médio	Mediano
<b>Brasil</b>	<b>1 040</b>	<b>622</b>
Norte	714	446
Nordeste	672	400
Sudeste	1 237	740
Sul	1 189	780
Centro-Oeste	1 248	684

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**Tabela 5.8 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por cor ou raça e os estratos de rendimento mensal familiar *per capita* dos 10% mais pobres e do 1% mais rico, segundo as Grandes Regiões - 2012**

Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por cor ou raça (%)	
	Branca	Preta ou parda
<b>Com rendimento, entre os 10% mais pobres</b>		
<b>Brasil</b>	<b>23,5</b>	<b>75,6</b>
Norte	13,8	83,1
Nordeste	18,4	81,0
Sudeste	33,4	66,2
Sul	59,6	39,4
Centro-Oeste	25,6	73,4
<b>Com rendimento, entre o 1% mais rico</b>		
<b>Brasil</b>	<b>81,6</b>	<b>16,2</b>
Norte	48,8	48,9
Nordeste	62,9	36,0
Sudeste	88,1	9,1
Sul	91,3	6,5
Centro-Oeste	75,5	22,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

**Tabela 5.9 - Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça, segundo os décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2012**

Décimos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça (%)	
	Branca	Preta ou parda
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
1º décimo	5,3	14,1
2º décimo	6,3	13,2
3º décimo	7,6	12,1
4º décimo	8,2	11,6
5º décimo	9,2	10,7
6º décimo	10,2	9,9
7º décimo	11,3	8,9
8º décimo	12,4	7,9
9º décimo	13,6	6,8
10º décimo	15,9	4,8
<b>Acumulado</b>		
Até 1º décimo	5,3	14,1
Até 2º décimo	11,6	27,3
Até 3º décimo	19,2	39,4
Até 4º décimo	27,4	51,0
Até 5º décimo	36,6	61,7
Até 6º décimo	46,8	71,6
Até 7º décimo	58,1	80,5
Até 8º décimo	70,5	88,4
Até 9º décimo	84,1	95,2
Até 10º décimo	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Notas: 1. Excluídas as pessoas sem rendimento.

2. Incluídas as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

**Tabela 5.10 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo, e com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 60% da mediana, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2012**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes (%) (1)					
	Restrições ao acesso, por tipo					Com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 60% da mediana
	À educação	À proteção social	A domicílios com qualidade nos espaços	A serviços básicos do domicílio	Ao menos uma das restrições	
<b>Brasil</b>	<b>30,6</b>	<b>11,3</b>	<b>17,0</b>	<b>31,6</b>	<b>60,5</b>	<b>29,5</b>
<b>Norte</b>	<b>30,5</b>	<b>17,8</b>	<b>32,8</b>	<b>64,8</b>	<b>82,1</b>	<b>45,8</b>
Rondônia	32,0	15,6	13,8	70,0	81,7	32,0
Acre	28,4	18,8	44,5	75,0	86,9	47,9
Amazonas	26,1	15,5	48,5	55,7	79,8	47,6
Roraima	19,1	14,9	30,2	19,7	57,1	40,4
Pará	33,8	19,7	30,4	72,3	86,1	49,2
Região Metropolitana de Belém	21,3	20,1	24,5	50,4	72,8	35,3
Amapá	21,8	21,9	37,1	75,3	86,4	45,7
Tocantins	31,1	14,2	19,7	45,6	70,1	39,5
<b>Nordeste</b>	<b>36,6</b>	<b>11,6</b>	<b>18,5</b>	<b>47,9</b>	<b>72,1</b>	<b>49,9</b>
Maranhão	35,7	12,7	35,2	66,3	82,9	61,0
Piauí	40,4	10,4	17,4	43,8	71,0	50,1
Ceará	35,5	9,8	18,4	53,8	75,1	49,4
Região Metropolitana de Fortaleza	28,0	13,3	16,5	32,2	62,0	37,4
Rio Grande do Norte	35,3	11,2	14,7	26,2	60,5	41,7
Paraíba	38,6	11,1	15,1	35,1	66,7	46,9
Pernambuco	35,2	11,7	15,8	45,5	70,1	45,1
Região Metropolitana de Recife	26,0	10,9	16,4	38,4	62,9	35,1
Alagoas	40,5	9,3	19,3	63,3	81,6	56,6
Sergipe	35,8	12,9	13,7	35,6	64,2	45,5
Bahia	36,8	12,8	15,0	44,9	69,9	49,6
Região Metropolitana de Salvador	23,5	12,3	16,1	8,5	45,4	33,5
<b>Sudeste</b>	<b>26,9</b>	<b>10,2</b>	<b>15,0</b>	<b>13,0</b>	<b>48,8</b>	<b>18,7</b>
Minas Gerais	33,7	9,6	10,8	22,6	54,8	24,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	26,1	8,0	10,9	10,9	43,9	15,1
Espírito Santo	29,9	11,7	10,6	21,0	53,1	22,8
Rio de Janeiro	25,0	11,8	19,1	16,5	52,3	22,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	22,8	12,4	19,6	13,7	49,9	21,0
São Paulo	24,0	9,7	15,9	6,3	44,2	14,1
Região Metropolitana de São Paulo	21,2	11,2	19,7	4,9	44,6	14,7
<b>Sul</b>	<b>30,8</b>	<b>9,1</b>	<b>12,8</b>	<b>25,5</b>	<b>55,1</b>	<b>15,7</b>
Paraná	29,2	10,3	12,1	25,3	54,7	17,1
Região Metropolitana de Curitiba	23,0	10,3	13,0	11,7	43,4	12,4
Santa Catarina	27,7	7,2	10,5	25,7	52,0	10,7
Rio Grande do Sul	34,2	9,0	14,8	25,5	57,3	17,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	27,6	8,0	9,2	14,2	45,4	15,2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>27,7</b>	<b>13,9</b>	<b>12,2</b>	<b>45,7</b>	<b>66,5</b>	<b>20,5</b>
Mato Grosso do Sul	31,6	13,0	12,4	50,0	70,5	18,5
Mato Grosso	29,1	14,5	14,5	58,2	74,7	23,3
Goiás	29,9	15,3	9,9	52,8	71,5	21,2
Distrito Federal	17,4	10,9	14,5	9,9	41,0	17,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Excluídas pessoas sem declaração de rendimento domiciliar *per capita* e pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

**Tabela 5.11 - Quantidade e distribuição percentual de benefícios concedidos, por clientela, segundo os grupos de espécies - Brasil - 2011**

Grupos de espécies	Benefícios concedidos, por clientela					
	Quantidade			Distribuição percentual (%)		
	Total	Clientela		Total	Clientela	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
<b>Total</b>	<b>4 767 039</b>	<b>3 737 177</b>	<b>1 029 862</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>4 423 616</b>	<b>3 393 754</b>	<b>1 029 862</b>	<b>92,8</b>	<b>90,8</b>	<b>100,0</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>4 077 115</b>	<b>3 070 376</b>	<b>1 006 739</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Aposentadorias	1 061 724	693 410	368 314	26,0	22,6	36,6
Tempo de contribuição	297 707	296 369	1 338	7,3	9,7	0,1
Idade	580 716	237 664	343 052	14,2	7,7	34,1
Invalidez	183 301	159 377	23 924	4,5	5,2	2,4
Pensão por morte	396 278	262 517	133 761	9,7	8,5	13,3
Auxílios	2 050 673	1 839 024	211 649	50,3	59,9	21,0
Doença	2 022 613	1 814 257	208 356	49,6	59,1	20,7
Reclusão	21 189	19 428	1 761	0,5	0,6	0,2
Acidente	6 871	5 339	1 532	0,2	0,2	0,2
Salário-maternidade	568 438	275 423	293 015	13,9	9,0	29,1
Outros	2	2	-	0,0	0,0	-
Abono de permanência	2	2	-	0,0	0,0	-
Vantagem de servidor	-	-	-	-	-	-
<b>Acidentários</b>	<b>346 501</b>	<b>323 378</b>	<b>23 123</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Aposentadoria por invalidez	11 108	10 270	838	3,2	3,2	3,6
Pensão por morte	751	733	18	0,2	0,2	0,1
Auxílios	334 642	312 375	22 267	96,6	96,6	96,3
Doença	319 445	297 828	21 617	92,2	92,1	93,5
Acidente	15 068	14 418	650	4,3	4,5	2,8
Suplementar	129	129	-	0,0	0,0	0,0
<b>Benefícios assistenciais</b>	<b>341 643</b>	<b>341 643</b>	<b>-</b>	<b>7,2</b>	<b>9,1</b>	<b>-</b>
Amparos assistenciais	341 288	341 288	-	100,0	100,0	-
Portador de deficiência	185 935	185 935	-	54,5	54,5	-
Idoso	155 353	155 353	-	45,5	45,5	-
Pensão mensal vitalícia	352	352	-	0,1	0,1	-
Rendas mensais vitalícias	3	3	-	0,0	0,0	-
Invalidez	3	3	-	0,0	0,0	-
Idade	-	-	-	-	-	-
<b>Encargos Previdenciários da União - EPU</b>	<b>1 780</b>	<b>1 780</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>

Fonte: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev.

**Tabela 5.12 - Quantidade e valor médio de benefícios ativos, por clientela, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - dez. 2011**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Benefícios ativos					
	Quantidade			Valor médio (R\$)		
	Total	Clientela		Total	Clientela	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
<b>Brasil</b>	<b>28 909 419</b>	<b>20 333 324</b>	<b>8 576 095</b>	<b>801</b>	<b>908</b>	<b>546</b>
<b>Norte</b>	<b>1 459 404</b>	<b>746 160</b>	<b>713 244</b>	<b>648</b>	<b>747</b>	<b>544</b>
Rondônia	184 629	76 162	108 467	607	700	542
Acre	75 571	40 697	34 874	669	778	542
Amazonas	248 872	161 346	87 526	700	784	545
Roraima	32 795	16 604	16 191	623	700	544
Pará	710 584	357 329	353 255	652	758	544
Amapá	44 714	29 699	15 015	634	679	544
Tocantins	162 239	64 323	97 916	597	676	545
<b>Nordeste</b>	<b>7 943 067</b>	<b>3 805 235</b>	<b>4 137 832</b>	<b>644</b>	<b>753</b>	<b>544</b>
Maranhão	881 203	290 989	590 214	589	679	544
Piauí	527 057	178 312	348 745	595	693	544
Ceará	1 278 348	564 213	714 135	627	732	543
Rio Grande do Norte	492 374	239 499	252 875	639	741	542
Paraíba	631 165	286 855	344 310	617	705	544
Pernambuco	1 342 627	782 136	560 491	679	775	544
Alagoas	453 588	286 144	167 444	645	703	545
Sergipe	277 470	153 474	123 996	678	786	543
Bahia	2 059 235	1 023 613	1 035 622	674	805	544
<b>Sudeste</b>	<b>12 816 857</b>	<b>11 097 149</b>	<b>1 719 708</b>	<b>921</b>	<b>978</b>	<b>552</b>
Minas Gerais	3 252 002	2 299 124	952 878	757	844	547
Espírito Santo	500 574	340 497	160 077	780	891	544
Rio de Janeiro	2 565 507	2 489 642	75 865	954	966	546
São Paulo	6 498 774	5 967 886	530 888	1.001	1.040	563
<b>Sul</b>	<b>5 117 743</b>	<b>3 603 951</b>	<b>1 513 792</b>	<b>808</b>	<b>918</b>	<b>546</b>
Paraná	1 660 581	1 075 978	584 603	769	890	547
Santa Catarina	1 170 184	859 555	310 629	839	946	544
Rio Grande do Sul	2 286 978	1 668 418	618 560	820	922	546
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1 572 348</b>	<b>1 080 829</b>	<b>491 519</b>	<b>734</b>	<b>819</b>	<b>547</b>
Mato Grosso do Sul	306 724	210 697	96 027	698	766	550
Mato Grosso	320 073	189 170	130 903	658	735	546
Goiás	616 798	407 442	209 356	697	774	547
Distrito Federal	328 753	273 520	55 233	912	986	545

Fonte: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev.

**Tabela 5.13 - Quantidade de amparos assistenciais ativos, por grupos de espécies, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - posição dez. 2011**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Amparos assistenciais ativos		
	Total	Grupos de espécies	
		Portador de deficiência	Idoso
<b>Brasil</b>	<b>3 600 473</b>	<b>1 911 134</b>	<b>1 689 339</b>
<b>Norte</b>	<b>360 678</b>	<b>198 759</b>	<b>161 919</b>
Rondônia	36 887	22 007	14 880
Acre	19 347	13 504	5 843
Amazonas	76 819	42 342	34 477
Roraima	9 047	6 144	2 903
Pará	165 152	87 260	77 892
Amapá	19 261	9 078	10 183
Tocantins	34 165	18 424	15 741
<b>Nordeste</b>	<b>1 297 790</b>	<b>757 019</b>	<b>540 771</b>
Maranhão	168 141	83 405	84 736
Piauí	57 612	37 823	19 789
Ceará	189 413	115 714	73 699
Rio Grande do Norte	58 870	40 630	18 240
Paraíba	83 341	53 868	29 473
Pernambuco	249 625	147 109	102 516
Alagoas	101 150	66 493	34 657
Sergipe	43 536	29 731	13 805
Bahia	346 102	182 246	163 856
<b>Sudeste</b>	<b>1 236 444</b>	<b>580 628</b>	<b>655 816</b>
Minas Gerais	339 494	191 671	147 823
Espírito Santo	51 299	27 496	23 803
Rio de Janeiro	248 100	94 805	153 295
São Paulo	597 551	266 656	330 895
<b>Sul</b>	<b>387 623</b>	<b>221 553</b>	<b>166 070</b>
Paraná	172 380	93 178	79 202
Santa Catarina	55 469	35 642	19 827
Rio Grande do Sul	159 774	92 733	67 041
<b>Centro-Oeste</b>	<b>317 938</b>	<b>153 175</b>	<b>164 763</b>
Mato Grosso do Sul	69 341	30 124	39 217
Mato Grosso	76 370	37 155	39 215
Goiás	106 580	51 437	55 143
Distrito Federal	65 647	34 459	31 188

Fonte: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev.

Notas: 1. As diferenças porventura existentes entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento.

2. A partir de 2010 o conceito de valor de benefícios foi revisto, o que pode ocasionar diferenças em relação aos anos anteriores.

**Tabela 5.14 - Famílias inscritas no Cadastro Único, total e proporção de famílias inscritas, por algumas características, segundo as Unidades da Federação - set. 2013**

Unidades da Federação	Famílias inscritas no Cadastro Único				
	Total	Total		Proporção de famílias (%)	
		Características		Características	
		Com renda <i>per capita</i> mensal até 1/2 salário mínimo	Beneficiárias do Bolsa Família	Com renda <i>per capita</i> mensal até 1/2 salário mínimo	Beneficiárias do Bolsa Família
<b>Brasil</b>	<b>26 229 277</b>	<b>23 576 574</b>	<b>13 841 665</b>	<b>89,9</b>	<b>52,8</b>
Rondônia	237 360	206 888	116 448	87,2	49,1
Acre	116 518	112 479	73 961	96,5	63,5
Amazonas	524 556	490 156	343 382	93,4	65,5
Roraima	74 440	69 678	46 256	93,6	62,1
Pará	1 234 592	1 162 772	836 429	94,2	67,7
Amapá	82 824	80 172	52 519	96,8	63,4
Tocantins	263 914	232 553	137 164	88,1	52,0
Maranhão	1 409 212	1 316 985	959 193	93,5	68,1
Piauí	710 936	661 643	449 313	93,1	63,2
Ceará	1 758 044	1 628 505	1 091 606	92,6	62,1
Rio Grande do Norte	641 636	587 202	359 858	91,5	56,1
Paraíba	809 619	754 986	502 980	93,3	62,1
Pernambuco	1 860 473	1 754 511	1 143 671	94,3	61,5
Alagoas	659 836	622 166	438 240	94,3	66,4
Sergipe	422 298	394 345	271 883	93,4	64,4
Bahia	2 970 428	2 712 893	1 790 089	91,3	60,3
Minas Gerais	2 669 585	2 319 471	1 160 737	86,9	43,5
Espírito Santo	442 798	388 440	196 502	87,7	44,4
Rio de Janeiro	1 507 444	1 377 202	816 920	91,4	54,2
São Paulo	3 259 640	2 867 309	1 288 589	88,0	39,5
Paraná	1 205 118	1 000 038	423 029	83,0	35,1
Santa Catarina	470 017	373 137	141 210	79,4	30,0
Rio Grande do Sul	1 093 054	933 851	450 344	85,4	41,2
Mato Grosso do Sul	351 127	282 017	141 399	80,3	40,3
Mato Grosso	426 127	359 870	183 383	84,5	43,0
Goiás	784 047	667 113	338 271	85,1	43,1
Distrito Federal	243 634	220 192	88 289	90,4	36,2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



## Saúde

---

A saúde, como definida pela Organização Mundial da Saúde - OMS (WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO), é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. De acordo com essa definição, a saúde se apresenta em um contexto amplo, onde seus determinantes incluem o ambiente social e econômico, o ambiente físico e as características e comportamentos individuais da pessoa. Dessa forma, a construção de indicadores de saúde é uma contribuição importante para a análise das condições de vida da população.

No presente capítulo, são abordados, inicialmente, alguns dos compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, estabelecidos na Declaração do Milênio aprovada pela ONU em 08.09.2000, e relacionados mais diretamente à saúde. Em segundo lugar, são destacados os impactos na saúde da evolução de algumas características demográficas da população brasileira (envelhecimento, queda da fecundidade, bônus demográfico). Finalmente, faz-se uma tentativa de abordar aspectos da economia da saúde, além de avanços e lacunas da oferta de serviço à população, equipamentos e investimentos. Os aspectos aqui abordados interagem com a ação governamental, que avança em algumas áreas, mas ainda mantém desigualdades e deve responder a muitos desafios.

### **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e temas relacionados à saúde**

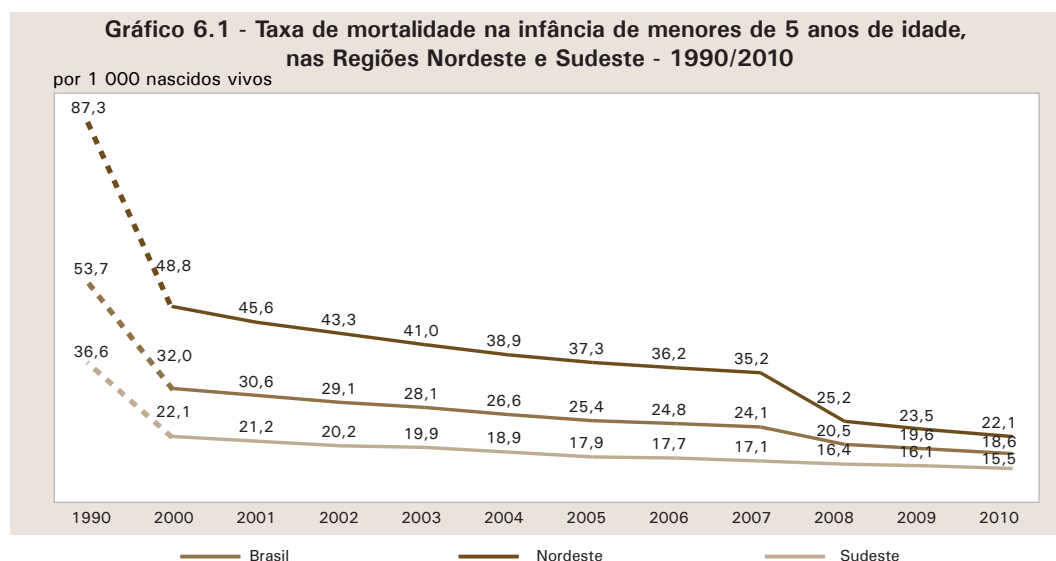
Em 2000, sob a liderança da Organização das Nações Unidas - ONU, a comunidade internacional se comprometeu com oito objetivos a serem cumpridos até 2015, cujo primeiro deles consistiu na erradicação da extrema pobreza e da fome. Desde então, houve esforços em direcio-

nar políticas e capacidade de monitoramento para esses objetivos. No contexto desses objetivos globais, muitos países, como o Brasil, adicionaram metas, delinearam políticas e fazem o acompanhamento com indicadores nacionais. No País, foram desenvolvidos sistemas em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (United Nation Development Programme - UNDP) e redigidos quatro Relatórios de Acompanhamento até o momento, sendo o último publicado em 2010 com dados até 2008 (OBJETIVOS..., 2010). Nesta seção, as séries existentes neste último Relatório foram ampliadas com os dados mais recentes disponíveis, e apresentados elementos que possibilitam a avaliação da situação de três objetivos diretamente relacionados à área de saúde: ODM 4 - Reduzir a mortalidade na infância; ODM 5 - Melhorar a saúde materna; e ODM 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.

## Redução da mortalidade na infância e de menores de 1 ano de idade

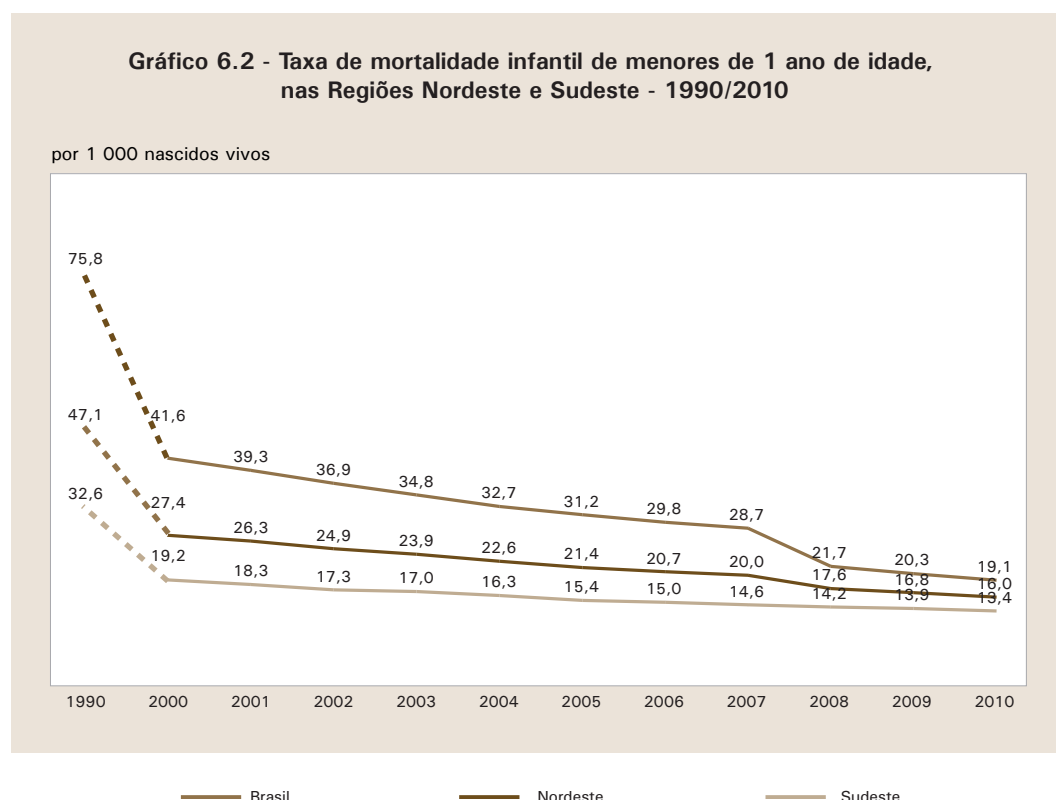
“Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade”, Meta 5 do ODM 4 (OBJETIVOS..., 2010, p. 82), é um desafio que está sendo enfrentado pelos países com notórios avanços. O foco nessa faixa etária está relacionado a uma questão de qualidade da informação, pois há subnotificação de nascimentos e óbitos. Busca-se, desta forma, ampliar a base de dados para cálculo do indicador, melhorando o seu emprego nas comparações internacionais. No Brasil, é mais disseminado o uso da taxa de mortalidade infantil, que é calculada para os óbitos de menores de 1 ano de idade. Na análise que segue, são abordadas tanto a mortalidade na infância (até 5 anos) quanto a infantil (até 1 ano).

A meta internacional aplicada ao Brasil é reduzir a mortalidade na infância para 17,9 óbitos por 1 000 nascidos vivos até 2015. Os dados mostram essa tendência de redução, chegando-se perto do objetivo em 2010, com 18,6 óbitos por 1 000 nascidos vivos, enquanto a mortalidade era de 53,7 óbitos por 1 000 nascidos vivos no ano-base (1990). Os dados mostram uma expressiva redução no País, com destaque para o Nordeste, mas ainda subsistem, no entanto, fortes diferenças regionais. Em 2010, a taxa era de 15,5 para o Sul, e 25,0 e 22,1 para Norte e Nordeste, respectivamente (Gráfico 6.1 e Tabela 6.1).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade.

A taxa de mortalidade infantil também decresceu no período recente, com destaque para o Nordeste, mas mantendo diferenças regionais. Em 2010, para cada 1 000 nascidos vivos, eram 13,4 óbitos de crianças menores de 1 ano de idade no Sudeste, contra 19,1 óbitos no Nordeste (Gráfico 6.2 e Tabela 6.1), acima, portanto, da média nacional de 16,0 óbitos<sup>36</sup>.



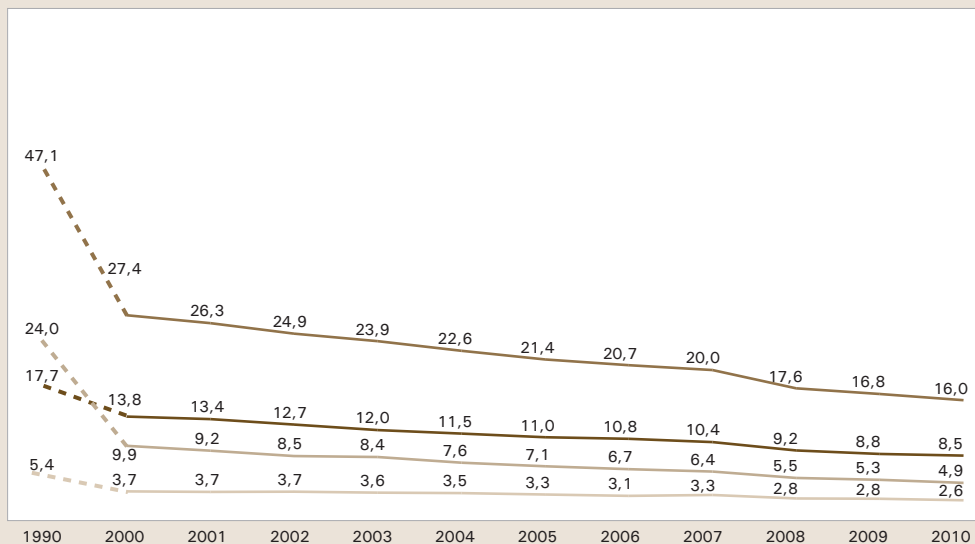
Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Quando se analisa a taxa de mortalidade infantil segundo a idade da criança na data do óbito, observa-se que, desde 2000, a mortalidade pós-neonatal (crianças com 28 a 364 dias) teve uma redução de 50,5%. A mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias) apresentou uma redução de 38,0% e a neonatal tardia (7 a 27 dias), de 31,8% (Gráfico 6.3 e Tabela 6.2). Essa evolução está relacionada à melhora no saneamento, educação das mães e na atenção às mães, com destaque à evolução na atenção básica (OBJETIVOS..., 2010, p. 77). Em relação aos grupos de causas dos óbitos infantis, dentre as causas consideradas evitáveis, as doenças infecciosas e do aparelho respiratório apresentaram forte decréscimo. Nota-se também uma melhora na qualidade dos dados em razão da diminuição das causas mal definidas (Gráfico 6.4 e Tabela 6.3).

<sup>36</sup> Os valores de mortalidade infantil e na infância apresentados aqui são calculados pelo Ministério da Saúde e fonte usada para o monitoramento internacional. Diferem dos dados apresentados no Capítulo 1, **Aspectos demográficos**, no qual a mortalidade infantil é calculada a partir da estimativa de população mais recente realizada pelo IBGE (PROJEÇÃO..., 2013).

**Gráfico 6.3 - Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade, segundo componentes - Brasil - 1990/2010**

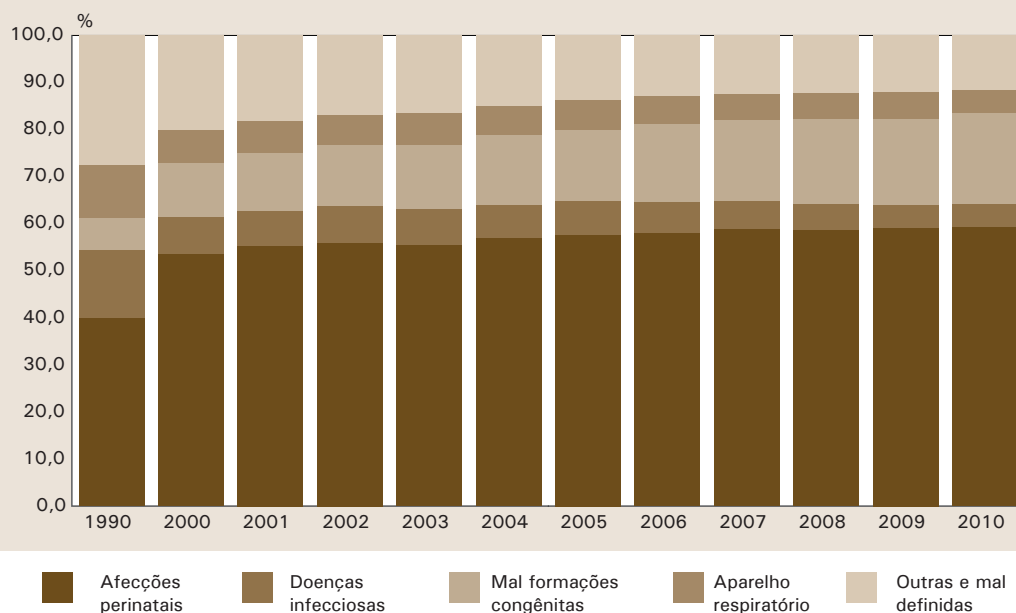
por 1 000 nascidos vivos



— Infantil — Neonatal precoce — Neonatal tardia — Pós-neonatal

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade.

**Gráfico 6.4 - Distribuição dos óbitos infantis, por grupos de causas Brasil - 1990/2010**



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.

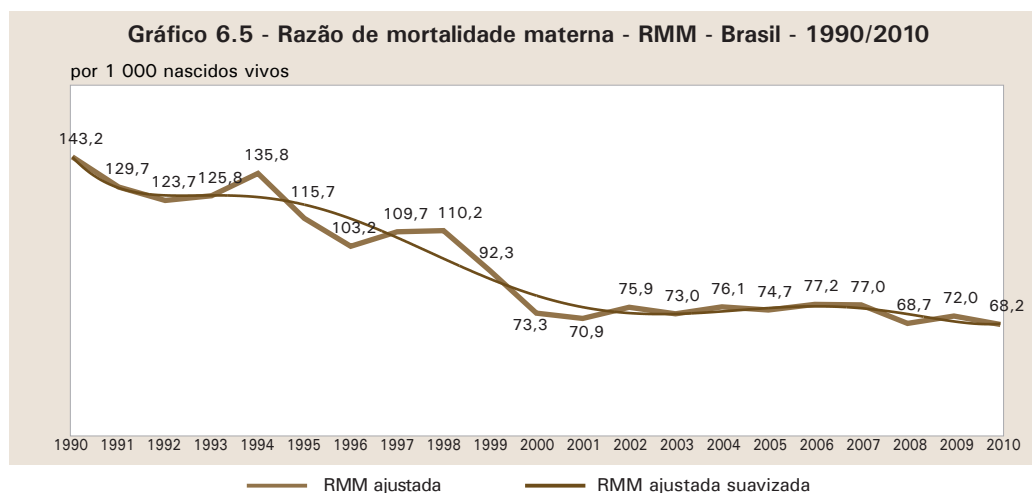
Notas: 1. A Distribuição dos óbitos infantis está calculada sobre o total de óbitos informados ao SIM e com causas definidas.  
2. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.  
3. Estão suprimidos os óbitos sem definição de grupo de causa.

## Melhora da saúde materna

O objetivo de melhorar a saúde materna traduz-se na Meta 6 do ODM 5 de “reduzir, em três quartos, entre 1990 e 2015, a razão de mortalidade materna” (OBJETIVOS..., 2010, p. 94). Essa meta foi definida de forma muito ambiciosa no mundo, sendo necessário um esforço adicional para chegar ao objetivo de redução de 75% em 2015, estabelecido pela ONU (THE MILLENNIUM, 2013). A dificuldade está não só na necessidade de articulação de diversas medidas, mas também na questão do monitoramento. Em contraste, essa meta teve um grande valor de motivar os países a investigar melhor as mortes maternas, diminuindo as causas indeterminadas, o que levou, em alguns casos, a um crescimento ou estabilização nos indicadores de mortalidade materna.

A mortalidade materna tem sua importância destacada no documento *Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher*, do Ministério da Saúde: “A mortalidade materna é um indicador sensível à qualidade de vida de uma população. Isso porque esse indicador se refere a mortes precoces, evitáveis, que em sua quase totalidade atingem as mulheres com menor acesso aos bens sociais, configurando-se como uma grave violação dos direitos humanos das mulheres” (MORTALIDADE..., 2012a, p. 347).

Os esforços brasileiros datam de antes da Declaração do Milênio, com a institucionalização da Vigilância de Óbitos Maternos, mas se aceleraram nos anos 2000<sup>37</sup>. A razão de mortalidade materna (RMM) estima o risco de morte de mulheres ocorrida durante a gravidez, aborto ou parto, e puerpério (período até 42 dias após o parto), atribuída a causas relacionadas a essas fases (BRASIL, 2012a)<sup>38</sup>. A redução da razão de mortalidade materna entre 1990 e 2010 foi de 51%, com 68 mortes por 100 mil nascidos vivos em 2010, ainda é quase o dobro da meta de 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2015 (Gráfico 6.5).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Nota: A RMM foi suavizada por uma função polinomial grau 6 com  $R^2 = 0,9537$ .

<sup>37</sup> De acordo com o Ministério da Saúde, desde o final da década de 1980, iniciativas vêm sendo desenvolvidas com o propósito de melhorar a cobertura e a qualidade das informações sobre mortes maternas no Brasil, entre as quais se destacam a implantação e a estruturação de Comitês de Mortalidade Materna e a institucionalização da Vigilância de Óbitos Maternos, regulamentados pela Portaria GM nº 1.119, de 05.06.2008, do Ministério.

<sup>38</sup> A razão de mortalidade materna se calcula pelo número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. É difícil medir esse indicador em virtude do sub-registro, por essa razão, desde os anos 1990, é feita busca ativa segundo a Metodologia RAMOS (*Reproductive Age Mortality Survey*). A razão de mortalidade materna é então ajustada segundo essa metodologia e suavizada por uma função polinomial de grau 6 (OBJETIVOS..., 2010, p. 87).

A mortalidade materna pode ser por causas obstétricas diretas ou indiretas. As causas diretas resultam de complicações surgidas durante a gravidez, o parto ou o puerpério, decorrentes de intervenções, omissões, tratamento incorreto ou de uma cadeia de eventos associados a qualquer um desses fatores, como, por exemplo, doença hipertensiva específica da gravidez (DHEG), hemorragias, aborto, infecção puerperal e anormalidades da contração uterina. As causas indiretas decorrem de doenças pre-existentes ou que se desenvolveram durante a gestação e que foram agravadas pelos efeitos fisiológicos da gestação (BRASIL, 2012a). Desde 1990, há uma mudança na distribuição das causas, com decréscimo da importância da obstétrica direta, enquanto a indireta aumentou, reflexo da mais acurada investigação de óbitos suspeitos.

O Ministério da Saúde determina um padrão mínimo de seis consultas no pré-natal (acima das quatro visitas recomendadas como mínimo pela OMS). O monitoramento com dados do Ministério permite verificar que a proporção de nascidos vivos em que a mãe teve menos de quatro visitas diminuiu de 16,5% para 9,0% entre 2000 e 2010 (Tabelas 1 e 6.4).

**Tabela 1 - Proporção de nascidos vivos, por número de consultas de pré-natal, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010**

Grandes Regiões	Proporção de nascidos vivos, por número de consultas de pré-natal (%)							
	Nenhuma		De 1 a 3		De 4 a 6		7 ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>4,9</b>	<b>1,8</b>	<b>11,6</b>	<b>7,2</b>	<b>37,5</b>	<b>29,9</b>	<b>46,0</b>	<b>61,1</b>
Norte	8,9	4,1	19,3	15,4	46,0	43,5	25,8	37,0
Nordeste	8,9	2,1	16,4	9,6	41,8	42,7	32,9	45,6
Sudeste	2,5	1,3	7,4	4,5	33,7	21,1	56,3	73,2
Sul	2,3	1,1	8,9	4,3	35,6	19,1	53,2	75,5
Centro-Oeste	3,0	1,6	10,9	5,4	33,9	25,1	52,2	67,9

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos.

Nota: Incluiu-se somente nascidos vivos com número conhecido de consultas de pré-natal.

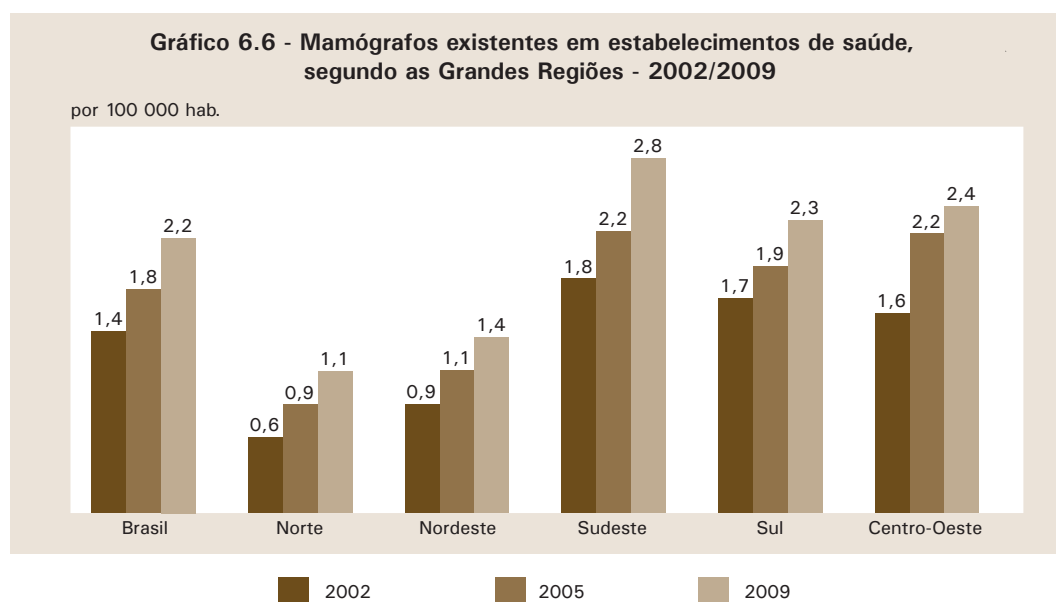
A saúde materna inclui-se no contexto da “saúde da mulher”, na qual se podem abordar outros aspectos importantes, presentes nos relatórios de acompanhamento, como o câncer de mama e do colo do útero. Segundo o Instituto Nacional de Câncer - INCA, entre todos os tipos, o câncer de mama ainda é o mais comum entre a população feminina brasileira. A preocupação crescente com o câncer de mama tornou-se notória com a criação da Lei nº 11.664, de 29.04.2008, que assegura a realização dos exames preventivos<sup>39</sup> citopatológico e mamográfico, este último a partir dos 40 anos de idade, por meio do Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 2008b).

A evolução da mortalidade por câncer de mama entre as mulheres na faixa etária de 30 a 69 anos, no período de 1990 a 2010, elevou-se de 17,4 para 20,3 óbitos por 100 mil habitantes (Tabela 6.5), o que representa um aumento de 16,7%. A taxa ascendente estaria relacionada: ao diagnóstico tardio devido à dificuldade de acesso à consulta ou desinformação sobre exames preventivos periódicos, o que diminuiu as

<sup>39</sup> Os exames preventivos são a mamografia, um exame de rastreamento solicitado para mulheres da população-alvo sem sinais e sintomas de câncer de mama, e o exame citopatológico, um exame de diagnóstico solicitado para pessoas de qualquer idade com sinais e sintomas de câncer de mama.

chances de cura da doença; à redução da taxa de natalidade, pois as mulheres estão optando por ter a primeira gestação após 30 anos de idade e o organismo fica mais tempo recebendo estrogênio, um hormônio que propicia o desenvolvimento do câncer de mama; e ao envelhecimento da população devido ao aumento na expectativa de vida, segundo o INCA (ESTIMATIVA..., 2012a).

Os mamógrafos são equipamentos médicos de grande importância para a detecção precoce e o diagnóstico desse tipo de câncer. De acordo com a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária - AMS, realizada pelo IBGE, é possível observar no Brasil um aumento dos equipamentos existentes em estabelecimentos de saúde de 2002 a 2009, principalmente na rede pública (118%) e nos estabelecimentos privados que prestam serviços ao SUS (75%), sendo que a rede privada não disponível ao SUS ainda concentrava, em 2009, 49% destes equipamentos (2 037 mamógrafos). A distribuição dos mamógrafos reproduz desigualdades regionais, com menores taxas por 100 mil habitantes no Norte e Nordeste (Gráfico 6.6).



Fonte: IBGE, Pesquisa Assistência Médico-Sanitária 2002/2009.

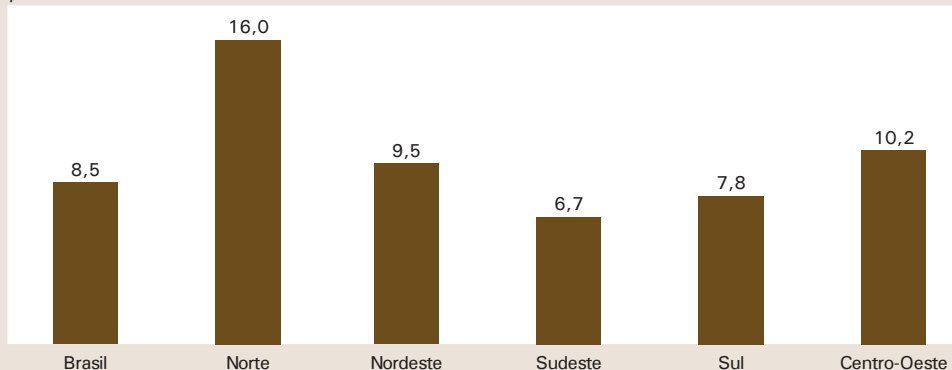
O câncer do colo de útero, por sua vez, é o terceiro tipo de câncer mais comum entre as mulheres e o principal fator de risco é a infecção pelo *papilomavírus humano* (HPV), responsável por 95% dos casos. A infecção por HPV é comum nas mulheres sexualmente ativas e pode levar ao desenvolvimento de lesões precursoras de câncer de colo de útero que podem ser detectadas por meio da realização do exame periódico citopatológico, conhecido como Papanicolau<sup>40</sup>.

A mortalidade por câncer de colo de útero entre as mulheres na faixa etária de 30 a 69 anos, no período de 1990 a 2010, manteve-se estável, variando entre 8,5 e 8,7 óbitos por 100 mil habitantes. Um fator que contribuiu para a estabilização das taxas foi a ampliação da oferta do exame Papanicolau. Ao mesmo tempo, grandes diferenças regionais subsistem. Em 2010, na Região Norte, a taxa de mortalidade por câncer do colo do útero foi de 16,0 óbitos por 100 mil habitantes, contra 6,7 óbitos por 100 mil habitantes na Região Sudeste (Gráfico 6.7 e Tabela 6.5).

<sup>40</sup> O Papanicolau é um exame preventivo, recomendado para as mulheres de 25 a 60 anos de idade.

**Gráfico 6.7 - Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero entre mulheres de 30 a 69 anos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2010**

por 100 000 hab.

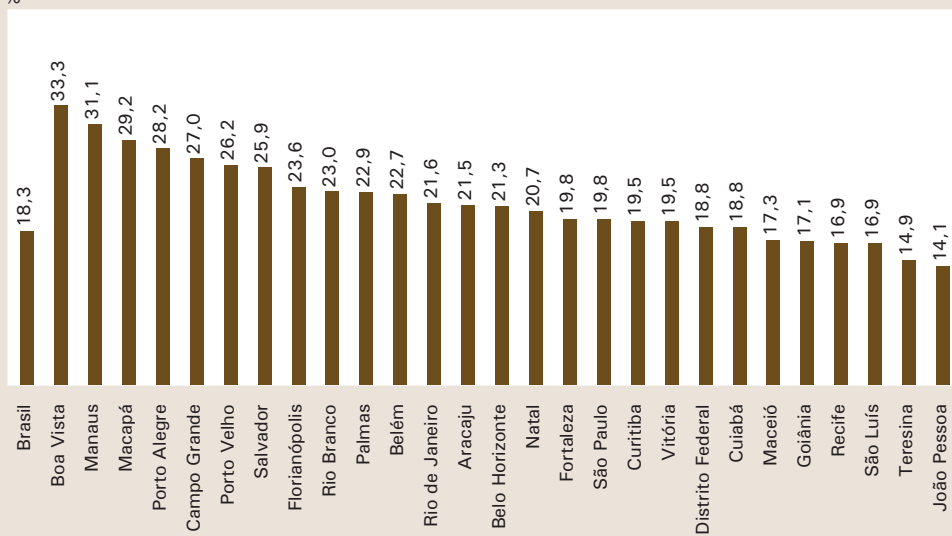


Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE foi realizada em 2009 e 2012. A população-alvo foram escolares do 9º ano do ensino fundamental (antiga 8ª série) de escolas públicas e privadas, atingindo uma faixa etária predominante entre 13 e 15 anos. A pesquisa abordou diversos temas, inclusive saúde sexual e reprodutiva. Os dados levantados na PeNSE 2012 (PESQUISA..., 2013a) revelaram que, no Brasil, 18,3% das meninas escolares do 9º ano declararam já ter praticado relação sexual alguma vez, enquanto esse percentual correspondeu a 28,7% dos meninos. Ademais, a pesquisa permite segmentar os resultados por Municípios das Capitais e o Distrito Federal. Em Boa Vista (33,3%) e Manaus (31,1%) identificaram-se as maiores proporções de meninas que declararam já ter tido relação sexual, enquanto as menores proporções foram registradas em João Pessoa (14,1%) e Teresina (14,9%) (Gráfico 6.8 e Tabela 6.6).

**Gráfico 6.8 - Percentual de escolares do sexo feminino frequentando o 9º ano do ensino fundamental que tiveram relação sexual alguma vez, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2012**

%



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012.



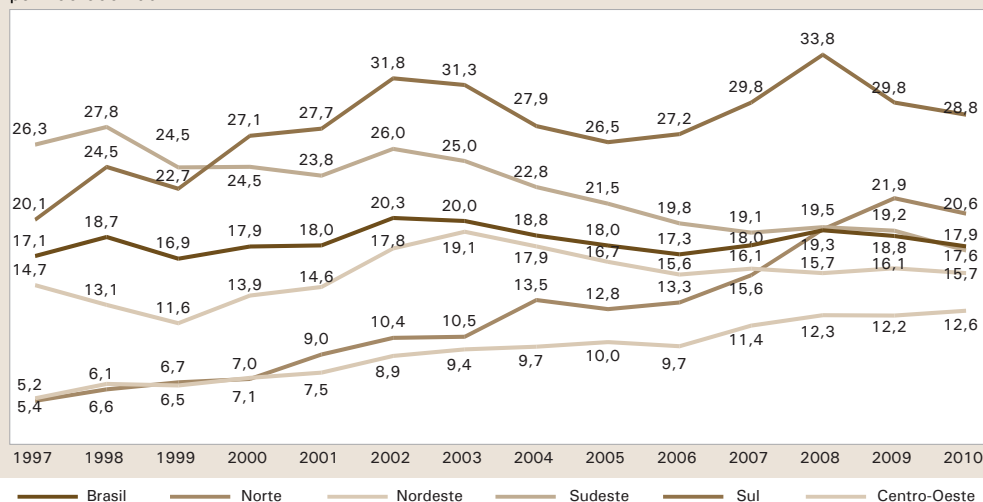
Além de acesso a exames e vacinação, que é recomendada para a população-alvo, idealmente a ser administrada em meninas que ainda não tiveram a primeira relação sexual, outro tema importante na abordagem dos fatores de risco e proteção é a orientação para prevenção e aquisição gratuita de preservativos. A PeNSE 2012 investigou o uso de preservativos pelos escolares, que é um dos métodos contraceptivos principais para evitar a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis (DST), incluindo a AIDS, e importante também na prevenção do câncer do colo de útero. Dos que declararam já ter tido relações sexuais, 75,3% disseram ter usado preservativo na última vez (77,1%, do sexo masculino e 71,8%, do sexo feminino) (Tabela 6.7). A proporção dos alunos entrevistados que receberam orientação na escola sobre como adquirir preservativos gratuitamente foi de 69,7% no Brasil. Da mesma forma, 89,1% disseram ter recebido informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e AIDS na escola (Tabela 6.8). Nesse último quesito, não há diferenças marcantes entre as Grandes Regiões ou o fato da escola ser pública ou privada (PESQUISA..., 2013a).

## Combate ao HIV/AIDS, à malária e outras doenças

A AIDS e a malária são doenças ainda relevantes no Brasil, assim como outras doenças infecciosas. De fato, a agenda de prevenção nacional costuma dar destaque também para a tuberculose e a hanseníase, abordadas no último relatório de acompanhamento (OBJETIVOS..., 2010, p. 116, 118).

A infecção pelo vírus HIV, causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) continua sendo um grande desafio para a saúde global. No Brasil, os casos de infecção pelo HIV, na fase atual da epidemia, mantiveram-se estáveis na população geral. A taxa de incidência mostrou relativa estabilidade, variando de 17,1 para 17,9 casos por 100 mil habitantes entre 1997 e 2010. Esse patamar de estabilidade mascara diferenças regionais, uma vez que houve decréscimo na taxa da Região Sudeste e crescimento nas Regiões Norte, Nordeste e Sul desde 1997 (Gráfico 6.9 e Tabela 6.9). Ao mesmo tempo, há prevalências mais elevadas em alguns grupos populacionais em situação de vulnerabilidade.

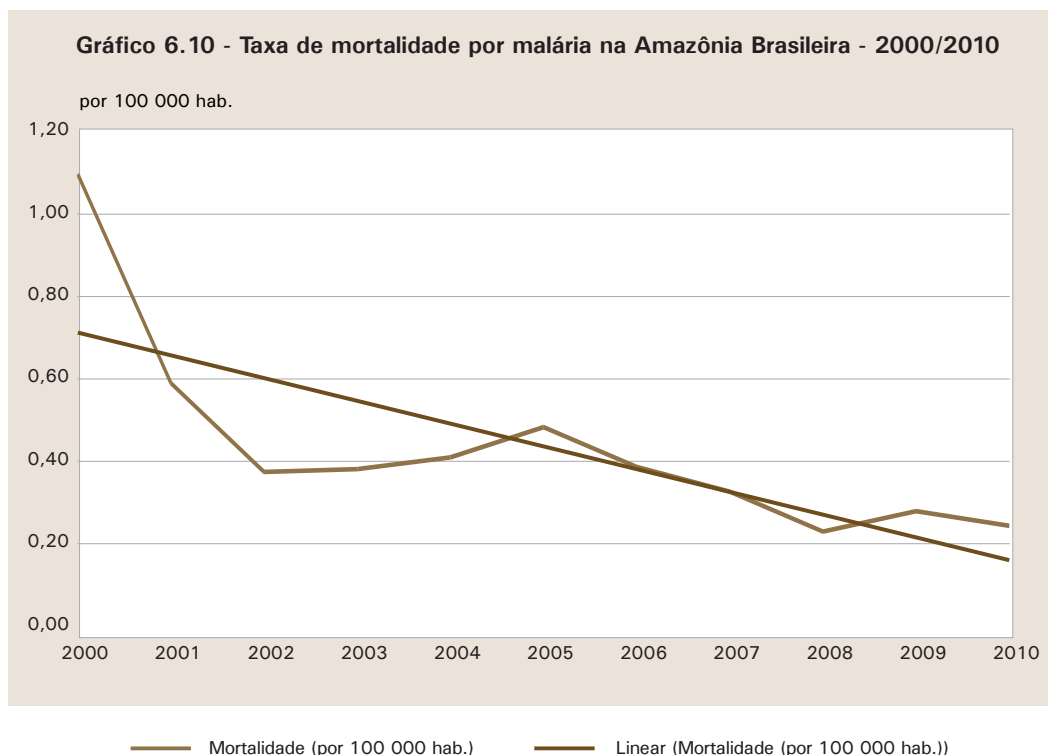
**Gráfico 6.9 - Taxa de incidência de AIDS, por Grandes Regiões, de residência - 1997/2010**  
por 100 000 hab.



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Programa Nacional de DST e AIDS - Brasil.  
Nota: Situação da base de dados em junho/2011.

O coeficiente de mortalidade<sup>41</sup> apresentou declínio no Brasil. Em 1997 era de 7,6 óbitos por 100 mil habitantes, em 2006, declinou para 5,9. Em 2010, foram 6,4 óbitos por 100 mil habitantes. A partir da análise regional, no período 1997/2010, observa-se, no Sudeste, um decréscimo expressivo no coeficiente de mortalidade, uma tendência de estabilização no Centro-Oeste e aumento nas demais Grandes Regiões (Tabela 6.10). Houve políticas para fornecimento de medicamentos desde 1996 e busca do diagnóstico precoce para evitar a transmissão vertical (de mãe para filho), o que certamente contribuiu em parte para estes bons resultados.

A malária é uma doença infecciosa caracterizada por febre aguda, calafrios e dor de cabeça. É transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Anopheles*, popularmente conhecido por carapana, muriçoca, sovela, mosquito-prego e bicuda, infectada pelo protozoário do gênero *Plasmodium* (BRASIL, 2010b). A busca pela vacina eficaz tem sido alvo de muitos estudos, porém ainda insuficientes. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde disponibiliza gratuitamente a medicação para o tratamento da malária nas unidades do SUS (BRASIL, 2010b, cad. 10, p. 34). No Brasil, em 2010, 99,9% dos casos de malária ocorreram na região Amazônica, considerada a área endêmica do País para a doença. No País, há redução significativa do número de casos e da mortalidade. Esta caiu de 1,1 óbito por 100 mil habitantes em 2000 para 0,2 óbito em 2010 (Gráfico 6.10 e Tabela 6.11).

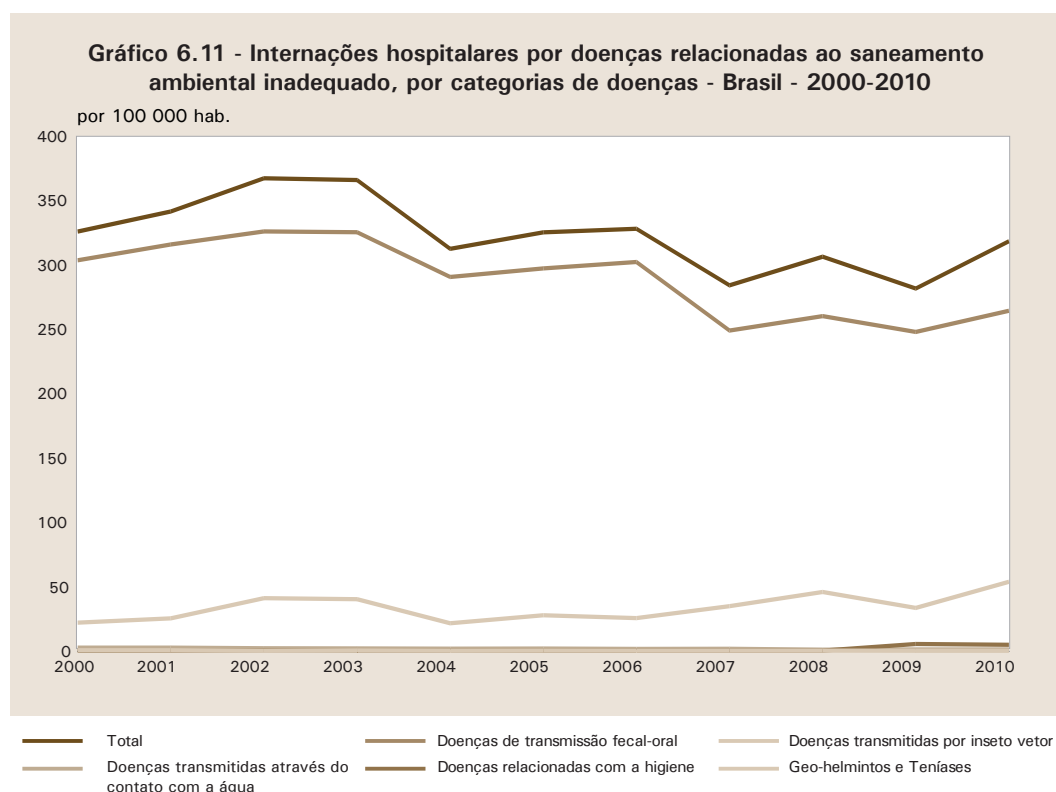


Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.

<sup>41</sup> Número de óbitos por AIDS por 100 mil habitantes.

Há um âmbito de investigação e de atenção para ações públicas que classifica as doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI)<sup>42</sup>. Trata-se de uma série de doenças evitáveis a partir da atenção das condições do local de moradia. A malária está incluída nesse rol de doenças, as quais têm relação direta com o ODM 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental, que insere, entre as suas metas: a redução pela metade, até 2015, da proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável e esgotamento sanitário (Meta 10 internacional); e, até 2020, o alcance de uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários (Meta 11 internacional).

O monitoramento das doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado por categorias e dos serviços de saneamento permite identificar a situação sanitária e ambiental do Brasil e definir políticas públicas para conscientizar os habitantes e controlar a propagação dessas doenças. Destacam-se os registros de internação para doenças de transmissão fecal-oral (diarreias, febres entéricas, hepatite A) e transmitidas por inseto vetor, que somadas representaram cerca de 90% do total de registros das categorias das doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado em 2010. A partir da análise regional das internações hospitalares por esse tipo de doenças, nota-se que a Região Norte apresenta o maior número de internações por 100 mil habitantes (693,8 em 2010), sendo deste total 80,1% relacionadas a doenças de transmissão fecal-oral (Gráfico 6.11 e Tabela 6.12).



Fontes: Ministério da Saúde, Sistema de Informações Hospitalares do SUS; e IBGE, Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Nota: 1. Estimativas populacionais com data de referência em 1º de julho de 2005.

2. Estimativas de população para as Unidades da Federação obtidas pela metodologia AiBi, controlada pela projeção Brasil - Revisão 2008 (método das Componentes Demográficas).

<sup>42</sup> Nos anos de 2001 e 2002, foi realizada uma pesquisa financiada pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, que definiu as doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI), representadas pelo conjunto de doenças infecto-parasitárias de importância epidemiológica relacionadas ao saneamento (IMPACTOS..., 2010).

O acesso ao saneamento básico adequado é um indicador fundamental para o controle e a redução de doenças (INDICADORES..., 2010). Através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo IBGE, pode-se avaliar se os domicílios são atendidos por alguns serviços de saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. A análise dos serviços e a distribuição regional permitem contextualizar/associar essas informações com os dados de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Como visto, a Região Norte tem maior número de casos notificados e piores indicadores de saneamento. Na Região Norte, 80,1% dos domicílios urbanos permanecem sem acesso simultâneo a serviços de saneamento<sup>43</sup>, conforme visto no Capítulo 2, **Famílias e domicílios**.

## Mudanças na estrutura demográfica e impactos na saúde

A pressão por aumento de gastos e a melhoria de acesso aos serviços de saúde perpassam toda a estrutura etária brasileira. Embora a queda das taxas de fecundidade reduza a participação relativa de crianças na população, permanecem gargalos importantes de acesso aos serviços de saúde para esse grupo etário. Em paralelo, a maior expectativa de vida vem elevando a proporção de idosos na população, implicando um rápido processo de envelhecimento e demandando novos focos de atenção para a saúde pública voltada para esse segmento. Por sua vez, o maior número de adultos em relação ao total de inativos (crianças e idosos) é o que caracteriza o período conhecido como “bônus demográfico”. Ao mesmo tempo em que este período propicia oportunidades de crescimento econômico, demanda reforço no atendimento médico de emergência, voltado para os acidentes e violências, que acometem predominantemente pessoas adultas. Essa é uma situação temporária na medida em que a razão de dependência aumentará com o crescente número de idosos: em 2012, havia 19,6 idosos (60 anos ou mais) para cada adulto em idade ativa (15 a 59 anos), razão que está estimada a chegar a 63,2 em 2060, conforme visto no Capítulo 1, **Aspectos demográficos**.

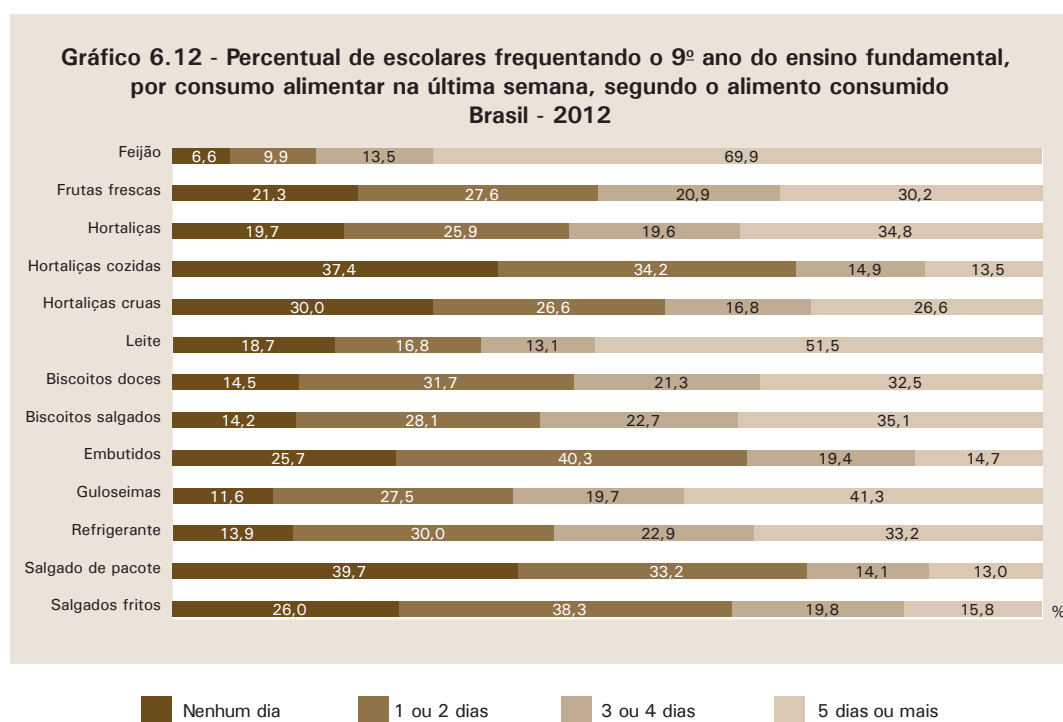
Os cuidados com a saúde do idoso exigem investimentos em recursos físicos, medicamentos, pessoal capacitado e procedimentos tecnológicos. As doenças crônicas não transmissíveis, que já são um dos maiores problemas de saúde no mundo, exigem atenção permanente e tratamentos diferenciados: a hipertensão arterial e a diabetes têm sido alvos de programas de saúde pública, no entanto, outras doenças crônicas não transmissíveis frequentes como a artrite/artrose e a depressão merecem ser tratadas também como um problema de saúde coletiva. Diante desse quadro, o desafio colocado para as políticas públicas, quanto ao envelhecimento da população, compreende um aumento do fornecimento de serviços e de benefícios, que possibilitem uma vida longa e de qualidade, com saúde e dignidade.

Os principais fatores de risco dos quatro principais grupos de doenças crônicas não transmissíveis (circulatórias, câncer, respiratórias crônicas e diabetes) são o tabagismo, álcool, inatividade física, alimentação não saudável, obesidade, dislipidemias (determinadas principalmente pelo consumo excessivo de gorduras saturadas de origem animal), o consumo excessivo de sal e a ingestão insuficiente de frutas e verduras. A redução dos índices de incidência e mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis está associada ao desenvolvimento de hábitos e de um estilo de vida saudáveis.

<sup>43</sup> Serviços de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e lixo coletado direta ou indiretamente.

Hábitos inadequados na infância e na adolescência são fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis na idade adulta. Os aprendizados e costumes adquiridos no período da infância e adolescência repercutem sobre o comportamento alimentar, a percepção da autoimagem, a saúde individual, os valores, as preferências e o desenvolvimento psicossocial. A OMS preconiza que é importante desenvolver hábitos de alimentação saudável entre crianças e adolescentes para sua manutenção na vida adulta e consequente redução de risco de doenças crônicas e obesidade. O consumo de frutas e hortaliças é um potencial fator de proteção para excesso de peso, doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2.

Dados da PeNSE 2012 demonstraram que, com relação ao consumo de alimentos considerados como marcadores de alimentação saudável (feijão, hortaliças cruas ou cozidas, frutas e leite) os dados apontaram que 69,9% dos escolares consumiram feijão em cinco dias ou mais (na semana anterior à pesquisa); 43,4%, hortaliças; 30,2%, frutas frescas; 51,5%, leite (Gráfico 6.12).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012.

Considerados fatores de risco para a saúde no mundo, o consumo precoce de bebida alcoólica e uso precoce de tabaco são determinantes para o desencadeamento de doenças crônicas. Dados da PeNSE 2012 mostraram que 19,6% dos estudantes entrevistados já haviam experimentado o cigarro, alguma vez na vida. Com relação ao consumo de bebida alcoólica, 66,6% declararam já haver consumido álcool alguma vez na vida (PESQUISA..., 2013a).

Informações coletadas nos Suplementos de Saúde da PNAD, realizada em 1998, 2003 e 2008, mostraram que a maior prevalência dentre as doenças crônicas, tanto para homens quanto para mulheres, foi relacionada a problemas de hipertensão. A prevalência de doenças relacionadas à coluna e à artrite/reumatismo, embora elevada, diminuiu no período considerado (Tabela 2).

**Tabela 2 - Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade que apresentaram as morbidades referidas, por sexo, segundo o tipo de doença - Brasil - 1998/2008**

Tipo de doença	Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade que apresentaram as morbidades referidas, por sexo (%)					
	1998		2003		2008	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Coluna	42,0	48,1	32,0	39,8	30,5	38,7
Artrite/Reumatismo	30,0	43,6	20,1	33,0	16,3	30,4
Câncer	1,4	0,9	2,2	2,0	3,2	2,0
Diabetes	8,0	12,1	10,7	14,8	14,1	17,6
Bronquite/Asma	7,8	7,7	6,1	6,9	5,5	6,2
Hipertensão	36,6	49,7	40,4	55,3	46,3	58,7
Cardiovascular	16,6	21,0	15,8	18,7	16,6	17,9
Renal Crônica	7,0	6,7	4,8	3,7	3,4	3,2
Depressão	8,0	15,3	5,9	12,8	5,6	12,0
Tuberculose	0,3	0,1	0,5	0,3	0,4	0,2
Tendinite	3,6	5,4	3,4	1,8	3,0	6,6
Cirrose	0,5	0,2	0,5	0,1	0,6	0,2

Fonte: Beltrão, K. et al. Capacidade funcional dos idosos: uma análise dos suplementos saúde da PNAD com a teoria de resposta ao item. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013. 132 p. (Textos para discussão, n. 45)

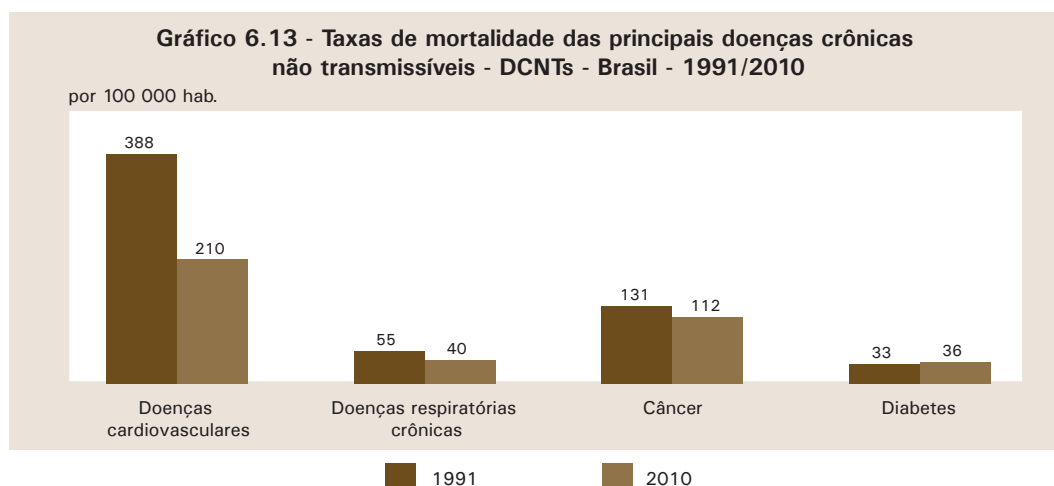
Nota: Dados de IBGE/PNAD 1998, 2003, 2008.

Em relação à mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, os dados do Ministério da Saúde mostram que, no Brasil, em 2010, elas representavam 73,9% das causas de óbito<sup>44</sup>. Nas duas últimas décadas, as taxas de mortalidade bruta por esse tipo de doença se mantiveram estáveis, em razão do envelhecimento populacional. Ao mesmo tempo, quando se padroniza por idade, em cada grupo etário, as pessoas mostram menos chance de falecer por doenças cardiovasculares, câncer e doenças respiratórias crônicas. Em contraste, aumentou o risco de óbito por diabetes (Gráfico 6.13). O maior decréscimo se deu nas doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas, com fatores prováveis para esse decréscimo ligados à diminuição da prevalência de tabagismo e maior acesso a cuidados médicos, conforme destacado pelo Ministério da Saúde (MORTALIDADE..., 2012c, p. 101). Há, ao mesmo tempo, uma desaceleração recente na queda das taxas de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, provavelmente em razão do aumento da prevalência da obesidade e do diabetes, fatores de risco para doenças cardiovasculares, câncer e várias outras doenças crônicas.

O acesso e a qualidade da assistência médica disponível têm um grande impacto nas taxas de mortalidade por óbitos por causas externas, que afetam sobretudo a população adulta. Os acidentes de trânsito, os homicídios e os suicídios respondem, em conjunto, por cerca de  $\frac{2}{3}$  desses óbitos. As taxas são consideravelmente mais altas na população de adultos jovens, principalmente do sexo masculino, conforme visto no Capítulo 1, **Aspectos demográficos**.

Com relação aos dados de mortalidade por causas externas, as maiores taxas foram observadas entre os homens adultos de 20 a 39 anos (184,6 óbitos por 100 mil habitantes), conforme destacado pelo Ministério da Saúde (MORTALIDADE..., 2012b, p. 257).

<sup>44</sup> Dados com correções para sub-registro e causas mal definidas de óbito e taxas padronizadas por idade segundo o padrão internacional.



Fonte: Mortalidade por doenças crônicas no Brasil: situação em 2010 e tendências de 1991 a 2010. In: Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília, DF, 2012c. cap. 4. Disponível em: <[http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011\\_parte1\\_cap4.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011_parte1_cap4.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

Notas: 1. Taxas de mortalidade padronizadas por idade segundo padrão da Organização Mundial da Saúde.

2. Taxas corrigidas para sub-registro e com redistribuição proporcional das causas classificadas como mal definidas.

**Tabela 3 - Número, proporção e taxa bruta de mortalidade por causas externas, por sexo, segundo os grupos de idade - 2010**

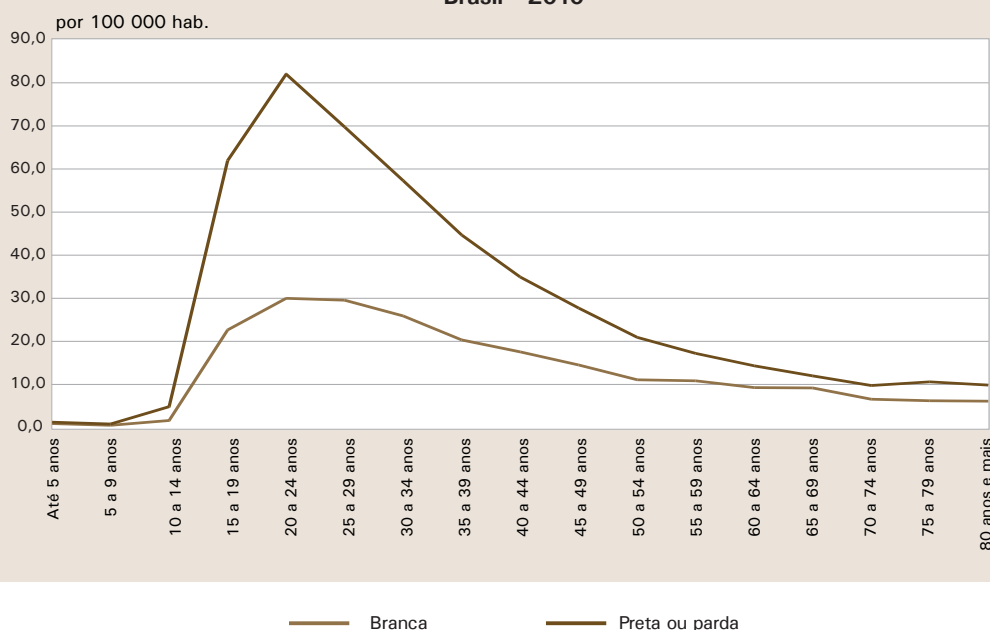
Grupos de idade	Mortalidade por causas externas, por sexo									Razão de taxas (homens/ mulheres)
	Total			Homens			Mulheres			
	Número	Pro- por- ção (%)	Taxa bruta (100 000 hab.)	Número	Pro- por- ção (%)	Taxa bruta (100 000 hab.)	Número	Pro- por- ção (%)	Taxa bruta (100 000 hab.)	
Total	143 149	100,0	75,0	118 192	100,0	126,5	24 957	100,0	25,6	4,9
0 a 9 anos	3 815	2,7	13,3	2 395	2,0	16,4	1 420	5,7	10,1	1,6
10 a 19 anos	16 232	11,3	47,5	13 754	11,6	79,6	2 478	9,9	14,7	5,4
20 a 39 anos	65 386	45,7	102,2	58 302	49,3	184,6	7 084	28,4	21,9	8,4
40 a 59 anos	32 068	22,4	74,1	27 108	22,9	130,6	4 960	19,9	22,0	5,9
60 anos ou mais	23 617	16,5	114,7	14 790	12,5	161,5	8 827	35,4	77,2	2,1
Sem informação	2 031	1,4	-	1 843	1,6	-	188	0,8	-	-

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade; e Mortalidade por doenças crônicas no Brasil: situação em 2010 e tendências de 1991 a 2010. In: Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília, DF, 2012c. p. 257. Disponível em: <[http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011\\_parte1\\_cap4.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011_parte1_cap4.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

A população preta ou parda apresenta uma taxa de mortalidade por agressões<sup>45</sup> maior que a população branca, com destaque para a população jovem. No grupo de 20 a 24 anos de idade, a taxa de óbitos por agressão por 100 mil habitantes é de 30,0 para brancos, contra 82,0 para pretos ou pardos, uma taxa que chega a ser 2,7 vezes maior do que a para brancos em 2010 (Gráfico 6.14 e Tabela 6.13).

<sup>45</sup> É preciso cautela com relação às análises de mortalidade, segundo a cor da pele ou a raça feitas com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, uma vez que as informações nele registradas são declaradas pelo responsável pelo preenchimento da declaração de óbito. Essas informações não são compatíveis com a autodeclaração da cor da pele prestada aos censos e às pesquisas domiciliares, dos quais derivam os denominadores para o cálculo das taxas de mortalidade, conforme destaca o documento *Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher*, do Ministério da Saúde (MORTALIDADE..., 2012b, p. 254).

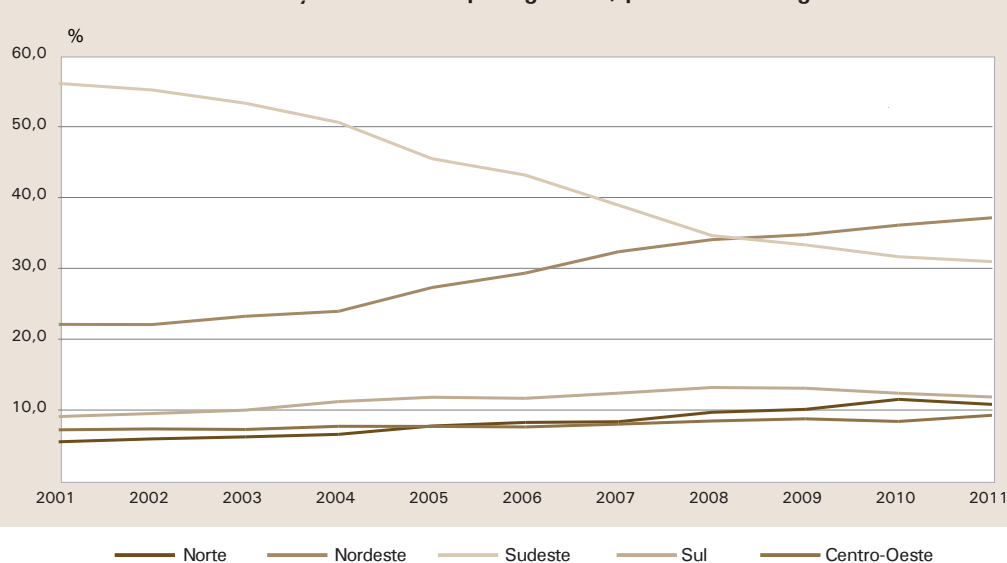
**Gráfico 6.14 - Taxa de óbitos por agressão, por cor ou raça, segundo os grupos de idade  
Brasil - 2010**



Fontes: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade; e IBGE, Censo Demográfico 2010.

Essa diferença nas taxas entre brancos e pretos ou pardos cresceu durante a década de 2000 (WASELISZ, 2012), o que estaria ligado também à mudança do padrão dos homicídios, com crescimento expressivo da participação das Regiões Norte e Nordeste e diminuição na Região Sudeste, com crescimento moderado da importância das outras regiões (Gráfico 6.15).

**Gráfico 6.15 - Distribuição dos óbitos por agressão, por Grandes Regiões - 2001/2011**

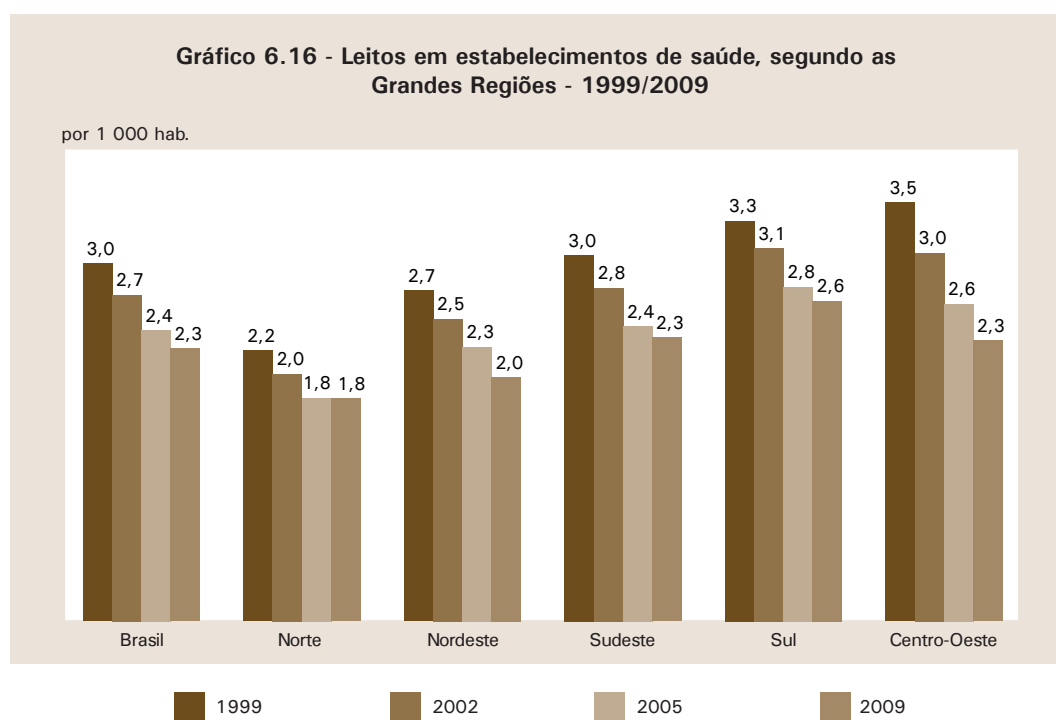


Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.



Ligado à situação da estrutura etária e ao envelhecimento da população, em termos de infraestrutura de atendimento, o número de leitos em estabelecimentos de saúde com internação apurados pela AMS 2009, realizada pelo IBGE, foi de 431 996, sendo 152 892 (35,4%) públicos e 279 104 (64,6%) privados. Quanto à taxa de leitos por habitante, observou-se 2,3 leitos por 1 000 habitantes, não atingindo os valores recomendados pelo Ministério da Saúde, situados entre 2,5 e 3 leitos por 1 000 habitantes.

Houve uma tendência no Brasil (alinhado à tendência mundial) de diminuição do número de leitos por habitante. Essa tendência vem sendo observada pela AMS desde 1999, em que as taxas permaneceram abaixo das preconizadas pelo Ministério da Saúde (Gráfico 6.16). Considerando o momento de predominância da população adulta, essa redução de leitos representa um desafio para o fornecimento de assistência adequada. A falta de leitos afeta o acesso a cirurgias e atendimento de emergência, mais frequentes entre os adultos jovens, e o tratamento de determinados cânceres e a estabilização de pacientes crônicos cuja demanda aumenta com a idade.



Fonte: IBGE, Pesquisa Médico-Sanitária 2002/2009.

## Gastos e acesso a serviços de saúde

Após ter analisado alguns desafios relacionados à mudança demográfica, vale destacar aspectos da economia da saúde (pelos gastos das famílias e do governo), acesso a serviços públicos e privados, avanços e lacunas da oferta de serviço à população, além de escolhas coletivas que mostram desigualdades e desafios para a saúde da população.

O setor da saúde<sup>46</sup> correspondeu em média a 8,5% do Produto Interno Bruto - PIB no período 2007-2009, sendo que as famílias responderam por mais da metade (56,3%) das despesas com consumo final de bens e serviços de saúde nesse período (CONTA-SATÉLITE..., 2012). O gasto público (43,7% da despesa total) é menor do que

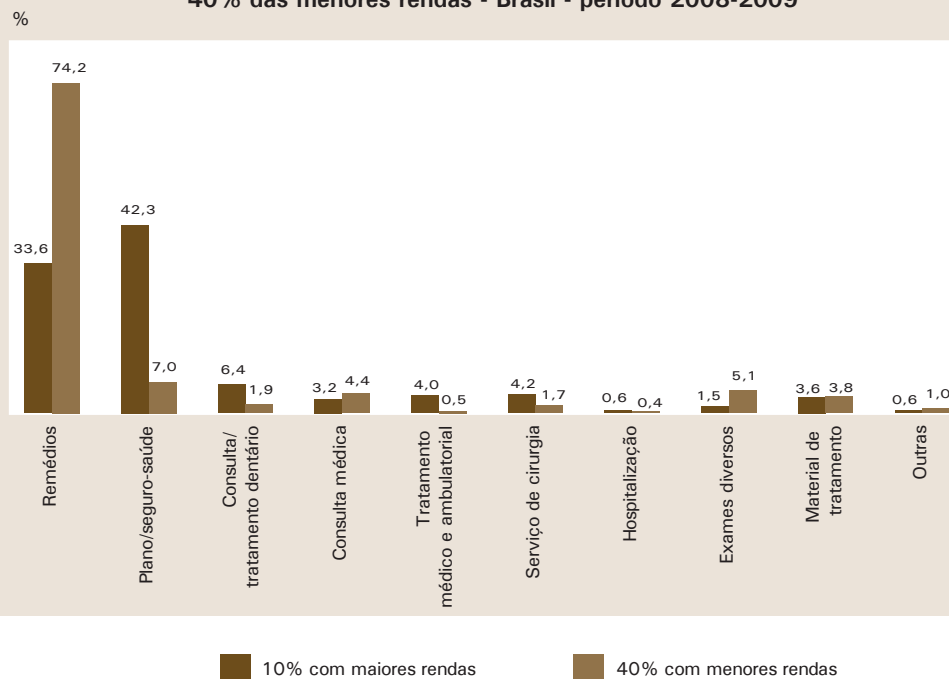
<sup>46</sup> A delimitação do setor de saúde é efetuada a partir das atividades econômicas consideradas típicas de saúde com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0 (CONTA-SATÉLITE..., 2012, p. 13).

a média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD), situada em 70%, o que configura um desafio para o Brasil chegar a um sistema de cobertura universal e atendimento integral (PIOLA et al., 2012) e responder às novas demandas geradas pelas mudanças demográficas em curso. A ampliação dos gastos públicos em saúde se mostra um elemento-chave para o financiamento atual e futuro do sistema de saúde brasileiro.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, realizada pelo IBGE, os gastos com saúde representaram 7,2% do total de gastos das famílias. Esse gasto foi direcionado primeiramente a medicamentos (48,6%), seguido por plano/seguro-saúde (29,8%) e consulta e tratamento dentário (4,7%).

Os gastos de 40% das famílias com as menores rendas foram direcionados principalmente a medicamentos (74,2%), enquanto os gastos de 10% das famílias que detêm as maiores rendas direcionam primeiramente (42,3%) para planos de saúde (Gráfico 6.17). Também se destacam nesse quadro as despesas com exames e consultas médicas. As famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais nesses itens que as de maior renda (5,1% contra 1,5% e 4,4% contra 3,2%, respectivamente), demonstrando desigualdades. Famílias mais pobres têm menor acesso a planos de saúde e esse quadro pode estar refletindo também carências de cobertura do SUS nesses serviços.

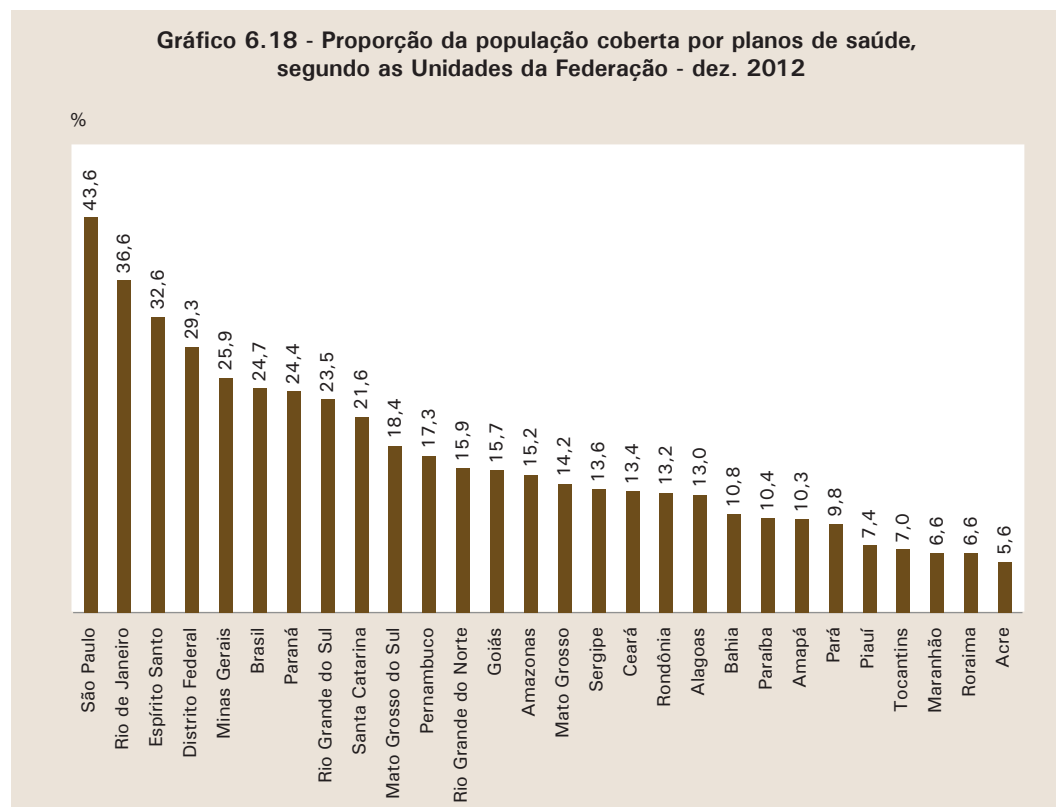
**Gráfico 6.17 - Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, segundo os itens de assistência à saúde, das famílias com 10% das maiores rendas e 40% das menores rendas - Brasil - período 2008-2009**



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

No País, há políticas públicas que visam ao acesso a medicamentos pelo SUS, por exemplo, com a política reconhecidamente bem-sucedida de distribuição de medicamentos para a AIDS. Houve, na década de 2000, incentivo à produção nacional de medicamentos genéricos essenciais e programas de distribuição de medicamentos, inclusive direcionados a doenças crônicas, o que está alinhado aos novos (e crescentes) desafios da saúde pública em relação a essas doenças.

Com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pode-se ver estimar a cobertura de plano de saúde em até 24,7% no Brasil. Trata-se de uma aproximação de cobertura, pois há pessoas com mais de um plano de saúde<sup>47</sup>. Essa cobertura está concentrada regionalmente, com 64% dos planos no Sudeste, em 2012. Em termos de cobertura, 43,6% da população estava coberta no Estado de São Paulo em dezembro de 2012, contra 5,6% no Acre (Gráfico 6.18).

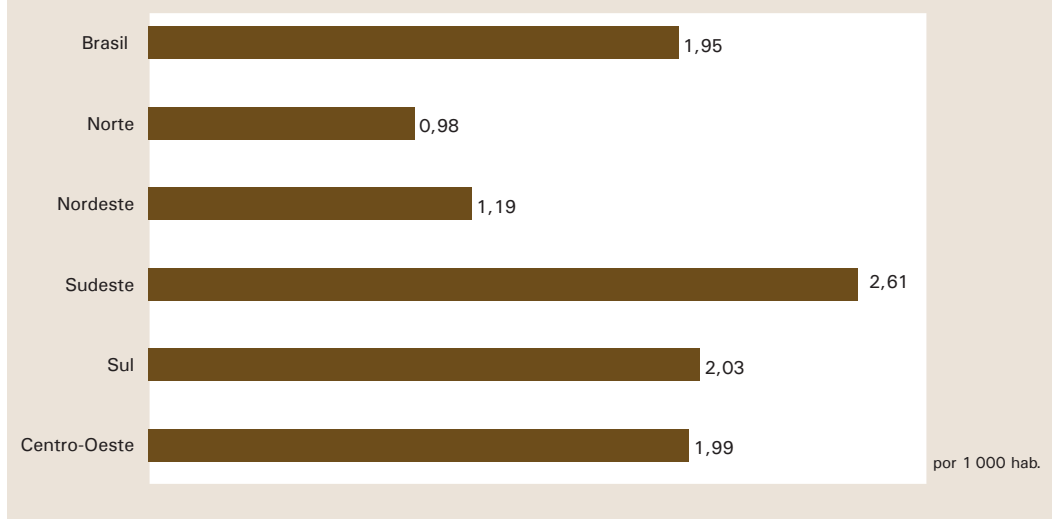


Fontes: IBGE e Agência Nacional de Saúde - ANS.

A cobertura por plano de saúde representa um uso diferenciado dos serviços de saúde, possibilitando um maior acesso a serviços para quem tem plano de saúde. Na maioria dos municípios brasileiros, esse acesso por plano de saúde compete pelos mesmos serviços de saúde privados que são oferecidos ao SUS. Em conclusão, o paciente coberto por um plano pode ser atendido também pelos serviços públicos, concedendo-lhe, dessa forma, uma dupla cobertura, pelo plano e pelo SUS, dada a universalização do acesso assegurada na Constituição Federal do Brasil, de 1988.

Outro desafio é a distribuição dos profissionais de saúde no País. Segundo dados da pesquisa Demografia Médica no Brasil, elaborada em parceria pelo Conselho Federal de Medicina - CFM e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP, há 1,95 médico registrado por 1 000 habitantes em 2011 com fortes disparidades regionais, indo de 0,98 na Região Norte a 2,61 na Região Sudeste (Gráfico 6.19 e Tabela 6.14). Além disso, nas capitais, a razão de médicos registrados por 1 000 habitantes é de 4,2 (SCHEFFER, 2011, p. 31). O Ministério da Saúde busca alcançar o quantitativo de 2,5 médicos por 1 000 pessoas e melhor distribuição no território.

<sup>47</sup> O Suplemento de Saúde da PNAD 2008 havia mostrado uma cobertura similar (25,9%).

**Gráfico 6.19 - Médicos registrados, segundo as Grandes Regiões - 2011**

Fonte: Conselho Federal de Medicina - CFM.

Com outra metodologia, a AMS na sua última edição, em 2009, investigou o número de postos médicos em estabelecimentos de saúde<sup>47</sup>. A pesquisa também mostra desigualdade de distribuição regional e permite detalhar a distribuição dos postos entre estabelecimentos públicos e privados. Como visto, o setor privado atende uma proporção menor da população, mas acumula o maior quantitativo de postos de trabalho: “[...] nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste são, respectivamente, 58,5%, 64,4% e 54,9% do total dos postos de trabalho nos estabelecimentos de saúde. Os postos de trabalho nos estabelecimentos públicos são maioria nas regiões menos desenvolvidas do País – Norte e Nordeste –, com, respectivamente, 62,2% e 54,1% do total dos postos de trabalho destas regiões” (ESTATÍSTICAS..., 2010, p. 49).

Resultado da política de descentralização da saúde e buscando aproximar o atendimento à população no total do País, houve crescente direcionamento de recursos para a atenção básica. Desde o início da década, quando as equipes de Saúde da Família cobriam uma população estimada de 17,4%, chega-se, no final de 2012, a 5 297 municípios com cobertura estimada pelo Ministério da Saúde de 54,8% da população (HISTÓRICO..., 2012). Já com dados da PNAD 2008, há mudança do padrão de referência para a saúde em relação a pesquisas anteriores. O posto ou centro de saúde foi o local mais declarado como normalmente procurado por 56,8% das pessoas, seguido pelos consultórios particulares (19,2%) e pelo ambulatório de hospital (12,2%). Em 1998, 41,8% se referiram ao posto ou centro de saúde em primeiro lugar, o que traduz um aumento na referência ao atendimento primário no posto de saúde, que tem a função de fornecer um atendimento de proximidade e encaminhar para atendimentos especializados se isso for necessário (UM PANORAMA..., 2010).

<sup>47</sup> O número de postos difere do quantitativo de médicos registrados, pois no Brasil os médicos costumam acumular mais de um posto.

Finalmente, a saúde no Brasil apresenta relevantes evoluções, com crescente (mesmo se ainda insuficiente) investimento público. Há resultados notórios em alguns indicadores, como a redução da mortalidade infantil e materna, tratamento da AIDS, capilaridade da atenção básica, entre outros. Ao mesmo tempo, esforços adicionais são necessários para melhorar a qualidade dos serviços, tornar a saúde pública mais equânime, homogênea no território e capaz de enfrentar os crescentes desafios ligados à dinâmica demográfica. Há atualmente uma grande proporção de adultos, que requerem um tipo de atendimento, nas emergências, por exemplo, e progressivo envelhecimento da população. A população idosa é mais acometida por doenças crônicas e tendem a necessitar de cuidados constantes. Investimentos nas condições sanitárias e ambientais, além da sua inegável função social, têm um papel importante para a prevenção de doenças. Ao mesmo tempo, permanece a necessidade de maiores investimentos em pesquisa para tratar doenças ainda relevantes (como a malária) e busca de novas tecnologias e tratamentos mais eficientes, mas que costumam ter custo elevado.

**Tabela 6.1 - Taxa de mortalidade na infância e taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos por 1 000 nascidos vivos)	Taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano por 1 000 nascidos vivos)
<b>Brasil</b>	<b>(1) 18,6</b>	<b>(1) 16,0</b>
<b>Norte</b>	<b>(2) 25,0</b>	<b>(2) 21,0</b>
Rondônia	(2) 21,9	(2) 18,9
Acre	(2) 24,0	(2) 20,4
Amazonas	(2) 25,2	(2) 20,6
Roraima	(2) 22,1	(2) 18,0
Pará	(2) 25,6	(2) 21,5
Amapá	(2) 29,5	(2) 25,4
Tocantins	(2) 24,0	(2) 20,5
<b>Nordeste</b>	<b>(2) 22,1</b>	<b>(2) 19,1</b>
Maranhão	(2) 25,8	(2) 21,9
Piauí	(2) 23,7	(2) 20,7
Ceará	(2) 18,9	(2) 16,2
Rio Grande do Norte	(2) 19,6	(2) 17,2
Paraíba	(2) 20,8	(2) 18,2
Pernambuco	(2) 19,8	(2) 17,0
Alagoas	(2) 21,9	(2) 18,6
Sergipe	(2) 21,1	(2) 18,2
Bahia	(2) 24,1	(2) 21,0
<b>Sudeste</b>	<b>(1) 15,5</b>	<b>(1) 13,4</b>
Minas Gerais	(2) 18,6	(2) 16,2
Espírito Santo	(3) 14,1	(3) 11,9
Rio de Janeiro	(3) 16,7	(3) 14,3
São Paulo	(3) 13,9	(3) 12,0
<b>Sul</b>	<b>(3) 13,5</b>	<b>(3) 11,6</b>
Paraná	(3) 13,9	(3) 12,0
Santa Catarina	(3) 12,9	(3) 11,2
Rio Grande do Sul	(3) 13,3	(3) 11,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>(1) 18,6</b>	<b>(1) 15,9</b>
Mato Grosso do Sul	(3) 18,5	(3) 15,4
Mato Grosso	(2) 23,2	(2) 19,6
Goiás	(2) 18,3	(2) 15,9
Distrito Federal	(3) 13,8	(3) 12,2

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Notas: 1. Taxas estimadas pelo Ministério da Saúde a partir de métodos demográficos indiretos.

2. Este indicador estima a probabilidade de um recém nascido morrer antes de completar cinco anos de idade, considerando a exposição ao risco de morte durante cinco anos, não sendo portanto uma taxa anual, e seu valor deve estar entre zero e um, por ser uma probabilidade.

(1) Média das taxas estaduais, obtidas por método direto ou indireto. (2) Estimadas com os dados informados ao SIM e ao SINASC corrigidos por fatores obtidos no processo de busca ativa realizado na Amazônia Legal e no Nordeste, no ano de 2008. (3) Taxas calculadas diretamente dos sistemas SIM e SINASC, para os estados que atingiram índice final (cobertura e regularidade do SIM) igual ou superior a 80% e cobertura do SINASC igual ou superior a 90%.

**Tabela 6.2 - Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano, total e por componentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade infantil (por 1 000 nascidos vivos)			
	Total	Componentes		
		Neonatal precoce	Neonatal tardia	Pós-neonatal
<b>Brasil</b>	<b>16,0</b>	<b>8,5</b>	<b>2,6</b>	<b>4,9</b>
<b>Norte</b>	<b>21,0</b>	<b>11,0</b>	<b>3,0</b>	<b>7,0</b>
Rondônia	18,9	10,6	2,6	5,7
Acre	20,4	9,7	3,2	7,5
Amazonas	20,6	9,6	2,8	8,2
Roraima	18,1	8,6	1,9	7,6
Pará	21,4	12,2	3,0	6,2
Amapá	25,4	12,2	5,7	7,5
Tocantins	20,4	9,2	3,0	8,2
<b>Nordeste</b>	<b>19,1</b>	<b>11,0</b>	<b>2,6</b>	<b>5,5</b>
Maranhão	21,9	12,7	2,4	6,8
Piauí	20,7	11,8	3,3	5,6
Ceará	16,3	9,2	2,4	4,7
Rio Grande do Norte	17,3	9,8	2,4	5,1
Paraíba	18,3	10,0	3,2	5,1
Pernambuco	17,1	9,4	2,5	5,2
Alagoas	18,6	9,7	2,9	6,0
Sergipe	18,2	10,6	2,3	5,3
Bahia	21,1	12,8	2,7	5,6
<b>Sudeste</b>	<b>13,4</b>	<b>6,8</b>	<b>2,4</b>	<b>4,2</b>
Minas Gerais	16,2	9,0	2,5	4,7
Espírito Santo	11,8	6,0	2,4	3,4
Rio de Janeiro	14,2	7,3	2,2	4,7
São Paulo	12,0	5,8	2,4	3,8
<b>Sul</b>	<b>11,5</b>	<b>6,0</b>	<b>2,0</b>	<b>3,5</b>
Paraná	12,0	6,7	2,0	3,3
Santa Catarina	11,3	5,7	2,1	3,5
Rio Grande do Sul	11,4	5,5	2,1	3,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>15,9</b>	<b>8,3</b>	<b>2,7</b>	<b>4,9</b>
Mato Grosso do Sul	15,5	8,1	2,2	5,2
Mato Grosso	19,6	9,3	3,5	6,8
Goiás	16,0	8,8	2,7	4,5
Distrito Federal	12,2	6,4	2,5	3,3

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade.

- Notas: 1. Neonatal precoce: Calculada multiplicando a TMI (C.1) pela proporção de óbitos infantis na idade de 0 a 6 dias.  
 2. Neonatal tardia: Calculada multiplicando a TMI (C.1) pela proporção de óbitos infantis na idade de 7 a 27 dias.  
 3. Pós-neonatal: Calculada multiplicando a TMI (C.1) pela proporção de óbitos infantis na idade de 28 a 364 dias.

**Tabela 6.3 - Mortalidade infantil, por grupos de causas,  
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Mortalidade infantil					
	Total	Grupos de causas (%)				
		Afecções perinatais	Doenças infecciosas	Mal formações congenitas	Aparelho respiratório	Outras e mal definidas
<b>Brasil</b>	<b>39 870</b>	<b>59,4</b>	<b>4,9</b>	<b>19,3</b>	<b>4,9</b>	<b>11,6</b>
<b>Norte</b>	<b>5 289</b>	<b>56,9</b>	<b>6,7</b>	<b>15,3</b>	<b>6,9</b>	<b>14,2</b>
Rondônia	479	54,7	4,6	19,8	6,5	14,4
Acre	287	50,9	7,0	13,2	5,9	23,0
Amazonas	1 178	47,9	7,4	20,0	6,8	17,9
Roraima	126	50,8	9,5	17,5	9,5	12,7
Pará	2 533	60,8	6,9	13,0	6,8	12,5
Amapá	287	71,1	4,2	7,7	4,5	12,5
Tocantins	399	57,1	6,5	16,5	10,3	9,5
<b>Nordeste</b>	<b>13 197</b>	<b>62,2</b>	<b>5,8</b>	<b>16,9</b>	<b>4,6</b>	<b>10,5</b>
Maranhão	1 860	61,7	6,8	14,1	5,6	11,7
Piauí	833	62,8	4,3	19,8	3,8	9,2
Ceará	1 691	62,3	5,1	17,6	3,4	11,5
Rio Grande do Norte	638	58,5	6,7	19,6	5,0	10,2
Paraíba	850	65,8	3,5	18,4	2,9	9,4
Pernambuco	2 083	59,0	6,0	19,8	4,8	10,4
Alagoas	918	60,0	8,5	14,2	7,6	9,7
Sergipe	510	61,0	5,5	19,0	3,9	10,6
Bahia	3 814	64,4	5,7	15,2	4,4	10,3
<b>Sudeste</b>	<b>14 120</b>	<b>58,6</b>	<b>4,0</b>	<b>21,0</b>	<b>4,8</b>	<b>11,7</b>
Minas Gerais	3 336	60,4	3,8	20,5	3,3	11,9
Espírito Santo	617	57,4	2,6	26,1	3,7	10,2
Rio de Janeiro	3 004	56,5	4,6	20,1	5,5	13,2
São Paulo	7 163	58,8	4,0	21,1	5,2	11,0
<b>Sul</b>	<b>4 220</b>	<b>57,8</b>	<b>2,4</b>	<b>24,4</b>	<b>3,3</b>	<b>12,1</b>
Paraná	1 840	58,9	2,1	25,3	2,4	11,3
Santa Catarina	888	57,9	2,3	24,5	3,6	11,7
Rio Grande do Sul	1 492	56,4	2,9	23,2	4,3	13,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3 044</b>	<b>57,1</b>	<b>5,1</b>	<b>22,5</b>	<b>4,9</b>	<b>10,4</b>
Mato Grosso do Sul	631	55,6	6,2	21,2	5,5	11,4
Mato Grosso	739	52,0	8,4	20,0	7,4	12,2
Goiás	1 115	62,0	2,8	21,7	4,5	9,1
Distrito Federal	559	55,6	4,1	29,0	1,6	9,7

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Notas: 1. A mortalidade proporcional (% de óbitos informados ao SIM) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas; com isto, considera-se que os óbitos com causa mal definida (capítulo XVIII da CID-10) estão distribuídos linearmente pelos demais grupos de causas.

2. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.



**Tabela 6.4 - Proporção de nascidos vivos, por número de consultas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Proporção de nascidos vivos, por número de consultas (%)			
	Nenhuma	De 1 a 3 consultas	De 4 a 6 consultas	7 ou mais consultas
<b>Total</b>	<b>1,8</b>	<b>7,2</b>	<b>29,9</b>	<b>61,1</b>
<b>Norte</b>	<b>4,1</b>	<b>15,4</b>	<b>43,5</b>	<b>37,0</b>
Rondônia	2,4	10,5	37,1	50,1
Acre	9,5	21,1	38,4	31,0
Amazonas	6,1	19,7	41,8	32,4
Roraima	4,7	16,3	38,7	40,3
Pará	3,1	13,9	47,2	35,9
Amapá	5,0	20,0	41,9	33,1
Tocantins	1,2	9,6	40,1	49,1
<b>Nordeste</b>	<b>2,1</b>	<b>9,6</b>	<b>42,7</b>	<b>45,6</b>
Maranhão	2,5	17,9	53,2	26,4
Piauí	0,9	9,2	46,9	43,0
Ceará	1,8	6,1	35,7	56,5
Rio Grande do Norte	1,5	7,5	43,0	48,1
Paraíba	1,5	5,7	33,9	58,9
Pernambuco	1,5	7,0	39,1	52,4
Alagoas	3,2	9,4	44,0	43,4
Sergipe	1,4	10,5	41,1	47,1
Bahia	3,0	10,4	44,6	42,1
<b>Sudeste</b>	<b>1,3</b>	<b>4,5</b>	<b>21,1</b>	<b>73,2</b>
Minas Gerais	1,0	4,8	24,6	69,6
Espírito Santo	0,9	5,5	27,5	66,1
Rio de Janeiro	2,3	6,5	26,4	64,8
São Paulo	1,1	3,6	17,1	78,2
<b>Sul</b>	<b>1,1</b>	<b>4,3</b>	<b>19,1</b>	<b>75,5</b>
Paraná	0,7	3,1	15,6	80,6
Santa Catarina	0,8	4,5	24,7	70,0
Rio Grande do Sul	1,8	5,5	19,5	73,2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1,6</b>	<b>5,4</b>	<b>25,1</b>	<b>67,9</b>
Mato Grosso do Sul	1,5	6,2	26,7	65,6
Mato Grosso	0,9	4,5	28,7	65,9
Goiás	2,0	5,3	23,7	69,1
Distrito Federal	1,9	5,9	22,4	69,7

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos.

Nota: Incluído somente os nascidos vivos com número conhecido de consultas de pré-natal.

**Tabela 6.5 - Taxa de mortalidade por câncer de mama e câncer de colo de útero entre mulheres de 30 a 69 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade de mulheres de 30 a 69 anos (100 000 hab.)	
	Por câncer de mama	Por câncer de colo de útero
<b>Brasil</b>	<b>20,3</b>	<b>8,5</b>
<b>Norte</b>	<b>10,6</b>	<b>16,0</b>
Rondônia	10,6	9,6
Acre	2,4	4,0
Amazonas	12	27,8
Roraima	11,7	6,5
Pará	10,7	15,0
Amapá	5,3	8,8
Tocantins	13,3	13,3
<b>Nordeste</b>	<b>16,8</b>	<b>9,5</b>
Maranhão	10,7	16,8
Piauí	15,7	12,2
Ceará	18,8	9,4
Rio Grande do Norte	16,3	8,4
Paraíba	16,2	5,9
Pernambuco	21,8	8,8
Alagoas	15,8	10,9
Sergipe	15	12,2
Bahia	15,9	7,2
<b>Sudeste</b>	<b>23,0</b>	<b>6,7</b>
Minas Gerais	17,4	5,4
Espírito Santo	20,2	9,4
Rio de Janeiro	29,9	9,5
São Paulo	22,9	6,0
<b>Sul</b>	<b>23,8</b>	<b>7,8</b>
Paraná	20,6	8,7
Santa Catarina	21,7	7,0
Rio Grande do Sul	27,8	7,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>17,6</b>	<b>10,2</b>
Mato Grosso do Sul	20,6	14,0
Mato Grosso	16,6	11,8
Goiás	15,8	8,8
Distrito Federal	19,8	8,6

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Notas: 1. Nas tabulações por grupos de idade ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente.

2. Taxa de mortalidade específica - TME: óbitos por 100 000 hab.

3. Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

4. A taxa de mortalidade específica não padronizada por idade está sujeita à influência de variações na composição etária da população, o que exige cautela nas comparações entre áreas geográficas e para períodos distintos.

5. As taxas de mortalidade específica por neoplasias do colo do útero e da mama estão calculadas apenas para a população feminina, e por neoplasias da próstata apenas para a população masculina.

**Tabela 6.6 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que tiveram relação sexual alguma vez, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões, os Municípios das Capitais e o Distrito Federal - 2012**

Grandes Regiões, Municípios das Capitais e Distrito Federal	Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que tiveram relação sexual alguma vez (%)		
	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
<b>Brasil</b>	<b>28,7</b>	<b>40,1</b>	<b>18,3</b>
<b>Total dos Municípios das Capitais</b>	<b>30,8</b>	<b>40,9</b>	<b>21,1</b>
<b>Norte</b>	<b>38,2</b>	<b>53,3</b>	<b>25,5</b>
Porto Velho	35,3	45,8	26,2
Rio Branco	33,5	45,6	23,0
Manaus	41,3	52,5	31,1
Boa Vista	42,8	52,5	33,3
Belém	35,3	48,8	22,7
Macapá	42,2	56,6	29,2
Palmas	32,1	42,5	22,9
<b>Nordeste</b>	<b>24,9</b>	<b>39,7</b>	<b>13,1</b>
São Luís	28,1	40,5	16,9
Teresina	24,7	35,7	14,9
Fortaleza	28,1	37,0	19,8
Natal	28,0	36,3	20,7
João Pessoa	23,9	34,9	14,1
Recife	26,5	37,6	16,9
Maceió	28,2	41,1	17,3
Aracaju	28,3	36,7	21,5
Salvador	36,5	48,0	25,9
<b>Sudeste</b>	<b>29,1</b>	<b>39,5</b>	<b>18,7</b>
Belo Horizonte	27,1	33,3	21,3
Vitória	27,0	34,0	19,5
Rio de Janeiro	31,7	43,5	21,6
São Paulo	30,5	40,2	19,8
<b>Sul</b>	<b>27,3</b>	<b>34,0</b>	<b>20,9</b>
Curitiba	27,3	35,1	19,5
Florianópolis	31,3	39,3	23,6
Porto Alegre	35,6	43,4	28,2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>32,1</b>	<b>43,1</b>	<b>21,8</b>
Campo Grande	36,0	44,6	27,0
Cuiabá	32,2	46,2	18,8
Goiânia	28,7	39,5	17,1
Distrito Federal	26,4	35,0	18,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012.

**Tabela 6.7 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, dentre os que já tiveram relações sexuais, que usaram preservativo na última relação sexual, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões, os Municípios das Capitais e o Distrito Federal - 2012**

Grandes Regiões, Municípios das Capitais e Distrito Federal	Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, dentre os que já tiveram relações sexuais, que usaram preservativo na última relação sexual (%)		
	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
<b>Brasil</b>	<b>75,3</b>	<b>77,1</b>	<b>71,8</b>
<b>Total dos Municípios das Capitais</b>	<b>74,4</b>	<b>75,9</b>	<b>71,6</b>
<b>Norte</b>	<b>77,1</b>	<b>77,7</b>	<b>76,0</b>
Porto Velho	77,7	78,1	77,0
Rio Branco	75,5	72,5	80,7
Manaus	80,0	79,2	81,3
Boa Vista	76,1	79,2	71,4
Belém	70,3	70,8	69,3
Macapá	74,6	75,6	72,9
Palmas	76,6	73,9	81,2
<b>Nordeste</b>	<b>74,0</b>	<b>75,7</b>	<b>69,9</b>
São Luís	73,1	72,3	74,7
Teresina	71,1	70,8	71,7
Fortaleza	72,5	73,9	70,0
Natal	74,2	79,7	65,7
João Pessoa	71,5	72,6	69,2
Recife	69,8	72,3	64,8
Maceió	70,3	72,2	66,4
Aracaju	71,3	72,1	70,2
Salvador	70,1	72,7	65,7
<b>Sudeste</b>	<b>75,4</b>	<b>77,9</b>	<b>70,4</b>
Belo Horizonte	80,3	81,6	78,5
Vitória	72,1	74,6	67,4
Rio de Janeiro	72,1	76,7	63,9
São Paulo	75,3	76,9	71,7
<b>Sul</b>	<b>75,2</b>	<b>76,8</b>	<b>72,7</b>
Curitiba	75,5	77,5	72,1
Florianópolis	77,0	78,1	75,3
Porto Alegre	78,3	81,1	74,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>76,3</b>	<b>76,6</b>	<b>75,8</b>
Campo Grande	77,7	77,6	77,9
Cuiabá	77,4	76,0	80,7
Goiânia	73,6	73,8	72,9
Distrito Federal	73,1	73,5	72,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012.

**Tabela 6.8 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que receberam orientação na escola, sobre aquisição gratuita de preservativo e sobre AIDS ou outras doenças sexualmente transmissíveis, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões, os Municípios das Capitais e o Distrito Federal - 2012**

Grandes Regiões, Municípios das Capitais e Distrito Federal	Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que receberam orientação na escola (%)					
	Sobre aquisição gratuita de preservativo			Sobre AIDS ou outras doenças sexualmente transmissíveis		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Masculino	Mulher		Masculino	Feminino
<b>Brasil</b>	<b>69,7</b>	<b>70,2</b>	<b>69,1</b>	<b>89,1</b>	<b>88,6</b>	<b>89,6</b>
<b>Total dos Municípios das Capitais</b>	<b>67,9</b>	<b>68,7</b>	<b>67,1</b>	<b>87,4</b>	<b>87,3</b>	<b>87,5</b>
<b>Norte</b>	<b>68,4</b>	<b>69,9</b>	<b>67,1</b>	<b>88,9</b>	<b>88,9</b>	<b>88,9</b>
Porto Velho	69,8	70,7	69,1	86,8	87,3	86,4
Rio Branco	80,9	81,3	80,6	94,3	91,6	96,6
Manaus	68,4	69,4	67,6	90,5	91,4	89,7
Boa Vista	73,2	73,4	73,1	87,6	88,3	86,9
Belém	54,1	56,2	52,1	83,8	84,4	83,2
Macapá	73,0	72,3	73,7	91,2	90,3	92,0
Palmas	74,0	75,3	72,9	87,4	87,2	87,5
<b>Nordeste</b>	<b>70,3</b>	<b>71,9</b>	<b>69,0</b>	<b>90,3</b>	<b>89,8</b>	<b>90,6</b>
São Luís	62,3	64,3	60,5	87,6	88,0	87,2
Teresina	66,4	69,3	63,7	88,1	88,1	88,1
Fortaleza	69,5	70,0	69,1	87,8	88,0	87,5
Natal	59,6	60,5	58,7	87,6	88,3	86,9
João Pessoa	73,1	73,0	73,2	90,4	89,5	91,2
Recife	56,4	58,6	54,4	82,0	81,3	82,7
Maceió	73,7	75,2	72,4	88,6	89,0	88,2
Aracaju	71,7	74,4	69,4	87,7	89,4	86,4
Salvador	66,5	67,8	65,4	87,5	87,8	87,1
<b>Sudeste</b>	<b>68,1</b>	<b>68,4</b>	<b>67,8</b>	<b>87,8</b>	<b>87,2</b>	<b>88,5</b>
Belo Horizonte	73,9	74,1	73,8	89,0	88,7	89,3
Vitória	69,4	68,4	70,4	90,6	91,2	90,0
Rio de Janeiro	56,0	60,6	52,0	81,4	83,8	79,3
São Paulo	69,2	68,7	69,8	86,9	85,7	88,2
<b>Sul</b>	<b>72,0</b>	<b>71,5</b>	<b>72,4</b>	<b>91,4</b>	<b>90,8</b>	<b>92,0</b>
Curitiba	75,1	76,6	73,5	91,5	91,1	91,8
Florianópolis	81,4	80,7	82,1	92,7	92,4	93,0
Porto Alegre	72,9	71,8	74,0	92,9	92,8	93,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>73,3</b>	<b>73,4</b>	<b>73,1</b>	<b>88,7</b>	<b>88,7</b>	<b>88,6</b>
Campo Grande	73,8	72,4	75,2	89,8	89,3	90,3
Cuiabá	74,8	74,9	74,6	86,5	85,1	87,8
Goiânia	71,4	71,2	71,6	90,0	89,4	90,7
Distrito Federal	72,4	71,2	73,5	90,6	90,7	90,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012.

**Tabela 6.9 - Novos casos de AIDS identificados no ano e taxa de incidência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Novos casos de AIDS identificados	Taxa de incidência (por 100 000 hab.)
<b>Brasil</b>	<b>24 724</b>	<b>17,9</b>
<b>Norte</b>	<b>1 944</b>	<b>20,6</b>
Rondônia	197	16,6
Acre	51	7,2
Amazonas	671	30,9
Roraima	115	35,7
Pará	706	19,5
Amapá	98	17,2
Tocantins	106	9,5
<b>Nordeste</b>	<b>4 805</b>	<b>12,6</b>
Maranhão	487	14,1
Piauí	274	11,0
Ceará	718	11,1
Rio Grande do Norte	227	10,6
Paraíba	287	10,5
Pernambuco	1 236	17,1
Alagoas	289	10,6
Sergipe	236	11,9
Bahia	1 051	12,0
<b>Sudeste</b>	<b>10 355</b>	<b>17,6</b>
Minas Gerais	1 675	12,0
Espírito Santo	500	20,4
Rio de Janeiro	2 495	28,2
São Paulo	5 685	15,9
<b>Sul</b>	<b>5 952</b>	<b>28,8</b>
Paraná	1 242	19,0
Santa Catarina	1 571	30,2
Rio Grande do Sul	3 139	37,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1 668</b>	<b>15,7</b>
Mato Grosso do Sul	349	17,9
Mato Grosso	358	17,4
Goiás	632	14,0
Distrito Federal	329	15,8

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e Programa Nacional de DST e AIDS - Brasil.

Notas: 1. Taxa de incidência: casos por 100 000 hab.

2. Informações apresentadas segundo local de residência e ano do diagnóstico.

3. Situação da base de dados em junho de 2011.

**Tabela 6.10 - Coeficiente de mortalidade específica por AIDS, total e por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Coeficiente de mortalidade específica por AIDS (por 100 000 hab.)		
	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
<b>Brasil</b>	<b>6,4</b>	<b>8,5</b>	<b>4,3</b>
<b>Norte</b>	<b>5,9</b>	<b>7,9</b>	<b>3,9</b>
Rondônia	4,6	5,2	4,0
Acre	1,9	2,4	1,4
Amazonas	8,1	10,7	5,5
Roraima	7,1	7,9	6,3
Pará	6,5	9,0	3,9
Amapá	1,8	2,1	1,5
Tocantins	2,7	3,6	1,9
<b>Nordeste</b>	<b>3,9</b>	<b>5,3</b>	<b>2,5</b>
Maranhão	4,4	5,7	3,1
Piauí	2,9	4,2	1,6
Ceará	2,7	4,0	1,5
Rio Grande do Norte	3,1	4,1	2,0
Paraíba	3,0	4,3	1,9
Pernambuco	5,9	8,0	3,9
Alagoas	3,9	5,6	2,4
Sergipe	3,3	4,4	2,3
Bahia	3,8	5,1	2,6
<b>Sudeste</b>	<b>7,2</b>	<b>9,7</b>	<b>4,9</b>
Minas Gerais	4,4	5,8	3,0
Espírito Santo	6,2	7,9	4,5
Rio de Janeiro	10,6	14,2	7,3
São Paulo	7,3	10,0	4,8
<b>Sul</b>	<b>9,5</b>	<b>12,6</b>	<b>6,5</b>
Paraná	5,4	7,0	3,8
Santa Catarina	9,1	12,4	5,9
Rio Grande do Sul	13,6	18,1	9,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>5,5</b>	<b>7,2</b>	<b>3,8</b>
Mato Grosso do Sul	6,0	7,8	4,3
Mato Grosso	7,1	8,3	5,9
Goiás	4,9	6,6	3,1
Distrito Federal	4,6	6,9	2,5

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Notas: 1. Nas tabulações por faixa etária ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente.

2. Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

3. A taxa de mortalidade específica não padronizada por idade está sujeita à influência de variações na composição etária da população, o que exige cautela nas comparações entre áreas geográficas e para períodos distintos.

**Tabela 6.11 - Taxa de mortalidade por malária,  
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade por malária (por 100 000 hab.)	Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de mortalidade por malária (por 100 000 hab.)
<b>Brasil</b>	<b>0,04</b>	<b>Nordeste</b>	
<b>Norte</b>	<b>0,32</b>	Sergipe	0,00
Rondônia	0,64	Bahia	0,00
Acre	0,27	<b>Sudeste</b>	0,01
Amazonas	0,17	Minas Gerais	0,01
Roraima	0,89	Espírito Santo	-
Pará	0,33	Rio de Janeiro	-
Amapá	0,45	São Paulo	0,01
Tocantins	-	<b>Sul</b>	0,01
<b>Nordeste</b>	<b>0,01</b>	Paraná	-
Maranhão	0,08	Santa Catarina	0,03
Piauí	0,03	Rio Grande do Sul	0,01
Ceará	-	<b>Centro-Oeste</b>	0,07
Rio Grande do Norte	-	Mato Grosso do Sul	0,08
Paraíba	-	Mato Grosso	<b>0,23</b>
Pernambuco	-	Goiás	0,02
Alagoas	-	Distrito Federal	-

Fontes: Sistema de Informações sobre Mortalidade; e IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: Para alguns anos, os dados não são comparáveis com as estimativas populacionais fornecidas ao TCU, devido a diferenças metodológicas para estimar e projetar os contingentes populacionais.



**Tabela 6.12 - Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado - DRSAl, total e por categorias de doenças, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado - DRSAl (por 100 000 hab.)					
	Total	Categorias				
		De transmissão feco-oral	Transmitidas por inseto vetor	Transmitidas através do contato com a água	Relacionadas com a higiene	Geo-helmintos e teníases
<b>Brasil</b>	<b>325,4</b>	<b>264,3</b>	<b>54,0</b>	<b>1,5</b>	<b>5,1</b>	<b>0,5</b>
<b>Norte</b>	<b>693,8</b>	<b>555,9</b>	<b>131,8</b>	<b>1,3</b>	<b>3,8</b>	<b>1,0</b>
Rondônia	768,1	420,8	341,5	0,4	3,3	2,1
Acre	648,3	427,2	212,4	2,8	2,7	3,2
Amazonas	222,4	177,9	35,0	0,7	8,0	0,8
Roraima	604,5	223,0	375,6	0,0	5,5	0,4
Pará	987,2	866,1	116,9	1,4	2,3	0,5
Amapá	196,8	128,6	58,7	6,6	1,2	1,7
Tocantins	500,4	377,4	118,9	0,0	2,7	1,4
<b>Nordeste</b>	<b>533,1</b>	<b>453,3</b>	<b>69,7</b>	<b>1,2</b>	<b>8,4</b>	<b>0,5</b>
Maranhão	879,5	812,1	62,6	0,2	4,1	0,5
Piauí	973,8	859,0	110,8	0,0	3,9	0,1
Ceará	364,8	293,7	66,2	0,7	3,4	0,8
Rio Grande do Norte	443,0	400,1	40,1	0,7	1,1	1,0
Paraíba	577,6	506,6	65,9	0,4	4,6	0,1
Pernambuco	330,5	226,3	63,4	2,6	37,6	0,6
Alagoas	485,6	390,2	91,9	1,7	1,6	0,2
Sergipe	123,6	105,9	14,7	2,7	0,2	0,1
Bahia	585,8	501,3	80,7	1,5	1,9	0,4
<b>Sudeste</b>	<b>124,3</b>	<b>92,7</b>	<b>25,9</b>	<b>1,4</b>	<b>3,8</b>	<b>0,5</b>
Minas Gerais	175,2	133,9	38,9	0,7	1,3	0,4
Espírito Santo	231,1	168,8	52,4	1,3	8,6	0,0
Rio de Janeiro	126,0	84,2	29,7	1,4	10,2	0,5
São Paulo	90,6	70,1	16,2	1,6	2,2	0,5
<b>Sul</b>	<b>212,1</b>	<b>196,7</b>	<b>8,7</b>	<b>3,1</b>	<b>3,2</b>	<b>0,4</b>
Paraná	285,1	260,2	20,0	1,6	3,0	0,3
Santa Catarina	158,0	149,9	1,0	4,0	2,6	0,5
Rio Grande do Sul	172,2	162,0	2,1	3,9	3,7	0,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>447,7</b>	<b>294,5</b>	<b>148,0</b>	<b>0,2</b>	<b>4,7</b>	<b>0,3</b>
Mato Grosso do Sul	480,7	290,3	188,1	0,1	2,0	0,2
Mato Grosso	511,7	335,2	174,2	0,1	2,0	0,2
Goiás	541,1	364,3	168,5	0,1	8,0	0,2
Distrito Federal	118,2	83,6	30,2	0,7	2,8	0,9

Fontes: Ministério da Saúde, Sistema de Informações Hospitalares do SUS; e IBGE, Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Notas: 1. Estimativas populacionais com data de referência em 1º de julho.

2. Estimativas de população para as Unidades da Federação obtidas pela metodologia AiBi, controlada pela projeção Brasil - Revisão 2008 (método das Componentes Demográficas).

**Tabela 6.13 - Taxa de óbitos por agressão, por cor ou raça e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de óbitos por agressão, por cor ou raça e grupos de idade (100 000 hab.)					
	Branca					
	Até 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>1,2</b>	<b>28,2</b>	<b>23,5</b>	<b>15,6</b>	<b>11,0</b>	<b>7,1</b>
<b>Norte</b>	<b>0,8</b>	<b>25,9</b>	<b>20,2</b>	<b>21,1</b>	<b>15,7</b>	<b>11,5</b>
Rondônia	1,4	29,0	34,7	41,4	36,7	26,1
Acre	-	22,2	35,8	17,6	-	25,0
Amazonas	0,4	20,6	9,8	7,7	8,1	8,1
Roraima	-	14,7	13,6	18,1	-	-
Pará	1,0	28,8	18,5	20,9	16,0	9,8
Amapá	1,8	28,6	16,7	38,3	-	-
Tocantins	-	21,7	22,5	7,2	7,0	3,1
<b>Nordeste</b>	<b>0,6</b>	<b>16,6</b>	<b>12,4</b>	<b>8,5</b>	<b>7,8</b>	<b>5,4</b>
Maranhão	0,2	16,1	14,9	14,5	7,6	8,7
Piauí	0,5	14,0	11,0	2,3	8,1	5,7
Ceará	1,0	21,6	16,2	10,9	8,1	4,3
Rio Grande do Norte	0,3	11,9	15,8	9,2	12,3	6,1
Paraíba	0,5	8,1	5,1	2,8	1,6	1,0
Pernambuco	0,2	14,8	10,4	7,9	7,8	4,1
Alagoas	0,3	8,3	6,4	4,6	2,6	5,2
Sergipe	-	12,0	15,0	13,0	15,0	16,7
Bahia	1,2	24,8	14,0	9,0	8,6	6,3
<b>Sudeste</b>	<b>1,0</b>	<b>23,5</b>	<b>20,6</b>	<b>14,5</b>	<b>10,4</b>	<b>6,9</b>
Minas Gerais	1,1	19,4	15,1	11,1	7,4	5,5
Espírito Santo	0,6	29,9	26,0	19,1	15,8	11,4
Rio de Janeiro	1,3	42,0	31,4	20,3	14,5	8,3
São Paulo	0,9	19,7	19,2	13,7	9,8	6,6
<b>Sul</b>	<b>2,0</b>	<b>47,3</b>	<b>37,6</b>	<b>21,2</b>	<b>12,8</b>	<b>7,9</b>
Paraná	2,6	82,8	57,5	29,6	19,0	11,1
Santa Catarina	0,7	21,5	21,5	13,4	8,3	6,2
Rio Grande do Sul	2,1	33,1	30,5	19,1	10,8	6,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1,5</b>	<b>27,7</b>	<b>23,8</b>	<b>16,2</b>	<b>13,4</b>	<b>9,7</b>
Mato Grosso do Sul	2,8	30,1	32,8	15,5	19,1	14,5
Mato Grosso	1,1	32,5	32,2	23,3	20,2	17,9
Goiás	1,5	28,6	22,8	16,1	10,5	7,2
Distrito Federal	0,4	17,8	9,4	9,4	6,8	2,9

**Tabela 6.13 - Taxa de óbitos por agressão, por cor ou raça e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de óbitos por agressão, por cor ou raça e grupos de idade (100 000 hab.)					
	Preta ou parda					
	Até 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>2,5</b>	<b>72,1</b>	<b>50,4</b>	<b>29,9</b>	<b>18,9</b>	<b>11,8</b>
<b>Norte</b>	<b>2,3</b>	<b>83,2</b>	<b>64,5</b>	<b>48,4</b>	<b>36,4</b>	<b>21,5</b>
Rondônia	3,7	60,1	48,8	56,6	40,0	27,9
Acre	2,3	28,8	33,3	24,9	20,6	3,0
Amazonas	2,5	76,6	54,2	37,1	25,7	20,1
Roraima	3,1	44,3	56,3	53,6	35,2	18,9
Pará	2,0	101,8	82,6	57,2	42,5	24,1
Amapá	2,5	85,4	52,5	32,4	37,3	15,8
Tocantins	1,4	53,1	28,5	35,2	30,7	15,8
<b>Nordeste</b>	<b>3,0</b>	<b>87,1</b>	<b>61,3</b>	<b>35,6</b>	<b>22,3</b>	<b>14,5</b>
Maranhão	1,5	50,5	44,3	25,8	20,8	11,9
Piauí	1,0	23,2	26,3	13,6	8,6	10,1
Ceará	1,9	56,5	44,0	29,6	23,5	14,4
Rio Grande do Norte	2,3	68,6	50,9	30,9	17,7	10,4
Paraíba	6,5	125,0	89,6	48,2	26,4	13,5
Pernambuco	3,9	112,8	77,4	49,8	23,6	20,9
Alagoas	4,7	173,7	117,7	65,5	41,1	25,9
Sergipe	1,6	71,9	63,8	37,8	26,7	12,1
Bahia	3,7	102,7	61,1	32,0	20,7	12,8
<b>Sudeste</b>	<b>2,2</b>	<b>54,4</b>	<b>37,3</b>	<b>21,1</b>	<b>12,9</b>	<b>6,3</b>
Minas Gerais	2,2	49,6	35,6	16,9	12,5	6,4
Espírito Santo	4,7	140,1	75,0	52,4	35,5	10,7
Rio de Janeiro	3,3	87,9	53,4	28,8	12,7	8,6
São Paulo	1,1	28,0	24,7	15,4	10,2	3,9
<b>Sul</b>	<b>1,5</b>	<b>45,3</b>	<b>32,5</b>	<b>16,0</b>	<b>6,4</b>	<b>7,5</b>
Paraná	1,3	47,9	31,3	15,9	6,7	7,7
Santa Catarina	0,8	25,9	19,2	12,6	3,6	7,0
Rio Grande do Sul	2,4	52,5	42,6	17,9	7,3	7,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>2,8</b>	<b>79,7</b>	<b>54,4</b>	<b>34,6</b>	<b>23,1</b>	<b>16,8</b>
Mato Grosso do Sul	1,4	50,7	50,5	33,4	21,3	17,1
Mato Grosso	2,6	67,6	57,9	38,3	28,9	22,5
Goiás	2,9	90,8	57,9	33,4	21,9	14,4
Distrito Federal	4,0	92,0	45,6	33,8	20,5	15,5

Fontes: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade; e IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: É preciso cautela com relação às análises de mortalidade, segundo a cor e a raça feitas com dados do SIM, uma vez que as informações registradas no sistema são declaradas pelo responsável pelo preenchimento da declaração de óbito.

**Tabela 6.14 - Número de médicos, de médicos especialistas, de médicos generalistas e razão de médico por habitantes e entre médicos especialistas e generalistas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2011**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número de médicos			Razão de médicos	
	Total (1)	Especialistas	Generalistas	Por 1 000 hab.	Especialistas/ generalistas
<b>Brasil</b>	<b>371 788</b>	<b>204 563</b>	<b>166 785</b>	<b>1,95</b>	<b>1,22</b>
<b>Norte</b>	<b>15 631</b>	<b>7 091</b>	<b>8 540</b>	<b>0,98</b>	<b>0,83</b>
Rondônia	1 738	760	978	1,11	0,77
Acre	755	342	413	1,03	0,82
Amazonas	3 828	1 823	2 005	1,1	0,91
Roraima	596	268	328	1,32	0,82
Pará	6 300	2 830	3 470	0,83	0,82
Amapá	643	263	380	0,96	0,69
Tocantins	1 771	805	966	1,28	0,83
<b>Nordeste</b>	<b>62 969</b>	<b>30 916</b>	<b>32 053</b>	<b>1,19</b>	<b>0,96</b>
Maranhão	4 486	1 642	2 844	0,68	0,58
Piauí	3 125	1 407	1 718	1	0,82
Ceará	9 262	5 038	4 324	1,11	1,17
Rio Grande do Norte	4 392	1 788	2 604	1,39	0,69
Paraíba	4 886	2 759	2 127	1,3	1,30
Pernambuco	13 241	5 627	7 614	1,51	0,74
Alagoas	3 659	2 178	1 481	1,17	1,47
Sergipe	2 804	1 695	1 109	1,36	1,53
Bahia	17 014	8 782	8 232	1,21	1,07
<b>Sudeste</b>	<b>209 453</b>	<b>112 446</b>	<b>97 007</b>	<b>2,61</b>	<b>1,16</b>
Minas Gerais	38 680	22 277	16 403	1,97	1,36
Espírito Santo	7 410	4 884	2 526	2,11	1,93
Rio de Janeiro	57 175	25 768	31 059	3,57	0,82
São Paulo	106 536	59 517	47 019	2,58	1,27
<b>Sul</b>	<b>55 478</b>	<b>36 681</b>	<b>18 797</b>	<b>2,03</b>	<b>1,95</b>
Paraná	18 972	12 329	6 643	1,82	1,86
Santa Catarina	11 790	7 646	4 144	1,89	1,85
Rio Grande do Sul	24 716	16 706	8 010	2,31	2,09
<b>Centro-Oeste</b>	<b>27 916</b>	<b>17 429</b>	<b>10 487</b>	<b>1,99</b>	<b>1,66</b>
Mato Grosso do Sul	3 983	2 455	1 528	1,63	1,61
Mato Grosso	3 735	2 239	1 496	1,23	1,50
Goiás	9 898	5 752	4 146	1,65	1,39
Distrito Federal	10 300	6 983	3 317	4,02	2,11

Fonte: Conselho Federal de Medicina - CFM.

(1) Inclusive sem informação de especialização.

## Referências

---

ALTA mortalidade perinatal. Brasília, DF: Evidence Informed Policy Network - EVIPNet - Brasil, 2012. Trabalho apresentado na Oficina Produzindo, avaliando e disseminando sínteses de evidências para políticas de saúde no Brasil de 10 a 13 de dezembro, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://brasil.evipnet.org/wp-content/uploads/2012/12/evipnet-brasil\\_tarefa\\_pre-oficina\\_3\\_apresentacao\\_mortalidade-perinatal\\_2012-12-101-1.pdf](http://brasil.evipnet.org/wp-content/uploads/2012/12/evipnet-brasil_tarefa_pre-oficina_3_apresentacao_mortalidade-perinatal_2012-12-101-1.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F. W. *A família DINC no Brasil*: algumas características sócio-demográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 34 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 30).

AMERICAN community survey data on same sex couples. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2013. Disponível em: <<http://www.census.gov/hhes/samesex/files/sssex-tables-2012.xls>>. Acesso em: jun. 2013.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2011. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 20, 2011. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1\\_121023-162858-947.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_121023-162858-947.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: suplemento histórico 1980 a 2008. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, v. 5, 2008. Disponível em: <[http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/compressed/3\\_100531-133431-508.zip](http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/compressed/3_100531-133431-508.zip)>. Acesso em: nov. 2013.

BALANÇO das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2012. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, 2012. (Estudos e pesquisas, n. 62). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2012/estPesq62balNegocia1sem2012.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

BALTAR, P. E. A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia, v. 5, n.1, p. 75-111, jun. 1996.

BARROS, R.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. *Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2007. 30 p. (Texto para discussão, n. 1288).

BELTRÃO, K. et al. *Capacidade funcional dos idosos: uma análise dos suplementos saúde da PNAD com a teoria de resposta ao item*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013. 132 p. (Textos para discussão, n. 45).

BENEFÍCIO médio mensal por família do Programa Bolsa Família (PBF). In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Datasocial*. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro\\_ds.php?p\\_id=295](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro_ds.php?p_id=295)>. Acesso em: nov. 2013.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual 1996. Brasília, DF, v. 33, 1996. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>>. Acesso em: nov. 2013.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual 2002. Brasília, DF, v. 38, 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>>. Acesso em: nov. 2013.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 44, n. 1, 2013. Disponível em: <[http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Abr/12/boletim\\_1\\_de\\_2013\\_malaria.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Abr/12/boletim_1_de_2013_malaria.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO AIDS/DST. Versão Preliminar. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde, ano 9, n. 01, jun. 2012. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2012/52654/vers\\_o\\_preliminar\\_boletim\\_aids\\_e\\_dst\\_2012\\_14324.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2012/52654/vers_o_preliminar_boletim_aids_e_dst_2012_14324.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei no 1151, de 26 de outubro de 1995. Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>>. Acesso em: nov. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. *Diário Oficial da União*, Congresso Nacional, Brasília, DF, ano 146, n. 216, 12 nov. 2009a. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 64, 04 abr. 2013a. Seção 2, p. 50. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília,

DF, v. 144, n. 188, 28 set. 2007b. Seção 1, p. 16-19. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.564, de 12 de setembro de 2008. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 145, n. 178, 15 set. 2008a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 233, 8 dez. 1993. Seção 1, p. 18769. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996. Distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 14 nov. 1996a. p. 23725. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996b. p. 27833. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.424, de 5 de junho de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no artigo 60, parágrafo 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 dez. 1996a. p. 28442. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 140, n. 192, 3 out. 2003. Seção 1, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e nº 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 144, n. 118, 21 jun. 2007a. Seção 1, p. 7. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, v. 148, n. 129, 17 jul. 2011a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.



\_\_\_\_\_. Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011. Altera os arts. 21 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os 4º § e 5º § ao art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, v. 148, n. 169, 1 set. 2011b. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 150, n. 65, 5 abr. 2013b. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadastro único*. Brasília, DF, 2013d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *PAC2 Saneamento*. Brasília, DF, 2013e. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/saneamento>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Poder Executivo. Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichaDetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Guia prático de tratamento da malária no Brasil*. 36 p. (Série A. Normas e manuais técnicos). Brasília, DF, 2010c. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_pratico\\_malaria.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_malaria.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Mortalidade materna no Brasil*. 2012a. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <[http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.cfm?portal=pagina.visualizarTexto&codConteudo=6403&codModuloArea=783&chamada=boletim-1/2012-\\_mortalidade-materna-no-%20%20brasil](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.cfm?portal=pagina.visualizarTexto&codConteudo=6403&codModuloArea=783&chamada=boletim-1/2012-_mortalidade-materna-no-%20%20brasil)>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Política brasileira de enfrentamento da Aids: resultados, avanços e perspectivas*. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/53077/em\\_portugu\\_s\\_93155.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/53077/em_portugu_s_93155.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.



\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Prevenção do câncer*: Ministério da Saúde incorpora vacina contra HPV ao SUS. Brasília, DF, 2013f. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/11613/162/ministerio-da-saude-incorpora-vacina-contra-hpv-ao-sus.html>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Recomendações para a atenção integral a adolescentes e jovens vivendo com HIV/Aids*. Brasília, DF, 2013g. 116 p. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/52844/adolescentes\\_07032013\\_web\\_pdf\\_20485.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/52844/adolescentes_07032013_web_pdf_20485.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Recomendações para profilaxia da transmissão vertical do HIV e terapia antirretroviral em gestantes*. Brasília, DF, 2010d. 172 p. (Séries manuais, 46). Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/sites/default/files/consenso\\_gestantes\\_2010\\_vf.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/consenso_gestantes_2010_vf.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

BUISSON, G.; DAGUET, F. Qui vit seul dans son logement? Qui vit en couple? *INSEE Premiere*, Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, n. 1392, févr. 2012. Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/ffc/ipweb/ip1392/ip1392.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

BUISSON, G.; LAPINTE, A. Le couple dans tous ses états: non-cohabitation, conjoints de même sexe, pacs... *INSEE Premiere*, Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, n. 1435, févr. 2013. Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/ffc/ipweb/ip1435/ip1435.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

COBO, B.; SABOIA, A. L. A “*geração canguru*” no Brasil. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambú, 2010. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_12/abep2010\\_2645.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_12/abep2010_2645.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, DF: CNJ, 2013. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/resol\\_gp\\_175\\_2013.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_175_2013.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

CONTA-SATÉLITE de saúde: Brasil 2007-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 104 p. (Contas nacionais, n. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/economia\\_saude/css\\_2007\\_2009/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/economia_saude/css_2007_2009/default.shtm)>. Acesso em: nov. 2013.

CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M. N. *Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho*: uma abordagem através das contratações. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011. 32 p. (Texto para discussão, n. 1571). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7097](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7097)>. Acesso em: nov. 2013.

EDUCATION at a glance 2013: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2013. 436 p. Disponível em: <[http://www.oecd.org/edu/eag2013%20\(eng\)--FINAL%2020%20June%202013.pdf](http://www.oecd.org/edu/eag2013%20(eng)--FINAL%2020%20June%202013.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

ESTATÍSTICAS da saúde: assistência médico-sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/ams/2009/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2013.

ESTIMATIVA 2012: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer - INCA, 2012. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/>>. Acesso em: nov. 2013.

EUROPEAN social statistics: 2013 edition. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2013. 242 p. (Pocketbooks: population and social

conditions). Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-FP-13-001/EN/KS-FP-13-001-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-FP-13-001/EN/KS-FP-13-001-EN.PDF)>. Acesso em: nov. 2013.

GROSS domestic product (GDP). In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *OECD.StatExtracts*. Paris, [2013]. Disponível em: <[http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SNA\\_TABLE1#](http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SNA_TABLE1#)>. Acesso em: nov. 2013.

HALLAK NETO, J. *A distribuição funcional da renda e a economia não observada no âmbito do sistema de contas nacionais do Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Economia)-. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HEALTH statistics and health information systems: definition of an older or elderly person: proposed working definition of an older person in Africa for the MDS Project. Geneva: World Health Organization, 2013. Disponível em: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>>. Acesso em: nov. 2013.

HENRIQUES, C. R.; JABLONSKI, B.; FERÉS-CARNEIRO, T. A “geração canguru”: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *Revista Psico*, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Faculdade de Psicologia, v. 35, n. 2, p. 195-205, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21862168/1200670466>>. Acesso em: nov. 2013.

HISTÓRICO de cobertura da saúde da família. Competências por unidade geográfica. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Portal da saúde*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico\\_cobertura\\_sf.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico_cobertura_sf.php)>. Acesso em: nov. 2013.

INDICADORES de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 440 p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, n. 7). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

INFANT mortality: deaths per 1 000 live births. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Health: key tables from OECD*. Paris: OECD, 2013. tab. 14. Disponível em: <[http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/health-key-tables-from-oecd\\_20758480](http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/health-key-tables-from-oecd_20758480)>. Acesso em: nov. 2013.

INTERNATIONAL statistical classification of diseases and related health problems - ICD-10. 10th revision. Geneva: World Health Organization - WHO, 2010. Disponível em: <<http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en>>. Acesso em: nov. 2013.

MACHADO, G. S. *Fornecimento de medicamentos no sistema único de saúde*. Estudo. Brasília, DF: Câmara de Deputados, Consultoria Legislativa, 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4323>>. Acesso em: nov. 2013.

MACROECONÔMICO. Temas. Salário e renda. Todas. Salário mínimo real. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Ipeadata*. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

THE MILLENNIUM development goals report 2013. New York: United Nations, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

MORTALIDADE materna no Brasil: principais causas de morte e tendências no período de 1990 a 2010. In: BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher*. Brasília, DF, 2012a. cap. 14. Disponível em: <[http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011\\_parte2\\_cap14.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011_parte2_cap14.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

MORTALIDADE por acidentes e violências no Brasil: situação em 2010 e tendências de 2001 a 2010. In: BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher*. Brasília, DF, 2012b. cap.

10. Disponível em: <[http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011\\_parte1\\_cap10.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011_parte1_cap10.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

MORTALIDADE por doenças crônicas no Brasil: situação em 2010 e tendências de 1991 a 2010. In: BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília, DF, 2012c. cap. 4. Disponível em: <[http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011\\_parte1\\_cap4.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011_parte1_cap4.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. Disponível em: <[http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408\\_relatorioodm.pdf](http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

UM PANORAMA da saúde no Brasil: acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 245 p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/panorama\\_saude\\_brasil\\_2003\\_2008/PNAD\\_2008\\_saude.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/panorama_saude_brasil_2003_2008/PNAD_2008_saude.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

PEOPLE at risk of poverty or social exclusion. Luxembourg: Statistical Office of the European Communities - Eurostat, 2013. Disponível em: <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/People\\_at\\_risk\\_of\\_poverty\\_or\\_social\\_exclusion](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/People_at_risk_of_poverty_or_social_exclusion)>. Acesso em: nov. 2013.

PERFIL do trabalho decente no Brasil. Brasília, DF: Escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Geneva: International Labour Organization - ILO, 2009. 70 p. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/pub/perfil\\_do\\_trabalho\\_decente\\_301.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

PPP CONVERSION factor (GDP) to market exchange rate ratio. Washington, DC: World Bank, 2013. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/PA.NUS.PPPC.RF>>. Acesso em: nov. 2013.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 130 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009\\_encaa/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/default.shtm)>. Acesso em: nov. 2013.

PESQUISA nacional de saúde do escolar 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. 256 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2013.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2013.

PIOLA, S. et al. Financiamento do Sistema Único de Saúde: trajetória recente e cenários para o futuro. *Análise Econômica*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, ano 30, n. especial, p. 9-33, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/25261/21530>>. Acesso em: nov. 2013.

POCHMANN, M. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística - FEE, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1297/1665>>. Acesso em: nov. 2013.

POLÍTICA de valorização do salário mínimo: salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos -

Dieese, 2012. (Nota técnica, n. 118). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec118salarioMinimo2013.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

PROJEÇÃO da população do Brasil por sexo e idade 2000-2060; Projeção da população das Unidades da Federação por sexo e idade 2000-2030. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default\\_tab.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm)>. Acesso em: nov. 2013.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n1/02.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

SAEB. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2013. Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

SCHEFFER, M. (Coord.) *Demografia médica no Brasil: dados gerais e descrições de desigualdades*. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina - CFM; São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP, 2011. Disponível em: <[http://www.cremesp.org.br/pdfs/demografia\\_2\\_dezembro.pdf](http://www.cremesp.org.br/pdfs/demografia_2_dezembro.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

SEN, A. *Inequality reexamined*. New York: Russel Sage Foundation; Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1992. 207 p.

\_\_\_\_\_. *The standard of living*. Editado por Geoffrey Hawthorn. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University Press. 1987. 139 p. Título variante: Tanner lectures.

SILVA, A. F. R. E. da; PERO, V. L. *Segmentação do mercado de trabalho e mobilidade de renda entre 2002-2007*. Trabalho apresentado no XXXVI Encontro Nacional de Economia, realizado em Salvador, 2008. Disponível: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211027150-.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. *UNICEF strategic plan, 2014-2017: advancing the rights of every child, especially the most disadvantaged*. New York: United Nations, 2013. Sessão anual do Conselho Executivo, 18-21 jun. 2013. Versão preliminar. 23 p. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=E/ICEF/2013/16](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/ICEF/2013/16)>. Acesso em: nov. 2013.

VIGITEL Brasil 2011: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 132 p. (Série G. Estatística e Informação em Saúde). Disponível em: <[http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Ago/22/vigitel\\_2011\\_final\\_0812.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Ago/22/vigitel_2011_final_0812.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos - Cebela, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso-Brasil; Brasília, DF: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, 2012. Disponível em: <[http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/08/mapa2012\\_cor.pdf](http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/08/mapa2012_cor.pdf)>. Acesso em: nov. 2013.

WORLD population prospects: the 2012 revision: highlights and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/trends/index.shtml>>. Acesso em: nov. 2013.

## Glossário

---

**abastecimento de água** Classificação da existência de canalização da água utilizada no domicílio particular permanente em: com canalização interna - quando o domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo; ou sem canalização interna - quando o domicílio não tem água canalizada para nenhum cômodo. Classificação da forma de abastecimento de água do domicílio particular permanente em: rede geral - quando o domicílio é servido por água proveniente de uma rede de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa o domicílio; ou outra forma - quando o domicílio é servido por água proveniente de: poço ou nascente, com canalização interna; poço ou nascente, sem canalização interna, localizado no terreno ou na propriedade em que se situa o domicílio; de reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência.

**afazeres domésticos** Exercício, no domicílio de residência, de tarefas, que não se enquadram no conceito de trabalho, de: a) arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) cuidar de filhos ou menores moradores; ou e) limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

**alfabetização** Ver pessoa alfabetizada

**anos de estudo** Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início em: 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental (com duração de 8 anos), de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída



com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas que não declaram a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração. No período de transição da mudança da duração do ensino fundamental de 8 para 9 anos, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

**aposentadoria** Pagamento mensal vitalício efetuado ao segurado por motivo de tempo de contribuição, idade, invalidez permanente ou trabalho exercido sob condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física. A aposentadoria por tempo de contribuição é devida ao segurado que completa, no mínimo, 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30, se do sexo feminino, exceto em casos especiais. A aposentadoria por idade é devida ao segurado que completa 65 anos de idade, se homem, ou 60 anos, se mulher. No caso do trabalhador rural, esses limites são de 60 e 55 anos, respectivamente. Tem direito à aposentadoria por invalidez o segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, é considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. O aposentado por invalidez tem cancelada a aposentadoria se voltar voluntariamente à atividade, ao contrário dos outros tipos de aposentadorias, que são vitalícias.

**arborização** Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de árvore ao longo da calçada/passeio e/ou em canteiro que divide pistas de um mesmo logradouro, mesmo que apenas em parte. Considera-se também arborização quando existente em logradouro sem pavimentação e/ou sem calçada/passeio.

**arranjo familiar** Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, ou seja, as famílias, ou o conjunto de pessoas ligadas por dependência doméstica ou normas de convivência, ou a pessoa que mora sozinha. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e, por normas de convivência, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

**arranjos familiares conviventes** Aqueles constituídos por, no mínimo, duas pessoas cada, que residem na mesma unidade domiciliar.

**atividade** Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores por conta própria, a classificação é feita de acordo com a ocupação exercida.

**auxílio-acidente** Auxílio previdenciário devido ao segurado que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, sofre redução de sua capacidade funcional. É pago a título de indenização e corresponde a 50% do salário-benefício do segurado. O recebimento de salário ou a concessão de outro benefício não prejudica a continuidade do recebimento do auxílio-acidente, sendo vedada a acumulação com qualquer aposentadoria.

**auxílio-doença** Auxílio previdenciário, em caráter temporário, devido ao segurado que fica incapacitado por motivo de doença.

**auxílio-reclusão** Auxílio previdenciário devido ao(s) dependente(s) do segurado detento ou recluso, desde que este não receba qualquer espécie de remuneração da empresa, nem esteja em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço ou tenha remuneração superior àquela em vigor no mês de referência da pesquisa, cujo valor era R\$ 862,60 (oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos) a partir de 1º de janeiro de 2011.

**auxílios previdenciários** Ver auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-acidente

**beneficiário** Pessoa que está recebendo algum tipo de benefício pecuniário, podendo ser o próprio segurado ou ao(s) seu(s) dependente(s) no caso da Previdência Social. As famílias que recebem benefícios de programas sociais também são chamadas de beneficiárias.

**benefício** Prestação pecuniária paga pela Previdência Social ao segurado ou ao(s) seu(s) dependente(s) de forma a atender a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; maternidade; salário-família e auxílio-reclusão para o(s) dependente(s) do segurado de baixa renda; e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. O benefício de prestação continuada é caracterizado por pagamentos mensais contínuos, até que alguma causa (a morte, por exemplo) provoque sua cessação. O benefício de prestação única é aquele cujo pagamento é efetuado em uma só vez. Considera-se também benefício o montante recebido pelas famílias através de programas públicos de transferências de renda, como os benefícios do Bolsa Família.

**benefício acidentário** Benefício devido ao segurado acidentado, ou ao(s) seu(s) dependente(s), quando o acidente ocorre no exercício do trabalho a serviço da empresa, equiparando-se a este a doença profissional ou do trabalho ou, ainda, quando sofrido no percurso entre a residência e o local de trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a redução da capacidade para o trabalho. Os benefícios acidentários classificam-se em: aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-acidente.

**benefício assistencial** Benefício concedido independentemente de contribuições efetuadas, como, por exemplo: renda mensal vitalícia, amparo assistencial e pensão mensal vitalícia. A renda mensal vitalícia foi criada pela Lei nº 6.179, de 11.12.1974, e era devida ao maior de 70 anos de idade ou ao inválido que não exercia atividade remunerada e que comprovasse não possuir meios de prover sua própria subsistência ou de tê-la provida por sua família. Esse benefício foi totalmente extinto, por força da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07.12.1993), a partir da qual foi determinada a concessão dos amparos assistenciais. Tais quais as rendas mensais vitalícias, os amparos assistenciais têm valor igual a 1 salário mínimo, garantido à pessoa portadora de deficiência ou idosa, com 65 anos ou mais, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. Considera-se que uma família está incapacitada de prover a manutenção do inválido ou do idoso se a renda mensal familiar *per capita* for inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Esses benefícios são também chamados de Benefícios de Prestação Continuada - BPC.

**benefício ativo** Benefício que efetivamente gera pagamentos mensais ao beneficiário e que, em conjunto com os benefícios suspensos, compõe o estoque de benefícios do sistema previdenciário.

**benefício concedido** Benefício cujo requerimento - apresentado pelo segurado ou seu(s) dependente(s) à Previdência Social - é analisado e deferido, desde que o requerente preencha todos os requisitos necessários à espécie do benefício solicitado, e liberado para pagamento. A concessão corresponde, portanto, ao fluxo de entrada de novos benefícios no sistema previdenciário.

**benefício previdenciário** Benefício do Regime Geral de Previdência Social que, em sua maioria, depende de período de carência. Abrange as aposentadorias, as pensões por morte, os auxílios, o salário-família e o salário-maternidade.

**bônus demográfico** Momento em que a estrutura etária da população tem um grande contingente da população em idade produtiva (normalmente definida como de 15 a 59 anos) e um menor número de idosos e crianças. Trata-se de uma oportunidade para o crescimento econômico.

**bueiro/boca de lobo** Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de bueiro ou boca de lobo, ou seja, abertura que dá acesso a caixas subterrâneas, por onde escoam a água proveniente de chuvas, as regas etc. Bueiro/boca de lobo não se confunde com tampão para acesso a galerias subterrâneas.

**calçada** Existência, na face em trabalho, de calçada/passeio, ou seja, caminho calçado ou pavimentado, destinado à circulação de pedestres, quase sempre mais alto que a parte do logradouro em que trafegam os veículos.

**cargo de direção** Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações-Domiciliar - CBO-Domiciliar que inclui as seguintes ocupações: membros superiores e dirigentes do poder público, dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público), e gerentes.

**casamento** Ato, cerimônia ou processo pelo qual é constituída a relação legal entre o homem e a mulher. A legalidade da união pode ser estabelecida no casamento civil ou religioso com efeito civil e reconhecida pelas leis de cada país.

**categoria do emprego** Classificação dos empregados em: com carteira de trabalho assinada; militares (do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas prestando serviço militar obrigatório) e funcionários públicos estatutários (empregados regidos pelos Estatutos dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias); ou outro sem carteira de trabalho assinada. Classificação dos trabalhadores domésticos em: com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada.

**classificação de atividades** Ver Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar

**Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar** Adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A CNAE tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU), 3ª revisão, das Nações Unidas.

**coeficiente de mortalidade** Número de óbitos por uma determinada causa em relação a uma proporção da população em um determinado tempo e relacionado a uma certa área geográfica. Normalmente se calcula por 100 mil habitantes.

**condição no domicílio e no arranjo familiar** Classificação dos componentes do domicílio (ou do arranjo familiar) quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência ou seu cônjuge, em: pessoa de referência - pessoa responsável pelo domicílio (ou pelo arranjo familiar) ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar), existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar) ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar) ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar)



nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência do domicílio (ou do arranjo familiar) nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação; empregado doméstico - pessoa que presta serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) do domicílio (ou do arranjo familiar); ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) do domicílio (ou do arranjo familiar).

**conta própria** Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

**contribuinte para instituto de previdência** Pessoa que contribui para instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil da União), estadual (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais), ou municipal (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tem na semana de referência. Na base de dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, o contribuinte pessoa física constitui toda pessoa física que contribui para a Previdência Social a partir do cruzamento de informações de distintas bases a fim de se evitar a duplicidade de a mesma pessoa ser registrada como "empregado" ou na categoria "outros contribuintes", consolidando suas contribuições.

**cor ou raça** Característica declarada pela pessoa com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declarar de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

**DCNT** Ver doenças crônicas não transmissíveis

**destino do lixo** Classificação do destino dado ao lixo do domicílio particular permanente em: coletado diretamente - quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio; coletado indiretamente - quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhe; ou outro - quando o lixo domiciliar é: queimado ou enterrado no terreno ou na propriedade em que se situa o domicílio; jogado, queimado ou enterrado em terreno baldio ou logradouro; jogado nas águas ou nas margens de rio, lago ou mar; ou tem destino diferente dos enumerados anteriormente.

**distribuição funcional da renda** Repartição da renda gerada no processo produtivo considerando a função desempenhada pelos agentes nesse processo. A ótica da renda do Sistema de Contas Nacionais identifica a parcela do valor adicionado à economia que é destinada ao trabalho assalariado - a remuneração; aos ganhos potenciais do capital - o excedente operacional bruto; e também a renda associada à parcela mista trabalho-capital que cabe ao trabalho autônomo - o rendimento misto bruto.

**distribuição pessoal da renda** Forma pela qual o total de rendimentos é repartido e apropriado pelos indivíduos ou grupos de indivíduos (estratos populacionais).

**doenças crônicas não transmissíveis** Doenças não infecciosas, isto é, sem presença de micro-organismos, dentre as quais destacam-se como principais as seguintes categorias: doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, câncer e diabetes.

**doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado** Doenças infectoparasitárias de importância epidemiológica relacionadas ao saneamento, constituídas pelas seguintes categorias: doenças de transmissão fecal-oral, doenças transmitidas por inseto vetor, doenças transmitidas através do contato com a água, doenças relacionadas com a higiene, geo-helmintos e Teníases.

**domicílio** Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

**domicílio particular** Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente - localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado - localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

**domicílio particular improvisado** *Ver em* domicílio particular

**domicílio particular permanente** *Ver em* domicílio particular

**dormitório** Cômodo que está, em caráter permanente, sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

**DRSAI** *Ver* doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

**educação de jovens e adultos** Modalidade da educação oferecida às pessoas de 15 anos ou mais de idade que não tiveram acesso ou continuidade de estudo, na idade apropriada, no ensino fundamental ou no ensino médio. No passado, a educação de jovens e adultos teve as seguintes denominações: artigo 99 e supletivo.

**empregado** Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

**empregador** Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

**emprego formal** Conjunto de pessoas no mercado de trabalho celetista, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego.

**encargos previdenciários da união** Benefícios de aposentadoria e pensões dos servidores civis e militares da administração direta da União e benefícios concedidos através de leis especiais, que são pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com recursos da União.

**esgotamento sanitário** Escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores do domicílio particular permanente classificado, quanto ao tipo, em: rede coletora (de esgoto ou pluvial) - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos está ligada a um sistema de coleta que os conduz a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada; fossa séptica - quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa séptica, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município; ou outro - quando os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.) ou diretamente para uma vala a céu aberto, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

**esgoto a céu aberto** Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de vala, córrego ou corpo d'água onde habitualmente ocorre lançamento de esgoto doméstico; ou valeta, por onde escorre, na superfície, o esgoto doméstico a céu aberto.

**espécie de benefício** Classificação criada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para explicitar as peculiaridades de cada tipo de benefício pecuniário existente.

**esperança de vida ao nascer** Número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população durante um dado período.

**face confrontante** Face em frente à face em trabalho (ou percorrida), independentemente de pertencer ao setor que está sendo trabalhado, contendo ou não domicílios ou estabelecimentos.

**face de quadra** Cada um dos lados da quadra, contendo ou não domicílios ou estabelecimentos.

**família** *Ver em* arranjo familiar

**família reconstituída** Família formada quando os indivíduos separados ou divorciados iniciam uma nova união, especialmente no caso da presença de crianças.

**horas gastas em afazeres domésticos** Número de horas que a pessoa habitualmente dedica por semana aos afazeres domésticos

**horas trabalhadas na semana** Número de horas que a pessoa ocupada normalmente trabalha por semana.

**horas trabalhadas no trabalho principal** Número de horas que a pessoa ocupada normalmente trabalha por semana no trabalho principal.

**identificação do logradouro** Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de algum elemento visível com o nome do logradouro, como placa oficial ou outra forma de identificação.

**iluminação pública** Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de pelo menos um ponto fixo (poste) de iluminação pública.

**índice (ou coeficiente) de Gini** Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de 0 (situação onde não há desigualdade) a 1 (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

**lixo acumulado nos logradouros** Existência, na face em trabalho ou na sua face confrontante, de local de depósito e acúmulo de lixo. A existência de caçamba de serviço de limpeza não é considerada como lixo acumulado em via pública.

**logradouro** Área pública de circulação de pessoas, veículos e mercadorias, reconhecida pela comunidade e, na maioria das vezes, associada a um nome de conhecimento geral.

**média de anos de estudo** Total de anos de estudo das pessoas de uma determinada idade dividido pelo número total de pessoas nesta referida idade.

**meio-fio/guia** Existência, na face em trabalho, de meio-fio/guia, ou seja, borda ao longo do logradouro.

**mortalidade materna** Ver razão de mortalidade materna

**nível da ocupação** Porcentagem das pessoas ocupadas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

**Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** Objetivos estabelecidos na Declaração do Milênio, da Organização das Nações Unidas - ONU, adotada pelos 191 estados-membros em 08.09.2000. Os oito objetivos, com data limite para 2015, são assim definidos: objetivo 1 - erradicar a extrema pobreza e a fome; objetivo 2 - universalizar a educação primária; objetivo 3 - promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; objetivo 4 - reduzir a mortalidade na infância; objetivo 5 - melhorar a saúde materna; objetivo 6 - combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; objetivo 7 - garantir a sustentabilidade ambiental; e objetivo 8 - estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

**outro trabalhador não remunerado** Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

**pavimentação** Existência, na face percorrida do trecho do logradouro, de pavimentação, ou seja, cobertura da via pública com asfalto, cimento, paralelepípedos, pedras etc.

**pensão por morte** Pensão devida ao(s) dependente(s) do segurado, aposentado ou não, que falece. Perde o direito à pensão o pensionista que falecer; o menor que se emancipar ou completar 21 anos de idade, salvo se inválido; ou o inválido, caso cesse a sua invalidez.

**períodos de referência** Períodos assim classificados: data de referência - dia 29 de setembro de 2012; semana de referência - semana de 23 a 29 de setembro de 2012; mês de referência - mês de setembro de 2012; e período de referência de 365 dias - período de 28 de setembro de 2011 a 29 de setembro de 2012.

**pessoa alfabetizada** Pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, inclusive a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever.

**pessoa desocupada** Pessoa sem trabalho, mas que havia tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência.

**pessoa ocupada** Pessoa com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

**população projetada** População estimada através do método das componentes demográficas, que leva em consideração a fecundidade, a mortalidade e a migração.

**posição na ocupação** Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo, ou trabalhador na construção para o próprio uso. Para efeito de divulgação, as categorias "trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar" e "outro trabalhador não remunerado" são reunidas em uma única, denominada "não remunerado".

**procura de trabalho** Tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho: contato estabelecido com empregadores; prestação de concurso; inscrição em concurso; consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; resposta a anúncio de emprego; solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; tomada de medida para iniciar negócio etc.

**quadra** Trecho retangular bem definido de uma área urbana ou aglomerado rural com quarteirões fechados ou abertos, limitado por ruas e/ou estradas, podendo, contudo, ter forma irregular e ser limitado por elementos, como estradas de ferro, cursos d'água ou encostas. Em alguns locais, a quadra é chamada de quarteirão.

**rampa para cadeirante** Existência, na calçada da face em trabalho, de rampa, ou seja, rebaixamento da calçada ou meio-fio/guia, geralmente nas proximidades das esquinas, destinado especificamente para dar acesso a pessoas que utilizam cadeira de rodas. Não são consideradas rampas para acesso de veículos.

**razão de dependência** Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

**razão de mortalidade materna** Estimativa do risco de morte de mulheres ocorrida durante a gravidez, o aborto, o parto ou até 42 dias após o parto, atribuída a causas relacionadas ou agravadas pela gravidez, pelo aborto, pelo parto ou pelo puerpério ou por medidas tomadas em relação a elas. A razão é calculada pelo número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Normalmente se aplica um fator de correção devido à ocorrência de sub-registro.

**razão de rendimentos** Relação entre os rendimentos médios mensais das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, em determinados estratos (décimos) populacionais ordenados em forma crescente de rendimentos. A razão 10/40 relaciona o rendimento dos 10% com maiores rendimentos com os 40% com menores rendimentos. A razão 20/20 relaciona os rendimentos dos estratos 20% com maiores rendimentos e 20% com menores rendimentos. A razão 1/50 representa a razão de rendimentos entre o 1% com maiores rendimentos e 50% com menores rendimentos.

**razão de sexo** Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população.

**razão entre os domicílios sem acesso e com acesso a serviços públicos** Número de domicílios sem acesso para cada domicílio com acesso.

**rendimento do trabalho principal** Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias (de 1º de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009); em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

**rendimento-hora do trabalho principal** Média do rendimento do trabalho principal dividido pela média do número de horas trabalhadas.

**rendimento mensal de outras fontes** Rendimento mensal, relativo ao mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal; complementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia; abono de permanência; aluguel; doação ou mesada

recebida de pessoa não moradora na unidade domiciliar; rendimento proveniente de aplicação financeira, parceria; e rendimento recebido de programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros).

**rendimento mensal de trabalho** Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o rendimento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º salários etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Para empregadores e conta própria - retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explora um empreendimento como conta própria ou empregadora. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.), relativo ao mês de referência da pesquisa. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebem apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, são incluídos no grupo "sem rendimento".

**rendimento mensal domiciliar** Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**rendimento mensal domiciliar per capita** Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**rendimento mensal familiar** Soma dos rendimentos mensais dos componentes do arranjo familiar, exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**rendimento mensal familiar per capita** Resultado da divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive os daqueles cuja condição na família é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

**salário-família** Benefício devido ao segurado empregado, exceto o doméstico, e ao trabalhador avulso, tanto na condição de ativo como na de aposentado por idade ou por invalidez e aos demais aposentados aos 65 anos de idade, se do sexo masculino, e aos de 60 anos de idade, se do sexo feminino, ou, ainda, em gozo de auxílio-doença, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, de até 14 anos de idade, ou de qualquer idade se inválido.

**salário-maternidade** Benefício devido a toda segurada da Previdência Social durante 28 dias antes do parto e 91 dias depois, pago diretamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no caso de segurada na condição de trabalhadora avulsa, empregada doméstica, contribuinte individual, especial e facultativa.



**salário mínimo** Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa, R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) em setembro de 2012.

**saneamento adequado** Acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água por rede geral no domicílio ou na propriedade, esgotamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto, e lixo coletado direta ou indiretamente.

**segurado** Pessoa coberta pelo sistema previdenciário, fazendo jus aos benefícios por este oferecidos.

**situação do domicílio** Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

**taxa de abandono escolar precoce** Porcentagem de pessoas de 18 a 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam estudando.

**taxa de analfabetismo** Razão, expressa em porcentagem, entre o número de beneficiários e a população em uma área específica.

**taxa de cobertura por plano de saúde** Razão, expressa em porcentagem, entre o número de beneficiários e a população em uma área específica.

**taxa de desocupação** Porcentagem de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas.

**taxa de escolarização** *Ver em* taxa de frequência escolar bruta

**taxa de fecundidade total** Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a um determinado padrão de fecundidade.

**taxa de frequência escolar bruta** Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

**taxa de frequência escolar líquida** Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola no nível de ensino adequado à essa faixa etária, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

**taxa de incidência de AIDS** Número de casos novos confirmados de Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, por 100 mil habitantes, na população residente em determinada população, no ano especificado. A definição de caso confirmado de AIDS baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País.

**taxa de matrícula** Porcentagem das pessoas matriculadas na escola de uma faixa etária em relação ao total das pessoas da mesma faixa etária. Taxa de atendimento escolar.

**taxa de mortalidade infantil** Frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de 1 ano de idade) em uma população em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

**taxa de mortalidade infantil neonatal precoce** Número de óbitos de crianças com menos de 7 dias por 1 000 nascidos vivos

**taxa de mortalidade infantil neonatal tardia** Número de óbitos de crianças de 7 a 28 dias por 1 000 nascidos vivos

**taxa de mortalidade infantil pós-neonatal** Número de óbitos de crianças com mais de 28 dias por 1 000 nascidos vivos

**taxa de urbanização** Porcentagem da população da área urbana em relação à população total.

**trabalhador doméstico** Pessoa que trabalha pre serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

**trabalhador na construção para o próprio uso** Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

**trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar** Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

**trabalhador na produção para o próprio consumo** Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

**trabalho** Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; ou d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

**trabalho formal** Trabalho com carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, militares e funcionários públicos estatutários, bem como os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social.

**trabalho informal** Trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

**trabalho principal** Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.



# Equipe técnica

---

## **Diretoria de Pesquisas**

### **Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Claudio Dutra Crespo

### **Coordenação geral da Síntese de Indicadores Sociais**

Ana Lúcia Saboia

Barbara Cobo

### **Revisão final dos textos**

Ana Lucia Saboia

Barbara Cobo

### **Programação, processamento e tabulação dos resultados**

Betina Fresneda

Cristiane Soares

Cíntia Simões Agostinho

Gilson Gonçalves de Matos

Leonardo Athias

### **Análise dos resultados**

#### **Aspectos demográficos**

Cíntia Simões Agostinho

Marden Barbosa (colaborador)

#### **Famílias e domicílios**

Ana Lucia Saboia

Gilson Matos

Rubem Magalhães

#### **Educação**

Betina Fresneda

#### **Trabalho**

André Simões

Cristiane Soares

**Padrão de vida e distribuição de renda**

Ana Lucia Saboia  
Barbara Cobo  
Gilson Gonçalves de Matos  
João Hallak (colaborador)

**Saúde**

Leonardo Athias  
Marco Antonio Ratzsch de Andreazzi  
Maria Goreth Santos

**Colaborador:**

João Raposo Belchior  
José Luís Petruccelli  
Carolina Amorim (estagiária)

**Projeto Editorial****Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

**Gerência de Editoração****Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Katia Vaz Cavalcanti  
Leonardo Martins  
Beth Fontoura

**Diagramação tabular e de gráficos**

Beth Fontoura  
Mônica Cinelli Ribeiro

**Copidesque e revisão**

Anna Maria dos Santos  
Cristina R. C. de Carvalho  
Kátia Domingos Vieira

**Diagramação textual**

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

**Tratamento de arquivos e mapas**

Evilmerodac Domingos da Silva

**Produção de multimídia**

Alberto Guedes da Fontoura Neto  
LGonzaga  
Márcia do Rosário Brauns  
Marisa Sigolo  
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro  
Roberto Cavararo

**Gerência de Documentação****Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva  
Carla de Castro Palmieri (Estagiária)  
Elizabeth de Carvalho Faria  
Lioara Mandoju  
Maria Beatriz Machado Santos Soares (Estagiária)

Maria Socorro da Silva Araújo

Solange de Oliveira Santos

**Padronização de glossários**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Elaboração de quartas capas**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Gerência de Gráfica**

**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

**Gráfica Digital**

**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

## Série Estudos e Pesquisas

---

### **Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296**

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil n. 25, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e idade - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, n.30, 2010.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007- 2010, n.31, 2013

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013, n. 32, 2013.

### **Informação geográfica - ISSN 1517-1450**

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores estruturantes da dimensão socioeconômica da bacia hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de recursos naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

### **Informação econômica - ISSN 1679-480X**

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004. 2. ed. 2004.

Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.

Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.

Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.

Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.

O setor de tecnologia da informação e comunicação no Brasil, 2003-2006, n.11, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.

Demografia das empresas 2008, n. 14, 2010.

Estatísticas de empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.

Demografia das empresas 2009, n. 16, 2011.

Demografia das empresas 2010, n. 17, 2012.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n.18, 2012.

Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n.20, 2012.